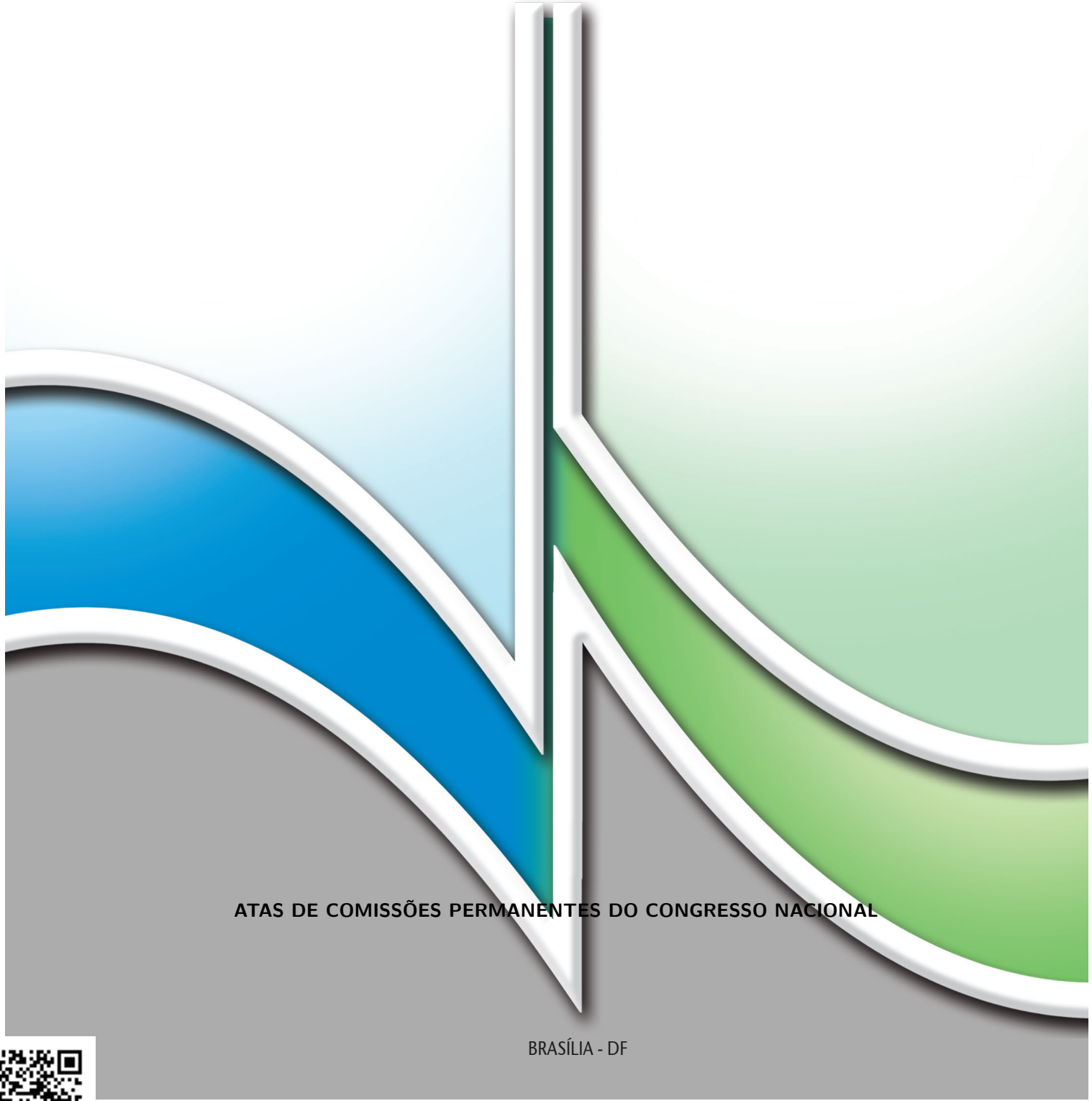
00100.142948/2017-60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. "A" AO Nº 30, QUINTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 2017



ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)
3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)
2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)
3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa, realizada em 28 de março de 2017 5

Ata da 1ª Reunião de Eleição da Mesa, realizada em 11 de abril de 2017 7

Termo de Reunião nº 1, em 18 de abril de 2017 11

Termo de Reunião nº 2, em 19 de abril de 2017 12

Ata da 2ª Reunião de Eleição da Mesa, realizada em 2 de maio de 2017 14

Ata da 3ª Reunião de Eleição da Mesa, realizada em 9, 10 e 16 de maio de 2017 23

Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 27 de junho de 2017 97

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 e 28 de junho de 2017 152

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de julho de 2017 193

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2017 223

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

. Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 28/03/2017.....
. 1ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 11/04/2017.....
.Termo de Reunião nº 01, em 18/04/2017.....
.Termo de Reunião nº 02, em 19/04/2017.....
.2ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 02/05/2017.....
.3ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 09, 10 e 16/05/2017.....
.1ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 27/06/2017.....
.1ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 27 e 28/06/2017.....
.1ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 04/07/2017.....
.2ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 12/07/2017.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2017.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa para o ano de 2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**: Bilac Pinto, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes e Zé Carlos; - **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz e Vicentinho Alves; e - **Deputados Suplentes**: Alan Rick, Beto Rosado, Danilo Forte, Delegado Francischini, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Jorge Solla, Mandetta, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes e Raimundo Gomes de Matos. Foi justificada a ausência do Deputado Laudivio Carvalho e do Senador Antonio Carlos Valadares, Membros Titulares. Deixaram de comparecer os **Deputados Titulares** Bohn Gass, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, Julio Lopes, Laura Carneiro, Orlando Silva, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Weverton Rocha e os **Senadores Titulares** Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Humberto Costa, João Alberto Souza, José Agripino, José Maranhão, Pedro Chaves, Renan Calheiros e Tasso Jereissati. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Alexandre Baldy, Arthur Lira, Delegado Edson Moreira, Delegado Waldir, Dilceu Sperafico, Eduardo Barbosa, Elcione Barbalho, Evair Vieira de Melo, Goulart, Hugo Leal, Jandira Feghali, Luiz Couto, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pompeo de Mattos, Raquel Muniz e Reinhold Stephanes. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e um minutos, havendo número regimental para abertura dos trabalhos, conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL), iniciou a reunião e declarou instalada a Comissão para o ano de 2017. Em seguida, informou que não havia indicação da Liderança do PMDB, no Senado Federal, para o cargo de Presidente da CMO para aquele exercício e anunciou, às 15h23min, que suspenderia os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** às vinte e uma horas e dezessete minutos, persistindo a ausência da indicação para o cargo de Presidente da CMO para 2017, o Presidente determinou o encerramento dos trabalhos. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 28.03.2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

declaro iniciada a presente reunião que foi convocada para a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes desta Comissão.

Com base no art. 10, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, declaro instalados os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o art. 7º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, até o quinto dia útil do mês de março, os Líderes deverão indicar ao Presidente do Congresso Nacional, os membros titulares e suplentes, de acordo com a proporcionalidade de suas bancadas na CMO. Esgotado o prazo e não havendo indicação pelos Líderes, as vagas não preenchidas serão ocupadas por Parlamentares mais idosos entre os de maior número de Legislaturas.

O art. 10, da mesma Resolução, estabelece que a instalação da CMO e a eleição da respectiva Mesa ocorrerão até a última terça-feira do mês de março, que seria hoje.

Neste ano, a Presidência da Comissão cabe ao PMDB do Senado Federal. Porém, até o momento, não recebemos do Líder do partido a indicação de nome para o cargo, razão pela qual nós não podemos realizar, neste momento, a eleição da Mesa Diretora da Comissão.

Está suspensa a reunião, para tentarmos junto à Liderança do PMDB a indicação dos nomes dos prováveis membros e do nome do Presidente para o ano de 2017.

(A reunião é suspensa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2017.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para Eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**: Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Jaime Martins, José Airton Cirilo, Rubens Bueno e Toninho Wandscheer; - **Senadores Titulares**: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira e Vicentinho Alves; e - **Deputados Suplentes**: Pedro Fernandes e Renato Andrade. Foi justificada a ausência da Deputada Gorete Pereira, Membro Suplente. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, João Arruda, João Fernando Coutinho, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Vander Loubet, Vitor Valim, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Humberto Costa, Pedro Chaves e Tasso Jereissati. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Evair Vieira de Melo e Marcelo Álvaro Antônio. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), no exercício da Presidência, conforme disposto no *caput do art.14 da Resolução nº 1/2006-CN*, declarou abertos os trabalhos e comunicou que o Líder do PMDB, no Senado Federal, havia retirado as indicações daquele Partido para a composição da CMO. Diante do exposto, o Presidente em exercício sugeriu a transferência da reunião de eleição para a semana seguinte e manifestaram-se favoráveis o Senador Benedito de Lira (PP/AL) e o Deputado Jaime Martins (PSD/MG). **ENCERRAMENTO:** às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião de eleição da Mesa da Comissão para o dia 18 de abril, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Antonio Carlos Valadares, no exercício da Presidência**.**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 11.04.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Senador Benedito de Lira, Deputados aqui presentes, eu gostaria de fazer um comunicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tendo em vista que, na semana passada, depois da convocação que fizemos desta reunião, o Líder do PMDB no Senado, Senador Renan Calheiros, promoveu a retirada dos nomes anteriormente indicados para compor esta Comissão; tendo em vista também que o Presidente do PMDB, partido majoritário que tinha o direito de indicar o Presidente, de acordo com as normas regimentais, telefonou-me hoje à tarde e pediu-me que trouxesse aos Srs. Parlamentares uma solicitação, uma vez que S.Exa. foi igualmente surpreendido com a referida decisão da Liderança do seu partido.

Portanto, solicitou-me S.Exa. que, na próxima semana, até terça-feira, tenha a possibilidade de fazer a indicação dos membros do seu partido, que são três membros efetivos e três suplentes, e que assim possamos realizar uma eleição em que todos os partidos tenham o direito de opinar e de participar.

O Presidente, num acordo político, será de indicação do PMDB, atendendo de forma legítima ao Regimento, e o Relator, pelo número de Deputados, teria que ser do bloco do qual faz parte o Partido Progressista.

É esta minha opinião. Espero que seja consagrada na próxima eleição, a fim de que esta Comissão continue a trilhar dentro de uma linha de equilíbrio, de entendimento e de conciliação, uma vez que, neste momento de dificuldades por que passa o Brasil, esta Comissão tem que dar sua parte, trabalhar em benefício da resolução dos grandes problemas e das grandes questões e aprovar aquilo que for bom para o Brasil. Neste ponto, sem dúvida alguma, o bom entendimento entre as diversas bancadas da Câmara e do Senado é o ponto inicial para que possamos ter um trabalho efetivamente importante em favor do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, do Estado de Alagoas.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, cumprimento V.Exa. pelo equilíbrio. O PMDB, na semana próxima passada, pelas informações que tivemos, já havia indicado os membros. Inclusive, em uma de nossas conversas em plenário, a Senadora Rose de Freitas disse que seria provavelmente a indicada para a Presidência da Comissão.

Posteriormente, por desencontro entre a bancada do PMDB, o Líder resolveu destituir todos os membros, inclusive a Senadora Rose de Freitas, que não mais seria indicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, quero dizer a V.Exa. que, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — isso é uma tradição desde quando cheguei aqui, e de mim lá para trás, já tenho aqui 26 anos e sempre foi assim —, um ano o Presidente da Comissão é membro do Senado, e o Relator é membro da Câmara; no outro ano, a situação se inverte: o Presidente é da Câmara, e o Relator é do Senado. Logicamente que todos nós temos a consciência de que, se não houver entendimento, nada se aprovará na Comissão Mista de Orçamento na base da força ou da imposição.

Aqui já tivemos embates os mais diversos, mas chegamos a um entendimento num determinado momento. Isso porque, para se aprovar o Orçamento da União — no qual todos têm interesse e o Brasil inteiro também tem —, é necessário haver um entendimento. E o entendimento deve começar logo pela indicação dos membros da Comissão.

Logicamente, a informação que nós temos é de que o Líder do PMDB está querendo não só indicar o Presidente do PMDB, por interveniência dele, mas também um Deputado que lhe seja conveniente.

Eu aqui entendo que nenhum Deputado deste se submete a esse tipo de posicionamento, quer seja Senador, quer seja do próprio Parlamentar.

Então, quero, nesta oportunidade, cumprimentar V.Exa. e acho que os companheiros que aqui se encontram não apresentarão objeções para que possamos transferir esta reunião para a próxima semana, desde que possamos realmente terminar esse processo de indicação na próxima semana, mesmo porque a Comissão precisa trabalhar.

Além dos feriados, do recesso, das dificuldades e dos entendimentos, normalmente teremos muitas reuniões para fechar o Orçamento de 2018. Por isso, Sr. Presidente, de nossa parte, concordamos com a decisão de V.Exa. de adiar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Senador Benedito de Lira, pela experiência que V.Exa. tem nesta Casa, tenho certeza absoluta de que, na próxima reunião, com sua participação e de todos aqueles que querem o bem desta Comissão, haveremos de resolver essa questão que, por enquanto, está suspensa por determinação da Mesa, especificamente atendendo um pedido do partido majoritário, o PMDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins, do PSD de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero manifestar aqui nosso apoio à decisão e a solicitação que nos fazem, em nome do meu partido, o PSD. Eu também já tenho experiência bastante grande nesta Casa, estou no meu sexto mandato e já participei aqui nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização praticamente em todos os cargos, exceção de Presidente e Relator-Geral porque o meu partido nunca foi o de maior bancada.

Eu quero referendar aquela que estava indicada para ser nossa Presidenta, a Senadora Rose de Freitas. Eu tive oportunidade de trabalhar com S.Exa. no ano de 2015, elaborando o Orçamento para 2016. Rose é uma Senadora bastante experiente, testada como Deputada aqui nesta Casa, em vários mandatos, testada como Senadora e testada na própria missão de ser a Presidente da Comissão de Orçamento.

Eu tive o privilégio de ser o Primeiro Vice-Presidente daquela Comissão, e nós naquele ano conseguimos aprovar todas as matérias importantes, conseguimos bater recorde aqui em termos de votações, inclusive entregando, dentro do prazo previsto, a peça orçamentária para o Governo Federal.

Espero que essa decisão possa ser revista, possa ser tomada com equilíbrio necessário para que esta Comissão importante possa iniciar seus trabalhos e que, na próxima semana, terça-feira ou quarta-feira, possamos, enfim, ter a votação dos membros da Mesa e iniciar de fato nossos trabalhos.

A minha Liderança havia pedido para que não registrássemos presença, em razão da falta de quórum, mas marcamos a presença e vamos deixar então para a próxima semana essa decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Jaime Martins, muito obrigado por sua opinião.

Como não há mais oradores inscritos, encerro a presente reunião, convocando outra para próxima semana, terça-feira, dia 18, às 14h30min.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2017

Em virtude da inexistência de *quórum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada Reunião de Eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos, do dia dezoito de abril do ano de dois mil e dezessete, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN*. Foi registrada presença dos membros: **- Deputados titulares:** Bohn Gass, João Fernando Coutinho e Rubens Bueno; **- Senador Titular:** Antonio Carlos Valadares; e **- Deputados Suplentes**: Gonzaga Patriota e Nelson Pellegrino. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **- Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Pedro Chaves e Vicentinho Alves. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Raquel Muniz e Weliton Prado. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 18.04.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Não há número regimental para iniciarmos a sessão. Mas eu quero informar que, mais uma vez, o Presidente do PMDB me procurou hoje, o Senador Romero Jucá, e me garantiu que, até amanhã, todos os membros do PMDB serão indicados para esta Comissão, e assim também, os membros da parte que cabe ao PSDB, que também havia retirado as suas indicações.

Declaro cancelada a reunião e convoco outra para a próxima quarta-feira, às 14h30min. Quando, então, com o quórum já devidamente qualificado, com a presença de todos os partidos desta Comissão, elegeremos o Presidente da CMO. Após isso, o Presidente eleito escolherá o Relator, dentro das regras regimentais.

Obrigado a todos e até a próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

TERMO DE REUNIÃO Nº 2, DE 2017

Em virtude da inexistência de *quórum* para abertura dos trabalhos na representação da Câmara dos Deputados, deixou de ser realizada Reunião de Eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos, do dia dezenove de abril do ano de dois mil e dezessete, no plenário 1 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN*. Foi registrada presença dos membros: **- Deputados titulares:** Jaime Martins e Vander Loubet; **- Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira e Davi Alcolumbre; e **- Deputados Suplentes**: Gonzaga Patriota, Nelson Pellegrino e Renato Andrade. Foi registrada a ausência dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vitor Valim, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **- Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Pedro Chaves e Vicentinho Alves. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Luiz Couto. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 19.04.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Como não há quórum regimental para o início desta sessão, eu quero anunciar que recebi do Líder do Governo no Senado Federal, o Senador Romero Jucá, um ofício, do qual farei a leitura antes de dar por encerrada esta sessão e convocar outra para a semana que vem, com os seguintes termos:

Sr. Senador,

Conforme entendimento com V.Exa., estou formalizando a solicitação do adiamento da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO da data de hoje para, impreterivelmente, o dia 26 de abril, a próxima quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Prende-se ao fato a necessidade do fechamento do entendimento para a indicação do cargo de Presidente da referida Comissão, a qual cabe ao PMDB, e que está sendo tratada com os demais partidos aliados no Senado.

Certo do atendimento de V.Exa. e da compreensão dos membros desta ilustre Comissão Mista, renovo os protestos de estima e consideração.

Romero Jucá

Líder do Governo no Senado.

Então, na próxima quarta-feira, no mesmo horário, às 14h30min, daremos início à reunião e esperamos, como disse o Líder, de forma impreterível, eleger o novo Presidente ou a nova Presidente da Comissão Mista de Orçamento e, a partir daí, escolher o Relator e adotar medidas para iniciar os nossos trabalhos, que estão mais do que atrasados em relação aos anos anteriores.

Convoco a próxima reunião para a próxima quarta-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2017.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para Eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**: Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Rubens Bueno e Vander Loubet; - **Senadores Titulares**: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira e Davi Alcolumbre; - **Deputados Suplentes**: Carmen Zanotto, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha e Pedro Fernandes. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Bilac Pinto, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Toninho Wandscheer, Vitor Valim, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Pedro Chaves e Vicentinho Alves. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão: Deputado Evair Vieira de Melo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), de acordo com o disposto no *caput do art.14 da Resolução nº 1/2006-CN*, iniciou os trabalhos e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, pronunciaram-se sobre o funcionamento da CMO os Senadores Benedito de Lira (PP/AL) e Davi Alcolumbre (DEM/AP), e os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Bohn Gass (PT/RS) e Hildo Rocha (PMDB/MA). **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e treze minutos, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião de eleição da Mesa da CMO, para o dia 3 de maio, quarta-feira, às 15 horas, no plenário 1 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Antonio Carlos Valadares, no exercício da Presidência**.**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 02.05.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Havendo quórum regimental, declaro iniciada a reunião convocada, nos termos regimentais, para a eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que, com base no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, coube a mim presidir temporariamente esta reunião.

Visivelmente, não há quórum para se tomar qualquer decisão. Esta Comissão, então, deverá reunir-se em outra oportunidade.

Está franqueada a palavra, antes do encerramento.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu lamento profundamente essa procrastinação que está acontecendo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Comissão de Mista de Orçamento é uma das mais importantes do Congresso Nacional. O PMDB, que é o partido majoritário, o partido do Governo, do Presidente Michel Temer, está obstruindo a Comissão de Orçamento desde o seu nascedouro.

Eu não sei quais são as razões e os motivos que têm levado o PMDB a agir dessa forma. Agora, os outros partidos com assento na Comissão não podem ficar à deriva do PMDB, aliás, do PMDB do Senado Federal. As questões políticas do PMDB no Senado com o Governo devem ser resolvidas com o Governo. Não se deve criar dificuldades para que esta Comissão possa começar os seus trabalhos.

Nós já estamos, por exemplo, com a LDO, que chegou à Casa e está acéfala. Ou falta comando das Lideranças do Governo no Congresso Nacional, ou é preciso, Sr. Presidente, que os Srs. Parlamentares dos demais partidos que compõem esta Comissão façam valer a autonomia quando das suas convocações.

Por esta razão, apresento o meu protesto, em nome do Partido Progressista do Senado e da Câmara dos Deputados, por essa manobra que o PMDB está fazendo.

O que o PMDB quer? De acordo com as regras regimentais e o histórico desta Comissão no Congresso Nacional, no ano de 2016 a Câmara dos Deputados indicou o Presidente, e o Senado Federal indicou o Relator. Em 2017, o Senado Federal indicará o Presidente, e a Câmara dos Deputados indicará o Relator.

Muito bem, a regra e a Resolução nº 1 estabelecem que partido ou bloco que tenha maioria na Casa indicará o Presidente ou o Relator. E assim, no Senado Federal. Então, eu não sei o que está faltando. Provavelmente, o PMDB quer indicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Relator e indicar o Presidente. Isso não é possível, não atende às regras regimentais.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que convocasse reunião para amanhã, na hora que V.Exa. estabelecer, regimentalmente, para que possamos reunir esta Comissão e mobilizar as Lideranças das duas Casas do Congresso Nacional para convidar os Srs. Parlamentares, quer da Câmara, quer do Senado, para aqui comparecerem, a fim de que possamos — independentemente de o PMDB indicar ou não seus membros, porque é problema do PMDB, não é da Comissão — eleger amanhã o Presidente da Comissão. E este, regimentalmente, indicará ou convidará um Parlamentar da Câmara para ser o Relator. É este o apelo que faço a V.Exa., porque é a terceira vez que V.Exa. abre a reunião e, infelizmente, por falta de quórum, convoca reunião para outra semana.

E eles ficam zombando, o PMDB do Senado Federal, sob a Liderança do Senador Renan Calheiros. Se há problema, é com o Governo dele, do PMDB. Não podemos ficar à deriva, nem sujeitos à vontade do PMDB do Senado Federal. Precisamos de respeito! Cobramos respeito aos demais partidos com assento naquela Casa, que já indicaram os seus representantes para esta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, questões de politicagem, infelizmente, não têm espaço nesta Casa, nem na Comissão de Orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez apelo a V.Exa.: se puder, convoque a reunião para amanhã, quando faremos a eleição do Presidente da Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Senador Benedito de Lira, V.Exa. tem razão quando reclama da necessidade imperiosa de que esta Comissão cumpra o seu papel. Não o faz única e exclusivamente porque tanto o PMDB quanto o PSDB, que são partidos que integram esta Casa, ainda não se manifestaram sobre as indicações a que têm direito.

Refiro-me ao PSDB do Senado e ao PMDB do Senado, mas o PMDB e o PSDB da Câmara cumpriram com sua tarefa. Os Líderes dos dois partidos fizeram a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO está aqui há duas semanas. Inclusive, eu já fui Relator e sei da importância e sei o que representam para a Nação o debate e a discussão sobre os mais variados temas constantes de uma LDO. E por essa desídia da nossa Comissão, deixamos de apreciar uma matéria tão importante para os destinos do nosso País, simplesmente porque há uma divergência política, que só pode ser superada com a observância ao Regimento da Casa, ao Regimento Interno do Congresso Nacional. Deve-se obedecer às normas da indicação e do Presidente e do Relator. Em caso de divergência total, faz-se eleição. Assim se resolve democraticamente quem será o Presidente, e este nomeará o Relator.

Há muitos anos estou neste Congresso Nacional. Lamento esta situação. É a primeira vez que vejo esse impasse, criado justamente por dois grandes partidos, aos quais o Regimento Interno dá o direito da indicação de vários membros.

Por exemplo, o PSDB tem direito de indicar quantos Parlamentares do Senado? *(Pausa.)* Um titular e um suplente. Do PMDB são três ou quatro? *(Pausa.)* São três titulares e três suplentes.

Bastava uma mensagem de WhatsApp, e eu aceitava a indicação, dada a urgência com que temos que agir para a indicação do Relator, a fim de começarmos os trabalhos da LDO.

Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, na verdade, o tom do meu questionamento já foi respondido por V.Exa., e foi feito pelo Senador Benedito de Lira. Teríamos hoje uma sessão do Congresso Nacional convocada para as 18h30min, que foi cancelada. E esse foi um dos empecilhos que provavelmente causaram o adiamento desta reunião. O questionamento que eu faria a V.Exa. seria o mesmo feito pelo Senador Benedito de Lira, e já foi respondido por V.Exa.

Agradeço a atenção.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra. Sou o Deputado Bohn Gass.

Sr. Presidente, eu só entendo a suspensão da reunião de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É um prazer ouvi-lo!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado.

Eu só quero fazer uma observação clara. Eu não vou entrar no debate sobre as razões pelas quais os partidos no Senado ainda não indicaram os nomes, não vou entrar nesse debate. Eu só quero uma informação precisa: em não havendo a reunião de hoje, fica convocada outra para a próxima quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Eu vou decidir daqui a pouco, de acordo com o pleito feito pelo nosso Senador Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - O certo é que não será hoje, então...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Não será hoje, porque precisaríamos ter no plenário, para qualquer decisão, a presença de 6 Senadores e 16 Deputados Federais. Olhando ao largo, verificamos que não há esse número.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão, futuro Senador, nosso querido amigo!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares.

Srs. Senadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, entristece-me muito, e a todos nós também, saber que até agora o PMDB, partido do qual eu faço parte — e que já indicou seus membros da Câmara à Comissão Mista de Orçamento —, ainda não indicou os nomes do Senado, assim como também não o fez o PSDB. É muito triste vermos esta situação.

Nós sabemos que a LDO já está aqui. Nós temos que debater a LDO! E olhem que nós estamos vivendo um novo tempo, com a emenda à Constituição Federal do teto de gastos públicos. Isso demanda mais tempo de análise por todos nós, porque se trata de uma novidade que não tínhamos até o ano passado, quando foi elaborada a LDO para este ano e a Lei Orçamentária deste ano. Vamos conviver com uma novidade, portanto precisaremos de mais tempo para decidir melhor sobre a LDO, em função da emenda à Constituição Federal que trata sobre o teto de gastos no Orçamento.

Sr. Senador Antônio Carlos Valadares, que ocupa a Presidência desta Comissão neste momento, li atentamente o Regimento. Entendo que, se o Regimento não comporta, nós vamos ter que mudá-lo para que, em anos seguintes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não venha a ocorrer isso, para que não se torne rotina. O que nós sabemos é que, quando os partidos não indicam os seus representantes nas Comissões, o Presidente ou da Câmara ou do Senado pode fazer a escolha.

Como o Presidente do Congresso é um Senador, o Senador Eunício Oliveira, entendo que V.Exa., como Presidente desta Comissão no momento, até pela questão regimental, deve solicitar a S.Exa. que indique logo hoje os nomes do PMDB e do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Deputado, S.Exa. está adoentado, mas falei com S.Exa. na semana passada. Contudo, como o Senador é do PMDB, não quer entrar nessa bola dividida.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim, mas o 1º Vice-Presidente do Congresso é o Deputado Federal Fabinho, que também é do PMDB. Refiro-me ao Deputado Fábio Ramalho, do PMDB de Minas Gerais. Por ser o 1º Vice-Presidente da Câmara, torna-se automaticamente o 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Essa é uma boa sugestão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu acho que V.Exa. deveria conversar com o Deputado, para que decida. Lá há 20 nomes do PSDB. Que S.Exa. escolha. Tire e exclua aqueles que já participaram no ano passado, porque não podem mais, assim como também escolha os do PSDB. Exclua apenas os que já participaram no ano passado.

Que se decida hoje ainda, porque não é possível continuarmos desse jeito! Nós vamos ter menos de 2 meses para discutir a LDO, com uma novidade que é salutar e boa, a mudança na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem que prever a questão do parâmetro de fixação dos gastos. Não podemos gastar mais do que gastamos no ano passado, somente de acordo com a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Deputado Hildo Rocha, para dar razão a V.Exa., estou aqui assessorado pelo nosso Secretário Robson, que aponta a Resolução nº 1.

Diz o § 2º do art. 4º da Resolução nº 1:

Art. 4º.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

> *2º Esgotado o prazo referido no* caput *e não havendo indicação pelos Líderes (...)*

Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos, e o Líder o fará até o quinto dia útil do mês de março. Como não foi feito, esgotou-se o prazo. Não houve indicação pelos Líderes. Portanto, segue o art. 4º:

> *Art. 4º.....*
>
> *.....*
>
> *2º Esgotado o prazo referido no* caput *e não havendo indicação pelos Líderes, as vagas não preenchidas por partido ou por bloco parlamentar serão ocupadas pelos Parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas, mediante publicação da secretaria da CMO, observado o disposto no § 1º.*

É o Presidente do Congresso, não é? De fato...

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Senador Davi Alcolumbre, é um prazer ouvi-lo.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - V.Exa. estava fazendo uma leitura do Regimento. Nesse caso, nós não estamos remetendo ao Vice-Presidente da Câmara, ao Deputado Fábio. V.Exa. está comunicando que serão indicados os mais idosos das respectivas bancadas? Por quem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - É o Presidente do Congresso. Na verdade, é o Presidente Eunício Oliveira, que está licenciado esses dias, por motivo de saúde.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - O Presidente atual é o Deputado Fábio. Então, S.Exa. poderia fazer essa indicação, e nós poderíamos fazer a reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Então, além de eu entrar em contato, eu gostaria que os senhores também entrassem em contato, uma vez que o Deputado estará hoje no plenário da Câmara.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Na votação dos vetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Foi cancelada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - A reunião foi cancelada.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas S.Exa. já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Então, parece que o PMDB do Senado está totalmente desinteressado. Por quê? Esta é a quarta reunião que estamos fazendo, até em sala diferente daquela sala tradicional em que nós fazemos as reuniões da CMO. Outras Comissões estão tomando conta do nosso espaço, porque os dirigentes das outras Comissões já chegaram à conclusão de que a nossa Comissão não funciona, não cumpre a sua tarefa.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Imaginem só, a Comissão de Orçamento do Brasil não funciona!

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Sim, a Comissão de Orçamento do Brasil.

Então, Deputado Hildo Rocha, V.Exa., que é uma pessoa que já está aqui há muito tempo na Câmara e conhece todos os seus companheiros do PMDB, faça ver a S.Exas. no Senado a importância de que essa indicação seja feita o mais rápido possível, até pelo próprio...

Agora, eu vou fazer uma ponderação. Como o Presidente está fora por motivo de doença, e em se tratando de uma grande liderança do PMDB, não seria de bom alvitre passarmos na frente de S.Exa. e fazer com que o Deputado Fabinho entre nessa bola dividida.

Eu vou conversar com o Senador Eunício, que está em São Paulo, fazendo exames, e vou ver o que S.Exa. vai dizer. O estado de saúde do Senador não é grave, mas, como teve desmaio, foi a São Paulo, a um centro de saúde mais adiantado e mais específico, para saber o que tem. Acredito que, daqui para amanhã, S.Exa. estará por aqui.

Mas eu vou convocar para amanhã, quarta-feira, independentemente da indicação do PMDB, uma nova reunião, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Tem que ser às 15h30min, Sr. Presidente, porque o Regimento diz que a convocação precisa ser feita 24 horas antes, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Então, às 15h12min.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Vamos fazer às 15h15min, em homenagem ao PMDB, que não indicou ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antônio Carlos Valadares) - Amanhã, às 15 horas, começamos. Eu virei antes um pouco.

Agora, além desse trabalho que o Deputado Hildo Rocha vai fazer junto aos seus companheiros do PMDB, eu pediria ao PP, que também tem um bloco com mais de 60 Deputados... Só nesta Comissão são quantos membros do Bloco do PP? *(Pausa.)* São quatro titulares e quatro suplentes na Câmara, Deputado Cacá Leão.

Seria bom que os senhores se articulassem no sentido de trazer os membros, porque, se nos reunimos aqui e demonstramos ao PMDB do Senado que, se quisermos, nós resolvemos, aí eles vão se interessar.

Eu tenho também outros afazeres no Senado. Eu participo de Comissões, de debates sobre medidas provisórias. Tenho as atividades em plenário, tenho votação na Ordem do Dia. Eu estou perdendo tempo, assim como os senhores.

Portanto, amanhã, às 15 horas, está convocada nova reunião para decidir sobre a eleição da CMO.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quinta Legislatura

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 9, 10 E 16 DE MAIO DE 2017.

Aos nove, dez e dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos plenários 4 e 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para Eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2017. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**; Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; - **Senadores Titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre e Vicentinho Alves; - **Deputados Suplentes**: Andre Moura, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Domingos Sávio, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Jorge Solla, Misael Varella, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Victor Mendes e Zeca Dirceu; e - **Senador Suplente**: Hélio José. Foi justificada a ausência do Deputado Evandro Roman, Membro Titular. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Carlos Sampaio, Hugo Motta, José Airton Cirilo, Orlando Silva, Professora Dorinha Seabra Rezende e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Pedro Chaves e Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Arthur Lira, Delegado Edson Moreira, Evair Vieira de Melo, Félix Mendonça Júnior, Raquel Muniz e Wilson Filho. **ABERTURA:** às quinze horas e dezenove minutos, do dia 9 de maio de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), de acordo com o disposto no *caput do art.14 da Resolução nº 1/2006-CN*, declarou aberto os trabalhos e informou que não havia *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. O Presidente em exercício, anunciou a designação do Deputado Cacá Leão (PP/BA), para o Cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, considerando o teor do Ofício nº 69/2017/LidPP, de 29 de março de 2017, do Deputado Arthur Lira, Líder do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB, que fez a indicação. Em seguida, sobre o assunto, houve pronunciamentos dos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Arthur Lira (PP/AL), Bohn Gass (PT/RS), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Hildo Rocha (PMDB/MA), Vitor Valim (PMDB/CE) e dos Senadores Benedito de Lira (PP/AL) e Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Presidente em exercício. Às 16h09min, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos e convocou a continuação da reunião de eleição da Mesa da CMO, para o dia seguinte, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 10 de maio, quarta-feira, às 14h55min, os trabalhos foram reabertos pelo Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Presidente em exercício, que comunicou o encaminhamento do Ofício Pres. nº 9/2017-CMO, de 10 de maio de 2017, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, informando a homologação do nome do Deputado Cacá Leão (PP/BA) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018. No mesmo expediente, relembrou que apesar da instalação da CMO ter ocorrido em 28 de março, os trabalhos não se iniciaram em virtude de não ter sido eleita a Mesa daquela Comissão. Isto posto, solicitou ao Presidente do Congresso Nacional a sua interveniência junto ao PMDB, partido com a maior bancada do Senado Federal, para que indicasse o mais rápido possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

três membros titulares e dentre esses um para Presidência da CMO, bem como os seus suplentes. No mesmo sentido, solicitou também a indicação dos membros pelo PSDB, no Senado Federal. Em prosseguimento, sobre o tema abordado, fizeram o uso da palavra os Deputados Jaime Martins (PSD/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Nelson Pellegrino (PT/BA) e o Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, às 15h48min, o Presidente em exercício, em consenso com os parlamentares presentes, anunciou que suspenderia a reunião e convocou a sua continuação para data e horário que seriam divulgados oportunamente. No dia 16 de maio, terça-feira, às 14h44min, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), conforme dispõe o caput do *art.14 da Resolução nº 1/2006-CN.* **ORDEM DO DIA:** o Presidente em exercício, leu os seguintes expedientes: 1) OF. GLPMDB nº 121/2017, de 16 de maio de 2017, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, comunicando, nos termos regimentais, a indicação dos Membros Titulares, Senadores Dário Berger, Valdir Raupp e Kátia Abreu; e dos Membros Suplentes, Senadores Hélio José, Rose de Freitas e Raimundo Lira, para a composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. 2) OF. GLPMDB nº 122/2017, de 16 de maio de 2017, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, comunicando nos termos regimentais, a indicação do Senador Dário Berger (PMDB/SC) para concorrer ao cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. 3) Ofício nº 37/17-GLPSDB, de 16 de maio de 2017, do Senador Paulo Bauer, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, indicando o Senador Ataídes Oliveira, como membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. Às 14h51min, O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), com base no *art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputado,* apresentou Questão de Ordem solicitando a interrupção dos trabalhos da Comissão, tendo em vista o andamento da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/CE) **decidiu** que, de acordo com o *art. 151 do Regimento Comum,* observado o disposto no *art. 107, Parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal,* como estava ocorrendo sessão deliberativa **extraordinária** no plenário da Câmara dos Deputados, os trabalhos não deveriam ser encerrados. Em prosseguimento, o Presidente em exercício consultou o Plenário se podia proceder a eleição do Presidente da CMO para 2017 por aclamação, tendo como candidato o Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em votação, a proposta de eleição por aclamação foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente em exercício declarou eleito e empossado o Presidente da Comissão para 2017, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em sequência, o Presidente em exercício concedeu a palavra aos Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Andre Moura (PSC/SE), Líder do Governo no Congresso Nacional, Maia Filho (PP/PI), Domingos Sávio (PSDB/MG) e aos Senadores Benedito de Lira (PP/AL) e Hélio José (PMDB/DF) que manifestaram-se sobre a eleição. Às 15h23min, o Presidente eleito, Senador Dário Berger (PMDB/SC), assumiu a direção dos trabalhos e confirmou a designação do Deputado Cacá Leão (PP/BA) para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 e convidou-o para compor à Mesa. O Presidente informou que na próxima reunião ocorreria a eleição para os demais cargos da Mesa da CMO e fez o discurso de posse. Logo após, a palavra foi concedida aos Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Jaime Martins (PSD/MG), João Fernando Coutinho (PSB/PE), Pedro Fernandes (PTB/MA), Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Orçamento e aos Senadores Ataídes Oliveira (PSDB/TO) e Hélio José (PMDB/DF), que parabenizaram o Presidente eleito. **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente, Senador Dário Berger, encerrou os trabalhos. Antes, comunicou a realização de reunião com Representantes das Lideranças Partidárias, que seria realizada no dia 17 de maio, quarta-feira, às 14 horas, na Sala de Reunião da Presidência da CMO, para tratar sobre indicações de relatorias. E, convocou reunião ordinária para o dia 23 de maio, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 09.05.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Havendo número legal, inicio a presente sessão, que foi convocada nos termos regimentais para eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Informo que, com base no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, coube a mim presidir temporariamente esta reunião.

Nós temos a presença de 13 Deputados Federais e 3 Senadores. Não há quórum para deliberação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu percebo claramente o desejo de V.Exa., que é também o dos demais pares, de iniciar os trabalhos desta importante Comissão do Congresso. Entendo que esse esforço deve ser continuado, devemos buscar isso. Mas inicio dizendo que nós já começaríamos com um problema. Efetivamente, a reunião está se iniciando além do horário regimental, que seria a tolerância de 30 minutos, contados a partir do horário para o qual ela foi convocada.

Eu só faço essa ponderação para fazer um alerta, com todo o respeito à experiência de V.Exa. e dos demais pares. Esta Comissão, para produzir para o País os resultados que todos nós desejamos, que é fazer com que o País tenha a análise orçamentária, as matérias relativas ao Orçamento Geral, ao acompanhamento da sua execução, pressupõe entendimentos. Esses entendimentos se dão mesmo quando o Governo tem ampla maioria folgada. Isso sempre foi necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já estive aqui na condição de Deputado representando a Oposição, terei uma missão um tanto quanto diferente neste momento. Mas é a mesma missão: servir ao Brasil.

Eu faço um apelo a V.Exa.: nós precisamos, mais uma vez, tentar aguardar o acordo entre os partidos para efetivamente iniciarmos uma reunião de eleição de Presidência. Sem isso, eu acredito que iríamos esbarrar numa série de óbices regimentais. Portanto, eu sugiro que nós não façamos esta reunião de eleição de Mesa, uma vez que ela já se iniciaria ferindo esse pressuposto regimental do horário efetivo de início, que seria 30 minutos após o horário da sua convocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Domingos Sávio, eu aceito em parte as ponderações de V.Exa., inclusive afirmando que o prazo existe para iniciar as sessões, para dar quórum, e não para iniciarmos a reunião. Não existe nenhum dispositivo regimental que me obrigue a começar às 15 horas ou às 15h20min, mas sim para o início das deliberações.

Por outro lado, eu quero dizer a V.Exa. que tivemos, nós todos que aqui comparecemos, a máxima paciência e compreensão, tanto que já realizamos cinco reuniões contando com esta, aguardando que tanto o partido de V.Exa., Deputado Domingos Sávio, como o PMDB indiquem os seus membros.

Quero dizer que a Câmara Federal indicou e cumpriu o seu papel. Está havendo uma querela no âmbito do PMDB, dentro do Senado Federal, que, sem nenhuma razão, reage à indicação do maior bloco da Câmara dos Deputados, que, de acordo com o Regimento, tem o direito de indicar o Relator, o Deputado Cacá Leão, cujo nome foi divulgado por todas as redes sociais e pelos jornais. Eu acreditava que não haveria nenhuma contestação. Tenho certeza de que não é o nome dele, que é um Deputado competente, íntegro, de um Estado dos mais fortes do Nordeste e do Brasil, que é a Bahia. Dessa forma, a Comissão será muito bem representada com o Cacá Leão.

Acontece que eu soube, e isso não é desconhecido de ninguém, que a Liderança do Senado, além de querer indicar o Presidente, quer também indicar o Relator, na pessoa de um Deputado Federal do PSDB, que é do seu partido.

Digo isso sem nenhum desdoiro ao PSDB, partido que tenho como grande aliado no Estado de Sergipe, tanto que nas últimas eleições votei no candidato Aécio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Neves. Nada tenho contra o PSDB — pelo contrário, só tenho elogios a fazer ao partido de V.Exa.

O PMDB do Senado, ou seja, uma parte do PMDB do Senado, que disputa a política regional com o PP de Alagoas, do Deputado Arthur Lira, não aceita de forma nenhuma a indicação do bloco do qual faz parte o PP. O que o Regimento tem com isso? Nada.

Se eu quisesse criar um caso, agora mesmo eu nomearia o Relator da LDO e tenho toda a prerrogativa de indicar o Cacá Leão neste momento como Relator-Geral do Orçamento da União, uma vez que o Deputado Arthur Lira cumpriu todos os prazos regimentais e o indicou, com base naquilo que é previsto pelo nosso Regimento, na data prevista pelo Regimento.

Ele tem hoje todas as condições de ser nomeado pelo Presidente, mesmo por um Presidente interino, como eu, para ser o Relator — isso é o normal. Para haver acordo, o Relator é o Deputado Cacá Leão. Eu recebo a informação de que está havendo agora uma articulação no Senado Federal, inclusive com a participação do Presidente da Câmara, no sentido de encontrarem lá uma solução para o envio do nome do PMDB, aliás o envio da lista dos nomes do PMDB e da lista do PSDB, com a indicação do novo Presidente da CMO, que naturalmente será do PMDB.

Porém, para não haver qualquer dúvida sobre a aplicação do Regimento, na autoridade que me confere esta Comissão, eu vou deixar assinada logo a indicação do Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, sem nenhum desejo de me confrontar com o PMDB, já que, havendo acordo, será ele. E, não havendo acordo, será ele, porque é o Regimento que determina que isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu já estou, então, fazendo aquilo que me dá direito o Regimento. Não foi ele que me pediu, não foi o Líder que me pediu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra ela ordem. Não é esse o nosso entendimento.

Eu quero reiterar, Sr. Presidente, primeiramente, o respeito a V.Exa., um Senador que tem a estatura moral e a experiência diante das quais nos curvamos. E entendemos que S.Exa. preside interinamente, com o objetivo de eleição da Mesa, e o faz de forma absolutamente legítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Porém, Sr. Presidente, o que o nosso Regimento diz é que compete não ao Presidente interino, mas ao Presidente da Comissão, o eleito.

Esta Comissão foi convocada com pauta para eleger o Presidente e não para que o Presidente interino assuma uma função que, no nosso entendimento, *data venia*, com todo respeito a V.Exa., não lhe é facultada pelo Regimento da Casa. Ela é uma prerrogativa do Presidente que vier a ser eleito. Ela não é, em nenhum momento, uma prerrogativa do Presidente interino. O Presidente interino tem tão unicamente a função de presidir esta sessão com pauta convocada para eleição da Mesa, o que V.Exa. fará com maestria.

Mas insisto e rogo a V.Exa. a prudência de aguardar esse entendimento, porque, tendo a eleição do Presidente, ele fará, como o Regimento prevê, a indicação não apenas do Relator da LOA, mas também da LDO e das demais Relatorias previstas nesta nossa Comissão.

Eu deixo muito claro e formularei com os artigos de forma precisa que não é competência da Presidência interina assumir as funções do Presidente da Comissão, quanto mais numa reunião convocada com pauta específica para eleger um Presidente e não para nomear a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Acontece que a nomeação da Relatoria não depende nem desta sessão. Independentemente da...

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, se me permite, peço a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Darei a palavra em seguida a V.Exa., Deputado Arthur Lira.

Continuando, a designação do Relator não depende de uma reunião como esta.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Ela é um ato administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - É um ato puramente regimental e administrativo.

Mas quero ouvir a palavra do nosso Líder, Deputado Arthur Lira.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, Senador Valadares, meu amigo pessoal Domingos Sávio, nós não queremos e não iremos dar início a uma discussão neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É bem verdade que existem os preceitos e intuitos nacionais do PSDB e do PMDB, mas não se explica publicamente até hoje por que não fizeram pelo menos a indicação dos seus membros e do possível candidato a Presidente. A nossa resolução, e eu digo isso com a humildade de ter sido, Deputado Domingos Sávio, V.Exa. sabe, Presidente no ano anterior...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com muita competência.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Fiz isso com muita competência justamente graças ao respeito à Resolução nº 1, a muita conversa, a muito diálogo, a muita discussão.

Nós estamos, desde o dia 28 de março, pacientemente, esperando a indicação do Senador Renan Calheiros e do Senador Aécio Neves, através de seu Líder Dalirio Beber, mas até hoje não foi feito.

A partir do momento em que se descumprem prazos, não se tem que falar em Regimento, porque o Regimento permite, sim, ao Senador mais antigo indicado, que é o Senador Valadares, muito competente e nosso amigo, fazer indicação de Relator- Geral, de Relator da LDO, de Relator da Receita.

Se nós não iremos pedir que ele faça isso hoje, muito embora a decisão pessoal seja dele, é porque recebi uma comunicação do Presidente da Casa. A ausência dos Líderes do Governo nesta reunião vai ser notada, porque atendemos as solicitações do Líder Andre Moura e do Líder Romero Jucá por 5 semanas seguidas, para não trazermos essa discussão ao plenário desta Casa.

Mas os prazos da LDO já estão vencidos, Sr. Presidente. Não é possível que as matérias referentes ao orçamento da República Federativa do Brasil fiquem abaixo da caneta ditatorial deste ou daquele Senador, deste ou daquele Deputado.

Sendo assim, nossa palavra aqui é que nós estamos na busca. Sempre pleiteamos e fomos atrás do acordo — acordo com lógica, acordo com sequência. A Comissão não anda sozinha com nenhum partido, com nenhum membro, seja Presidente, seja Relator.

Sr. Presidente, este aqui é um colegiado amplo, de duas Casas, uma Comissão poderosa bicameral e que precisa alcançar o entendimento.

Volto a afirmar, Deputado Domingos Sávio — com todo o respeito que tenho a V.Exa., ao seu partido, ao PMDB, e a todos que fazem esta Comissão —, que recebi uma ligação do Presidente Rodrigo, que teve uma reunião agora com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Renan Calheiros e fez um apelo para que ele cumpra a obrigação de indicar os membros do PMDB.

Diferentemente do Relator, que tem preceito na Resolução nº 01, que é da maior bancada, bloco ou partido, o Presidente ser o da maior bancada na Casa ao lado é costumeiro. Nós temos o costume de eleger o Presidente do maior partido ou bloco da Casa diversa do Relator. E nós estamos atrás de cumprir esse costume.

Mas se nós não temos um Senador indicado para cumprir o costume, o que nos resta a fazer? Extinguir a Comissão? Parar? Não vamos ter Orçamento porque este ou aquele não quer? É difícil.

Sendo assim, nós estamos obedientes. Como Líder do partido, nós fizemos um apelo pessoalmente ao Senador Valadares para que, muito embora eu reconheça que ele tenha a competência, e o fará se for necessário, ele espere o final da reunião de hoje do Senador Aécio Neves, do Presidente Rodrigo, do Senador Renan, para que o bom senso prevaleça e que se chegue à indicação de um Senador do PMDB que venha cumprir a resolução. Se não for de compromisso assumido previamente, nos o derrotaremos no plenário desta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O Deputado Domingos Sávio ainda pretende falar?

Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, trata-se apenas de uma questão que eu insisto em fazer. Eu fiz a leitura atenta do art. 17 da Resolução nº 1. Eu não sou um especialista, mas sou um estudioso e sou devoto de que possamos sempre cumprir o Regimento, especialmente, a Resolução nº 1, que norteia os trabalhos da nossa CMO.

Ocorre que ela trata, no *caput* do artigo, de fazer a referência a que, não havendo sido designados pelos seus Líderes aqueles que serão os respectivos Relatores, caberá ao Presidente, na ausência de designação pelos Líderes...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O PP cumpriu o prazo, Líder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí é que eu demonstro de maneira cabal que esse artigo não serve, não foi elaborado, não traz o condão de transmitir ao Presidente interino esse poder, porque ele parte do pressuposto de que temos um Presidente. Cabe aos Líderes indicar os Relatores. Na ausência da indicação dos Relatores, aí, sim, cumprir-se-ia esse prazo que V.Exa. pressupõe para o Presidente eleito, valendo-se desse artigo, indicar os Relatores, mesmo que seus Líderes não o tenha feito, o que não é o caso. O Líder Arthur fez a indicação do Líder.

O que eu arguo aqui, de maneira muito clara, é que a função de V.Exa. neste momento é presidir interinamente a Comissão com o propósito — de maneira explícita e não de maneira tácita colocado pelo Regimento — de proceder à eleição.

Ora, V.Exa. não pode se abster de proceder à eleição e avocar para si as funções daquele que seria o Presidente. Eu não vou aprofundar o debate, mas isso seria, obviamente, usurpar daquele que será o Presidente a principal missão do início dos trabalhos. E esse não é o propósito nem a intenção de V.Exa.

Eu volto ao início da minha fala: a intenção de V.Exa., que é extremamente louvável, assim como a dos demais colegas, e é também a minha, é iniciarmos o trabalho. Eu não compactuo com essa ideia de adiar indefinidamente, e todos vocês sabem disso. Pelo contrário, eu desejo que cheguemos a um entendimento hoje. Entretanto, é óbvio que, se nós não chegarmos a um entendimento, nós vamos procrastinar ainda mais, porque vamos transformar o trabalho desta Comissão numa queda de braço, que fatalmente vai prejudicar os trabalhos da Comissão, do futuro Relator, do futuro Presidente, de todos nós e, por fim, do País.

Portanto, eu rogo a V.Exa.: vamos aguardar. Os Líderes estão com a incumbência de dar sua sinalização. A partir daí, iniciaremos efetivamente os trabalhos. Pelo menos, hoje foi a primeira vez que eu tive oportunidade de ver iniciada uma reunião com esse propósito. E eu acredito que isso, de alguma forma, já produzirá bons resultados em benefício de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agradeço a V.Exa. Eu concordo com um trabalho para evitar a procrastinação, Deputado, mas o Regimento é muito claro.

Estou há mais 15 anos neste Congresso Nacional. Cheguei aqui em 1995. São quantos anos?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - São 22 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Aliás, estou aqui há 22 anos. Já fiz parte várias vezes da Comissão de Orçamento, já fui Relator da LDO. Sendo assim, eu conheço de perto como funciona esta Comissão, sei dos acordos que são feitos antecipadamente — antes da escolha do Presidente e da escolha do Relator-Geral e dos Relatores setoriais.

Nesse período, eu não me recordo, Deputado Domingos Sávio, de uma situação como esta que estamos vivenciando, em que o Líder do PMDB no Senado há várias sessões vê-se numa briga intestina com o seu partido para indicar um Presidente que não queira indicar um Relator de outro partido.

A condição *sine qua non* que foi estabelecida pela Liderança do PMDB é que o Presidente novo não tenha compromisso com o novo Relator, ou seja, não indique o novo Relator.

Deputado Domingos Sávio, só para conhecimento de V.Exa., que disse, muito embora tenha desmentido adiante, que eu queria usurpar as atribuições do Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Longe de mim querer dizer isso. Eu sei que essa nunca seria a intenção de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu jamais faria isso, mesmo porque estou fundamentado no Regimento. Estou aqui não há 15 anos, mas há 22 anos.

O art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, diz o seguinte:

> *Art. 14. O Presidente, nos seus impedimentos ou ausências* — ausências! —*, será substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da CMO, dentre os de maior número de legislaturas.*

Dessa forma, sou eu o Presidente.

E o art. 17, *caput*, a que V.Exa. se referiu, diz:

> *Art. 17. O Relator-Geral, o Relator da Receita e os Relatores Setoriais (...) serão indicados no prazo de até 5 (cinco) dias após a instalação da CMO.*

Diz o § 2º do mesmo art. 17:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 17.....

.....

§ 2º Não havendo indicação de relator no prazo definido no caput*, o Presidente designará como relator o membro do partido na CMO, obedecida:*

I - a proporcionalidade partidária e a proporcionalidade de membros de cada Casa na CMO;

Sendo assim, vou deixar registrado aqui que isso não é atitude da Comissão, é uma atitude de quem está na Presidência. O Líder não me pediu — quero fazer justiça —, o Deputado Cacá Leão não me pediu isso, mas eu faço uso dessa prerrogativa para acelerar os entendimentos lá no Senado. Essa é uma contribuição ao funcionamento desta Casa. Eu já estou designando o Relator, porque ele já sabe de antemão que amanhã posso designar o Relator da LDO. E não o fiz ainda, justamente para dar oportunidade, uma vez que não houve entendimento sobre esse assunto. Mas, a respeito do Relator-Geral do Orçamento, houve uma indicação regimental.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, é o Relator da LDO ou da lei do orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não. Eu estou dizendo o seguinte: eu estou fazendo a indicação regimental do Relator-Geral do Orçamento.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Ah, sim! V.Exa. disse LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não. Eu disse o seguinte: que poderia ser o da LDO.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mas eu o estou designando sem que eles me pedissem. Inclusive eles fizeram uma ponderação. Eu quero justificar e me colocar no lugar deles, porque sei que eles querem construir o melhor para esta Comissão, e eu também.

Com autoridade e com a preocupação que eu tenho de que esta Comissão venha a funcionar definitivamente em benefício do Brasil — não em benefício do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meu Estado de Sergipe, mas em benefício do Brasil —, já estou cumprindo uma missão regimental, designando...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, permita-me que eu me redima com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu estou com a palavra, Deputado. Darei a palavra depois a V.Exa. com muito prazer pelo tempo que quiser.

Eu já deixo aqui designado, e não depende desta reunião, Aliás, estou apenas comunicando que já deixo assinada aqui a designação que o Regimento me permite fazer: a nomeação do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 — PLOA, conforme indicação constante do Ofício nº 69/2017/LidPP, de 29 de março de 2017, do Deputado Arthur Lira, Líder do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, primeiramente, quero reiterar o meu respeito absoluto a V.Exa., à sua história. Embora divergindo de V.Exa., eu o enalteço, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Respeito sua posição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tenho reconhecimento pela sua história e pela sua pessoa. Mas me permita dizer que V.Exa. está sendo mal assessorado. O art. 14, que V.Exa. acabou de ler, diz textualmente “substituir”.

Sr. Presidente, não se substitui o que não existe. Sr. Presidente, não se substitui um Presidente que não foi eleito. Sr. Presidente, não há como V.Exa. se fundamentar no art. 14. E assessoria, ao seu lado, terá dificuldade de explicar isso. Não se substitui o que não existe. A interinidade a que eu me referi...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Sr. Deputado, permita-me colaborar com o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Quem substitui é Presidente?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, é claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Se o Presidente da República viaja para os Estados Unidos, o Deputado Rodrigo Maia é o Presidente interino.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, Sr. Presidente, isso é óbvio. Agora, o que nós estamos... Nós estamos diante de algo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Ele é o Presidente interino. Só não vale para esta Comissão, porque está dito aqui, no art. 15.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eleito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Está escrito, no art. 15, que ao Presidente compete designar os Relatores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, Sr. Presidente. Eu fiz primeiro a explicação do art. 17 porque achei que nem iria se aventar o 14. O art. 14 é absolutamente claro quando diz *"substitui o Presidente"* — o Presidente eleito, é óbvio, é óbvio!

Esta sessão foi convocada com pauta para eleger o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mas eu não estou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E, na medida em que não se elegeu, não há como V.Exa. substituir alguém que não foi eleito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado, eu não estou assinando esse ato em função desta reunião, não; essa prerrogativa já está inscrita no Regimento, o que me permite a nomeação.

O Senador Benedito de Lira deseja falar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, função administrativa, e o Regimento é claro, é do Presidente eleito.

Há uma série de aspectos que serão demonstrados no Regimento, aos quais a assessoria, perdoe-me, deveria estar atenta para não complicar o trabalho da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu sei que V.Exa. é um regimentalista, mas, com todo o respeito, para tomar essa decisão, eu não preciso da assessoria. Basta que eu saiba ler e interpretar o Regimento. Agradeço a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Senador Benedito de Lira está com a palavra.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu não imaginava que V.Exa. fosse um homem tão paciente. Digo isso porque, na terça-feira próxima passada, esteve aqui o Líder do Governo no Congresso Nacional. E V.Exa. estava presente quando ele disse o seguinte: *"Presidente, vim fazer um apelo para que o senhor encerre esta sessão e convoque outra para a próxima terça-feira, porque está havendo um entendimento. Se até lá não houver entendimento, V.Exa. age de acordo com o Regimento".*

O que ele quis dizer naquela oportunidade? Ele gostaria que nós fizéssemos a eleição do Presidente, e o Presidente indicaria o Relator.

V.Exa. leu o art. 14 e o 17. Às vezes o *caput* do artigo diz algo e, abaixo, o parágrafo seguinte é o que resolve. O que diz aí? Diz que, ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, se a Comissão não tiver nenhum deles, o membro mais antigo da Comissão assumirá a Presidência e deliberará com as prerrogativas de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - E eu estou assumindo essa prerrogativa regimental.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - V.Exa. está assumindo a prerrogativa regimental.

Eu já disse isso e vou repetir: até quando temos de ficar na dependência da vontade da Liderança do PMDB, que se juntou agora à Liderança do PSDB, que também não indicou pelo Senado Federal? Esperem aí. Nós temos consciência de que tem que ser feito acordo nesta Comissão, mas debochar, procrastinar, querer fazer os outros de idiota não pode acontecer mais.

V.Exa., que é um homem sério, sóbrio, responsável, não assinou um documento simplesmente para aparecer na mídia, como muitos fazem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu tenho muita paciência.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - V.Exa. tem muita paciência e assinou um expediente designando o Relator-Geral do Orçamento com base no que estabelece o Regimento da Casa.

Amanhã, se eles indicarem os membros da Comissão, na próxima reunião que V.Exa. convocar, poderemos proceder à eleição do Presidente. O Deputado Domingos Sávio não está aqui, mas eu iria dizer a ele que, embora ele dissesse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. não era Presidente, V.Exa. o é. E quem sabe poderá até ser o Presidente definitivo? Se depender da não concordância dos Líderes do Senado Federal, nós vamos trabalhar para que possamos eleger um Senador independentemente de ser do PSDB ou do PMDB.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pela serenidade, tranquilidade e, ao mesmo tempo, pela maneira sóbria como está tomando as decisões. Conte com o nosso apoio. O PP, no Senado, indicou no momento oportuno, de acordo com o Regimento, os membros desta Comissão. Eu não sei por que os outros não indicaram até hoje. É porque querem realmente criar dificuldade para a organização do Orçamento da União para 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem a palavra o Deputado bom em todos os sentidos, o nobre Deputado Bohn Gass, que tem muita energia.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é sempre positivo.

Eu só queria fazer uma observação. A nossa bancada do PT está aguardando que se resolva esse impasse. O País não pode ficar à mercê de uma disputa localizada, regional ou partidária, e a CMO ser prejudicada. Não pode. Era esse o nosso registro.

Nós não havíamos indicado — e V.Exa. está, ao fazer a indicação, aceitando a solicitação partidária do bloco, em que o PP é majoritário, para fazer a indicação da relatoria da LDO. Na sequência, cabe ao segundo bloco, ao PT. Nós não fizemos essa indicação formal porque nós estávamos, Senador Lira, aguardando a definição para formalizarmos com o Presidente indicado o desejo da nossa indicação da LDO.

Porém, neste momento, Sr. Presidente, na vacância da função de Presidente, e V.Exa. adotando sob o amparo que está arguindo a definição, eu quero informar que a bancada do PT seguirá o procedimento formal, via ofício, na sequência regimental, pelo bloco que constituímos, indicando Relator para a LDO. Quero apenas lhes informar. Nós queríamos construir isso na reunião, mas, já que persiste a vacância da Presidência, nós também vamos fazer essa indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou levar isso ao meu partido. Só quero informar à CMO. Sendo obedecido o Regimento, como já havia solicitação formalizada pelo bloco majoritário, que é o do PP, o nosso, que é o segundo maior, pode, portanto, indicar relatoria para a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Bohn Gass, eu quero mais uma vez lhe informar que, para a indicação dos Relatores, não há necessidade de aprovação do Plenário. É uma indicação da Presidência.

Não dei continuidade a esse processo de designação do Relator da LDO, porque, realmente, como V.Exa. confirmou, não houve uma indicação formal. É preciso que os outros acelerem as indicações, porque, senão, se V.Exa. chegar primeiro, levará vantagem. O futuro Presidente vai ter que resolver essa questão, caso não haja indicações gerais.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um breve registro em nome do PSB da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado João Fernando Coutinho, do PSB de Pernambuco, companheiro de partido, é com muito prazer que lhe concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, V.Exa. engrandece os quadros do Partido Socialista Brasileiro e demonstra a preocupação e a intenção do partido, tanto no Senado quanto na Câmara Federal, de dar celeridade, agilidade aos trabalhos desta importante Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Infelizmente, estamos assistindo a uma disputa política num dos maiores partidos do Congresso Nacional a qual está inviabilizando o nosso trabalho.

A inciativa de V.Exa. engrandece e agiliza os trabalhos da CMO. Nós concordamos com a decisão de V.Exa. de designar como Relator-Geral do Orçamento Geral da União o Deputado Cacá Leão. Estamos de acordo com isso.

Esperamos que esse impasse seja solucionado brevemente para que possamos nos ater aos debates da Lei de Diretrizes Orçamentárias, já que estamos quase em meados do mês de maio. Vamos em frente, pois o povo brasileiro espera que nós estejamos aqui para cumprir as nossas funções e responsabilidades.

Parabenizo o Senador Antonio Carlos Valadares e todos os membros da CMO, do Senado e da Câmara Federal, que aqui estão dispostos a dar celeridade aos trabalhos da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado João Fernando Coutinho, de fato, estamos numa situação inusitada nesta Comissão. Já convocamos cinco vezes os seus membros — Senadores e Deputados Federais — para a escolha do Presidente, e, infelizmente, em nenhuma dessas oportunidades houve quórum para a deliberação.

Mas a Comissão não pode parar e, em obediência ao nosso Regimento, até para acelerar os entendimentos no Senado, já confirmamos aquilo que é normal: a escolha do Líder designado pelo maior bloco, o Deputado Federal Cacá Leão. Isso foi feito em obediência ao Regimento, uma vez que o Presidente ainda não foi eleito, e, na sua ausência, o Presidente interino tem todas as atribuições atinentes à designação de relatores quando há uma extrapolação dos prazos regimentais, como houve neste caso.

Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão, quero agradecer a V.Exa., sempre presente a esta Comissão, trabalhando pela unidade, pela conciliação. Eu tenho certeza de que V.Exa., quem sabe até amanhã, junto com seus colegas e membros do PMDB no Senado, haverá de encontrar uma solução definitiva para esse impasse.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é grave a situação em que nos encontramos na Comissão Mista de Orçamentos, tendo em vista que não podemos, de maneira oficial, iniciar nossos trabalhos, no sentido de analisar as prestações de contas de ex-Presidentes, brasileiros que já ocuparam o cargo máximo em nossa Nação, assim como matérias orçamentárias de interesse do nosso País.

Infelizmente, dois partidos no Senado Federal ainda não indicaram os seus membros, tanto o PSDB quanto o PMDB. Infelizmente, como foi dito aqui, há uma briga interna, ao que parece, na bancada de Alagoas. A “República de Alagoas” está em meio a essa confusão toda, e o povo não pode pagar por essa briga que existe entre o Senador Renan Calheiros, o Senador Benedito de Lira e o PP. A meu ver, é disso que se trata.

No tocante à interpretação dada por V.Exa ao Regimento, acho que está correta, não está errada. O Deputado Domingos Sávio, grande Deputado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelo PSDB, que aqui se pronunciou, não quis de forma alguma ofender V.Exa., até porque conhece a sua historia.

Apenas quero registrar que, se for em razão do número de Parlamentares, o PDMB tem a mesma bancada que o Bloco do PP, ambas com 64 membros. Não quero dizer aqui que não concordo com a escolha do Deputado Cacá, até porque a escolha é do Presidente. Acho que o Deputado Cacá Leão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado, estamos falando do Bloco, que é maior do que o PMDB.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Certo. Mas em apenas um membro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Um Parlamentar a mais.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Deputado Hildo, eu gostaria apenas de fazer uma observação, se V.Exa. me permitir: a bancada do PMDB é menor do que a do Bloco, com a diferença de um parlamentar: 68 a 67.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - É por isso que o Bloco tem o direito.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu sei disso. Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - São 68 contra 67. O partido de V.Exa. tem 67 Parlamentares. Se fosse só o PP, realmente, haveria um empate.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Isso ocorre porque, no PMDB, os Parlamentares ficam entrando e saindo, assim como ocorre no PP. Aliás, agora mesmo um Deputado saiu para assumir uma Secretaria e diminuiu o número para 67 Parlamentares, mas originalmente somos mais de 70.

Eu não estou contestando aqui a vossa indicação. Respeito o Deputado Cacá Leão, conheço muito bem o pai dele, o João Leão, pessoa admirável de quem gosto muito. O Deputado Cacá tem desempenhado um bom trabalho, é um trabalho brilhante, e nós estamos aqui dispostos a ajudá-lo, se ele continuar nessa relatoria. Eu só não acho conveniente colocá-lo nessa condição e, depois, retirá-lo, até porque fica muito ruim para o Deputado.

Então, já que o Deputado foi escolhido por V.Exa., que a defesa do nome seja enfática até o final, para que não haja depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu sei que V.Exa. quer confirmar a indicação, até porque a escolha se deu pelas qualidades que ele tem. Logicamente, há a questão do Bloco, porque ele foi indicado pelo Líder...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O principal foi o Regimento, e as qualidades são públicas e reconhecidas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu fico preocupado com o futuro, ou seja, que amanhã ou depois seja escolhido um novo Presidente que não confirme o nome do Deputado. Isso me preocupa bastante, para não criar constrangimento até mesmo para o próprio Deputado. Estamos aqui querendo preservar a imagem do Deputado.

Até eu vou defender este ponto. O senhor está correto. Já que ele foi escolhido, se vier a ser eleito um novo Presidente, que se mantenha o nome do Deputado.

Esta é a minha fala e a colocação que quero fazer na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agradeço a V.Exa. pela ponderação. Sei quanto V.Exa. deseja paz nesta Comissão, para que possamos trabalhar de forma conciliadora e construtiva, em função dos interesses do Brasil.

Eu quero dizer a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, que em nenhum momento, seja o Líder Arthur Lira, que é o Líder do PP, seja o pai, o Senador Benedito Lira, como também o Deputado que foi designado pelo Bloco para a relatoria, o Deputado Cacá Leão, pediram-me que tomasse essa decisão. Eu assim o fiz, única e exclusivamente, baseado no Regimento, para acelerar as decisões do Senado. Caso contrário, esta Comissão não anda.

Então, com essa decisão fundamentada no Regimento, com essa resolução que tomei, tenho certeza absoluta de que a próxima reunião será a mais pacífica possível. Haverá a confirmação do Relator, porque é regimental, como haverá a eleição do Presidente, que será um membro do maior partido, que é o PMDB. Em nenhum momento coloquei meu nome para disputar a Presidência, mesmo porque meu partido só tem um membro nesta Comissão, que sou eu. Então, eu seria candidato de mim mesmo. Não há nenhuma possibilidade política ou partidária para que eu seja o Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, já que o Regimento me conferiu essa possibilidade de articular, no sentido de dar celeridade aos trabalhos desta Casa, eu fiz isso no desejo de contribuir para o funcionamento pleno dos nossos trabalhos.

Nada tenho contra o PMDB, partido que respeito, tanto que esperei uma definição por cinco sessões — e ainda a estou esperando para a próxima sessão.

A Assessoria aqui sabe que, se eu quisesse adiantar, eu poderia designar hoje o Relator da LDO, mas não o fiz também porque nenhum partido, pelo menos os que constam aqui como os maiores, indicou seus membros, nem o PMDB nem o PT, que seria o próximo a ter o direito a indicar a relatoria da LDO.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, apenas quero prestar uma informação ao meu querido Deputado Hildo Rocha, para deixar claro o seguinte com relação à indicação do Relator pelo Presidente Antonio Carlos Valadares. Diz o art. 127 do Regimento Comum que o Relator indicado que, no prazo regimental, não apresentar o seu relatório será substituído, não podendo mais ser designado Relator na mesma Sessão Legislativa.

Então, no caso, Sr. Presidente, V.Exa. fizera a observação com absoluta procedência. Se, por acaso, amanhã o Presidente que viermos a eleger quiser tomar a decisão de ordem pessoal de substituir o Relator designado por V.Exa., ele não poderá fazê-lo, porque o Relator não deixou de apresentar o relatório. Se o Relator deixar de apresentar o relatório, aí sim ele será substituído. Fora isso, não cabe mais substituição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mesmo porque o Relator está designado conforme o Regimento, que é intransponível. Não há Presidente que possa transpor essa norma.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Exato. V.Exa. o fez com base no que diz a Resolução nº 1, ou seja, o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Vamos formar jurisprudência, para que esses fatos não se repitam.

Consulto V.Exas. sobre fazermos uma reunião na próxima terça-feira. Amanhã seria às 16h05min. Nós suspendemos a reunião? *(Pausa.)*

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - V.Exa. suspende a reunião e mantém o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Suspende-se a reunião com o quórum atual. Amanhã nós continuaremos às 14h30min.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem a palavra o Deputado Vitor Valim, do PMDB do Ceará.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu queria perguntar a V.Exa. qual é o quórum desta reunião neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eram 10 Deputados e 3 Senadores. Não sei como está agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - São 15 Deputados e 4 Senadores.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - V.Exa. quer manter o mesmo quórum na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não, é para iniciarmos a sessão. Nós suspendemos a reunião com este quórum e continuamos amanhã, às 14h30min. Se eu encerrar a reunião, haverá o prazo de 24 horas. São 16h06min, e já temos Ordem do Dia no Senado e na Câmara.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PMDB, ressalto que amanhã será necessário um novo quórum. Eu quero ponderar a V.Exa. que uma nova reunião exige um novo quórum. Quero deixar registrada a forma como iremos proceder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu quero crer que, mesmo se mantivermos este quórum, às 16h06min, nós não podemos realizar uma reunião, por causa da Ordem do Dia na Câmara e no Senado. Nós temos que obedecer ao Regimento Comum.

Então, Deputado, para facilitar os nossos trabalhos, para abreviarmos o funcionamento desta Casa, é necessário que façamos isso. V.Exa. tem que compreender que estamos há cinco sessões sem um Presidente definitivo, e amanhã poderemos decidir isso.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu quero deixar bem claro para V.Exa. que não concordo com essa diretriz que está seguindo o Senador do meu partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não concordo e quero deixar aqui registrado o meu repúdio a essa atitude que ele está tomando. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Eu até perguntaria à Assessoria da Casa se V.Exa. precisa de quórum para tomar essa decisão ou se pode ser uma decisão monocrática.

Essa é a questão de ordem que faço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Lá no Senado Federal, na quinta-feira passada, por exemplo, quando registrei presença no painel, a sessão já estava marcada discricionariamente pelo Presidente, com o quórum da sessão anterior.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Entendo que existem alguns acordos de conduta. Como membro da CCJ, sei que há acordos que fazemos no início da Legislatura que apresentam pequenas divergências do Regimento da Câmara. Como esta aqui é uma sessão conjunta da Câmara e do Senado, há toda uma metodologia diferente.

Peço ao departamento legislativo que me responda. Faço essa questão de ordem. Não mencionei aqui o artigo do Regimento, mas peço a compreensão de V.Exa. para me responder se realmente é preciso quórum para haver essa deliberação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Na verdade, não existe essa necessidade.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Então, eu quero que conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Irá constar em ata.

Continuaremos esta sessão de hoje às 14h30min, amanhã, até por economia processual.

Está encerrada...

(Não identificado) - Está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Está suspensa a reunião, mas eu vou ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, aqui me trazem a informação de que o art. 134 dispõe que os trabalhos da CMO serão iniciados somente com a presença mínima de um sexto de sua composição em cada Casa. Qualquer deliberação tem que ter quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mas nós não estamos deliberando. Trata-se de uma matéria apenas de ordem administrativa, de compleição administrativa.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Então, só peço que todo este meu questionamento conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu agradeço a V.Exa. a participação. O questionamento de V.Exa. constará em ata.

Nós não iremos decidir nada com esse quórum. Só decidiremos com o quórum normal.

Agradeço a V.Exa.

(A reunião é suspensa.)

EM 10.05.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tendo em vista que a Câmara dos Deputados deu início a uma sessão extraordinária, e, pelo Regimento, esta Comissão não pode dar continuidade aos seus trabalhos, eu determino...

V.Exa. deseja falar, Deputado Jaime Martins?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu gostaria apenas de fazer um breve comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, o nosso País está vivendo — e, naturalmente, é do conhecimento de todos — uma crise fiscal, uma crise da economia, e os trabalhos desta Comissão são fundamentais para balizarmos os números da economia brasileira e darmos ao Governo um norte em relação aos seus gastos.

Então, o funcionamento desta Comissão é de fundamental importância. Naturalmente, neste momento, está havendo uma reunião deliberativa no plenário da Câmara, o que é impeditivo para os nossos trabalhos, sobretudo para deliberação e eleição da Mesa. Mas isso seria superável, pois é possível pedir à Presidência da Câmara a suspensão da sessão por alguns minutos para que possamos eleger a Mesa desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Infelizmente, o impedimento real da não eleição é a falta de indicação, sobretudo dos membros do PMDB do Senado.

Então, deixo aqui expresso o nosso apelo ao Senador Renan Calheiros, que é o Líder, para que faça essas indicações, ou mesmo ao Senador Eunício Oliveira, porque, regimentalmente, S.Exa., que é o Presidente do Congresso Nacional, já deveria ter feito, com os critérios estabelecidos no Regimento, a indicação desses nomes.

Então, registro aqui a necessidade de colocarmos em funcionamento esta Comissão. Em o Senador Renan não fazendo as indicações, que o Presidente do Congresso, Senador Eunício Oliveira, o faça, para que possamos, de fato, na próxima semana, iniciar os nossos trabalhos.

Temos o prazo regimental até julho para aprovarmos a LDO, que é uma lei fundamental neste momento de transição do Brasil. Então, precisamos discutir e realizar audiências públicas, a fim de aprovarmos a LDO, a Lei Orçamentária, para os créditos suplementares que, daqui a pouco, começarão a chegar, e nós temos que desempenhar.

A maioria dos Parlamentares tem comparecido aqui e dado demonstração de que deseja trabalhar. Então, é importante que o PMDB do Senado destrave a nossa agenda e a nossa pauta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Jaime Martins, do PSD de Minas Gerais, agradeço a presença de V.Exa. E a sua opinião se harmoniza, tenho certeza, com a da maioria dos membros desta Comissão.

Aproveito a oportunidade para ler um comunicado, um ofício dirigido ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, que se ajusta ao pronunciamento de V.Exa., que diz o seguinte:

Exmo. Sr. Presidente,

Informo a designação do Relator-Geral da LOA/2018 e solicito a indicação do nome do Presidente da CMO pelo PMDB.

Cumprimentando-o cordialmente, informo a homologação do nome do Deputado Cacá Leão, do PP da Bahia, para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentário Anual de 2018, em consonância com as normas fixadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme dispõe o art. 14 da Resolução n.º 1/2006-CN, em obediência ao princípio da proporcionalidade partidária.

O indicado, integrante do maior bloco da Câmara dos Deputados, teve seu nome proposto na forma regular por seu Líder, Deputado Arthur Lira, que o fez em tempo hábil, logo após a instalação dos trabalhos da CMO para 2017, conforme cópia do expediente anexo.

Em que pese à instalação ter ocorrido em 28 de março último e aos nossos esforços para dar início aos trabalhos da Comissão, não temos obtido o êxito esperado devido ao fato de a Mesa Diretora da CMO não ter sido eleita até o presente momento.

Isto posto, encareço seus bons préstimos e sua interveniência prestigiosa no sentido de que o PMDB, partido com a maior bancada do Senado Federal, indique o mais rápido possível, os 3 (três) membros titulares e dentre esses um para a presidência deste Órgão Técnico do Congresso Nacional, bem como os seus suplentes. No mesmo sentido, solicito também a indicação dos membros pelo PSDB.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Senador Antonio Carlos Valadares

Presidente em exercício.

Junto como prova da indicação pelo PP do Deputado Cacá Leão, eu apenas homologuei, o que me confere esse direito a Resolução nº 1, assinado esse ofício pelo Líder do Bloco, Deputado Arthur Lira, como Relator-Geral.

Projeto em tramitação da LDO, atualizado em 18 de abril de 2017.

A LDO chegou aqui no dia 13 de abril. Já são quantos dias de atraso?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Um mês quase, 27 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Três semanas de atraso. E, sem a aprovação da LDO, é impossível ultrapassar a Lei de Meios, que chegará aqui em agosto.

Entretanto, a Comissão deveria funcionar adequadamente, aprovando logo a LDO, para termos direito ao recesso e, logo em seguida, com as emendas que serão apresentadas pelos Srs. Parlamentares, começar a discutir a LOA, o que seria o ideal, uma vez que o Brasil está vivendo, como diz V.Exa., uma crise enorme, sem precedentes. E esse impasse, sem dúvida alguma, poderá recrudescer mais ainda essa crise lamentável por que está passando o Brasil, por falta de investimento. Inclusive, houve um corte tremendo, com contingenciamento feito pelo Governo em relação ao Orçamento de 2017.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta reunião da Comissão Mista de Orçamento.

Sras. e Srs. Deputados, nós já temos quórum na Câmara, mas, infelizmente, não temos quórum no Senado, mesmo que a Câmara não estivesse em processo de sessão deliberativa.

Eu entendo, como foi dito aqui pelo Deputado Jaime Martins, que essa falta de membros da Comissão, assim como da indicação dos Senadores do PMDB e do PSDB para compô-la, já está trazendo prejuízo ao funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. E com aprovação da PEC do teto de gastos, que está em vigor, todos nós sabemos que só pode se aumentar o gasto setorial de acordo com a inflação. Logo, não há mais como fazer aquela criação de receitas que não serão realizadas. Então, ficou muito difícil.

A LDO tem que ser logo analisada. A LDO é fundamental para que possamos ter um equilíbrio fiscal e orçamentário no próximo ano e diminuir o déficit público. Este déficit público tem causado o desemprego de uma grande quantidade de brasileiros, e já são mais de 14 milhões de desempregados. É uma situação complicada.

O não funcionamento pleno desta Comissão coloca em risco todo o trabalho que o Presidente Michel Temer tem feito, no sentido de melhorar a nossa economia, de barrar o aumento do desemprego, de aumentar o Produto Interno Bruto. E os três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

primeiros meses têm demonstrado que o mercado tem reagido muito bem. Mas há necessidade do funcionamento desta Comissão.

Eu gostaria de sugerir a V.Exa., que preside esta Comissão, que façamos uma reunião com o Presidente do Congresso Nacional, juntamente com os Deputados que estão aqui que queiram acompanhar V.Exa., para que cobrássemos dele. Já foi enviado um ofício, um comunicado legal. V.Exa. trabalhou muito bem, fez a sua parte com o Presidente e já indicou o Relator. Fez isso com grande brilhantismo político, porque força até uma decisão do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB. Mas nós não podemos esperar uma decisão do Líder do PMDB.

Para isso, o próprio Regimento já contempla as plenas condições para que o Presidente do Congresso possa fazer a indicação. Inclusive, já foi dito, na reunião passada, que seriam os Senadores mais velhos, tanto do PMDB como do PSDB.

Então, acho que deveríamos ir até o Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, para mostrar a necessidade de serem indicados imediatamente esses membros.

Essa é a nossa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Hildo Rocha, acato a sugestão de V.Exa. Vou tentar ver se consigo, na terça-feira — e amanhã muitos de nós vamos viajar e hoje temos muitos afazeres na Câmara e no Senado —, marcar uma audiência com o Presidente, com o objetivo de mostrar a necessidade imperiosa, usando dos meios regimentais, de indicar os membros da Comissão que faltam, tanto do PMDB como do PSDB.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. É um prazer ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sr. Presidente, prezado Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero, inicialmente, reiterar não só o meu respeito, mas o entendimento de que V.Exa., com a experiência e sabedoria que tem, busca conduzir nossa Comissão para o entendimento. E é isso que eu acredito que deva prevalecer, ainda que existam, neste início, as dificuldades que estão postas, mas, ainda, é necessário o entendimento.

Ontem, além do trabalho aqui na Comissão, eu vivi uma experiência alguns minutos após, que me deixou feliz e que peço a permissão de V.Exa. para relatá-la de forma sucinta, porque acho que ilustra como entendimento, especialmente numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Casa Parlamentar, e, mais ainda, no Congresso Nacional, Câmara e Senado. A busca do entendimento é um pressuposto que nunca pode ser abandonado, para que construamos soluções mais adequadas para o País.

Eu, ontem, tive oportunidade de apresentar, como Relator da CPI da Lei Rouanet, o meu relatório final. Essa CPI foi instalada no ano passado, logo após a conclusão do processo de *impeachment.* Portanto, ela se instalou num ambiente tenso. E é natural que fosse tenso. Do ponto de vista político, havia, praticamente, um divisor de águas, um confronto estabelecido daqueles que defendiam uma tese e de outros que defendiam a respectiva antítese.

A CPI acabou sendo, nos primeiros momentos, palco de digladiações ferozes. O ambiente era hostil, inclusive com palavras inadequadas. Havia, de um lado, aqueles que acreditavam que nem deveria se instalar a CPI — embora ela já estivesse instalada —; e, depois, partiu-se para uma queda de braço sobre a relatoria. Alguns queriam uma relatoria feroz, que prosseguisse talvez o campo de batalha do que tinha ocorrido na votação do *impeachment,* e outros queriam que nem se instalasse a CPI.

Por uma situação mais de acaso, e, talvez, porque eu tivesse feito um pronunciamento moderador naquele momento, indicaram-me Relator da CPI. Eu tive a felicidade de poder, ao longo do trabalho que realizamos, alcançar os objetivos.

A CPI concluiu, ontem, pelo indiciamento de várias pessoas que comprovadamente tinham cometido ilícitos. E foi unânime o sentimento de que a ação da justiça tem que ser firme para coibir a corrupção, e esse foi um dos principais propósitos da instalação da CPI. Portanto, ela cumpriu o objetivo. E, mais do que isso, elaboramos a proposta de um projeto de lei, por consenso, para aperfeiçoar a Lei Rouanet.

Esperamos que ela continue existindo, mas que seja mais descentralizada, que alcance todo Brasil, que não fica restrita aos grandes centros e, muito menos, que privilegie quem já tem mais poder, mais fama, mais nome, mas alcance a todos. Enfim, algo que todos queriam, mas que precisava de um mínimo de entendimento para se construir conjuntamente.

Trouxe esse exemplo, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, para reiterar a minha confiança, pois, sob o comando de V.Exa., haveremos de instalar a Comissão definitivamente e fazer a votação, como preceitua o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Regimento, de todas as relatorias pelo Presidente. Não quero, com isso, intensificar nenhuma polêmica, mas acredito que as próximas horas haverão de trazer luz; que o Divino Espírito Santo, padroeiro da minha querida terra, Divinópolis — e mais do que padroeiro, lá Ele é a luz que inspirou e batizou nossa querida cidade —, possa iluminar nossos Senadores. Aqui, na Câmara já temos a nomeação de todos. Que tenhamos a votação do Presidente e a conclusão dessa primeira etapa num ambiente de cooperação. E V.Exa., com certeza, será um elemento fundamental nesse processo, como membro experiente desta Comissão.

Acredito que as próximas horas devem nos reservar a possibilidade de um entendimento. E eu me manifestei, na reunião passada, com esse espírito que eu renovo aqui, de que nós temos que achar um ponto de entendimento. Qualquer decisão unilateral pode comprometer a sequência dos trabalhos, e nenhum de nós quer isso, porque o País precisa de uma Comissão de Orçamento funcionando plenamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero contribuir como conciliador nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Domingos Sávio, quero parabenizar V.Exa. pela atuação na CPI da Lei Rouanet. Essa é uma prova mais do que cabal da competência com que V.Exa. sempre se houve aqui, no âmbito da Câmara dos Deputados. Temos certeza absoluta de que, com esse espírito de conciliação que emerge de sua personalidade, haveremos de encontrar uma solução mais harmônica possível, para que os trabalhos desta Comissão voltem à normalidade.

Eu passarei, daqui a pouco, a V.Exa. a cópia desse ofício que já foi lido e foi dirigido ao nobre Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira. Gostaria de perguntar a V.Exa. se há possibilidade de uma audiência com a sua presença e a dos demais Deputados que aqui se encontram com o Presidente Eunício Oliveira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com todo o prazer, Sr. Presidente. A convocação de V.Exa. para mim é uma ordem. Eu estarei ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agradeço a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, estamos nos colocando também à disposição para estarmos juntos lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu só queria reafirmar que hoje eu me encontrei com o Senador Aécio Neves na Comissão de Justiça do Senado, e S.Exa. me disse que, numericamente, o PSDB tinha o direito de indicar o Relator. E eu disse: *"Olhe, Presidente, mesmo que V.Exa. não concorde, numericamente falando, se o PSDB tivesse direito, certamente o Relator seria seu companheiro e, sem dúvida alguma, um Domingos Sávio, para nós, por exemplo, seria um grande alento para a resolução dos nossos problemas aqui nesta Comissão*". Disse a S.Exa. também que o PSDB tem 51 membros; o Bloco PP/PTN/PHS/PTdoB, na Câmara dos Deputados, tem 68 membros. Então, numericamente falando, é impossível o futuro Presidente fazer a indicação de um membro que não seja do PP.

Aquela homologação simbólica que eu fiz retrata uma realidade. Nenhum Presidente pode destituir o Deputado Cacá, a não ser o próprio Bloco, que pode se arrepender e dizer *"Não, nós não queremos mais o Cacá. Agora vai ser fulano de tal"*.

De sorte que acho que o que tem que ser contemporizado é que eu não sou um cara presunçoso, como anunciou o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, por quem tenho uma grande amizade e uma boa relação política lá no Senado Federal, uma vez que presunçoso é aquele que faz uma coisa acima das suas posses. É um cara vaidoso, vamos dizer assim.

Mas quem está emperrando — e vamos colocar os pingos nos is — o andamento dos trabalhos normais desta Comissão? É o Senador Antonio Carlos Valadares? Não é. Criou-se um impasse, porque o Presidente Renan Calheiros, por razões que não vou entrar no mérito, deseja indicar o Presidente, e que o Relator não seja do Bloco do PP, porque ele tem naturalmente as restrições políticas. Mas o que nós temos a ver com isso? Se porventura fosse o contrário, ou seja, se o PMDB tivesse num Bloco com 68 membros, não poderia nem indicar o Presidente e o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Permita-me só uma observação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mas, se o PSDB estivesse na mesma situação do Bloco do PP, eu teria feito o mesmo se o PSDB aceitasse, com a maior tranquilidade, sabendo que ninguém poderia tirar o PSDB. Só o próprio PSDB poderia fazer isso.

De modo, Deputado Domingos Sávio, que nós vamos tentar convencer o Presidente Eunício Oliveira de acabar com esse impasse.

O que o Líder Renan Calheiros diz: *"Não, a Comissão de Orçamento vai receber a LOA no dia 31 de agosto"*. Sim, mas, nesse intermédio, não tem a LDO, que é fundamental para que a LOA seja aprovada no futuro? E ele disse que não há necessidade e para que pressa.

Quer dizer, quem é que está entornando o caldo aqui nesta Comissão? Sou eu? Pelo contrário, eu estou querendo dar celeridade ao funcionamento da Casa.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Presidente, conceda-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Na verdade, a Lei Orçamentária Anual é apenas uma das leis votadas aqui. Nós temos a LDO, nós temos os relatórios que envolvem a Lei Orçamentária, temos os créditos suplementares e temos um papel importantíssimo, que é o papel de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - A nossa ação fiscalizadora está paralisada. É um dos atos fundamentais do Congresso Nacional e desta Comissão. Há um sem-número de projetos que precisam tramitar e que estão paralisados. Infelizmente, a visão do Senador Renan, embora seja um homem extremamente experiente, está muito conveniente apenas a sua província, quer dizer, está enxergando só a próxima eleição em Alagoas, não está enxergando o Brasil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, queria, primeiro, parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, de forma serena e equilibrada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

neste momento em que a Comissão vive um impasse que atrapalha os trabalhos da própria Comissão. Veja que a peça orçamentária já chegou a esta Casa. Nós já poderíamos trabalhar a LDO, porque temos prazo, que é até no meio deste ano. O Orçamento vai chegar evidentemente em agosto, mas já poderíamos trabalhar a LDO, que é o pressuposto para elaboração da peça orçamentária.

Como já foi dito aqui pelo Deputado Hildo Rocha, este é um ano atípico, porque será o primeiro ano para trabalhar o Orçamento, a LDO, a partir da Emenda Constitucional nº 95, que criou uma série de limitadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O teto de gastos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O teto de gastos.

Nós fomos contrários a essa lei. Acho que nenhum país no mundo adotou um engessamento dessa natureza: 20 anos, engessando o gasto público, os investimentos na área social. Embora a própria emenda constitucional permita remanejamentos internos, nesse primeiro ano, e talvez nos próximos 2 anos, não vamos ter grandes problemas. Vamos ter, mas não teremos a partir do terceiro ano. Por quê? Porque sabemos nós, quem lida com orçamento público, que há um crescimento vegetativo do orçamento público. Ele tem um crescimento vegetativo. A folha de pagamento tem um crescimento vegetativo, os gastos na administração pública também têm um crescimento vegetativo.

Em relação a esse crescimento; num país onde o crescimento do Produto Interno Bruto é zero e as receitas estão caindo em vez de subindo, podemos combina perda de receita, crescimento zero do PIB, com crescimento vegetativo de despesas de pessoal e despesa de manutenção da máquina. Se essa conjuntura continuar, daqui a 3 anos, nós não vamos ter mais nada para investir nem mais nada para remanejar. Nós vamos, nesta Comissão, fazer a escolha de Sofia, para saber onde nós vamos remanejar, onde nós vamos cortar e como nós vamos começar. Primeiro, vamos entregar a geladeira, depois a televisão e o sofá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Parece-me que as mercadorias estão sobrando, porque a inflação está baixando. Não tem dinheiro para fazer as contas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que é mais grave. Com a inflação também, numa estimativa de 4%, 5%, só vamos ter esse crescimento. Então, nós vamos ter uma tragédia neste País nos próximos anos. Essa é a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

avaliação. Nós já fizemos este debate no plenário, já o enfrentamos, mas a história vai dizer quem estava certo.

Nesse sentido, Sr. Presidente — e já estamos há algumas semanas nesse impasse —, acho que a decisão de V.Exa. é uma decisão lastreada no Regimento Interno, na Resolução nº 001. E aqui V.Exa. pôde, inclusive, demonstrar que a indicação da relatoria corresponde à correlação de forças das bancadas, em plenário, e a bancada do PP é maior do que a bancada do PSDB. É evidente que nós estamos numa Casa de negociações, mas, prevalecendo o impasse, prevalece o Regimento. E o Regimento tem que ser aplicado.

Na próxima semana, com a intermediação do Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, que me parece que já está restabelecido, pois teve um problema de saúde — e tenho conhecimento de que o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, também tem procurado participar dessas negociações —, vamos vencer esse impasse e partir para o processo de definição de quem vai presidir a CMO, neste ano, quem vai ser o relator, quem vai ficar na relatoria da LDO, quem vai ficar na relatoria do Comitê de Estimativa de Receita, que também é muito importante, porque ele vai ser balizador até para o próprio Orçamento, e quem efetivamente ficará nas relatorias setoriais.

Então, esperamos, sinceramente, Sr. Presidente, que, na próxima semana, tenhamos o fim desse impasse, que o Regimento, o bom senso e a negociação prevaleçam. Mas quero aqui parabenizar V.Exa. pela prudência, pelo equilíbrio, pela firmeza de ter aplicado o Regimento quando foi preciso. Eu concordo com V.Exa. no sentido de que só quem pode destituir o relator é o próprio Bloco, que, por prerrogativa regimental, teria a competência de indicar o relator.

Portanto, colocamos a bancada do Partido dos Trabalhadores à disposição para participar dos entendimentos, inclusive com o Senador Eunício Oliveira, Presidente do Congresso Nacional, e com os demais Líderes da Casa, para que possamos encontrar um caminho para vencer esse impasse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Nelson Pellegrino, a opinião de V.Exa., como Parlamentar experiente, é muito importante nesta Comissão.

As ponderações de V.Exa. certamente deverão ser ouvidas por todos nós. E, quem sabe, na próxima reunião, o PMDB — e não sendo o PMDB, mas o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente do Congresso — escolha os membros que faltam para o funcionamento normal da Casa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Domingos Sávio, antes, porém, eu gostaria de dizer que o Senador Aécio Neves, na conversa que tivemos hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, insiste que a designação do novo Presidente, porque vai haver um novo Presidente sem dúvida alguma, não seria do Bloco do PP, mas do partido do Deputado Domingos Sávio.

Se for assim, claro que eu, como membro normal, estaria totalmente de acordo, mas é que o Regimento da Câmara e o Regimento do Senado preveem uma atuação, uma missão, uma função muito especial e muito provisória para o Presidente em exercício. O Presidente, em exercício, por ocasião da eleição da Mesa da Câmara e por ocasião da eleição da Mesa do Senado, só tem uma missão: abrir a sessão, como mais antigo, e processar a votação para ver quem ganha o pleito.

Mas aqui, em face da Resolução nº 1, há uma norma completamente diferente do que acontece. E a Resolução não é da CMO, é uma resolução do Congresso Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional. Ela tem validade igual a de uma lei, só que é uma lei do Congresso, que dá atribuições ao Presidente em exercício.

Logicamente, eu estou aqui envidando todos os esforços para que encontremos uma solução, a mais consentânea possível, a mais harmônica possível, para que o Presidente eleito seja do PMDB, porque dispõe do maior número de Parlamentares.

Temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma lei importante, da qual já fui Relator. Então, o Relator da LDO tem um uma importância muito grande na preparação do Orçamento Geral da União, da Lei de Meios, quer dizer, seria uma forma também de fazer uma negociação para contemplar o PSDB. Tudo isso deve ser colocado em discussão, porque a Comissão não pode sofrer prejuízo, principalmente o Brasil.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, ainda na linha do entendimento, eu conversava hoje, há pouco, com o Senador Aécio Neves e ouvi dele também a disposição para o entendimento.

No entanto, pergunto a V.Exa., até para trazer uma luz, qual foi a visão, o entendimento do Senador, o entendimento do PSDB com relação a esse pleito. Não deste Deputado — e eu fico muito honrado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O pleito da relatoria geral?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, o pleito da relatoria. Não confundam como sendo um pleito deste Deputado, que não é o caso definitivamente, pois estou a serviço do meu partido e a serviço da Comissão.

Mas o entendimento das Lideranças do PSDB, primeiro, foi de que a bancada do PSDB era uma bancada numericamente maior do que a bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Parece que a diferença é de três Deputados, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É. E que, de fato — aí a questão que se falou de bloco —, o PSDB também fez bloco e desfez o bloco num dado momento. O partido fez esse bloco, inclusive para a eleição da Mesa Diretora, como o PP também o fez. E, pelo que eu ouvi, o bloco teria se desfeito em 1 ou 2 dias de procedimentos internos.

O Bloco do PSDB, do qual o PSDB participou na abertura dos trabalhos legislativos deste ano legislativo, era...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Havia quantos Deputados?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Era maior do que o número do Bloco do PP. Não sei precisar para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Mas foi desfeito?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É certo que esse bloco foi desfeito. E aí alguém entendeu que, regimentalmente, se ele fosse desfeito 2 dias depois, estaria apto. Alguns entendimentos dessa monta.

Pois bem, isso nos remete também a algo que, embora o Regimento não trate de forma direta, é um pressuposto com o qual nós convivemos aqui, no dia a dia, e com o qual o PP também convive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - V.Exa. sabe quando foi desfeito o bloco do PSDB?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Parece-me que foi desfeito em fevereiro, logo após a eleição da Mesa, um pouco antes da instalação da nova CMO. Então, eu acho que é esse lapso de tempo que pode ter sido objeto de questionamento.

Portanto, estou trazendo isso ao debate porque, senão, pode ficar parecendo assim: "*Como vocês inventaram isso?"* É porque realmente havia esse sentimento de que o PSDB, tendo um número maior de Deputados e tendo participado de um bloco que tinha um número maior de Deputados até a eleição do Presidente da Câmara, estava seguro, estava absolutamente tranquilo de que, após 13 anos longe de relatoria, de matérias como essa, porque não é novidade nenhuma que não caberia à Oposição indicar esse tipo de relatoria. E o PSDB entendia: "*Olhe, chegou a nossa vez depois de 13 anos*". Já que cai para o Senado a Presidência, e, no Senado, o PMDB, que também é Governo, vai indicar, nós, como o maior partido aliado do PMDB no Governo, teremos a nossa oportunidade.

Então, não foi nada contra o PP. Pelo contrário, não há nenhum tipo de veto, pelo menos da parte do PSDB, a qualquer nome do PP, partido com o qual temos uma relação absolutamente harmônica, não só no âmbito federal, mas também em Minas Gerais, com Alberto Pinto Coelho, meu amigo, ex-Governador, Presidente do PP em Minas.

Então, é só para pacificar isso, até porque eu já vislumbro esse entendimento. Não há, em hipótese alguma, esse conflito entre PSDB e PP. O que houve foi o entendimento pacífico do PSDB, por ter um número maior de Deputados do que o PP, por ter participado na abertura dos trabalhos legislativos de um bloco também numericamente maior do que o bloco de que o PP participava, de que isso não teria problema. A bem da verdade, discutia-se já, internamente no partido, quem poderia trabalhar ou não nessa área.

Eu volto a dizer que o que ouvi do Senador é uma disposição para o entendimento, assim como, da minha parte, também há uma absoluta disposição para o entendimento, até porque, como eu dizia, o PP já ocupou não são só relatorias, mas também designações de Comissão. Tudo isso é previsto numa sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para que o Parlamentar assuma a Presidência de Comissão nesta Casa é preciso seguir ordem de preferência de bloco ou partido, mas os acordos possibilitam alterações. Eu não sei dizer se foi no ano passado, mas me parece que, mesmo no ano passado, o PP se viu atendido, em razão de acordo, para ocupar determinada posição. Isso é natural.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Foi o Presidente, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Presidente. Foi objeto de acordo, não por ser a maior bancada, não foi isso. Foi feito um acordo e foi dito o seguinte: "*O PP, neste momento, pleiteia, por essas razões, acorda-se isso*". Entendeu-se que se poderia evoluir nessa direção. Afinal de contas, nós não estamos discutindo só a CMO, nós estamos discutindo o Brasil. A verdade é essa.

Por que não se discute se é a Oposição que vai relatar? É porque estamos discutindo o Brasil. A verdade é essa. Vamos ser realistas. Então, quando se discute o Brasil, discute-se sob a ótica de um grupo de partidos que formam uma base de governo. E aí o PSDB tem responsabilidade, como base de Governo, o PP tem responsabilidade, como base de Governo, o PMDB tem responsabilidade, como base de Governo. É daí que eu acredito que deve vir o entendimento. É nessa linha, porque não adianta nada nós não conseguirmos nos entender. Assim, nós vamos, de fato, ter aqui uma Torre de Babel.

Portanto, eu acredito que o melhor é o diálogo mesmo. Acho louvável a providência de V.Exa. de enviar um ofício ao Presidente do Senado, mostrando a angústia que toma conta de todos. Não sei, mas talvez a nossa assessoria tenha mais dados sobre isso. Eu tinha a expectativa de eleição do Presidente e de instalação da Comissão. Mas, de fato, embora eu concorde que não possamos adiar muito a definição de relatoria, é claro que, como o Deputado Jaime disse, há trabalhos que são próprios desta Comissão, que não estão ligados à LOA e, obviamente, não estão subordinados à definição de quem será o relator da LOA.

Portanto, o meu entendimento inclusive é de que o Regimento não impediria que nós tivéssemos a eleição do Presidente, a posse do Presidente, e, a partir daí, deflagrar todos os outros atos. Essa determinação ou esse propósito de que tem que ser tudo casado hoje, como a eleição do Presidente já com designação, eu acredito que contribuiu para esse impasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós poderíamos ter tido a designação dos membros, e continuariam se entendendo. Se chegada à conclusão de que, regimentalmente, é o bloco, que o bloco do PSDB se desfez antes e, por isso, não vale mais e que não há acordo, eu acredito que não restará alternativa a não ser dizer: *"Não, tudo bem. Então, é o PP que vai indicar".*

Agora, quais serão as consequências disso? Qual é o grau de apoio que o relator do PP terá em todo o processo? Será que isso não pesa? É claro que pesa. Por isso, tem que haver entendimento. Se já está difícil ter uma base que é maioria — e eu estou fazendo um discurso aberto, franco porque deve ser assim a nova política que este País quer —, se essa própria base não se entender, aonde nós vamos chegar?

Então, ainda que o Regimento diga, simplesmente, que se desfez o bloco alguns dias antes, e não tem direito mais, não tem direito, mas continua existindo. Um partido, com mais de 50 Deputados, com 11 Senadores da República e com uma atuação leal vai ser ignorado? É claro que não. Eu sei que não.

Assim como eu já deixei claro o meu respeito, o meu propósito de estar em harmonia com o PP e com os demais partidos — e com muita harmonia com a Oposição também —, esta Casa precisa aprender a fazer isso. E a Comissão de Orçamento é o principal palco, no qual partidos da base do Governo e de oposição dialogam e constroem entendimentos.

Eu acredito que V.Exa. está conduzindo os trabalhos com paciência. De fato, isso é difícil. Nós queríamos já estar votando aqui. Provavelmente, devemos ter PLs para ser deliberados, já devemos ter matéria orçamentária na pauta. Temos questões. Eu mesmo tenho requerimento. Eu gostaria que a Comissão Mista de Orçamento chamasse aqui o Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Congresso Nacional, para nos dar uma auditoria detalhada, em caráter de urgência, da Previdência do nosso País, a fim de votarmos com conforto e segurança e de sabermos qual é a realidade absoluta da Previdência.

Como a CMO está fora desse debate, no momento em que nós vamos decidir o futuro do País, sobre uma matéria tão grave e que tem um componente orçamentário e econômico tão forte como a Previdência?

Portanto, Sr. Presidente, concluo dizendo que acabei de falar com o Senador Aécio Neves. Reitero o apelo que fiz, na sessão passada, no sentido de que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aguardemos mais um pouco, mas sem ser o aguardar pacífico ou acomodado. V.Exa. está certo: tem que cobrar. Temos que buscar uma resposta do Senado para indicar os representantes.

Mas isso, simultaneamente, tem que se dar no ambiente de negociação, porque esses representantes têm que vir para cá não como adversários. Se viermos para cá e os representantes do PP, do PSDB e do PMDB não tiverem diálogo entre si, fatalmente, nós não teremos possibilidade de ter quórum em nenhuma reunião. Então, de nada adiantaria nomear A ou B.

Eu reitero que estou à disposição de V.Exa. e que terei o prazer de estar presente na reunião com o Senador Eunício Oliveira, como V.Exa. disse. Vamos conversar com a Liderança do PMDB no Senado, com a Liderança do PSDB e com a Liderança do PP. A relatoria não é o único papel que se desempenha aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. me permite um aparte apenas?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou sob a determinação do Presidente, mas eu já concluí e quero ouvi-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu só queria fazer uma observação para ser problematizada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Caso o critério que está sendo definido pelo PSDB prevaleça, não sendo critério de bloco, a maior bancada na Câmara depois do PMDB é a do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - São 62 membros.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a prerrogativa para indicar o relator seria nossa, porque a nossa bancada é maior do que a do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Para V.Exa. ver que número...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a prerrogativa seria do PT para indicar o Relator, porque a maior bancada, depois do PMDB, é a nossa. Se o PMDB já tem a presidência, não pode ter relatoria. O Regimento da Casa é claro nesse sentido. A prerrogativa de indicar o relator seria nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Na verdade, o Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece no art. 151 o seguinte:

> *"Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as do da Câmara dos Deputados."*

Isso significa dizer que o Senado, por exemplo, respeita os blocos na constituição da Mesa e na constituição das Comissões. Eu acho que a regra a ser estabelecida deve ser essa prevista no próprio Regimento Comum.

O número que foi fixado, no dia 24 de fevereiro, dos blocos e dos partidos, está aqui, numa lista organizada pela Secretaria do Congresso Nacional. Nela constam os números aos quais eu me referi: o Bloco do PP, com 68 Deputados, o PMDB, com 67 Deputados, o PT, com 62 Deputados e o PSDB com 51 Deputados.

Então, levando-se em conta o fator numérico, por essa lista que eu tenho aqui, organizada pelo próprio Congresso Nacional, o PT tem o direito à relatoria da LDO. Se for o critério justo, o critério numérico, que domina o funcionamento das Casas aqui no Congresso Nacional, nós temos que obedecer a esse critério.

Não há eleição para relator. O relator quem indica é o Presidente, num acordo, ou ele vai para o voto para se eleger e dizer quem vai ser o relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, é isso que eu estou tentando explicar. Aliás, foi o que disse. Mas agora eu vou fundamentar na Resolução nº 1, porque está muito claro aqui.

A Resolução nº 1, e V.Exa. tem toda razão, tem força de lei, foi aprovada no Congresso Nacional. Aliás, o Relator foi o ilustre Ministro Ricardo Barros, brilhante Parlamentar.

A Resolução nº 1, no seu art. 16 da Seção III — Indicação dos Relatores — diz:

> *"Art. 16. A indicação e a designação dos Relatores observarão as seguintes disposições (...):"*

E aí é que se abre a possibilidade para os diversos acordos que já foram feitos. Obviamente, está sendo uma tentativa morosa, mas é o que está se tentando fazer. O inciso I é claro e possibilita o acordo: Ele diz — e tudo no coletivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Art.

16.....

I - as lideranças partidárias indicarão o Relator-Geral e o Relator da Receita do projeto de lei orçamentária anual, o Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e o Relator do projeto de lei do plano plurianual (...);"

Pois bem. Depois vem o § 1º desse mesmo artigo, porque nós estamos nos incisos. Então, o inciso I é claro e possibilita o acordo. São as Lideranças. Se chegarmos aqui com a conclusão de que as Lideranças resolveram que é o PT, será o PT. Se resolverem que é o PSDB, será o PSDB, assim como se resolverem que é o PP, com base nesse inciso.

O § 1º vem justamente para respaldar a hipótese de não haver o entendimento. E aí, sim, eu mesmo já admiti aqui, se não houver um entendimento e chegar à conclusão de que vale é o bloco, no dia de hoje, o Bloco do PP no dia de hoje é maior. Se entendermos que o bloco no dia da eleição do Presidente da Câmara dos Deputados é o Bloco do PSDB, então, haverá um mínimo de polêmica.

Mas o § 1º é claro:

"Art.

16.....

.....

§ 1º Na ausência de dispositivo específico, a designação dos Relatores, para cada tipo de proposição, observará os critérios da proporcionalidade (...)."

Então, o critério da proporcionalidade, no § 1º, vem para subsidiar o artigo. O artigo orienta, mas não é na proporcionalidade que ele orienta. O artigo orienta deixando a possibilidade de acordo: Ele diz: *"As lideranças partidárias indicarão"*. E isso não está subordinado à questão da proporcionalidade. Pode vir a indicação de acordo, mas, se não ocorrer, aí é que vem o § 1º.

Nós apelamos, e está sendo um pouco exaustivo, mas é legítimo, no sentido de chegarmos a um acordo. Se ele, de fato, não ocorrer, eu concordo com V.Exa. que temos que fazer um apelo ao Presidente do Senado para que indique os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elementos que vão representar o PSDB, o PMDB, e seguiremos a vida baseados no Regimento.

A ausência do acordo pode deixar sequelas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Domingos Sávio, entendo a interpretação de V.Exa.

O art. 6º da Seção III — Da Composição e Instalação —, diz:

> *"Art. 6º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos e blocos parlamentares na CMO, observado o critério da proporcionalidade partidária."*

Então, no dia 24 de fevereiro — na segunda quinzena de fevereiro, como prevê o art. 6º —, foi organizada essa lista pela Mesa do Congresso Nacional. E é a essa lista que nos devemos obedecer.

Agora, eu estou tomando conhecimento de que as negociações estão em pleno vigor. Elas estão se acelerando.

Em virtude da possibilidade de acordo envolvendo o PMDB, o PSDB e os demais partidos, como PP e PT, eu não vou encerrar a reunião. Eu vou aproveitar o quórum, ainda, de ontem, e vou apenas suspender a reunião. Quem sabe, hoje ou até amanhã, já tenhamos um novo Presidente, com uma composição baseada no entendimento entre os diversos partidos.

O que V.Exas. acham? Posso fazer isso?

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Vou manter a reunião com o mesmo número de ontem, e, em vez de encerrá-la, vou suspendê-la.

Suspendemos, e, se hoje ocorrer esse acordo, ou até amanhã de manhã, nós nos reuniremos e faremos uma sessão quase solene de comemoração ao acordo que nós precisamos celebrar.

Concedo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Concordamos, Sr. Presidente. Eu só queria fazer um registro. Eu não quero entrar no mérito específico dessa discussão, mas quero relatar o que aconteceu no Senado. V.Exa. colocou, ainda há pouco, que o Senado respeita os blocos partidários. O único caso concreto, fora dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acordos dos blocos partidários, ocorreu na Comissão do Meio Ambiente, para a qual o meu partido, Democratas, me indicou para ser Presidente. Nós ficamos por 30 dias aguardando o Líder do PMDB, que tinha um candidato para disputar a vaga, na décima primeira escolha, do Democratas, para a Comissão do Meio Ambiente.

Então, a Comissão Mista de Orçamento está vivendo nesses últimos dias o que nós vivemos, o Democratas, e eu, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Então, foi o PMDB que provocou lá, também?

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Da mesma forma. Foram 30 dias. Então, é só um alerta para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem um histórico o PMDB, não é?

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Já tem um histórico. Em todas as outras Comissões do Senado, houve acordo por indicação. Justamente na décima primeira escolha, na Comissão do Meio Ambiente, cuja Presidência cabia ao Democratas, que fez a indicação deste Senador que está falando aqui, o PMDB não concordou e lançou um candidato avulso para competir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - E terminou ganhando, não é?

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - No final, nós vencemos a eleição para a Presidência da Comissão do Meio Ambiente, porque, no final, o PMDB viu que estava equivocado e retirou a candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Foi o Senador Hélio José, não foi?

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - O PMDB retirou a candidatura na última hora.

Então, é só uma informação para a Comissão, porque há mera coincidência ou semelhança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Ele viu que ia perder.

Veja V.Exa. que a maioria entendeu que o bloco deve ser respeitado.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - E foi respeitado. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Antes de suspender a reunião, concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A reunião está suspensa? Há tempo para retomada, ou V.Exa. vai comunicar *a posteriori*?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Ela está suspensa. Se houver a possibilidade de uma retomada, V.Exas. serão avisados. Todos os membros serão avisados.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Estamos querendo saber se já existe um horário em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O horário ficará em aberto. A qualquer momento nós seremos convocados.

Um abraço para todos e até a próxima reunião.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

EM 16.05.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Havendo número legal, declaro reaberta a presente reunião, convocada, nos termos regimentais, para a eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.

Informo que, com base no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, coube a mim presidir temporariamente esta reunião.

Esta Presidência recebeu da Liderança do PMDB no Senado, a quem cabe indicar os membros do PMDB nesta Comissão referentes ao Senado, o seguinte comunicado feito pelo Senador Renan Calheiros ao Presidente Eunício Oliveira:

> *Ao cumprimentar cordialmente V.Exa., comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Dário Berger, do PMDB, para concorrer ao cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.*

O PMDB indicou o Senador Dário Berger para titular e, na qualidade de titular, para presidir esta Comissão. Foram indicados os seguintes membros: como titulares, além do Senador Dário Berger, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Kátia Abreu e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como suplentes, o Senador Hélio José, a Senadora Rose de Freitas e o Senador Raimundo Lira.

Com base na composição desta Comissão, nós podemos fazer a eleição, embora o PSDB ainda não tenha indicado o seu membro.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Indicou sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agora? Traga o nome aqui, para eu o divulgar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu tenho feito o esforço, conforme havia dito a V.Exa., de buscar também o entendimento. Acredito que estamos próximos disso. Eu dizia inclusive ao Senador Dário que nós íamos fazer um contato agora com a Liderança do PSDB, e o fizemos. Sei que estão buscando construir esse entendimento.

Parece-me que o Presidente Rodrigo Maia fez um comentário — eu, pelo menos, vi alguma coisa assim na mídia — em que eu acho que ele foi muito feliz. Às vezes é necessária essa franqueza. Alguém o questionava no sentido de que havia um impasse muito complicado que precisava ser superado e ele dizia que seria complicado se o impasse estivesse colocado após a eleição do Presidente e a respectiva indicação dos Relatores.

Quando se tem um impasse porque o ambiente não pressupõe o mínimo de entendimento, de fato a situação pode ficar intransponível. Mas eu vejo que, com o esforço que tem sido feito por V.Exa. e também com o trabalho que tem sido feito entre os Líderes, nós estamos caminhando para um acordo.

Neste momento, ao que me consta, nós já estamos com Ordem do Dia. Eu queria ponderar com V.Exa. que eu ainda não recebi do meu partido a sinalização de que se concluiu esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Já recebi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu digo o entendimento com relação à composição que se fará para fins não só de eleição, mas também de definição das respectivas relatorias. É com esse propósito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado, não querendo interromper V.Exa., e ao mesmo tempo o interrompendo, quero lhe dizer que nós procederemos, neste momento, somente à eleição do Presidente.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu queria só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Um momento, Senador.

Como no momento não há eleição para Relator, o Presidente vai designar o Relator-Geral da LOA. Quanto à LDO, isso ficará para outra fase. Já conversamos com o Presidente. Tudo ocorrerá dentro da normalidade.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O Deputado Domingos Sávio levantou aqui a preliminar de que nós estávamos no decurso da Ordem do Dia. O nosso Regimento diz que só não poderá haver deliberação na Comissão durante a Ordem do Dia das sessões ordinárias, e o que está acontecendo na Casa é sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - É o que diz o parágrafo único do art. 107.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Exatamente. Eu queria só ajudar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O que estabelece o artigo confere com o que V.Exa. está dizendo. Não há possibilidade...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu tenho imenso respeito pelo nosso querido Senador Benedito, mas infelizmente não procede. A Ordem do Dia impede a votação. Como nós ainda não concluímos, de uma forma serena, como desejamos, o entendimento não só com relação à eleição da Presidência e do Relator da LOA, mas também, obviamente... Isso já foi objeto de um debate franco. Não há dúvida, nem por parte do Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - V.Exa. está apresentando uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou justamente fazendo uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu vou decidir logo em seguida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós temos Ordem do Dia em andamento; não podemos fazer, portanto, votação. Não podemos eleger o Presidente desta Comissão. Não pode haver nenhum procedimento dessa natureza, sob pena de ser absolutamente nulo, e aí sim começarmos mal todo um esforço que está, eu diria, praticamente concluso, num processo apenas de entendimento do que fora apalavrado entre os Líderes.

Senão, nós podemos deixar o próprio Presidente numa situação de dificuldade para conduzir os trabalhos. Se V.Exa., amanhã, não puder dar sequência ao que tenha sido objeto do acordo, fatalmente nós teremos a volta de um acirramento de posições.

Então, eu faço um apelo a V.Exa. Nós estamos resguardados regimentalmente. Com Ordem do Dia em andamento, não podemos proceder. Lembro à Assessoria apenas que esta Comissão Mista de Orçamentos, por ser equiparada ao Congresso, subordina-se não apenas ao Regimento Interno da Câmara mas também ao Regimento Interno da Casa e ao Regimento Comum, que V.Exa. bem conhece.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - E também do Senado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É claro, da Câmara, do Senado e do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Valadares) - Antes de decidir a respeito dessa questão levantada pelo Deputado Domingos Sávio, sempre cuidadoso nas suas colocações, e eu o compreendo, eu gostaria de comunicar que recebi uma cópia, que eu considero válida, que me foi entregue pelo Senador Ataídes Oliveira, que veio da Presidência do Senado. O Líder do PSDB, o Senador Paulo Bauer, indica o Senador Ataídes Oliveira para integrar, como titular, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em vaga destinada ao PSDB.

Deferida a indicação de V.Exa.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Para decidir nós estamos nos amparando no Regimento Interno do Senado, uma vez que o próprio Regimento Comum do Congresso, a que se refere V.Exa., no seu art. 151, diz o seguinte:

> *"Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as do da Câmara dos Deputados."*

O Regimento Interno do Senado não é omisso a respeito da questão de devermos fazer esta eleição, embora tenhamos uma reunião extraordinária, ou não. O que diz o parágrafo do art. 107?

> *"Art. 107.*
> *.....*
> *Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária* — esta aqui é permanente — *não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado."*

Isso quer dizer que lá, sendo extraordinária, nós temos competência para realizar a reunião, com fulcro no art. 151 do Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, permita-me. Isso está se referindo ao Senado, mas está omisso com relação à Câmara. O Regimento da Câmara é claro. Aqui eu estou falando como representante da Câmara. A assessoria de V.Exa. não está tendo o devido zelo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não é a assessoria! Na verdade, eu estou convicto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tudo bem. Eu estou dizendo a V.Exa. que conversei com o Presidente Rodrigo Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa., que é um homem resoluto, mas educado, sabe que, quando um Senador, seja ele qual for, decide, não é a Assessoria que o faz. V.Exa. me desculpe, mas isso é uma desatenção e uma descortesia com o seu colega.

Eu estou aqui decidindo pelo Regimento. Existe uma assessoria? Existe, mas quando eu decido não é a Assessoria que o faz, sou eu. Então, eu estou decidindo regimentalmente que vai haver eleição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senador, eu estou me dirigindo a V.Exa. com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - A não ser que o vosso candidato não queira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou me dirigindo a V.Exa. com todo o respeito. V.Exa. não levou em conta, na minha questão de ordem, e por isso eu fiz referência à Assessoria, porque ele lhe deu um artigo que faz referência à situação de uma sessão do Senado, e o artigo a que eu me referi na minha questão de ordem... Nós estamos tendo, neste momento, uma sessão com Ordem do Dia na Câmara, o que impede, inclusive...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Questão resolvida.

Deputado, eu tenho que prosseguir para eleger o Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu reitero ao próprio Presidente, faço um apelo a V.Exa. e ao Presidente que não insistam no propósito de iniciarmos os trabalhos da CMO fomentando o conflito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não há conflito. Já está decidida a questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Há, sim, um conflito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Consulto o Plenário se podemos proceder à eleição da Mesa Diretora da CMO, por aclamação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PSDB se opõe.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Por aclamação, porque não temos o segundo candidato para concorrer. Por aclamação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Na Câmara dos Deputados, por aclamação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PSDB se opõe e registra que a Ordem do Dia está em funcionamento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Leio para V.Exa. o art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que diz o seguinte — aqui é textual:

"Art. 46.

.....

§1º Em nenhum caso, ainda que trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."

Isso é o que diz o art. 46, §1º, do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Já está decidido, de acordo com o Regimento Interno do Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Senador Antonio Carlos Valadares, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu recorro à Presidência da Câmara e ao Plenário e informo que estaremos fazendo um ato nulo.

Faço um apelo aos demais colegas no sentido de terem bom senso.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Pela bancada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Pela Câmara dos Deputados, eleito o Presidente Dário Berger, único candidato pelo Senado Federal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Espera aí, Senador, não é assim não. Tenha calma!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. já o declara eleito sem fazer votação? Sem verificar se alguém quer verificação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Pela Câmara dos Deputados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso aqui está parecendo brincadeira, com todo respeito a V.Exa. Tentar impor...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Pela Câmara dos Deputados, eleito o Senador Dário Berger, candidato a Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senador Antonio Carlos Valadares, V.Exa. me surpreende! Por que V.Exa. tem a necessidade de querer impor algo? Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o nome do Senador Dário Berger para Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso é surpreendente, sem absolutamente nenhum amparo regimental. Sem que haja votação, V.Exa. declara o Senador eleito?

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Recorra!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É lógico que vamos recorrer em todas as instâncias necessárias. E registro ao nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu estou apressado para passar a Presidência. Nós sofremos muito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu vejo que V.Exa. fará, sem nenhum sentido, o que eu acabo de testemunhar. É terrível, é triste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Nós estamos reunidos todas as semanas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É triste ver um espetáculo desses.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Senador Valadares...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Chegamos a uma proposta do maior partido do Senado Federal, que é o PMDB, indicando um dos homens mais sérios de Santa Catarina, um dos mais brilhantes, que é o Senador Dário Berger, para presidir esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente, pela Liderança do Governo no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, ninguém aqui está discutindo a conduta ilibada, coerente e correta do Senador Dário Berger, que tem todas as qualidades para presidir esta Comissão.

Acontece que esta Comissão é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a mais importante do Congresso Nacional. Nós não podemos dar motivação para qualquer tipo de questionamento posteriormente. Nós já cometemos um deslize na sessão passada, quando foi indicado um relator sem a eleição do Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Não foi nenhum deslize, permita-me dizer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixe-me concluir. Se V.Exa. não me deixar concluir, vai ficar ruim.

O que eu proponho? Eu proponho que V.Exa., de comum acordo, ou na suspensão da sessão da Câmara ou num intervalo que possa acontecer, mantenha o quórum desta Comissão, porque eu acho que ninguém vai se contrapor à indicação do Senador Dário Berger.

Quero dizer apenas que a formalidade do fato pode ensejar ainda mais questionamentos da opinião pública a respeito de uma Casa que já está fragilizada, o que nós não queremos. E nisso concordo com o Deputado Domingos Sávio, que está correto quando argui o Regimento da Câmara dos Deputados, como também uma base procedimental normativa para o andamento desta Comissão.

Se já começarmos fragilizados, nós vamos ter problemas no decorrer da Comissão Mista de Orçamento, o que é lamentável para o Congresso Nacional.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Por gentileza, Deputado Maia Filho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu estou estranhando, porque nós tivemos aqui cinco reuniões que não foram realizadas, porque não havia a indicação dos membros do PMDB e do PSDB. Nesta reunião de hoje, V.Exa. recebe uma comunicação do Líder do PSDB e do Líder do PMDB indicando os seus membros.

O PMDB, como maior bancada do Senado Federal, indica o Senador Dário Berger para presidir esta Comissão. A população brasileira está olhando para nós e vendo esse tipo de picuinha, e não vejo razão para esse tipo de questionamento. Trata-se de um questionamento sem nenhum sentido. O Senador Dário Berger é um dos homens mais descentes do Congresso Nacional.

Quando se fala aqui que não poderá haver deliberação nas sessões ordinárias, quando a Resolução nº 1 é omissa, a decisão é pelo Regimento do Senado Federal. Nós não estamos fazendo aqui uma reunião da Câmara dos Deputados. Nós estamos fazendo aqui uma reunião da Comissão Mista de Orçamento, que congrega as duas Casas do Congresso Nacional.

Nós conversamos, na semana próxima passada, com o PSDB, com o PT, com o PMDB, para que chegássemos a um entendimento, porque esta Comissão só vai produzir efeitos se houver entendimento.

Na semana próxima passada, o Presidente da Câmara dos Deputados ficou encarregado de fazer o entendimento entre o PSDB e o PMDB, tendo em vista que tudo girava em torno da indicação do Relator. Por quê? Porque diz a regra geral, o Regimento das duas Casas, que esta Comissão é presidida, num ano, pelo Senado Federal e, no outro ano, pela Câmara dos Deputados. Quando o Senado preside, a Câmara oferece o Relator; e, quando a Câmara preside, o Senado oferece o Relator. Foi o que aconteceu no ano passado.

Então, V.Exa. teve uma paciência de Jó ao longo desse período, com todas as dificuldades, e se manteve sereno. Conversamos com o Deputado Domingos Sávio, que estava, até pouco tempo, absolutamente solícito com as definições adotadas, com os entendimentos adotados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela maneira como agiu, porque não havia mais necessidade de procrastinar esta reunião. Nós temos um candidato que já está eleito, por aclamação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, mesmo com alguma divergência. Mas a grande maioria homologa o nome do Senador Berger para presidir esta Comissão.

Quero cumprimentar o Senador Dário Berger e dizer que V.Exa. já pode ter uma ideia do que realmente ocorre aqui. Mas é natural. Este é o Parlamento. No Parlamento não se pode apenas balançar a cabeça; há discordância.

Conheço muito bem o eminente Deputado Domingos Sávio, extraordinário companheiro, aguerrido e gosta de uma encrenca. Mas devemos ter paciência para conviver. Já convivemos com ele em outras oportunidades e sabemos que isso tudo é porque ele está defendendo o interesse de seu partido. Mas o seu partido já fez a indicação na Câmara, faltando apenas o Senado, que agora faz a indicação.

Por isso, cumprimento V.Exa., Senador Antonio Carlos Valadares, pela maneira sóbria, competente e responsável com que conduziu os trabalhos. E cumprimento o meu querido companheiro, Senador Dário Berger, pois tenho certeza absoluta de que V.Exa. fará um grande trabalho à frente da Comissão de Orçamento desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Eu já estou praticamente me despedindo. Não posso ficar muito tempo nesta cadeira, senão...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Senão vai ser eleito Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - E o Deputado Dário Berger precisa assumir dentro em pouco a Presidência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não se apresse, Presidente. Aceite a sugestão do Deputado Danilo, suspenda esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O que eu quero dizer é o seguinte...

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, é só para uma colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Deputado, eu estou com a palavra.

É o seguinte: a gente fica na defensiva quando não age de acordo com o regulamento: a Resolução nº 1, o Regimento das duas Casas. Neste caso, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos outros, antes desta reunião, eu agi sempre de acordo com a Resolução nº 1, em obediência ao Regimento Comum, do Senado e da Câmara.

Isso significa dizer o seguinte: eu não tenho o menor receio de que esta eleição seja anulada, mesmo porque ela é legal e legítima, amparada, como eu disse, em uma regra. Nós estabelecemos as regras aqui pela Resolução nº 1, pelo Regimento Comum e, na falta, pelo Regimento da Câmara ou pelo Regimento do Senado.

Eu me amparei no Regimento do Senado, cujo texto diz que, em havendo sessão extraordinária, é exequível, é legal a Comissão continuar funcionando. Foi o que aconteceu.

Eu não sei por que essa celeuma, uma vez que todos nós que estamos aqui falávamos da necessidade de elegermos logo um Presidente, para que a Comissão funcionasse.

Concedo a palavra ao Deputado Andre Moura, Líder do Governo no Congresso.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; assim como o Senador Dário Berger e todas as demais Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Entendo, assim como nossa assessoria, com todo respeito que tenho pelo Deputado Domingos Sávio, que V.Exa. tem razão, mesmo porque está se baseando no Regimento Comum do Congresso Nacional, que diz, em seu art. 151, o seguinte:

> *"Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as do da Câmara dos Deputados."*

Neste caso, o Regimento Interno do Senado Federal não é omisso; ele é muito claro.

Como está havendo uma sessão extraordinária na Câmara, a decisão de V.Exa. está amparada pelo Regimento. Eu não tenho dúvida disso.

Aqui, Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Dário Berger — e vejo a preocupação de todos —, já estamos na sexta reunião, aguardando que o PMDB pudesse indicar, dentre os seus Senadores, aquele que iria presidir esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A história do Senador Dário Berger fala por si só. Pela envergadura de S.Exa. eu não tenho dúvida de que teremos um grande Presidente nesta Comissão de Orçamento.

Eu conversava agora com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, por telefone, para tentar a possibilidade de que nada deixasse de ser consensual, no sentido de que suspender aquela sessão por 10 minutos, para que pudéssemos fazer aqui a eleição e não ficasse essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Já foi feita a eleição.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Como já foi feita a eleição, quero fazer um apelo aqui ao bom senso. Estamos na segunda quinzena do mês de maio; e esta Comissão Mista de Orçamento, pelo que ocorreu em anos anteriores, já deveria ter iniciado seus trabalhos.

Acho que aqui não resta dúvida — e o Regimento é muito claro — de que cabe ao PMDB do Senado indicar o Presidente. O PMDB do Senado indicou o Senador Dário Berger e, portanto, não temos necessidade de ficar neste embate, nesta discussão aqui, pois isso não nos levará a nada. É uma coisa que está clara: cabe ao PMDB do Senado a indicação.

Nós aguardamos pacientemente a indicação — e agradeço ao Senador Valadares, que durante seis sessões aqui esteve aguardando o PMDB do Senado indicar o Presidente —, e, já que o PMDB do Senado fez a indicação, quero fazer um apelo aqui ao Deputado Domingos Sávio e ao bom senso, para que possamos iniciar os nossos trabalhos.

Entendo a preocupação de V.Exa., mas aqui somos todos homens públicos, com responsabilidade para com este País, para com o futuro do Brasil. Eu não tenho dúvida de que podemos aqui perfeitamente iniciar os trabalhos desta Comissão em plena harmonia, que é o que todos esperamos.

Nós já aguardamos por seis sessões. O Regimento é claro: cabe ao PMDB do Senado indicar. O Presidente está eleito.

Então, vamos dar continuidade aos trabalhos e, dessa maneira, podermos verdadeiramente produzir.

Estamos, repito, há seis semanas protelando essa situação. Sabemos que não é culpa de ninguém que está neste Plenário. Sabemos que o PMDB do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demorou a indicar um de seus membros. Mas, já que indicou, faço um apelo ao Deputado Domingos Sávio, que é um Parlamentar atuante, brilhante, que tem feito um trabalho combativo no Plenário, ajudando o Governo, inclusive, para que o País possa retomar o gráfico do crescimento e atingir a estabilidade econômica.

Portanto, meu caro Deputado Domingos Sávio, quero fazer esse apelo a V.Exa., na condição de Líder do Governo no Congresso. Quero apelar ao bom senso, para que possamos iniciar os trabalhos com harmonia.

Não resta dúvida de que está sendo cumprido o Regimento Comum do Congresso Nacional quanto à sessão da Câmara dos Deputados e, da mesma forma, quanto ao rodízio, pois cabe ao Senado este ano a indicação do Presidente desta Comissão, assim como cabe ao maior partido tal indicação, no caso, o PMDB.

Eu gostaria de fazer este apelo para que possamos iniciar os trabalhos, parabenizando o Senador Valadares, que, durante essas seis semanas, teve uma conduta exemplar. E eu não tenho dúvida de que será da mesma forma com o nosso novo Presidente, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, permita-me responder o Deputado Andre Moura?

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Deputado Maia Filho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Primeiro, falará o Senador Hélio José, que estava inscrito.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É só para comunicar à Comissão que está havendo votação nominal agora no Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - O.k.

Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Maia Filho. Por último, falará o Deputado Domingos Sávio.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, Senador Valadares; Líder do Governo no Congresso, Deputado Andre Moura; Senador Dário Berger, nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, em nome do PMDB, é com muita satisfação que indicamos o nome do nobre Senador Dário Berger, pessoa vivida e experimentada, por duas oportunidades Governador do Estado de Santa Catarina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por duas oportunidades Prefeito, pessoa profundamente conhecedora das questões orçamentárias e, consequentemente, com todas as condições de bem desempenhar essa tarefa.

Eu gostaria de pedir, nobre Deputado Domingos Sávio, em nome da relação que precisamos ter aqui, que permitíssemos o andamento normal das questões. O nosso nobre Senador Dário Berger é o Presidente já eleito — e cumprimento o Senador Antonio Carlos Valadares — e, com certeza, saberá conduzir o bom acordo nesta Comissão.

Deputado Domingos Sávio, quero dizer a V.Exa., aguerrido e sempre muito justo, que o nosso nobre Senador Dário Berger saberá nos conduzir a um bom acordo.

Então, faço um apelo a V.Exa. para rapidamente nos encaminharmos para a conclusão desta sessão e darmos posse ao nobre Senador Dário Berger.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Está inscrito o Deputado Maia Filho. Em seguida, falará o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Senador Dário Berger e dizer que V.Exa. está apenas cumprindo um precedente. E seria muito perigoso se V.Exa. decidisse em sentido contrário, pois já é contumaz nesta Casa as Comissões que analisam as medidas provisórias não serem suspensas em virtude de reuniões extraordinárias.

Então, V.Exa. está amparado em precedente e no que diz o Regimento em caso de omissão.

Portanto, V.Exa. estaria cometendo um erro se suspendesse a eleição, fugindo da tradição desta Casa no que tange às reuniões mistas, Câmara e Senado.

Então, não há o que questionar ou temer. Devemos apenas manter a tranquilidade, contando com a compreensão do Deputado Domingos Sávio.

E vamos dar continuidade aos trabalhos, efetivamente, após a eleição do novo Presidente, de quem esperamos um grande trabalho à frente do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Agradeço ao Deputado.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. ainda deseja falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, com o respeito que sempre tive por V.Exa., ao nosso Líder do Governo no Congresso, Deputado Andre Moura, vou ler um artigo do Regimento aqui. E assim o farei porque, obviamente, se não houver a suspensão, nós vamos recorrer. Trata-se de uma questão de direito líquido e certo.

O argumento que V.Exa. usou, Presidente, foi o de que será seguido o Regimento do Senado Federal; se ele fosse omisso, aí sim aplicar-se-ia o Regimento da Câmara.

Portanto, V.Exa. disse — e o Deputado André Moura, inclusive, foi na mesma linha — que o Regimento do Senado Federal não é omisso.

Pois veja bem: vou demonstrar claramente para o senhor, para o Deputado André Moura e para os demais pares presentes que o art. 107 no seu parágrafo único, é sim omisso no que diz respeito ao que está ocorrendo aqui e agora. E por quê? Porque o parágrafo único do art. 107 diz textualmente — e a lei vale pelo que nela está escrito, de maneira muito clara — o seguinte:

> *"Art. 107.....*
>
> *Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado."*

Pois bem, o texto fez referência à sessão ordinária do Senado; mas não tratou aqui nem da sessão ordinária da Câmara dos Deputados nem da sessão extraordinária da Câmara. Fosse verdadeiro este artigo — apenas quero concluir meu raciocínio —, fosse ele verdadeiro o suficiente para esclarecer o que seria impeditivo, nem a reunião ordinária da Câmara poderia ser um impeditivo, porque aqui não se fala sobre ela. O texto não fala sobre a sessão extraordinária da Câmara, como não fala sobre a sessão ordinária da Câmara. O referido artigo fala tão somente que não poderá ocorrer reunião em comissão quando tiver reunião deliberativa ordinária do Senado. Portanto, o Regimento do Senado foi omisso.

Quando se vai ao Regimento da Câmara, pois nos casos omissos nós recorremos a ele, de maneira clara — e aí o texto não deixa dúvida —, no art. 46, §1º, diz-se textualmente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Art. 46.

.....

§1º Em nenhum caso, ainda que trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."

O artigo que eu li ampara minha posição de maneira clara, no sentido de que esta reunião não pode coincidir — e, portanto, não pode haver votação — com uma reunião ordinária ou extraordinária que esteja na Ordem do Dia. E é o que está ocorrendo.

Portanto, fiz um apelo para a Comissão no sentido de que não houvesse votação. A votação foi nula. Eu tentei, inclusive, constatar se haveria pedido de verificação; não houve nem a confirmação de quem era a favor ou contra.

De resto, Senador Dário Berger, V.Exa. tem todo o apoio e o entusiasmo de nossa parte. Não é isso o que está em questão, nem é a questão da relatoria a essa altura. Agora vem alguém e diz que é picuinha.

Ora, o PSDB tem assento nesta Comissão; tem seus Deputados e Senadores; é o segundo maior partido da base do Governo nesta Comissão e estava no mesmo bloco. Não fossem dois dias de diferença, o partido legalmente teria... Foi uma situação circunstancial que nos surpreendeu, pois o PSDB tinha um entendimento. E nos curvarmos ao Regimento.

O PSDB entendeu que valia o dia da eleição do Presidente da Câmara, quando o PMDB era o primeiro maior partido do bloco. O Bloco do PP e do PSDB era o mesmo. O primeiro partido era o PMDB, ele indicou o Presidente; o segundo seria de indicação do PSDB. Mas o partido saiu dia 14 do bloco, acreditando que já estava atendida a exigência regimental. Depois, o PSDB foi surpreendido com uma norma que diz só vale do décimo sexto dia em diante da segunda quinzena.

Tudo bem. Vencida essa etapa, vamos para um acordo, para que sejamos contemplados. Há outros cargos. Só que este acordo está em fase de conclusão, inclusive envolvendo lideranças do próprio PMDB.

E aí eu me surpreendo aqui. Quando saí da Comissão, estive com o Senador Dário Berger e disse a S.Exa. o seguinte: *"Olhe, estão havendo as últimas tratativas*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de como será a nossa participação e até de outros partidos que estão discutindo o assunto, para que a gente tenha harmonia, Senador".

E aí eu sou surpreendido com essa decisão: *"Não. Vamos votar agora e fica decidido o Presidente e o Relator".*

E aí nós vamos discutir o que, em matéria de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Antonio Carlos Valadares) - Ainda tem a LDO.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, Presidente, eu insisto que, com muita clareza, o art. 107 fala sobre reunião deliberativa ordinária do Senado; não faz referência á reunião ordinária ou extraordinária da Câmara e, portanto, é omisso em relação a isso. E o Regimento da Câmara dos Deputados não é omisso. O Regimento Interno da Câmara, que é usado subsidiariamente, diz que, em havendo reunião ordinária ou extraordinária da Câmara, não pode haver deliberação nas Comissões, especialmente nesta.

Portanto, eu reitero o apelo a V.Exa., a quem respeito e sei que está ansioso, como eu, para ver esta Comissão trabalhando. Mas não adianta queremos que ela trabalhe sem que se respeite também o espírito de entendimento de cada partido.

Faço o seguinte apelo a V.Exa.: suspenda esta sessão, para que não tenhamos um procedimento formal de anulação e, aí sim, termos um desgaste maior, um atraso maior, porque eu tenho certeza de que daqui a alguns minutos, no máximo em algumas horas, com a Ordem do Dia encerrada, legalmente proceder à eleição. Agora, ao se proceder ilegalmente, este ato será nulo. E até me surpreende que a Oposição não esteja aqui discutindo, porque, se estabelecermos este precedente — e fui Oposição aqui —, fico eu pensando na seguinte hipótese: bom, a Oposição está segurando um projeto e, se começar a Ordem do Dia, ela argumentará o seguinte: *"Não, pode votar, porque não importa, pois a Ordem do Dia da Câmara não vale nada, nem em ordinária e nem em extraordinária"*.

Pelo amor de Deus! Isso é elementar! O bom senso deveria prevalecer, e V.Exa. deveria suspender esta sessão até terminar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Valadares) - Eleição realizada de acordo com os trâmites legais: art. 151 do Regimento Comum, c.c. parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.

Declaro eleito o Senador Dário Berger, do PMDB, para presidir esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Convido V.Exa., Senador Dário Berger, para assumir a Presidência e tomar posse neste cargo.

Tenho certeza de que V.Exa. dará conta desta missão, com sua inteligência, brilhantismo e, acima de tudo, devotamento à causa do Brasil. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Quem é que está votando? É por aclamação? O que é isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Acabou! Sem votação, sem respeitar a Ordem do Dia, sem nada...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Tá danado! Já começou errada a Comissão, né.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, preliminarmente, quero agradecer pela confiança.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006, e segundo encaminhamento realizado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, confirmo a designação do Deputado Cacá Leão, do PP da Bahia, *(palmas)* para a função de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 e informo que, após me familiarizar com as regras regimentais desta Comissão, farei as demais indicações das respectivas relatorias.

Na próxima semana faremos, então, a eleição dos demais cargos da Mesa Diretora da CMO.

Aproveito para convidar o Relator, Deputado Cacá Leão, para assumir sua posição na Mesa Diretora dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de um esclarecimento. Trata-se apenas de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço só um minutinho...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Gostaria de entender o significado dessa luz vermelha piscando, porque nós vamos conviver com ela durante as próximas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou conceder a palavra, pela ordem, a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, mas antes me permitam fazer uma pequena manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero dizer da minha honra e da minha satisfação de ascender a esta importante missão que é estar à frente da Comissão Mista de Orçamento. Realmente, eu tenho consciência da responsabilidade que pesará sobre os meus ombros: encaminhar os pleitos dos Deputados, das Deputadas, dos Senadores, das Senadoras para que, ao final, possamos encontrar um denominador comum e construir um Orçamento que atenda aos interesses do Brasil.

Bem, particularmente, eu acho que nós temos que discutir aqui se vamos adotar em 2017 as mesmas metodologias já adotadas no ano passado, no ano de 2016, ou se essas metodologias vão suscitar ainda algumas alterações — certamente todas as alterações serão feitas de comum acordo com todos os membros desta Comissão.

A relatoria, como V.Exas. sabem, coube ao Bloco Parlamentar PP/PTN/PHS/PTdoB, cujo indicado é o eminente Deputado Cacá Leão, a quem eu cumprimento e desejo plena realização à frente, também, de tão importante cargo.

Pergunto ao Deputado Cacá Leão se deseja usar da palavra...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Peço que depois me inscreva, Presidente Dário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Inscrevo V.Exa. O próximo será o Senador Ataídes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, primeiro, eu queria parabenizar V.Exa. pela eleição e desejar-lhe boa sorte à frente dos trabalhos da Comissão. V.Exa. é um Senador que tem se destacado no cenário federal, tem todas as condições de comandar a nossa Comissão no primeiro ano da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que vai trazer muitas dificuldades — apreciamos a PEC 241 na Câmara, renumerada para PEC 55 no Senado e, hoje, Emenda Constitucional nº 95.

Parabenizo V.Exa. pela indicação do Deputado Cacá Leão para ser o Relator-Geral do Orçamento.

Nós estamos entendendo, Sr. Presidente, que o Parlamento tem duas regras. A primeira é a regra do Regimento, que tem que ser sempre respeitada. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devemos abrir mão dela, até porque eu tenho uma tese de que o que vale hoje para um amanhã valerá para outros — o que me beneficia hoje pode me prejudicar amanhã, e vice-versa. Então, o Regimento é uma coisa que nós temos que prezar.

A segunda regra do Parlamento é a negociação, é o entendimento, é o acordo. Nós estamos aqui há quase 1 mês e meio, talvez, tentando chegar a este momento, quando a bancada do PMDB indica um seu Senador para a Presidência — e regimentalmente ela tem a prerrogativa de indicar o Presidente da Comissão de Orçamento — e, por via de consequência, o Presidente indica o Relator-Geral.

É evidente que o Deputado Domingos Sávio faz uma questão de ordem que tem procedência. Eu queria deixar registrado isso: em havendo uma sessão, não pode haver deliberação.

Mas acho que o entendimento aqui — e estamos trabalhando nesse sentido — é o de que temos que construir um acordo que resolva todas as questões: o acordo que foi feito dentro da bancada de V.Exa., para que V.Exa. pudesse ser indicado para Presidente; o acordo que foi na bancada do PP, para que o Deputado Cacá Leão pudesse ser indicado para Relator; e agora vem a nova fase do acordo, que envolve a LDO, que envolve o Comitê de Estimativas e envolve também as relatorias setoriais e os PLs que vão ser distribuídos.

Então, eu queria registrar isto: acho que precisamos observar o Regimento e, em havendo sessão, não pode haver deliberação.

Mas penso que este momento já vinha sendo construído. O Senador Antonio Carlos Valadares, na reunião passada, com quórum, já havia, por prerrogativa regimental — já que estava no exercício da Presidência —, indicado o Deputado Cacá Leão como Relator-Geral. E V.Exa. agora ratifica esse ato.

A reunião tem quórum porque foi suspensa na semana passada. E, então, ela se realizou com quórum.

E acho que não há razão de haver questionamento com relação a V.Exa. de forma nenhuma, embora, volto a dizer, nós devamos sempre estar observando o Regimento, porque regimentos são inclusive uma proteção para as minorias, coisa que nós somos hoje aqui dentro da Comissão.

Então, a sugestão que eu faria a V.Exa., já na presidência dos trabalhos, é que convocasse para amanhã, na sala da Presidência da Comissão, uma reunião com as Lideranças das bancadas e dos blocos, para que nós agora, sob a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidência de V.Exa., com a condução dos trabalhos por V.Exa., com o apoio do Relator-Geral, pudéssemos costurar o restante do acordo em relação à LDO, ao Comitê de Estimativas e também às relatorias temáticas e setoriais.

É evidente que o PT — já foi dito pelo Deputado Bohn Gass — tem uma prerrogativa, haja vista que tem a maior bancada depois do PMDB. Portanto, nós temos direito de reivindicar a LDO. Estamos colocando esse pleito da nossa bancada.

Mas tenho a certeza de que, sob a Presidência de V.Exa., estamos à disposição para sermos convocados. E a minha sugestão é que V.Exa., se puder, convoque para amanhã uma reunião com as Lideranças dos partidos e dos blocos, para que nós pudéssemos dar seguimento ao acordo e, como V.Exa. anunciou, completar as demais posições da Comissão.

Então, parabéns a V.Exa. e boa sorte! Pode contar com a nossa colaboração durante os trabalhos deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Só quero acrescentar que eu sou um homem da conciliação. Vou buscar, a todo custo, o entendimento, o que não significa o entendimento de todos, mas o entendimento da maioria.

Quanto à sugestão de V.Exa. de convocar uma reunião já para amanhã, eu estou consultando o Relator aqui e queria pedir, de certa forma, paciência a V.Exa., para que eu possa me sentar efetivamente na cadeira e familiarizar-me com o tamanho da responsabilidade que tenho e que o Relator também tem.

A princípio, não haveria problema de começarmos as nossas reuniões amanhã. Mas, ao final, então, em comum acordo com o Relator, eu informarei a V.Exa. se faremos essa reunião amanhã, na quinta-feira ou na semana que vem. E queria contar com a compreensão de V.Exa.

Srs. Parlamentares, permitam-me, por gentileza, fazer um agradecimento todo especial ao Senador Antonio Carlos Valadares, um homem extremamente experiente e competente, uma das figuras mais brilhantes e mais ilustres do Senado Federal, detentor já de inúmeros mandatos e que conduziu aqui os trabalhos, o que acabou permitindo que eu assumisse a Presidência e que o Deputado Cacá Leão assumisse, posteriormente, a relatoria-geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, Senador Antonio Carlos Valadares, V.Exa. sabe que, mais do que admiração por V.Exa., eu tenho respeito pela sua história, pela sua trajetória, por tudo o que V.Exa. já representou e ainda representa para o Brasil aqui no Senado Federal.

E agora concedo a palavra, primeiro, ao Senador Ataídes Oliveira, correligionário de S.Exa., Deputado Domingos Sávio.

Senador Ataídes Oliveira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Presidente, nós os quatro Senadores aqui presentes conhecemos V.Exa., que vem da iniciativa privada, vem do Executivo, pois foi Prefeito daquela grande cidade, e hoje é Senador da República, membro inclusive de uma Comissão que eu presido no Senado Federal, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Eu não tenho dúvida da competência de V.Exa. Eu lhe confesso que, como membro desta Comissão, eu me sinto muito confortável e muito satisfeito, muito feliz em saber que V.Exa. está à frente desta que eu digo que é a maior Comissão do Congresso Nacional. É aqui que se vai determinar o Orçamento da União, que deverá ser superior a 3 trilhões e 200 bilhões de reais para 2018 e estará na mão de V.Exa.

Não conheço o Relator, mas não tenho dúvida de que também tem competência.

Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, já de primeira mão, de fazer um pedido a V.Exa.: o PSDB, no Senado Federal e aqui na Câmara, por meio desse aguerrido Senador Domingos Sávio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Aliás, S.Exa. é Deputado. É porque o nosso amigo, o Senador Antonio Carlos Valadares, assim também se referiu ao Deputado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. me promoveu?

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Não, mas é que V.Exa. tem cara de Senador também. Qualquer dia nós vamos tê-lo lá no Senado Federal — espero eu.

Mas o PSDB, hoje a segunda maior bancada, nos últimos 14 anos nunca ficou fora da Mesa. E, por uma falha, conforme o Deputado Domingos Sávio disse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós perdemos essa relatoria que, na verdade, era nossa por direito. Mas formou-se um bloco, conforme o Deputado Domingos disse, e nós perdemos a relatoria.

Porém há outros cargos, Sr. Presidente. É exatamente a isto que quero me referir: que V.Exa. e o Relator olhem com carinho esses demais cargos, essas sub-relatorias, para que se contemple esse segundo partido, que é hoje a base de sustentação do Governo do Presidente Michel Temer, o qual é do partido de V.Exa. Eu só peço isso.

Desejo a V.Exa. boa sorte e peço a Deus que continue lhe dando sabedoria e competência, que já lhe são peculiar. E V.Exa. pode contar aqui com um membro que estará sempre a seu lado, Sr. Presidente, e também ao lado do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., e vamos buscar a todo custo um entendimento com relação à proposição de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, reitero o que havia dito antes de V.Exa. assumir esse posto: tenho pelo Senador enorme respeito e não terei nenhuma dificuldade, qualquer que seja o desfecho, de conviver com V.Exa. e de seguir sua liderança na Presidência desta Comissão e em qualquer outra oportunidade que pudermos trabalhar juntos pelo Brasil. O mesmo digo com relação ao nobre Deputado que tem a indicação do seu partido para a relatoria.

Quero apenas dizer a V.Exa. que entendo que infelizmente estamos começando mal quando não respeitamos o Regimento. Essa é a questão.

Essa luzinha vermelha que está piscando diante de V.Exa. é uma referência — e a assessoria bem o sabe — que indica que neste momento está havendo Ordem do Dia. Para que não paire dúvida, é algo fisicamente inquestionável: todos podem ver e testemunhar.

Assim ocorreu quando fiz minha questão de ordem ao Presidente que estava dirigindo os trabalhos e disse: segundo o Regimento desta Casa, não poderíamos ter aqui sequer reunião, muito menos votação, dado o fato de que tínhamos Ordem do Dia em curso. E o Regimento prevê isso.

Mas há algo mais simbólico ocorrendo neste momento: está havendo votação em plenário. E eu tenho que ir para lá. Vou ter que pedir a compreensão de V.Exa.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como creio o pedirão todos os Deputados que queiram cumprir o dever constitucional. Eu tenho que ir para lá votar! Não sou dois.

Por isso é que o Regimento é claro: os trabalhos de uma Comissão com a importância desta e a Ordem do Dia não podem ocorrer simultaneamente. Está havendo votação de algo que já estava sendo debatido naquele momento, algo de que eu precisaria inteirar-me, algo que precisaria da minha presença para saber como o meu partido está orientando e como vou me posicionar. Isso é elementar! Nem precisaria estar dizendo isso aqui.

Mas eu estou reiterando apenas o que vou fazer. Em que pese o respeito e o desejo de que consigamos reencontrar o caminho da legalidade, vou agora ao plenário cumprir a minha missão constitucional de votar e farei uma questão de ordem ao Presidente da Câmara, pedindo a ele que subsidiariamente a leve ao Presidente do Senado — e, portanto, ao Presidente do Congresso. E farei isso porque, no meu entendimento, a votação foi nula de direito, infelizmente. Digo isso contrariado, pois não representa nenhum tipo de descortesia com V.Exa. — aliás, a minha proposta ao Presidente que estava interinamente presidindo os trabalhos era a de que suspendesse a reunião por alguns minutos, que aguardássemos o término da Ordem do Dia e votássemos todos no Senador Dário Berger, que, sem dúvida, reúne todas as condições para presidir e o fará com competência.

Mas um precedente desses tem um significado muito grande nesta Casa. Se pudermos fazer a eleição para a Presidência, por que não podemos votar outros projetos? Por que não podemos atropelar os trabalhos e votar, como foi votado, sem sequer ouvir a resposta do Plenário? *"Em votação. Está aprovado. Pronto. Acabou"*. Mas o que é isso? Não votei; não houve a possibilidade... *"Não! Está aprovado. Matéria vencida"*. Não se pode verificar o quórum, não se pode pedir nada, nada! É algo que está aí gravado, para todo mundo ver! Foi um papel triste.

Portanto, reitero a V.Exa. que estou indo ao plenário. Peço licença a V.Exa. e aos demais pares, não só porque a Ordem do Dia está ocorrendo, mas também porque está havendo votação nominal neste momento. Eu tenho que ir lá votar e terei que fazer a questão de ordem, porque a minha consciência o dita. Entendo que não posso comungar com um ato que entendo que foi absolutamente fora do Regimento e, portanto, nulo de direito.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - De qualquer forma, agradeço a manifestação a V.Exa. Por um lado, evidentemente me preocupa essa questão; por outro lado, ela me traz um alívio, uma vez que não há nada pessoal.

Os encaminhamentos para a eleição da Presidência foram realizados pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares. O Parlamento é assim. Em determinados momentos nós conseguimos aclamação e conciliação, em outros há divergências, e assim seguimos. Lamentavelmente, esse foi um item que, de certa forma, tirou um pouco do brilho da assunção a esta importante missão, mas não tira a nossa responsabilidade de continuar trabalhando.

E assim, eu concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, na verdade a minha fala é muito rápida. Apenas gostaria de cumprimentar novamente V.Exa., no exercício da Presidência, e o Deputado Cacá Leão, na Relatoria, e dizer que estaremos participando permanentemente e efetivamente desta Comissão tão importante para o Congresso Nacional, para o Brasil e para todos nós. E quero desejar sucesso a V.Exas.

Eu queria, Sr. Presidente, e sei da competência de V.Exa., colaborar com o que foi pedido, no sentido de fazermos, talvez, a reunião amanhã, porque na quinta-feira estarei em viagem ao exterior e gostaria de participar. Participei da CMO em 2015, nunca faltei a uma reunião e pretendo também desta vez não faltar, já que sou Senador da República do Distrito Federal e sei da importância desta Comissão de Orçamento e do trabalho que V.Exa. vai aqui exercer.

Então, caso haja alguma reunião ainda esta semana, apelaria a V.Exa. para que a reunião fosse amanhã, para que assim eu possa participar. Se a reunião ocorrer na próxima semana, já estarei aqui normalmente e não haverá nenhum problema.

Desejo sucesso a V.Exas. Contem conosco. Estou de saída para uma reunião da liderança do nosso partido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço as palavras ao Senador Hélio José, meu querido e distinto amigo.

Concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero fazer uso da palavra neste momento exatamente para parabenizá-lo pela assunção a este cargo. Nós do PSD reconhecemos, naturalmente, a prerrogativa da liderança do PMDB no Senado de fazer a indicação dos seus membros, e do Líder do PMDB do Senado de fazer a indicação do Presidente. A eleição é quase meramente uma formalidade. Nós apenas formalizamos aquilo que regimentalmente está previsto. Então, queria parabenizá-lo e me colocar inteiramente à sua disposição. Desejo-lhe muito sucesso.

Sr. Presidente, já estou no sexto mandato de Deputado Federal e sempre participo desta Comissão. Aqui já exerci os mais diversos cargos — relatoria, relatoria setorial —, ainda não fui Presidente nem Relator-Geral, em razão do tamanho das bancadas. Estou sempre num partido que não é majoritário aqui, então ainda não ocupei esses cargos. Mas tenho já uma grande experiência e quero me colocar à disposição para juntos fazermos um trabalho de que o Brasil precisa.

Quero salientar, Presidente, que já estamos um pouco atrasados na nossa missão. Na verdade, o senhor vai verificar, pela tramitação da LDO, que nós já deveríamos estar realizando audiências públicas, porque o prazo para votação da LDO é até o dia 15 de julho. Então, estamos espremidos. Em função disso, eu gostaria de concordar com essa tese que foi aqui levantada de fazermos já amanhã uma reunião, ainda que preliminar, para nos conhecermos, conversarmos um pouco, atualizarmos, começarmos a buscar outros entendimentos que podem ser feitos na sequência.

Eu conversei aqui com Parlamentares do PT, que têm a prerrogativa de indicar o Relator da LDO, mas também têm a disposição de dialogar. Acho que seria importante podermos marcar para amanhã essa reunião aqui na sala da Presidência da Comissão, para avançarmos, para convocarmos, sobretudo, os líderes das bancadas, para que possam estar presentes e então começarmos a alinhavar alguns aspectos. E quem sabe, na reunião da próxima semana, poderemos efetivamente discutir a LDO, começar as nossas audiências públicas e fazer o trabalho que o Brasil e o Congresso Nacional esperam de nós.

Muito sucesso, Sr. Presidente! Tenho as melhores referências do trabalho de V.Exa. Conte comigo em sua importante missão. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Deputado Jaime Martins. Isso me dá a impressão de que estamos nos convencendo de fazer uma reunião amanhã e, pelo que eu vejo, há concordância de muitos Deputados.

Nós estamos aqui para conduzir apenas os trabalhos, numa missão constitucional e de representatividade proporcional das bancadas. Cabe, evidentemente, à Comissão encontrar os caminhos, que são os da conciliação, para que possamos agir rapidamente, com celeridade e eficiência.

Vamos definir o horário e, então, vamos receber os Líderes amanhã para uma conversa preliminar. E aí daremos sequência a todos os andamentos e preenchimentos das demais funções, que são inúmeras e que precisam, de certa forma, de uma agilidade muito grande.

Concedo a palavra ao Deputado João Fernando Coutinho; em seguida, ao Deputado Cacá Leão, Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, quero apenas, em nome da bancada do PSB da Câmara Federal, prestar a nossa homenagem e dizer que V.Exa. terá todo o nosso apoio ao longo deste ano. E concordamos, desde já, que tenhamos esse início de reuniões de trabalho com V.Exa., na condição de Presidente, com o Deputado Cacá Leão, na condição de Relator-Geral, os Líderes e os representantes das bancadas, para criarmos um plano de trabalho e buscarmos acelerar o nosso trabalho, já que efetivamente estamos um pouco defasados, em função de toda essa demora da eleição de V.Exa.

V.Exa. conta com o nosso apoio, com o nosso respeito, com a nossa admiração. Certamente, teremos um ano de profícuo trabalho aqui na CMO mais uma vez.

Este é o meu primeiro mandato na Câmara Federal, depois de, em três oportunidades, ter representado o povo pernambucano na Assembleia Legislativa do meu Estado. Mas já é o segundo período que aqui componho a Comissão Mista de Orçamento, quando, em 2015, tive oportunidade inclusive de ser Relator Setorial.

Estarei aqui à disposição para, sob a liderança de V.Exa. e junto com os demais membros desta ampla Comissão, tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados, fazer um orçamento que reflita os interesses e as necessidades do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Deputado João Fernando Coutinho.

Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Benedito de Lira, estou sentido que nós vamos encaminhar bem a Comissão, com entendimento, com divergências, mas também com convergências. Já estou sentindo no ar essa chama iluminar todos nós, para que possamos agir rápido.

Eu concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, em nome do PTB, eu queria cumprimentar V.Exa. e o Deputado Cacá Leão por essa missão. A família Leão tem uma história nesta Comissão de há muito tempo, o seu pai já foi membro desta CMO.

Sr. Presidente, quero dizer que estou muito satisfeito e acho que nós vamos ter um ano tranquilo. V.Exa. mostrou nesses primeiros minutos tranquilidade para conduzir esta Comissão. Parabéns! Desejo-lhe sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Deputado Pedro Fernandes e conclamo todos e V.Exa. a nos ajudar nessa difícil caminhada.

Agora concedo a palavra ao Relator da Comissão Mista de Orçamento, o eminente Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Querido Senador Dário Berger, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela eleição, pela forma como conduziu desde o início estes trabalhos, buscando o entendimento para que realmente consigamos vencer todas as etapas e todas as discussões, sempre baseados no acordo, para que os trabalhos desta Comissão caminhem.

Eu queria também aproveitar a oportunidade para agradecer a confiança, por ter referendado a indicação do meu partido, o Partido Progressista, que indicou um Deputado de primeiro mandato para relatar o Orçamento da União.

Como falou aqui o Deputado João Fernando Coutinho, também tive a oportunidade de ser membro desta Comissão no primeiro ano, em 2015, quando vi de perto como funcionam e como caminham os trabalhos desta Comissão.

Quero agradecer também aos nobres colegas as citações feitas ao meu pai, o então Deputado Federal, hoje Vice-Governador da Bahia, João Leão, que, na sua história, nos 20 anos que por aqui passou, sempre participou desta Comissão. E mesmo quando não lhe era permitido ser membro, Senador Dário, ele estava por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui sempre caminhando, discutindo, buscando resolver os problemas e encaminhar os acordos feitos nesta Comissão. Sabemos que os acordos acabam regendo os trabalhos desta Comissão.

Eu queria também fazer um agradecimento especial ao Senador Antonio Carlos Valadares pela condução dos trabalhos, pela paciência ao longo das últimas 6 sessões. Queria agradecer a V.Exa. o carinho, o respeito que sempre teve não só por mim, mas também por todos os Parlamentares, sejam Senadores, sejam Deputados, que fazem parte desta Comissão.

Eu queria agradecer também ao meu querido amigo, Senador Benedito de Lira, que foi um baluarte durante esse tempo, um lutador, um conhecedor do Regimento, da forma como se regem os trabalhos nesta Comissão. E aproveito para agradecer, em seu nome também, Senador, ao Líder da minha bancada, o Deputado Arthur Lira, por quem tenho um profundo respeito, que também foi de fundamental importância para que conseguíssemos chegar a este momento de entendimento nos trabalhos.

Então, em nome de V.Exa. e do Deputado Arthur Lira, eu queira cumprimentar o meu partido, o Partido Progressista, e todos Senadores e Deputados que dele fazem parte.

Senador Dário Berger, teremos um ano realmente bastante difícil. Este será o primeiro Orçamento a ser regido sob a visão da PEC que estabelece o teto dos gastos públicos. Será, portanto, um trabalho a ser feito com diálogo, com entendimentos e acordos, para que consigamos vencer as etapas. Mas tenho certeza de que teremos, tanto eu quanto V.Exa., o apoio desta Comissão, dos Relatores Setoriais, do Relator da LDO, dos Vice-Presidentes.

Precisamos entender que, neste momento político que o Brasil vive, não é hora de discutirmos interesses de Governo ou de Oposição. Neste momento de crise econômica, temos que discutir, principalmente aqui dentro desta Comissão, os interesses prioritários do Brasil e dos brasileiros. Espero que consigamos realizar um grande trabalho, a ser comemorado no ano de 2018, e que a Comissão de Mista de Orçamento contribua diretamente com a retomada do crescimento econômico do nosso País.

Mais uma vez, queria agradecer a V.Exa. a indicação e a confiança. Tenho certeza de que V.Exa. — isso já foi referendado anteriormente por todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

companheiros que o conhecem — é o homem do acordo, é o homem do diálogo, é o homem do compromisso. E eu também me encaixo nessa condição. Pretendo traçar todos os caminhos, fazer os encaminhamentos do nosso trabalho em cima do acordo, do diálogo, da paciência. Tenho certeza absoluta de que, ao fim dos nossos trabalhos, teremos cumprido nossa missão e seremos responsáveis também pela retomada do crescimento econômico do nosso País.

Muito obrigado a V.Exa., muito obrigado a todos os Deputados e Senadores que referendaram essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Atendendo, então, à solicitação dos Srs. Parlamentares, eu convido todos para uma reunião amanhã, às 14 horas, na sala de reunião aqui ao lado, com os Líderes partidários e/ou com os representantes dos Líderes ou dos partidos, para que nós possamos iniciar uma conversa preliminar sobre o nosso desafio de elaborar o Orçamento da União para 2017.

Eu quero agradecer também, em primeiro lugar, ao meu partido, a todos os Senadores que compõem o PMDB, pela indicação unânime, o que me deixa muito satisfeito e muito orgulhoso.

Agradeço mais uma vez ao Senador Antonio Carlos Valadares, que conduziu os trabalhos que nos levaram à Presidência e à Relatoria desta Comissão.

Agradeço o nosso distinto e dileto amigo Benedito de Lira, Senador com quem fiz amizade, a quem aprendi a admirar e a respeitar nas trincheiras dos microfones do Senado Federal. Muito obrigado pela sua presença até agora. Isso muito nos orgulha e nos dá a certeza do seu apoio com vistas ao nosso desempenho frente a esta Comissão.

Por fim, antes de declarar encerrada a presente reunião, convoco nova reunião para a próxima terça-feira, dia 23 de maio, às 14h30min, aqui no Plenário 2.

Um abraço a todos e muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2017.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Dário Berger (PMDB/SC). Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - **Projeto de Lei nº 1/2017-CN** – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências", em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Elmar Nascimento, Hugo Leal, João Fernando Coutinho, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Jorge Viana, Kátia Abreu, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes:** Alan Rick, Andre Moura, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Domingos Sávio, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Marcon, Misael Varella, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Victor Mendes; e **- Senador suplente:** José Medeiros. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Afonso Florence, Evair Vieira de Melo, Leonardo Monteiro, Mauro Pereira, Raquel Muniz e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e nove minutos, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC) declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos, o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique Oliveira; o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG); o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), e o Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr**.** George Alberto de Aguiar Soares. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, que discorreu sobre o tema em apreço, fazendo uso de projetor de multimídia. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra ao Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), que informou que entregaria à CMO, ao final daquela reunião, o **Relatório Preliminar** ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências", e fez questionamentos ao Ministro. O palestrante respondeu as indagações feitas pelo Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), que cumprimentou o Ministro e os parlamentares presentes. Em prosseguimento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente anunciou o início da discussão e propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de parlamentares, sendo concedido 5 minutos para cada interpelador, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpeladores. Em sequência, o Presidente deu início ao debate e concedeu a palavra ao primeiro grupo de participantes composto pelos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Marcon (PT/RS) e Domingos Sávio (PSDB/MG). Logo após, o Presidente encerrou o primeiro grupo e passou a palavra ao Ministro, que respondeu ao grupo de interpeladores. Às dezesseis horas, o Presidente concedeu a palavra ao segundo grupo de debatedores do qual participaram a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), e os Senadores Kátia Abreu (PMDB/TO) e Jorge Viana (PT/AC). O Presidente encerrou o segundo grupo e passou a palavra ao Ministro, que respondeu aos questionamentos. Foi assegurada réplica aos Senadores Kátia Abreu (PMDB/TO) e Jorge Viana (PT/AC). Dando seguimento ao debate, o Presidente iniciou o terceiro grupo e concedeu a palavra aos Deputados Rosangela Gomes (PRB/RJ), Afonso Florence (PT/BA), Carmen Zanotto (PPS/SC) e ao Senador Pedro Chaves (PSC/MS). Encerrado o terceiro grupo, o Presidente teceu considerações sobre o orçamento e passou a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que respondeu ao último grupo de debatedores. Às dezessete horas e quatro minutos, o Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 fez os últimos questionamentos. O Ministro respondeu as indagações do parlamentar e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e treze minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, do Secretário de Orçamento Federal, da sua equipe técnica, e dos demais parlamentares presentes. E comunicou a realização de reunião extraordinária da CMO, em seguida, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 27.06.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito muito boa tarde a todos.

Agradeço a presença dos Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Sras. Senadoras.

Declaro iniciada a reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Dyogo de Oliveira, que vai prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 1, de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Sr. Ministro, convido V.Exa. para tomar assento à Mesa. Seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além do Ministro, a Mesa conta com a presença do Sr. George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Encontra-se ao meu lado esquerdo o eminente Deputado Marcus Pestana, que é o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Encontra-se também ao meu lado esquerdo o Deputado Federal Cacá Leão, que é o Relator do Projeto de Lei Orçamentária anual de 2018.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, comunico que, como de praxe, de acordo com o art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, durante a qual não serão permitidos apartes.

Evidentemente, Sr. Ministro, se V.Exa. não puder cumprir os 30 minutos, nós não vamos ser extremamente rigorosos com o tempo.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, e o prazo, como de costume, é de 5 minutos. Informo a todos os Parlamentares que a lista de inscrição para fazer as perguntas ao eminente Ministro Dyogo de Oliveira está aberta.

Então, sem mais delongas, concedo a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Dyogo de Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente Dário Berger.

Ao cumprimentar o Deputado Marcus Pestana e o Deputado Cacá Leão, estendo o cumprimento a todos os Parlamentares presentes.

Agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em que nós poderemos analisar um pouco o panorama fiscal do País e as disciplinas propostas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o PLDO 2018.

A nossa apresentação será projetada. Peço que alguém vá passando os eslaides para mim, por favor.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira mensagem é de que a situação fiscal do País continua gravíssima. Nós estamos trabalhando em 2017 com um cenário de déficit primário de mais de 2% do PIB e de déficit nominal, que inclui as despesas com juros, de aproximadamente 6,7% do PIB. As projeções presentes na proposta da LDO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apontam uma convergência desse resultado para um superávit primário de 0,1% do PIB em 2020, mas, ainda assim, o déficit nominal seria de aproximadamente 3,9% do PIB. Esse é um quadro-resumo da situação: ao longo desses próximos anos, o Brasil completará um período de 6 anos de déficits primários em níveis relevantes, em torno de 2% do PIB a cada ano. Esses números dizem respeito ao Governo Federal, o que inclui o resultado das estatais.

Em valores nominais, em 2017, o déficit primário será de 138,8 bilhões de reais, e o déficit nominal será de 451 bilhões de reais. Em 2018, o déficit primário será de 129 bilhões de reais, e o déficit nominal será de 421,9 bilhões de reais. Conforme as projeções presentes na LDO, esse déficit convergiria, nos 3 próximos anos, para um superávit de 10 bilhões de reais, em 2020. Evidentemente, essas projeções dependem de uma série de hipóteses e, principalmente, da recuperação da economia e da continuidade do controle dos gastos públicos, conforme a disciplina prevista na Emenda Constitucional nº 95. Isso implica a evolução da dívida bruta do Governo Federal, que, nos últimos anos, saiu de 51,8% do PIB para 71,7% do PIB, em abril de 2017.

Então, esse é o quadro principal de fragilidade fiscal que o País apresenta hoje. Por esse motivo, não só a LDO, mas também a Proposta de Lei Orçamentária, deverão se enquadrar dentro de um esforço continuado do Governo para conduzir um processo de ajustamento fiscal. Por que eu digo continuado? Porque, evidentemente, não é possível fazer todo o ajuste de uma maneira imediata. Nós temos que fazer esse ajuste fiscal gradualmente, ao longo do tempo, e conjuntamente com esse ajuste nós temos que adotar uma série de medidas para reformar a economia, permitindo à economia brasileira voltar a crescer, ganhar competitividade e voltar a gerar as receitas orçamentárias necessárias para financiar os programas e as políticas públicas que a nossa sociedade demanda.

A respeito das receitas, é importante mencionar que esse quadro também vem sendo impactado pela redução das receitas federais, em termos de participação no PIB. Entre 2010 e agora, houve uma redução da receita total primária, sem que as transferências a Estados e Municípios fossem reduzidas. A despesa saiu de 23,7% do PIB em 2010 para 20,6% do PIB este ano e para 20,5% em 2018, na projeção do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO, ou seja, houve uma queda da receita de aproximadamente três pontos percentuais do PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa tendência também se apresenta na arrecadação de tributos, que é a chamada "receita administrada". Houve um pico em 2007 e 2008, com mais de 15% do PIB na arrecadação. Em 2017 e 2018, a arrecadação foi para 12,7% do PIB. Isso é decorrência de um conjunto amplo de fatores, entre os quais o próprio ciclo recessivo dos últimos anos. O País não cresce desde 2014, e isso impacta a receita.

Mas isso também é resultado de mudanças estruturais pelas quais a economia está passando, para um novo modelo econômico, mais baseado em serviços e nas novas tecnologias. O sistema tributário brasileiro é baseado na arrecadação sobre bens, é mais concentrado na tributação indireta. Esse é outro motivo para fazer avançar as reformas na área tributária.

As despesas também apresentaram, nos últimos anos, uma tendência contrária ao ajustamento fiscal. Isso é representado por crescimentos continuados da despesa primária do Governo em relação ao PIB. Aqui nós apresentamos o gráfico com as despesas a partir de 2002, mas os dados desde 1994 ou 1995 — o início do Plano Real — mostrariam que a tendência não se altera. Então, em 2015, a despesa correspondeu a aproximadamente 22,7% do PIB. No início dessa série, em 2002, a despesa era de aproximadamente 19,5% do PIB. Em 1994 ou 1995, ela era de 14% do PIB. Portanto, num período de 20 anos, a despesa cresceu seis pontos percentuais do PIB.

Durante certo período, isso foi acomodado com o aumento simultâneo da arrecadação. Os dados a partir de 1999, principalmente, mostram que o crescimento da carga tributária foi acompanhando o crescimento da despesa. Nos últimos 5 anos, não foi mais possível fazer isso. Então, a carga tributária não conseguiu mais acompanhar o crescimento da despesa, e aí o País entrou num ciclo de déficits continuados.

A propósito da despesa, é importante ressaltar que o conjunto das despesas previdenciárias — benefícios urbanos e rurais, benefícios a inativos do setor público e benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS — representará 57% da despesa em 2017. Em 2010, ele já representava 49,7% e vem apresentando uma tendência continuada de crescimento de participação no orçamento. A cada ano que foi passando, a despesa previdenciária foi aumentando continuamente. Este ano, a despesa será de 730 bilhões de reais, aproximadamente, apenas com o pagamento das pensões, aposentadorias e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

benefícios previdenciários. Essa é a projeção para 2017 de despesas previdenciárias no orçamento federal. Esses 730 milhões de reais representarão, portanto, 57% das despesas totais, ao passo que gastos em áreas importantes como a saúde, por exemplo, serão de aproximadamente 104 bilhões de reais, exceto a despesa com pessoal, é evidente. O investimento será de 26 bilhões de reais, e assim por diante. Então, a composição do orçamento brasileiro hoje, a meu ver, é incompatível com as verdadeiras necessidades e prioridades da sociedade.

A próxima imagem mostra essa tendência de crescimento da participação das despesas com Previdência no total da despesa primária da União.

A imagem seguinte mostra o crescimento do déficit. Então, as receitas do Regime Geral de Previdência Social — RGPS não têm acompanhado o crescimento das despesas, desde 2014. Para os próximos anos, com as projeções que nós estamos fazendo, haverá certa recomposição do crescimento das receitas, em virtude do crescimento da massa salarial, do PIB, mas esse crescimento não será suficiente para reequilibrar as contas da Previdência.

É muito importante mencionar isso, porque há, na sociedade brasileira, certas informações inverídicas a respeito do déficit da Previdência. A estimativa é de que, em 2018, o déficit no Regime Geral da Previdência Social seja de 202 bilhões de reais. Não há nenhuma teoria por trás disso, é simplesmente aritmética básica.

Se for possível, peço que seja entregue aos Parlamentares presentes a impressão da apresentação e dos diversos dados sobre a economia brasileira.

A Previdência apresenta uma tendência de déficits crescentes nos últimos anos. Além do déficit, também nos preocupa a velocidade de crescimento desse déficit. Em 2014 o déficit foi de 56 bilhões de reais, e já em 2018 nós estamos falando de 200 bilhões de reais, ou seja, em 4 anos, o déficit foi multiplicado por aproximadamente quatro. Portanto, essa despesa está realmente descontrolada no orçamento público.

Como eu lhes mostrei, a participação dos custos com a Previdência está crescendo. O que significa isso? Que ela está comendo os recursos das outras áreas, abocanhado recursos das outras áreas do orçamento público.

Esse cenário de fragilização fiscal traz outro custo adicional para o Estado, que é a despesa com juros. Exatamente nesse período em que houve a fragilização da situação fiscal do País, houve também um crescimento das despesas com juros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste gráfico, eu procurei separar o efeito do *swap* cambial, porque ele não é exatamente uma despesa com juros, embora do ponto de vista da contabilidade pública ele seja contabilizado como tal. Então, neste gráfico eu coloquei o efeito do *swap* cambial separado, para mostrar apenas a despesa com juros. A despesa saiu de aproximadamente 200 bilhões de reais em 2012 para 500 bilhões de reais em 2015 — tirando o *swap*, o valor é de 400 bilhões de reais. Sem considerar o *swap*, em 2016 a despesa foi de 483 bilhões de reais. Em 2017, acumulada até o final de abril, essa despesa apresentou uma tendência de queda, que já é o efeito da retomada da credibilidade da política fiscal.

Durante um longo tempo, ainda vai haver o carregamento daqueles títulos que foram emitidos a taxas de juros muito elevadas. O Tesouro chegou a emitir títulos com inflação mais 7%, inflação mais 7,3%, em 2015 e 2016. Hoje, são emitidos títulos com inflação mais 3,5%, aproximadamente. Mas aqueles títulos que foram emitidos vão carregar esse custo durante muitos anos. Apesar disso, a despesa com juros vai cair ao longo dos próximos anos, em decorrência desse processo de ajustamento fiscal gradual que nós estamos implementando.

O texto da proposta de PLDO traz os nossos parâmetros para os anos de 2018 a 2020, que estão apresentados nesse gráfico. Prevemos uma retomada do crescimento do PIB real: 2,5% em 2018, 2,5% em 2019 e 2,6% em 2020. Isso implicará um crescimento do PIB nominal. Estamos falando de uma inflação que se mantém, ao longo desses anos, dentro do centro da meta, o que também é algo importante de ser destacado, uma vez que verificamos vários anos com a inflação acima do centro da meta.

Por fim, há uma série de outros parâmetros. Eu destaco o que é sempre mais demandado, que é o valor do salário mínimo, que está previsto ser de 979 reais em 2018, pela projeção da inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC nesse período. O salário mínimo hoje está em 937 reais.

Com base nesses parâmetros, nós estabelecemos as metas de resultado primário do setor público consolidado. Em 2018, o déficit previsto será de 131,3 bilhões de reais, sendo 129 bilhões de reais o déficit do resultado primário do Governo Central, 3,5 bilhões de reais o déficit das estatais federais, e um superávit de 1,2 bilhões de reais de Estados e Municípios. Nos anos subsequentes haveria a recondução desses resultados para o terreno positivo, chegando a 2020 com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

superávit do setor público consolidado de 23,2 bilhões de reais, decomposto em 10 bilhões de superávit no Governo Central, um déficit nas estatais de 3,4 bilhões de reais, e um superávit de Estados e Municípios de 16,6 bilhões de reais.

Eu recordo a todos que o resultado das estatais exclui o resultado da PETROBRAS e da ELETROBRAS já há muitos anos. Essa tem sido a disciplina na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Portanto, estamos falando aqui daquelas estatais que não são do grupo ELETROBRAS nem do grupo PETROBRAS.

Além das metas e dos parâmetros, a LDO também é composta de uma série de disciplinas. Eu vou destacar o principal fato: esta é a primeira LDO produzida após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95. Portanto, ela demanda que, junto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, seja apresentado um demonstrativo de compatibilidade dos valores máximos das programações com os limites individualizados das despesas primárias conforme prescrito na emenda constitucional, qual seja, a exata atualização do limite do valor executado em 2016 pela inflação, ano a ano, até o décimo ano. A partir daí, a emenda constitucional permite que haja uma alteração dessa regra, que deverá ser proposta à época.

As emendas individuais impositivas, tal como previsto na Constituição, passam também a corresponder ao limite de execução obrigatória do exercício de 2017, corrigido para o próximo ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA até o último ano de vigência do novo regime fiscal, sujeito também à revisão no décimo ano.

Nós estamos propondo esses mesmos mecanismos de correção de limites para emendas de bancada estaduais, de execução obrigatória dentro daquele limite de 0,6%. Portanto, neste ano será aplicado 0,6% e, no próximo ano, esse valor nominal será transformado em reais e atualizado, a partir daí, pela inflação também.

Também está presente, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO, a regra de elaboração dos orçamentos dos demais Poderes. O que se está propondo é que sejam os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA de 2017, excluídas as despesas não recorrentes com a realização de eleições e as despesas do Fundo Partidário. Após essas exclusões, corrige-se também pelo IPCA, de tal modo que os limites dos demais Poderes fiquem coerentes com o limite geral da PEC dos gastos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além disso, nós estamos colocando na LDO uma previsão a respeito dos Poderes que eventualmente tenham excesso. É importante mencionar que isso está previsto na própria Constituição, na Emenda Constitucional nº 95, de 2016. No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarem excesso de despesa em relação ao seu limite individual, a União pode fazer a compensação reduzindo no seu próprio limite. Nesse caso, nós estamos colocando uma previsão para que esses Poderes adotem medidas com vistas a retornar aos limites previstos na PEC dos gastos públicos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ministro, permite-me uma observação? V.Exa. falou que estariam excluídas as despesas não recorrentes com a realização de eleições, é claro, devido à questão da bianualidade das eleições. Mas eu não entendi a exclusão das despesas do Fundo Partidário, uma vez que ele é anual.

Sr. Presidente, perdoe-me a interrupção, mas ficaria difícil falar depois.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - É o seguinte: o Fundo Partidário já tem uma regra própria, por isso, ele não se imiscui com o limite do Poder, no caso, a Justiça Eleitoral. Então, há o limite da Justiça Eleitoral e há a regra prevista do fundo eleitoral, que deverá também ser respeitada.

Orçamentariamente, é importante explicar isso aqui, porque o fundo eleitoral faz parte do orçamento da Justiça Eleitoral. Então, para que não haja uma contaminação de duas contas diferentes, nós separamos o orçamento próprio do Poder do orçamento do Fundo Partidário.

Chegando ao fim e tentando manter-me dentro do tempo, a regra para admissão de pessoal será a limitação de novas admissões ao volume de vacâncias. Portanto, só pode entrar um servidor novo se sair um servidor de modo definitivo. Não se trata de licença nem de férias, mas de abandono do serviço público. Então, se sair um, poderá haver a entrada de outro. Não quero dizer que nós faremos exatamente isso, mas seria o limite máximo.

Do ponto de vista de execução provisória, que é outra regra básica da LDO, estamos propondo a execução integral para o atendimento de despesas obrigatórias; prevenção a desastres; realização de eleições; concessão de financiamento estudantil; e ações e serviços públicos de saúde. Todas as demais despesas teriam um limite tradicional de 1/12 do valor previsto no PLOA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso é apenas para o caso de a Lei Orçamentária Anual não ser aprovada até o final da legislatura. Mas o nosso Relator, Deputado Cacá Leão, nos assegura de que isso não acontecerá. *(Risos.)*

Senhoras e senhores, essas eram as informações iniciais que eu gostaria de trazer, respeitando o limite de tempo que nos foi disponibilizado. Fico à disposição dos senhores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a exposição do Ministro Dyogo de Oliveira.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra agora ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, Deputado Federal Marcus Pestana, para fazer as considerações e perguntas que julgar necessárias.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Caro Presidente, Senador Dário Berger; caro Relator do Orçamento, Deputado Cacá Leão; caro Ministro Dyogo, que mostrou que tem não só disciplina fiscal, mas também disciplina horária; membros desta Comissão, eu queria inicialmente dizer que, logo depois da audiência pública, vou encaminhar oficialmente o meu relatório preliminar, que será publicado imediatamente no *site* da Casa, para que todos possam analisar e fazer suas emendas, já que o calendário é extremamente apertado.

De pronto, quero dizer que este Relator se empenhará para cumprir o prazo constitucional. Trata-se de uma tarefa muito difícil. Evidentemente não é um esforço unilateral, mas dependerá muito da própria Comissão Mista de Orçamento. Da minha parte, eu já realizei algumas reuniões com a assessoria técnica. Nós tentaremos nos desdobrar para cumprir o cronograma proposto, que já está publicado, e esgotar as discussões aqui no dia 13 de julho, encaminhando-o no dia 14 de julho, para que o Congresso possa deliberar dentro do prazo, antes do recesso.

Ministro Dyogo, eu gostaria de lhe dirigir algumas reflexões e questões sobre seis pontos que gostaria que V.Exa. reforçasse. Como foi dito, este é um cenário novo. E o Congresso tem que tomar pé dessa realidade. Eu costumo sentir que, aqui na própria Casa, o diagnóstico sobre estrangulamento fiscal no Brasil ainda é frouxo. As pessoas ainda não têm uma dimensão exata da gravidade do quadro. Então, eu queria que o Ministro se estendesse um pouco sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existe um indicador fundamental para o desenvolvimento, para a credibilidade da política econômica, para a confiança dos investidores e dos agentes relevantes de um país, que é a relação dívida/PIB, que tem a ver com os déficits praticados. Há um fenômeno politico que nos fez viver um trauma, em função da desmoralização da contabilidade pública — a maquiagem, a contabilidade criativa, as pedaladas, que mascaravam o efetivo desequilíbrio fiscal que o País enfrentava.

No entanto, parece que o fato de o atual Governo optar, corretamente, por uma política de transparência total e publicizar o déficit traz um relaxamento, e todo mundo começa a achar que é normal. O nosso déficit é gravíssimo, tanto o déficit primário quanto o déficit nominal, que leva em conta as despesas com juros, as despesas financeiras.

O Brasil já apresenta um valor muito alto na relação dívida/PIB. As pessoas falam assim: *"O Japão tem 220% do PIB; a Itália tem 180%; os Estados Unidos, 150%"*. Eles comparam alhos com bugalhos: lá são títulos de 50 anos, 100 anos, a taxas de juros muito baixas. Nossa dívida bruta já está em torno de 70% do PIB. E há a tendência, a cada déficit nominal de 6%, como está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, de agregarmos necessidade de financiamento novo do setor público nessa conta. Portanto, nós tendemos a 80%, 90% do PIB, o que, para um país emergente, é muito grave.

Então, como primeira questão, eu pergunto ao Ministro qual seria o superávit primário necessário para estabilizar a relação dívida/PIB e colocá-la numa tendência declinante. Portanto, o primeiro esclarecimento é sobre essa relação dívida/PIB, já que nós estamos numa situação gravemente deficitária.

A segunda questão é uma reflexão sobre a cooperação entre os Poderes da República. Quando se fala em ajuste fiscal, a cultura geralmente é de que isso cabe ao Executivo, mas, nessa tarefa, que é inevitável, é um desafio incontornável e urgente, todos os Poderes têm que cooperar. O ajuste é do conjunto do setor público, e para isso é preciso, mais do que nunca, que haja harmonia e que haja cooperação, apesar da independência e da soberania dos Poderes.

Então, eu peço que o Ministro se aprofunde nesse mecanismo de compensação orçamentária e no horizonte temporal em que a PEC do limite de gastos terá sua efetividade plena, porque muita gente não compreende ainda esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mecanismo de compensação orçamentária e como se dará a dinâmica orçamentária em cada Poder, em cada órgão dos outros Poderes.

A terceira questão, Ministro, é sobre a meta fiscal. A meta de déficit do setor público, de cerca de 131 bilhões de reais, tem sofrido, aqui e ali, críticas de alguns economistas. Eu acho que isso se dá a partir de uma visão estática, pois meta se persegue. Para atingir uma meta, não ficamos estáticos, de braços cruzados, esperando que ela ocorra. Meta é um desafio a ser perseguido. É óbvio que o Governo não vai ficar parado. Eu sinto que muitas das críticas partem de uma visão estática, como se o Governo não tivesse um elenco de providências a tomar no plano gerencial, administrativo e mesmo legal, para que essa meta se torne factível.

Eu já cheguei a ouvir que o gasto de pessoal está subestimado com relação à receita. Então, eu queria que o Ministro clareasse esses itens principais de despesa e a questão do comportamento da receita.

Inclusive, pudemos conversar, nesta semana, tanto com o Ministro Meirelles quanto com V.Exa., e fomos informados que a meta está mantida como balizador do processo orçamentário para 2018. Então, peço que V.Exa. se estenda um pouco sobre essa visão da consistência da meta e como se pensa alcançar esse resultado.

Como quarta questão, eu queria uma reflexão do Ministro sobre os gastos tributários. Afinal há renúncias fiscais que são maiores que o nosso déficit fiscal. O gasto tributário agregado, com as diversas renúncias fiscais é maior do que o déficit primário. E nós temos no Brasil uma cultura frágil de avaliação de resultados.

Eu cito, Ministro, o exemplo do Programa de Sustentação do Investimento — PSI. Nós colocamos, ao longo de 5 anos, 500 bilhões de reais no BNDES para subsidiar operações de crédito, e, no entanto, o resultado é contraditório: houve um gasto fiscal de 500 bilhões de reais, e ocorreu a maior recessão do Brasil, com a formação bruta de capital fixo declinante.

Então, a política que propunha sustentar o investimento produziu esse resultado. Usar de blá-blá-blá, de retórica em favor de políticas públicas é uma coisa, mas medir resultado é outra coisa. O PSI foi uma renúncia fiscal em que o Governo se endividava pela taxa SELIC e emprestava pela Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, favorecida dentro do Programa de Sustentação do Investimento — PSI, com regras especiais em relação à própria TJLP. E quem pagava a diferença?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós todos. Eu, você, enfim, a sociedade brasileira financiava aventuras empresariais que, às vezes, deram com os burros n'água.

Então, eu queria fazer uma reflexão sobre as renúncias. Há uma avaliação de eficiência dessa política? Um gasto muito elevado fica mascarado. Como se trata de um gasto passivo, a renúncia de receita fica um pouco escondida. Mas ainda assim é um gasto. Os recursos para fins alternativos são escassos, não são um saco sem fundo que podem financiar tudo a nosso bel-prazer. Essa cultura já está superada no Brasil há alguns anos, embora tenhamos tropeções.

Ministro, a quinta questão se refere à vinculação entre a política monetária e a política fiscal, um tema muito importante para esta Casa. Por diversos momentos, na Comissão da Reforma da Previdência, nós discutimos a conta dos juros, que é a segunda maior despesa. A primeira é a Previdência, a segunda é o juro. Os juros são tratados como uma despesa discricionária, que se pode arbitrar, escolher fazer. *"Ah, não vamos gastar 450 bilhões de reais. Vamos gastar 200 bilhões de reais e investir o resto na educação, na saúde."* Só que o processo não é assim.

Então, gostaria que o Ministro, com a sua experiência, com o seu conhecimento, discorresse um pouco sobre essa relação de causa e efeito entre desequilíbrio fiscal e taxa de juros, porque os juros têm um preço para a economia e têm um processo de formação no mercado.

Quem financia o Governo, conforme o grau de credibilidade, de confiança, de avaliação de risco, põe o seu preço. Quem empresta dinheiro ao Governo faz isso num determinado patamar, cobrando prazos e juros. Como a situação do Brasil é muito instável, a dívida é alta e os juros são altos, quanto mais a dívida crescer, mais o investidor fica desconfiado de uma perspectiva de moratória, de *default.* Portanto, esse investidor passa a cobrar mais e em prazos mais curtos.

Gostaria que V.Exa. discorresse um pouco sobre o mito que há nesta Casa em relação ao tema. Aliás, no Governo Dilma, houve uma tentativa voluntarista de queda da taxa de juros. Imediatamente o próprio Governo Dilma, por meio do Banco Central, teve que puxar para cima a taxa de juros.

Por último, Ministro, gostaria que V.Exa. comentasse como o Orçamento, que será relatado pelo Deputado Cacá Leão, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, duas peças essenciais de planejamento, dialogam com as reformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A reforma trabalhista particularmente tem um impacto maior na economia real: gera aumento de produtividade, aumento de eficiência e receitas tributárias. Ela tem um impacto indireto. A reforma previdenciária e a reforma tributária fiscal podem ter impactos.

Então, há dúvida sobre os instrumentos de planejamento. Esclareço que essa dúvida surgiu porque os pressupostos da LDO que vão nortear o Orçamento não levaram em conta as reformas. Muita gente acha que algumas projeções levam em conta a expectativa da reforma.

Ainda que seja um momento de instabilidade política e as reformas não tenham um curso claro, gostaria que V.Exa. nos iluminasse a respeito de como o Governo imagina que o processo de reformas, particularmente a previdenciária e a tributária, dialoga com a elaboração da LDO e do Orçamento.

Seriam essas as questões, Sr. Presidente. Reafirmo que o relatório preliminar estará disponível logo após esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agora vamos ouvir o Ministro Dyogo de Oliveira.

Em seguida, passarei a palavra ao Relator do Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, e aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado Marcus Pestana. O senhor traz várias considerações extremamente importantes.

A primeira refere-se ao déficit. De certa maneira, estamos um pouco anestesiados, porque nos habituamos à presença de déficits elevados do ponto de vista fiscal. Veja que estamos falando de um déficit primário de 2% do PIB e de um déficit nominal de 6% do PIB.

É evidente que esse déficit nominal de 6% do PIB não vai ser pago com receitas do Governo. Ele será pago com a tomada de novos empréstimos. Isso vai se acumulando como nova dívida, entrando no ciclo de composição de juros em cima de juros e, portanto, criando uma dinâmica de dívida muito perigosa.

Essa foi exatamente a situação que nós tivemos entre 2014 e o momento atual. A nossa dívida saiu de 51,8% para 71,7% do PIB, o que representa um aumento de 20 pontos percentuais em 4 anos. Isso não é normal e não se sustenta por um longo período. Como eu disse, haverá 6 anos de déficit. Mesmo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo de ajustamento e com todas as medidas que temos adotado, ainda assim haverá 6 anos de déficits subsequentes. Evidentemente esse não é um cenário adequado de gestão do País. Nós precisamos voltar a ter superávits no sistema financeiro.

Eu tomo sempre o cuidado de explicar o funcionamento do sistema financeiro, porque as pessoas em geral imaginam que ele é formado por alguns economistas que ficam fazendo análises. Na verdade, o sistema financeiro é composto pelo recurso de cada um, o dinheiro que cada um disponibiliza para qualquer agente financeiro. Então, as nossas contas, as nossas poupanças, os nossos investimentos, os nossos fundos previdenciários que compõem o sistema financeiro. E é exatamente a percepção de risco das pessoas a respeito da política econômica que gera a pressão sobre o custo da dívida.

Nesse ponto, eu trato da segunda questão que o senhor coloca, que é a relação entre a política fiscal e a política monetária. É evidente que a relação aqui é de que o custo de financiamento do Estado será tanto maior quanto maior for a necessidade de financiamento do Estado. É simplesmente a lei básica de demanda e oferta. Quanto mais o Governo demandar recursos para se financiar, mais caro isso vai ficar.

O gráfico que mostrei sobre evolução das despesas de juros não deixa dúvida. Na medida em que fomos perdendo a geração de superávits primários passando à geração de déficits, a despesa com juros do Governo foi aumentando. Então, ela mais que dobrou em um período de curto tempo. Essa dinâmica está comprovada, pelos dados já apresentados aqui.

E o inverso já está acontecendo: na medida em que o Governo sinaliza com o cenário de convergência fiscal, com o cenário de adoção de reformas econômicas que trazem a retomada do crescimento, que trazem a volta de uma disciplina fiscal há, naturalmente, já presente nos dados, redução das despesas com juros. Então, essa é a dinâmica.

O senhor comentou também sobre a necessidade de cooperação entre os Poderes e, em particular, a questão do limite do gasto. É evidente que o Governo Federal não tem capacidade, individualmente, de fazer todo esse processo. Em muitos casos há necessidade, há dependência do apoio do Congresso Nacional, dos demais Poderes. Eu até acho que faço justiça em dizer que temos recebido uma boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperação em diversas circunstâncias, com a aprovação de várias medidas, como a própria limitação dos gastos, como várias outras medidas que já foram aprovadas e outras que estão em andamento. E o Congresso Nacional tem sido colaborativo nesse aspecto do processo de ajuste fiscal.

É evidente que nós contamos com a continuidade dessa cooperação. Em particular, no que diz respeito à adoção da compensação do limite do gasto de cada Poder, é sempre importante mencionar que a Constituição prevê essa possibilidade durante 3 anos. Mas, ao final desse terceiro ano, os Poderes deverão estar todos enquadrados dentro dos seus respectivos limites.

Até lá, como eu também coloquei, nós propusemos aqui na LDO que seja disciplinada a adoção de medidas de convergência para o limite já no primeiro ano, para que nós não esperemos chegar o último dia e ter que adotar medidas muito duras.

Da mesma maneira, o senhor comentou sobre o gasto tributário de vários programas. Em particular, o Programa de Sustentação do Investimento, que foi promovido pelo BNDES, que, de fato, embute dois subsídios. Na realidade, é um subsídio indireto, que é a diferença entre a taxa de juros que o Governo toma para emprestar depois ao BNDES e a taxa cobrada do BNDES, que é a TJLP. Então, é um primeiro subsídio que ocorre na transferência entre o Tesouro e o BNDES. Depois, tem um segundo subsídio, que é a diferença entre a taxa que o BNDES recebe e a taxa que o BNDES cobra da empresa, do investidor, do empresário. Então, esse programa tinha esse esquema que representava dois subsídios.

Dentro de uma linha que estamos adotando, desde meados do ano passado, de revisão de todos os programas do Governo Federal, em particular os programas de subsídio, esse programa do BNDES já foi descontinuado. E nós, inclusive, enviamos uma medida provisória ao Congresso tratando da alteração da TJLP, para que ela passe a ser uma taxa mais próxima da taxa dos títulos públicos.

E assim também temos feito com várias outras programações de Governo — programas e políticas diversas —, no sentido de revisar as despesas e adotar práticas mais salutares, a exemplo do que fizemos com o auxílio-doença, que vinha consignando uma despesa de 25 bilhões de reais por ano, dos quais 13 bilhões de reais com pessoas que estavam, há mais de 2 anos, recebendo benefício de auxílio-doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, estamos implementando uma ampla revisão, fazendo perícia em todas essas pessoas. Até o momento temos tido uma redução de pagamento desse benefício a 80% do total de pessoas que passaram pela perícia, essas que estavam há mais de 2 anos recebendo o auxílio. Com isso, já temos uma economia anualizada de aproximadamente 2 bilhões de reais com esse processo de revisão dos programas.

Então, não só os de caráter tributário, mas outros programas de Governo também têm sido objeto de revisão, com esse foco de adequar a despesa aos resultados do programa. Não é simplesmente um corte de programas, mas uma adequação das despesas ao objetivo e ao resultado obtido com cada programa.

Por fim, esse cenário que apresentei de projeções da LDO, de fato, Sr. Relator, prevê a retomada do crescimento e a convergência das despesas e receitas para níveis compatíveis com a aprovação das reformas que estamos discutindo no Governo e no Congresso Nacional.

À falta de aprovação dessas reformas, é evidente que esse cenário piora consideravelmente, e a convergência fiscal e a retomada do crescimento, sem sombra de dúvida, serão postergadas. Por isso, temos insistido, propugnado e buscado a cooperação e a compreensão do Congresso Nacional no sentido de que haja a aprovação das reformas que tanto o País precisa para retomar o caminho do crescimento e da estabilidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Consulto o Relator, Deputado Marcus Pestana, para saber se S.Exa. está satisfeito ou se quer fazer alguma indagação. *(Pausa.)*

Como o Relator não deseja fazer indagações, seguiremos com os trabalhos e ouviremos agora o Relator da Lei Orçamentária Anual, o Deputado Cacá Leão, para suas indagações ao Ministro Dyogo Oliveira.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Agradeço ao nobre Presidente, Senador Dário Berger. Cumprimento o Deputado Marcus Pestana, a quem parabenizo pelos questionamentos; cumprimento também o Ministro Dyogo Oliveira, parabenizando S.Exa. pela apresentação, assim como estendo meus cumprimentos às Senadoras, Senadores, Deputados e Deputadas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Dyogo, acho que V.Exa. foi muito feliz durante a sua apresentação. Fiquei também satisfeito com os questionamentos feitos pelo Deputado Marcus Pestana.

Quero dizer que, da nossa parte, vamos fazer um esforço enorme para que venhamos a cumprir os prazos e para que cheguemos ao final do ano com o projeto da LOA aprovado. Tenho certeza de que vamos contar com o apoio desta Comissão para fazermos um trabalho que, com certeza, deixará bons frutos ao nosso País.

Agradeço a presença ao Ministro, parabenizo V.Exa. e também o Deputado Marcos Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não havendo perguntas, questionamentos, partiremos agora para as interpelações dos Deputados e Senadores, das Deputadas e Senadoras.

Já tenho uma lista de pré-inscritos. Consulto V.Exas. se seria possível, e talvez seja recomendável, ouvirmos os Deputados e os Senadores em bloco.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu queria sugerir o mesmo. Eu peço que V.Exa. faça minha inscrição. Acho que, dependendo do número de inscrições, os blocos poderiam ser formados por três ou cinco Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos fazer em blocos de três. O Deputado Victor Mendes é o primeiro inscrito. Em seguida, falarão os Deputados Bohn Gass, Marcon e Domingos Sávio, a quem concederei a palavra em quarto lugar.

Concedo a palavra ao Deputado Victor Mendes. *(Pausa.)*

Em não estando presente S.Exa., passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O Deputado Domingos Sávio já fica inscrito como terceiro orador.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger; nossos Relatores, tanto da LDO como da LOA, Deputados Marcus Pestana e Cacá Leão; Ministro Dyogo Oliveira; Secretário de Orçamento Federal, George Alberto, também presente; colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, não estamos vivendo um período de normalidade no Brasil. É a primeira vez que, na história deste País, um Presidente em exercício é denunciado pelo Procurador-Geral da República por crime de corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos nós assistimos ontem ao Dr. Janot fazendo essa denúncia contra o Presidente por crime de corrupção. A Polícia Federal já concluiu outro inquérito e o entregou ao Dr. Fachin, que, por sua vez, já o encaminhou à Procuradoria-Geral da República. Portanto, poderão vir mais denúncias, desta feita por formação de quadrilha e obstrução da Justiça.

Então, não estamos em um período de normalidade política, pois o Presidente da República foi denunciado por crime de corrupção. E nós estamos falando em uma Comissão de Orçamento, que trata de dinheiro — e de um dinheiro que já foi desviado por corrupção, levado em malas, no valor de 500 mil reais na primeira vez, além de outras tantas. E isso não é mais uma ilação ou suposição; há provas: estava lá a mala sendo carregada, além do áudio que, embora questionado, foi periciado pela Polícia Federal, que concluiu que não era montagem.

Então, neste momento em que o País está vivendo esta situação de anormalidade, estamos debatendo o orçamento da União. Hoje é objeto de discussão a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E é exatamente esse aspecto que quero questionar, Presidente, Senador Dário Berger, Ministro Dyogo Oliveira: o Brasil está estagnado; o desemprego cresce; na economia doméstica as pessoas estão comprando menos; os investimentos são menores; as expectativas de arrecadação de tributos são menores.

Portanto, a indagação que quero fazer é a seguinte: onde está a análise do Governo — e peço que seja melhor explicitada, se houver — de que haverá uma retomada da economia? Todos os indicadores estão mostrando exatamente estagnação ou redução da atividade econômica. Então, precisa ficar mais explicitado por onde o Governo está trabalhando. E digo isso porque também as outras receitas, que são específicas — a exemplo dos precatórios, que já votamos na Câmara dos Deputados, embora o Senado ainda não tenha votado, mas somaria algo em torno de 9 bilhões; ou do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E não sei se V.Exa. tem concordância com o que o Ministro Henrique Meirelles tem falado, no sentido de que gostaria de confiscar parte do Fundo de Garantia do Trabalhador, no caso das demissões. Agora, parece que o Governo recuou. Quer dizer, isso estava ou não calculado? Como está essa situação? O Governo vai querer levar adiante esta pauta de fazer mais cortes? Porque isso é cortar dinheiro que pertence

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao trabalhador, para suprir as necessidades de uma crise onde não há crescimento econômico.

Então, esse é um tema que precisa ser aprofundado, porque, senão, vamos lançar uma falsa expectativa de que haverá, por exemplo, queda da inflação. O Governo comemorou a queda da inflação. Mas isso ocorreu por um motivo ruim. E qual foi? O preço das prateleiras caíram porque o povo não comprava mais. Estava muito caro para as pessoas. Então, em o povo não indo comprar, o que aconteceu? os preços caíram.

Então, o Governo comemora o resultado da queda da inflação porque o poder aquisitivo das pessoas diminuiu e porque não gastam.

Esse é um tema sobre o qual precisamos ter mais clareza, senão vamos jogar uma falsa expectativa de que haverá possibilidade de crescimento, mas não há razões para tal. Eu gostaria que V.Exa. pudesse explicar melhor.

O segundo aspecto dentro desse tema é o déficit. V.Exa. citou agora 130 bilhões. Na verdade, eu tinha um número de 139 bilhões, mas parece que estão somadas as dívidas das estatais, dos Estados e dos Municípios e, portanto, o déficit está programado para 139 bilhões.

O Instituto que tem feito análise sobre esse aspecto fiscal, um instituto independente, projeta que o déficit não ficará em 139 bilhões; eles fizeram uma reestimativa disso — aliás, não é reestimativa, é análise, porque reestimativa não cabe nesse caso — e apontam que chegaríamos ao final do ano com um déficit de 144 bilhões.

Portanto, Presidente Dário Berger, eu gostaria de fazer esse questionamento.

O terceiro aspecto que eu gostaria de questionar — e acho importante que a gente faça o debate — é que ouvi V.Exa. falar que não haverá novas nomeações de pessoal, exceto nos casos onde houver saída. Então, somente haverá substituição, não haverá acréscimo de pessoal.

Quero manifestar uma grande preocupação sobre isso porque, recentemente, noticiou-se que o Governo americano fez um bloqueio contra a carne brasileira. E um dos motivos de essa carne brasileira ser ou não embargada é porque temos, pela análise deles, furos na inspeção, na fiscalização sanitária.

Então, eu queria dar esse exemplo concreto: se o Estado brasileiro retira recursos para contratação de pessoal, ele vai ter uma queda na economia, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos deixar de vender no setor de frangos e de carnes, o que vai prejudicar a atividade econômica do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço a V.Exa. que conclua, por favor. V.Exa. já ultrapassou o seu tempo em alguns minutos.

Eu gostaria de estabelecer desde já o seguinte rito: o tempo destinado a cada orador será de 5 minutos, com tolerância de 1 minuto, para que o interpelante possa concluir o pensamento, sob pena de perdermos o controle na direção dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, sempre serei colaborador e cumpridor do tempo. Todos me conhecem. Então, como estava desatendo sobre a exigência dos 5 minutos, peço desculpas. Mas vou concluir objetivamente, sem focar em todos os pontos que gostaria que fossem colocados sob a análise do Ministro Dyogo.

Portanto, volto a essa análise: ao se querer enxugar, o barato sai caro — diz o ditado popular. Ora, se o Governo enxuga e não contrata servidores, depois, terá uma perda na economia.

Então, gostaria que esses temas fossem debatidos aqui: o resultado primário, a questão de pessoal e a retração econômica.

E há outro ponto que nos deixa muito preocupados, pois os dados que nossa assessoria nos forneceu — é o último ponto que desejo levantar aqui muito rapidamente — revelam uma discrepância e uma distância enorme no pagamento das emendas Parlamentares aos Deputados.

Vou dar apenas um número aqui: nesse período das reformas, que é de abril em diante, a média de cada Deputado de uma das bancadas do Governo é de 2 milhões, 1 milhão e 700 mil reais ou 1 milhão e 800 mil reais. Sabem V.Exas. quanto é a média da bancada do PT, que é de oposição? A média é de 273 mil reais.

O Governo está pagando Deputados. E isso foi exatamente no período do debate da reforma trabalhista e previdenciária. É isso o que está acontecendo. Portanto, deixa essa indagação, pois isso não aceitaremos. Trata-se aqui do espírito republicano. É inaceitável. Eu poderia dar mais dados aqui, mas faço apenas essa referência, para que façamos a correção disso.

Aqui não deve haver diferença de tratamento entre Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Eu não gostaria de ser indelicado, mas volto a insistir em que todos nós possamos cumprir o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabelecido. Acho que 1 minuto de tolerância é suficiente para concluirmos nossa intervenção. Faço essa observação para definirmos o tempo e darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos ouvir o Deputado Marcon, o próximo inscrito, depois falará o Deputado Domingos Sávio. Logo após, ouviremos as argumentações do eminente Ministro do Planejamento.

Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Quero saudar o Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger, em nome de quem saúdo os demais políticos que compõem a Mesa. Minha saudação também ao Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, na pessoa de quem saúdo os demais representantes do Governo.

Vejo que estamos discutindo hoje com o Ministro do Planejamento o que ocorrerá no ano que vem. É isso. E concordo com as palavras do companheiro, Deputado Bohn Gass, sobre a conjuntura que estamos vivendo hoje: um País que não tem moral, não tem como cobrar de outros, até porque quem o está comandando não tem essa moral. Além disso, a imprensa deu conta — tanto no País como no exterior — de que, pela primeira vez, o nosso Chefe de Estado está sendo denunciado perante o Supremo Tribunal Federal. E isso é muito grave.

A outra questão, Ministro, é sobre o que V.Exa. falou sobre os dois programas do BNDES. Eu gostaria que V.Exa. pudesse esclarecer, pois não entendi o que serão esses dois programas do BNDES para investimento. Quais serão os juros? Como serão encaminhados e a quem se destinam?

Outra questão, Ministro: qual é a proposta para o ano que vem, já que este ano está encerrado. E digo isso porque atualmente só se discute como o Presidente da República fará para permanecer no Governo. É só o que se discute na política brasileira. Mas como vamos preparar o orçamento para o próximo governante no ano que vem? Refiro-me ao orçamento para investimentos na infraestrutura do Brasil.

Sou do Rio Grande do Sul, e a obras na área de transporte, a cargo do DNIT, só contam com recursos até o fim do mês de julho. Sequer dinheiro para fazer conservação das rodovias ou sinalização nas BRs tem. Qual é a proposta do Governo para este ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como o senhor é Ministro do Planejamento, aqui temos que falar com quem comanda e com quem é da equipe econômica do Governo. Portanto, para essa questão das grandes obras — e também das pequenas — que temos que tocar no Rio Grande do Sul, Senador Dário Berger, que também é daquele Estado, não haverá recursos a contar de hoje a 30 dias. Isso é muito grave. No Sul do País — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — houve quase 30 dias de chuva, o que deixou as estradas intransitáveis.

Outra questão: os recursos para saúde e educação foram cortados este ano. Como vamos continuar com aquela PEC que restringiu os recursos para a saúde e para a educação? E quanto ao Programa Minha Casa, Minha Vida? Ou vamos continuar trabalhando como o Governo fez no Plano Safra, para o qual, aos amigos, houve festa, redução de juros, ampliação de recursos — isso ocorreu para o agronegócio —, enquanto que para os pequenos, para os pobres, para a agricultura familiar, foram destinados os mesmos recursos com os mesmos juros.

Ora, já que foram reduzidos os juros, por que o Governo não reduziu o juro para a agricultura familiar, para aqueles mais fracos, para aqueles mais pobres?

E a outra pergunta nessa área, voltando um pouco, é a seguinte: como vai ser a política do PROUNI e do FIES no ano que vem? O PROUNI é o grande programa para o filho de trabalhador estudar. Eu estou muito preocupado com isso.

Vou encerrar a minha palavra, Senador. Quero saber se é a sigla partidária que faz a diferença dos Parlamentares. Os Parlamentares brasileiros não são todos iguais, não são do mesmo País? É só a sigla que faz a diferença? Isso que o Deputado Bohn Gass disse aqui é muito mais grave. Nós queremos ser tratados como brasileiros, e não como sigla partidária.

É um absurdo o que este Governo está fazendo. O povo brasileiro não pode pagar para ter uma parte de Deputados da Oposição e outra da Situação. Eu gostaria que o Presidente da Comissão Mista de Orçamento perguntasse oficialmente ao Governo como é o tratamento dos Parlamentares.

Há outra questão, Senador — V.Exa. é de Santa Catarina, que, se não me falha a memória, é igual ao Rio Grande do Sul e o restante dos Estados do País: as cláusulas suspensivas dos encaminhamentos que os Municípios têm com os Ministérios. Se não se retirarem as cláusulas suspensivas, como, no final deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mês, serão encerrados os projetos dos Municípios, muitos deles não terão condições de encaminhar a documentação necessária.

Então, este é também um pedido que eu faço aqui: não vamos desrespeitar os nossos Municípios, principalmente a maioria dos pequenos Municípios! Que o Prefeito tenha todo o tempo de que precisar para encaminhar a documentação, para que depois ele faça o empenho, para que depois ele possa fazer a licitação dos recursos que ele tem no Estado.

Essa é outra forma também de bater, talvez, nos Municípios que são administrados por partido diferente e que não são da base parlamentar.

Então, eu solicito a V.Exa., como Presidente desta Comissão, que peça ao Governo — está aqui o Ministro — que retire a parte desse decreto que pretende encerrar os projetos que têm cláusula suspensiva com os Municípios.

É muito grave a determinação deste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Marcon.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prezado Senador Dário Berger, meus cumprimentos. Gostaria de cumprimentar também os meus colegas Deputados Marcus Pestana e Cacá Leão, Relatores, respectivamente, da LDO e da LOA; o Sr. Ministro Dyogo de Oliveira; o Secretário da Receita, Dr. George Alberto; e demais colegas Parlamentares.

Eu quero fazer uma abordagem sobre o tema da nossa audiência, a análise da LDO, do Orçamento, da conjuntura econômica, mas é absolutamente inevitável que também faça aqui, após os pronunciamentos que me antecederam, uma reflexão do momento político. De fato, é um momento político singular e muito triste, mas não é um momento político isolado, não é um momento político que começou agora, com essa sujeira! Acendeu-se a luz, e nós vimos a sujeira que o PT foi instalando, primeiro com o Governo Lula e depois com o Governo Dilma, além da corrupção institucionalizada. Aliás, até faço referência ao episódio que foi dito por quem me antecedeu fazendo referência ao Presidente Temer, que deve ser apurado — toda sujeira tem que ser apurada. No mesmo episódio e na mesma delação, 150 milhões de dólares: 80 milhões de dólares para o Sr. Lula distribuir para os seus comparsas, para a sua quadrilha; 70 milhões para a Sra. Dilma. O Sr. Joesley foi lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no Palácio conversar com a Dilma sobre a conta, dizer como é que estava o saldo. Foi também conversar com o Sr. Lula, mas não são só esses: a Odebrecht, a OAS, e assim por diante. De repente, eles se preocupam da seguinte forma: *"Mas tem o partido tal, tem o fulano. Investiguem todos"*.

Com certeza, não há nenhum brasileiro, pelo menos de boa-fé, que possa ignorar quem levou este País a essa condição terrível que nos envergonha e nos deixa todos indignados. Não dá para dar marcha a ré. Temos, sim, que fazer faxina, que melhorar, que sermos rigorosos. Que a investigação alcance a todos. Mas dizer que antes era bom, a podridão que fizeram, a corrupção institucionalizada. Como disseram: *"O Sr. Joesley, que tem tanta credibilidade para derrubar o Temer"*. Mas não tem credibilidade para falar dos 150 milhões de dólares na Suíça, e por aí afora. Há valores pequenos, 300 mil por mês, para o Sr. Pimentel, em Minas Gerais. E vai aí por diante.

Então, tem, sim, que passar a limpo, que se fazer uma análise sobre momento político para melhorar o Brasil, não para dar marcha a ré, não para ir para trás, não para entregar àqueles que criaram todo esse caos.

Vamos chegar na questão da análise econômica e da responsabilidade. O Deputado Marcus Pestana falou das maquiagens, das pedaladas. Ora, o Rodrigo Janot, seguramente, pelo menos usando os mesmos critérios, à luz das delações que aí estão, teria entrado com ações, estando ele com o Lula, no Governo Lula, contra Lula, por crime de corrupção, contra a Dilma, o que salta aos olhos, mas, no campo da economia, destruíram este País. E aqui há um gráfico. Eu lembro que foi perguntado — eu acredito que o Ministro vai responder — quais os indicadores que mostram que alguma coisa está sendo feita. Está aqui o gráfico. O IBGE que o fez. E não é um instituto a serviço de um Governo, está a serviço do País. É uma instituição o nosso IBGE. Ele deixa claro: enquanto o PT estava no Governo, houve algum sinal de superávit primário, mas mesmo assim eu estava aqui nesta Comissão denunciando que iríamos ter, sim, no final, déficit grave. Não tivemos superávit primário no final de 2014. Foram as maquiagens terríveis descobertas depois, mas o PIB teve um pequeno crescimento. Quando entrou janeiro, despencou; fevereiro, mais ainda. E assim foram os trimestres analisados em 2015, um após outro, até que, quando ocorreu o *impeachment*, começou a reagir a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois de termos chegado ao fundo do poço, com 4,8 de PIB negativo no trimestre da ocasião do *impeachment*, começou a modificar, até que chegamos agora, no segundo semestre de 2017, a um PIB positivo, o País voltando a respirar com o crescimento da economia com muito esforço, com muita responsabilidade.

Finalmente, Sr. Presidente, eu entro com uma pergunta objetiva. Politicamente, nós temos que melhorar o Brasil, mas não para voltar àquela era Lula e era petista que destruiu este País. Não vamos fazer lavagem cerebral — eles são *experts* nisso, são maravilhosos nisso. Eles passam a seguinte ideia: não foram eles que fizeram esta herança maldita, eles não têm responsabilidade nenhuma com isso. Eles têm sim, e vamos cobrar essa conta todo dia.

Objetivamente um aspecto me preocupa. Quando votei, eu o fiz com consciência do equilíbrio fiscal, do limite de gastos na proporção do que se arrecada. Eu disse várias vezes: *"Nós não podemos fazer disso um engessamento burro em que o Governo não tem um mínimo de mobilidade"*. Eu não concordo com essa tese. Creio que teríamos que avaliar bem se a lei que nós aprovamos nos impõe nesse nível na questão de pessoal.

Para concluir, eu acredito que nós temos que ter limite de que as nossas despesas não cresçam mais do que as receitas. Mas, se você conseguir conter em outros gastos, e há como conter, e principalmente na corrupção, nos gastos mal planejados, você pode atender determinadas demandas que estão reprimidas e que precisam ser melhoradas na segurança pública, na Polícia Federal, em algumas áreas específicas da saúde. Então, é preciso prudência nisso. Eu peço ao Relator da LDO que esteja atento a esse aspecto para nós não engessarmos o País.

Não vamos gastar mais do que arrecadamos, mas vamos priorizar o ser humano, os investimentos em segurança, em educação e em saúde, sem prejuízo daquilo que for necessário em termos de contratação de recursos humanos, obviamente sem exagerar nos gastos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

Completada a sequência de três Deputados, concedo a palavra ao eminente Ministro Dyogo de Oliveira, para responder às indagações de S.Exas.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Eu vou começar pelas perguntas do Deputado Bohn Gass. A principal questão que o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coloca é sobre a retomada do crescimento, que é, digamos, o nosso objetivo e a principal motivação para tudo o que se faz, em política econômica, para viabilizar o crescimento econômico do País.

O Deputado Domingos Sávio já roubou uma parte da minha resposta, que é o seguinte fato: nós tivemos o primeiro trimestre positivo de crescimento do PIB depois e oito trimestres consecutivos de queda. Então não é só o primeiro sinal positivo, pois houve uma sequência de quatro trimestres em que a queda foi se reduzindo até chegar no positivo.

Há uma série de indicadores de crescimento que já estão presentes. Até de maneira um pouco antecipada, nós temos visto a retomada da geração de empregos com carteira assinada. No último mês, foram 35 mil empregos, se não me engano, e, no mês anterior, foram 59 mil. Então, nós começamos a ter já alguma geração de emprego com carteira assinada.

O nível geral de desemprego, que cresceu de 7% para quase 14%, já parou de crescer. Nos últimos meses ele ficou estabilizado. Pelos últimos dados recentes de atividades, nós vamos ter este ano um saldo de balança comercial de quase 60 bilhões de dólares, um recorde histórico da retomada da atividade exportadora, que, aliás, já está gerando uma situação muito rara no Brasil. Nós estamos tendo superávit em transações correntes. Em poucos momentos da história do Brasil o País teve superávit em transações correntes, que é a despesa da balança comercial somada às despesas de serviços, de juros, de transportes, de seguros, etc. Então, historicamente, nós temos déficits em transações correntes, mas já tivemos alguns meses positivos. É evidente que, ao final do ano, isso não se deve concluir assim, mas é uma situação muito inusitada e positiva.

Investimentos estrangeiros diretos. Nós estamos indo para 80 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros diretos no Brasil este ano. Também é um recorde histórico. Vários indicadores de comércio e indústria se tornaram positivos. A indústria, depois de anos e anos de crescimento negativo, teve agora, há alguns meses, crescimento positivo.

A Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS teve um crescimento de 2,3% em abril; a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores — FENABRAVE cresceu 0,9% em maio; a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — ANFAVEA cresceu 6,4% em maio; a Brisa Concessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rodoviária — BCR cresceu 2,7% em maio; a produção de papel para embalagem cresceu 1,9% em maio; as consultas na SERASA cresceram 0,6% em maio; a produção industrial teve um crescimento de 0,6% em abril.

Então, há uma quantidade grande de indicadores que apontam no sentido de que a economia está se recuperando, mas há também uma série de riscos.

Junto aqui a pergunta do Deputado Marcon, que é: como fazer para aumentar o investimento? Nós temos que reduzir as outras despesas do Orçamento. A principal delas é a despesa previdenciária. É preciso implementar as reformas. Esse é o caminho para voltar a haver investimentos no País, não é fabricar um déficit ainda maior. Um déficit ainda maior não vai gerar mais investimentos, e sim mais dívidas.

A proposta que a equipe econômica tem apresentado para o País é coerente, com ações objetivas no sentido de transparência, clareza dos dados e adoção de um processo gradual de ajustamento. Ninguém está propondo uma coisa radical, de uma hora para outra. O processo será gradual e levará anos para restabelecer o ajuste fiscal.

Quero esclarecer a questão de pessoal mencionada tanto pelo Deputado Bohn Gass, quanto pelo Deputado Domingos Sávio. Não queremos dizer que cada área do Governo terá a reposição de um para um. As áreas mais importantes, que realmente precisam de mais pessoas, vão ter uma suplementação maior. Nós vamos passar a ter uma avaliação dessa questão, e não simplesmente atender à demanda de pessoal. Precisamos fazer uma avaliação da alocação das pessoas no Governo Federal. Temos feito isso.

Dessa maneira, não teremos um engessamento, Deputado Domingos Sávio. Pelo contrário, nós estamos fazendo a revisão analítica criteriosa de cada programa do Governo. Isso tem gerado economias em várias áreas, inclusive na área de custeio, de funcionamento do Governo.

Veja que nós tivemos uma redução real de 4% na despesa de custeio do Governo. Estamos revisando a maneira de o Governo funcionar. Por exemplo, nós mudamos totalmente o nosso sistema de transporte. Abandonamos os carros próprios e as frotas contratadas. Estamos usando um aplicativo para o deslocamento de servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fizemos isso em várias outras áreas do Governo. Inclusive, agora estamos avançando na área do consumo de energia elétrica. Há uma série de revisões de despesas, mas não dá para fechar os olhos para o fato de que a maior despesa do Governo é a previdenciária. Se não tivermos uma reforma previdenciária, não será possível estabilizar os gastos públicos no País. As despesas previdenciárias representam, como já mostrei, este ano, 57% da despesa total, e vêm aumentando. No ano passado, eu falava em 55%; agora já estou falando em 57%.

O Deputado Bohn Gass perguntou sobre a questão do FGTS. Devo lembrar que uma das medidas mais importantes que tomamos foi exatamente a liberação do FGTS. Não há nem nunca houve, no Governo Federal, nenhuma cogitação de sequestro, confisco ou retenção do FGTS de ninguém. O que houve, e evidentemente já foi abandonado, foi um estudo técnico, uma discussão em área técnica, sobre o parcelamento do saque do FGTS, que seria feito mês a mês e não de uma única vez, conforme ocorre hoje no caso de demissão por justa causa. Evidentemente, isso nunca foi uma decisão do Governo — nem minha nem de nenhum outro Ministro. A área técnica já descartou essa discussão.

Assim também a questão do pagamento de emendas, a meu ver, deve seguir a norma constitucional, ou seja, com o pagamento proporcional, ressalvadas evidentemente as impossibilidades técnicas e dificuldades de execução de cada convênio. Às vezes, os Ministérios, como o próprio Deputado Marcon falou, têm muitos convênios com cláusulas suspensivas. O que significa isso? Que tais convênios não podem ser executados na mesma velocidade dos outros. Quem estiver com cláusula suspensiva não poderá ter a execução. Também faço notar que o Governo já está avaliando a questão e deve se pronunciar muito em breve a respeito da prorrogação desse prazo, para que não haja o cancelamento dos empenhos realizados pelos órgãos. Já estamos avaliando essa situação.

O Deputado Marcon pergunta ainda sobre a questão do BNDES. Eu só explicaria, Deputado, que eu estava me referindo a um programa que existia, e não a um programa novo que esteja sendo criado. Eu me referia ao PSI, um programa que tinha aquela composição de subsídios indiretos e diretos.

Acredito que respondi a todas as questões colocadas. Se for o caso, posso depois fazer mais algum esclarecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Vamos, então, à segunda rodada de Parlamentares inscritos. Começaremos com a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, a quem concedo agora a palavra. Em seguida, ouviremos a Senadora Kátia Abreu e o Senador Jorge Viana.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde.

Na verdade, Ministro, eu me recuso a tratar de alguns temas, porque não estou chegando hoje ao Parlamento. Algumas coisas faladas fazem parecer que nós não vimos acompanhando a sequência de fatos ocorridos no Brasil.

Vou começar pela minha preocupação específica, que é a educação. Em 2015, o corte na área foi de mais de 10 bilhões de reais. O Plano Nacional de Educação aprovado estabelece que, em 10 anos, 10% do PIB sejam destinados à educação. E, no aniversário da criação do Plano Nacional de Educação, há, se não me engano, mais de 20 metas não cumpridas. Não é uma coisa deste Governo. Nós precisamos adotar um conjunto de ações. Entendo que a educação deve ser um pacto de país, que vai além de partidos políticos, da questão técnica específica e do aspecto orçamentário.

O ano de 2016 foi bom para a educação, com cerca de 66 milhões de reais, mais ou menos 26%. Em 2017, fazendo a comparação com o que foi arrecadado, aparentemente, também houve um investimento importante.

Qual é a minha preocupação? Com a situação da educação no ano de 2018. Serão cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação?

Sei que isso está sendo discutido com o Ministério. O que faço, na verdade, é um apelo para que seja cumprido o percentual garantido para a educação com a perspectiva do Plano Nacional da Educação.

Este País nunca deu valor à educação, nunca deu valor ao professor — as carreiras não são atrativas. Por isso, cada vez menos jovens querem ser professores. Qualquer pessoa com um mínimo de noção de economia sabe que, sem a valorização da educação e a oferta de um bom ensino, não adianta investir em qualquer área do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Sem educação, não há desenvolvimento. Vários países fizeram o seu milagre financeiro, mas o fizeram priorizando a educação. Estou me referindo à educação básica, ao ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fundamental. E o caminhar do País não tem sido esse. Nós não temos dado à área o devido valor.

Então, isto é uma provocação, é um pedido. Na verdade, queremos expressar nossa preocupação quanto à meta dos 10% do PIB para a educação — essa sempre foi a nossa luta — no contexto da PEC dos Gastos. O Governo garantiu todo o tempo que a educação não teria prejuízo diante dessas limitações.

Compreendo que o Governo precisava fazer uma inversão de pauta, uma mudança. Fui membro desta Comissão várias vezes. Cansei de ser voto vencido em relação a déficit bilionário ao final do ano. Depois que gastavam, diziam: *"Olha, nós tínhamos combinado não gastar 117 bilhões, mas vamos fazer de conta que não havia esse combinado"*. Isso vem acontecendo repetidamente, e sei que não é algo de uma ou outra gestão.

Eu queria fazer um apelo em relação à Portaria nº 28, do Ministério do Planejamento, que tem prejudicado muito os institutos federais e as universidades. Do ponto de vista orçamentário, todos os órgãos têm que fazer uma organização, obedecendo um teto, um limite — gasta-se de acordo com o que se tem de recurso. Mas a portaria engessou e inviabilizou algumas ações dos institutos e das universidades ao definir as áreas em que deveriam ser os cortes.

É correto dizer a uma instituição que se organize de acordo com o dinheiro e a prioridade que tem. Mas determinar que corte tudo em determinada área é ruim, porque tira da instituição as condições de fazer sua gestão para economizar.

E, só para finalizar, quero lembrar que o nosso Plano Nacional de Educação define um percentual do PIB a ser destinado à educação, e isso não foi respeitado. Apelo para que este Governo respeite o percentual do PIB para a educação, garantido, votado e sancionado sem nenhum veto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Professora Dorinha.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os debatedores e palestrantes desta audiência pública.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Ministro Dyogo de Oliveira, que participou ativamente do Governo anterior, o qual, segundo alguns aqui, destruiu o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Ministro, como Secretário-Executivo do Ministério Planejamento, V.Exa. assumiu o Ministério muitas vezes. Gostaria de ouvir as suas palavras com relação a essas críticas duríssimas ao Governo anterior, do qual V.Exa. fazia parte. Gostaria de saber se tem algo a dizer a respeito do que estão chamando de destruição do País e atribuindo ao Governo de que V.Exa. fazia parte. Está tudo correto? V.Exa. foi voto vencido? Ou poderia ter pedido demissão do cargo, caso achasse que o País estava sendo destruído, em vez de continuar no cargo como Secretário-Executivo?

Essa é uma oportunidade para V.Exa. explicar isso ao Brasil. Acho que fica essa interrogação. Isso até melhoraria sua *performance* na continuidade do Ministério. Poderia lhe dar mais tranquilidade e até certo conforto.

Eu gostaria muito de ouvi-lo. De fato, o Governo do qual V.Exa. fez parte no passado destruiu o Brasil com a sua ajuda e com a sua participação? Tenho certeza de que V.Exa. vai discordar dessa afirmação e vai fazer uma defesa.

Gostaria de ir direto ao ponto: a agricultura. A safra colhida há pouco foi a única e exclusiva responsável pelo crescimento do PIB em 1%. Essa supersafra foi colhida recentemente, mas foi plantada no Governo anterior, quando, por acaso, eu era Ministra da Agricultura. O Plano Safra dessa colheita foi feito pelo Governo anterior. Nós plantamos, e a colheita veio agora.

Com certeza, era o que eu esperava. Não tive nenhuma surpresa. Por quê? Porque, no Plano Safra que eu tive a honra de elaborar para a safra de 2016-2017, nós aumentamos em 23% os recursos, num ano de crise, graças à sensibilidade e ao convencimento técnico do Ministério da Agricultura, da Sra. Presidenta e do Ministro Levy. Havia a expectativa de que nós colheríamos os frutos se esse investimento fosse feito, caso os outros setores não atingissem a sua meta. Isso foi feito. Tivemos um aumento de mais de 2 milhões de hectares de área plantada por todo o País. Em dinheiro, nós aumentamos 23%. De uma safra para outra, nós tivemos um aumento de 25% na safra colhida. Está aí a grande safra que nós tivemos a oportunidade de assistir em todo o noticiário.

O que está me preocupando? Nesse plano que está sendo plantado agora e que será colhido no ano que vem, o aumento de recurso foi da ordem de apenas 7%. Isso é o lançado. Sabemos que, sempre na hora da execução, ainda há uma queda. Os números do Plano Safra do Governo anterior, que eu mencionei, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

executados e não lançados. Foram 202 bilhões de reais executados. E a projeção é de 185 bilhões de reais até o dia 31 de julho.

Mesmo aumentando 7% dos recursos, estamos fazendo uma projeção de aumento de 5 milhões de hectares de área plantada. Deus ouça que esse milagre possa acontecer com menos dinheiro.

A minha preocupação, violentíssima e gravíssima, é com relação às taxas de juros reais. A taxa de juro real, conforme aprendi com os universitários, é o IPCA menos a taxa nominal. Nos outros dois planos, nós tínhamos um juro real de 0,34% a 0,66%. Com esse juro que vocês colocaram agora, abaixando um ponto percentual, mas com o IPCA de menos da metade do que era no Governo anterior, no ano anterior do Plano Safra — quando eu fiz o plano, era 8,8%; então, vocês tiveram uma redução no IPCA de 3,9% —, temos um juro real para a agricultura brasileira de 3,6% a quase 5%.

Eu gostaria de pedir que vocês refletissem sobre isso e gostaria de saber o que V.Exa. pensa a respeito desse juro real para a agricultura brasileira. Não existe esse juro em qualquer parte do mundo. Portanto, se os agricultores do Brasil quiserem vender no ano que vem, exportar os seus produtos, que são balizados na Bolsa de Valores de Nova York, de Chicago, da China, como nós vamos vender esses produtos com uma taxa real de 5%, que está sendo aplicada neste Plano Safra?

Eu quero deixar registrado, graças a Deus, na nossa *TV Câmara* e na nossa *TV Senado*, o que eu estou falando hoje: vamos assistir a um desastre na colheita do ano que vem, em 2018. Teremos uma agricultura muito mais cara e, portanto, poderemos ter redução de área e de toneladas colhidas. Isso é matemática. Não tem jeito de dois mais dois dar mais do que quatro. Isso vai dar um reflexo horrível. Por quê? Porque os produtores vão pegar os recursos e aplicar menos insumos para garantir maior extensão de área, com menos fertilizantes, menos agroquímicos, menos aplicação de máquinas e implementos e, portanto, Sr. Presidente, menos empregos. Nós também batemos recordes no emprego, nas exportações, no PIB, em tudo.

Eu só gostaria que essa reflexão fosse feita, porque o Governo anterior, com todos os defeitos — disseram aqui que ele destruiu o País —, teve a sensibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de atender a demanda dos produtores rurais através do Ministério da Agricultura. E fizemos um Plano Safra que é o salvador da Pátria hoje.

Esse oitavo trimestre que V.Exa. comenta não é resultado deste Governo, e o senhor sabe disso. Esse resultado de 1% é ainda do Governo anterior, graças ao Plano Safra 2016/2017, do qual V.Exa. participou ativamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu cumprimento a Senadora Kátia Abreu e agradeço-lhe a participação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Sr. Presidente, cumprimento os colegas, as colegas, as Deputadas e Senadoras, os Deputados e Senadores e, obviamente, o Dr. Dyogo de Oliveira, pessoa por quem tenho muita consideração, que serviu ao nosso Governo e agora segue trabalhando no atual Governo.

A Senadora Kátia, com muita propriedade e apenas colocando a verdade, esclarece vários pontos. Eu queria cumprimentá-la por isso e pela coragem, não de fazer elogio a si mesma, mas de mostrar a realidade em relação ao que tem ocorrido com alguns indicadores do Brasil.

Eu só queria agregar mais um indicador. Gostaria do comentário do Ministro do Planejamento sobre outro indicador a que S.Exa. fez referência, que é o saldo na balança comercial. Eu sei muito bem que o Brasil vive uma crise tremenda, mas, salvo engano — só se eu estiver errado, e gostaria de ser corrigido —, foi ainda com o Ministro Armando Monteiro, no Governo da Presidente Dilma, que se criou a base para que o Brasil voltasse a ter superávit. Esse é hoje um dos poucos indicadores — quando eu cheguei, o Ministro se referia a isso — que dá alguma perspectiva de trabalho para quem lida com Orçamento no País. S.Exa. falou num saldo de balança comercial perto de 60 bilhões de dólares, salvo engano. Isso tem a ver ou não com as políticas da Presidente Dilma? Nós temos muitos colegas que querem destruir aquilo que tinha de bom no Governo passado e transferir para ele aquilo que este está fazendo de ruim. Esse é um indicador que eu somo a outro que a Senadora Kátia Abreu apresentou.

Eu recebi vários representantes de instituições de investimentos que estavam tentando ter notícias do nosso cenário econômico. Eu lhes fiz uma pergunta: *"É verdade que esse crescimento de 1% que nós tivemos registrado no primeiro*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trimestre está diretamente ligado ao agronegócio?" Todos eles, representantes das principais instituições que trabalham no mercado, disseram que 0,9% do 1% veio do agronegócio, da atividade da agropecuária. Eu queria um comentário sobre esses dois indicadores positivos, complementando um pouco aquele que Senadora Kátia apresentou e fazendo referência a outro.

Queria também, Dr. Dyogo, fazer algo que teimamos em não fazer. Eu queria que V.Exa. pudesse falar quanto que o nosso País pagou de juros no ano passado, quanto vai pagar neste ano e quanto está previsto para o próximo ano. Quantas centenas de bilhões de dólares?

Como V.Exa. é um economista competente e tem a responsabilidade de atender o nosso País, não há algo a ser feito para baixar esse déficit? Nós estamos lidando com um déficit este ano, para o próximo Orçamento, de mais de 130 bilhões de reais. Houve um cavalo de pau: havia um déficit de 50 bilhões de reais quando a Presidente Dilma Rousseff estava para sair, esse déficit passou para 70 bilhões de reais; o Governo que entrou elevou-o para 150 ou 170 bilhões de reais; e agora ele está em 130 bilhões de reais. Eu não sei se entendi, não sou economista, mas me pareceu assim: *"Olhe, nós vamos botar algo a mais na conta da Presidente Dilma, porque ela já está saindo mesmo e levará também essa herança"*.

Eu estou querendo fazer um paralelo entre o déficit que nós temos e quanto pagamos de juros. Não estou falando em calote, não estou falando em fazer nada. Mas, como estamos vivendo a maior crise econômica, a maior crise política da história do País, será que não há ninguém que proponha — como nós fazemos conta quando estamos pagando dívida demais — algo a ser feito para ajudar um pouco a baixar esse déficit, levando-se em conta o que pagamos de juros? Os banqueiros são intocáveis? Parece que, para a Justiça, sim, e para a economia também.

A última coisa que eu quero dizer, Dr. Dyogo — e já encerro, Sr. Presidente — é que estive com o Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI ontem. Eu estou aqui também falando um pouco por aqueles que não têm voz. Há índios isolados neste País, e isso afeta muito a imagem do Brasil lá fora. O custeio da FUNAI para o Brasil é de 9 milhões de reais. Há mais de 300 escritórios no Brasil e, inclusive, frentes de índios isolados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi dado um corte — eu sei que está sendo reposto agora — muito drástico no órgão. Eu queria comparar o que foi feito ali com o que foi feito na área de ciência e tecnologia, em que houve um corte de 44%. Eu fui Governador, fui Prefeito e sei que é muito duro ter que cortar recursos. Mas acho que o mais grave é dar corte linear, acho que tem que haver um piso mínimo que inclua alguns órgãos do Governo. Imagine se 9 milhões de reais por mês para a FUNAI vão afetar alguma coisa neste País?

Então, se houvesse um piso de 20 milhões ou 30 milhões de reais para alguns órgãos do Governo, o mínimo que seja, isso já os deixaria completamente livres de cortes, mesmo com o orçamento mais apertado, pois alguns não têm como cortar mais. Nós estamos lidando com uma população que não tem força para vir aqui, que não tem como reclamar.

Eu faço este apelo: tentemos encontrar uma engenharia. Eu sei que a crise vai seguir. Mas o pior negócio do mundo é tratar os desiguais de forma igual. Não dá. É muito injusto fazer isso.

Para a área da ciência e tecnologia, da qual vou ser o Relator, nós tínhamos uma previsão de 5,5 bilhões de reais. O corte foi de 44%: 2,4 bilhões de reais. Houve um corte que teve repercussão internacional. Nós estamos falando de estratégia de País. Acho que as pesquisas nas universidades em relação à ciência e tecnologia têm que ser tratadas como algo estratégico, porque, mesmo num período de crise, podem passar com o necessário para seguir em frente.

Concluindo, faço outro apelo: vamos tentar encontrar uma maneira para não haver corte linear, pelo menos na base. Vamos tentar ter uma base mínima e, a partir disso, aí, sim, obviamente cortar mais aqui, menos ali. Eu acho que essa é a maneira de sermos um pouco mais justos para atravessar esse período de crise.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento o Senador Jorge Viana e agradeço a ele.

Encerramos o bloco com a Deputada Professora Dorinha, com a Senadora Kátia Abreu e com o Senador Jorge Viana.

Estão inscritos para falar em seguida a Deputada Rosangela Gomes, o Deputado Afonso Florence e o Senador Pedro Chaves. Com isso, se não houver mais inscritos, nós concluiremos a nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao eminente Ministro Dyogo Henrique de Oliveira. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Sr. Presidente, não quero ser impertinente, mas eu tinha feito uma combinação com o meu amigo, o Senador Pedro. Faltou só uma pergunta, que é objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Nós tínhamos inflação alta e juro alto no Governo Dilma. Agora nós temos inflação muito baixa, encaminhando-se para ficar baixíssima — ainda bem —, e o juro ainda está bastante alto. O juro real diminuiu ou aumentou com a saída da Presidente Dilma?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sr. Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Bom, primeiro, a Professora Dorinha comentou a questão da educação, em particular a questão da Portaria nº 28, de 2017.

Deputada, eu gostaria de lhe antecipar que nós estamos substituindo a Portaria nº 28. Nós deixaremos de ter esse controle individualizado para ter um controle mais geral, feito através dos limites de dotação e de empenho dos órgãos. Isso vai resolver a questão que a senhora colocou, a de gestão interna dos Institutos Federais em particular, que estavam sofrendo com essa questão.

Evidentemente, nós temos tido uma atenção extremada e cuidadosa com a educação, mas é também importante perceber que não se trata apenas de recursos. A qualidade da educação não tem acompanhado a aplicação de recursos. É preciso que se olhe também, na educação, a qualidade do ensino. E foi isso o que o Governo fez, inclusive, com a reformulação do ensino médio e outras medidas que estão sendo engendradas e avaliadas pelo Ministério da Educação.

A Senadora Kátia Abreu me faz sempre a pergunta sobre minha participação no Governo anterior.

Fiquei satisfeito porque, desta vez, a senhora ficou para ouvir a resposta. Da outra vez, a senhora saiu antes da resposta.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - A assessoria fica para escutar.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Eu digo sempre, Senadora, que eu sou um servidor público de carreira. Portanto, eu não tenho outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

opção. Tenho participado dos governos desde o Presidente Fernando Henrique. E tenho a satisfação e a honra de ouvir de Parlamentares da Oposição e da Situação sempre menções de respeito à minha pessoa.

Tomo as palavras da senhora também como uma menção de reconhecimento da qualidade do trabalho que eu tenho feito, não pelo Governo da Presidenta Dilma, do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou do Presidente Temer, mas pelo meu País. Faço isso com muita honradez, como muita dedicação e com muita lealdade.

Espero que eu tenha a oportunidade, se Deus me permitir, de continuar nos próximos governos, porque não tenho outra opção profissional. Continuarei no Governo e estarei em algum órgão, sempre à disposição de todos os Parlamentares e de todos os cidadãos brasileiros, para contribuir com a minha capacidade, limitada inclusive, para a solução dos problemas do nosso País.

A senhora mencionou também a questão do Plano Safra, que acabou de ser anunciado. E apesar de todas as nossas...

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O senhor já está passando para a segunda pergunta, mas não respondeu à primeira, a que era a respeito das críticas que foram feitas ao Governo anterior. Gostaria de saber se o senhor concorda que, de fato, o País foi destruído, do ponto de vista orçamentário, durante aquele Governo, de que o senhor fez parte.

O senhor não respondeu diretamente à minha pergunta.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Senadora, os números falam por si. Nos últimos 5 anos, houve uma deterioração considerável da situação fiscal do País. Não há como negar que isso aconteceu.

Eu apresentei os números aqui. A senhora chegou um pouco atrasada e não pôde vê-los. Mas, na minha apresentação, eu mostrei exatamente a evolução dos déficits fiscais do Brasil nos últimos 20 anos. E pudemos observar que, nos últimos 5 anos, houve efetivamente uma deterioração da situação fiscal, que foi acompanhada — e aproveito aqui a pergunta do Senador Jorge Viana — por um aumento das despesas com juros.

Então, à medida que há uma deterioração da situação fiscal, há também um aumento das despesas com juros. *Mutatis mutandis*, à medida que a nossa saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

piora, aumentam as nossas despesas com médicos. Os juros que um Governo paga é, *mutatis mutandis,* a despesa que temos com a nossa saúde quando ficamos doentes.

A saúde fiscal do País é fundamental, e nós nunca defendemos nada diferente disso em nenhuma circunstância. E continuaremos defendendo essa pauta sempre, porque a nossa convicção é de que todo o crescimento do País, todas as ações de saúde, de educação, de atenção à população, que são justas e precisam ser feitas, vêm após a nossa capacidade de gerar as receitas suficientes para atender a essas despesas. Nós não podemos gastar no cheque especial.

Menciono a questão do Plano Safra, apresentado recentemente. Ele traz um crescimento considerável dos recursos para a área da agricultura, que tem sido, há muitos anos, um dos principais motores da economia brasileira.

O agronegócio é, sem sombra de dúvida, o grupamento da nossa economia mais competitivo internacionalmente. E isso continuará a ser assim, porque o que nós temos observado, Senadora, é um crescimento grande da aquisição, por exemplo, de equipamentos agrícolas, além da adoção de técnicas e tecnologias inovadoras no setor. Então, não vemos perspectiva para o agronegócio brasileiro que não seja a continuidade da sua capacidade produtiva. E isso evidentemente não se deve exclusivamente às ações de Governo. Deve-se principalmente às ações do agricultor, do produtor brasileiro, que é quem efetivamente produz e faz as coisas acontecerem.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Por favor, fale sobre a questão dos juros reais.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Com relação à questão dos juros, o que nós temos é que o juro médio do Plano Safra do próximo ano será menor do que o do Plano Safra anterior.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Refiro-me ao juro real.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Quando consideramos o juro real atual, com a inflação atual, tem-se um crescimento em relação ao ano passado.

O problema é que nós temos de observar que o juro da agricultura já é subsidiado. Portanto, ampliar essa redução de juros nominais para a agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

significaria também ampliar os subsídios para a agricultura e retirar recursos de outras áreas que o Governo tem que atender.

Então, tem de ser considerada também a questão de que o Plano Safra depende de subsídios. A opção feita foi reduzir os juros para o Plano Safra, ampliar os recursos e, dessa maneira, garantir a continuidade do crescimento da produção agrícola no Brasil.

O Senador Jorge Viana pergunta também sobre as exportações. Naturalmente as exportações resultam de uma série de fatores, dentre os quais, a desvalorização do câmbio, que é o mais importante. A valorização dos preços dos produtos exportados pelo Brasil nesses últimos anos, que também é um fator extremamente importante, e a situação internacional, que tem uma certa recuperação também da demanda por esses produtos, justificam esse crescimento da exportação.

É evidente que a atenção para com as exportações é presente em vários Governos. Várias ações foram adotadas e outras estão sendo também adotadas para facilitar a exportação, como a redução da burocracia, a facilitação de autorizações, de liberação de pedidos, de protocolos para exportação, etc. Isso tudo colabora para a evolução das exportações no Brasil.

A questão da FUNAI que o senhor coloca, nós estamos já considerando. Isso foi bastante esclarecido quando fizemos o contingenciamento em março. Estávamos fazendo, temporariamente, um contingenciamento mais forte e faríamos a ampliação posteriormente para algumas áreas, exatamente para ter este efeito que o senhor considera: não haver um corte linear que não leve em consideração nenhuma das características específicas de cada setor do País. Então, a questão da FUNAI, evidentemente, faz parte dessa avaliação.

Acho que houve uma última pergunta.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Era sobre o valor que pagaríamos de juros neste ano e também no próximo. Se o juro real, com a queda da inflação por falta de demanda, além de outros fatores, também é maior do que 1 ano ou 1,5 ano atrás.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Eu apresentei isso aqui, Senador, mas, sem problemas, repito para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto aos juros nominais pagos no setor público em 2016, sem considerar o efeito do *swap* cambial, que provoca distorção, mas considerando só os juros do Governo, eles caíram de 483 bilhões de reais em 2016 para 468 bilhões de reais no acumulado de 12 meses, até abril deste ano.

A tendência é de que eles vão caindo, embora carreguemos ainda no estoque da dívida pública um conjunto de títulos que foram emitidos naquela época em que os juros estavam muito altos. Então, esses títulos que foram emitidos com taxas muito altas continuam sendo pagos ao longo dos próximos 10 anos, 20 anos, 30 anos, conforme a data de vencimento. Isso pesa na despesa de juros. Mas o que temos hoje são emissões com juros mais baratos, que vão implicar despesas de juros menores a cada período.

Quanto à questão do juro real, o que nós temos de ver é o seguinte: existem medidas de juro real. Quer dizer, o que temos de olhar é o juro *ex ante*, ou seja, qual é o juro que se está pagando para frente. Então, hoje, quando contrato uma operação com juros e olho a inflação para frente, eu vejo quanto vai ser o juro daqui a 2 meses e quanto vai ser a inflação daqui a 12 meses, é o chamado juro *ex ante*, ou juro para frente.

Esse juro está caindo de 8,6% — ele teve um pico em setembro de 2015 — para 4,4% até o fim deste ano. Então, o juro futuro, o juro real está caindo. Quando eu olho para trás, para a inflação passada e o juro passado, vejo que ainda temos um crescimento desse juro real, porque estou olhando o retrovisor, o juro para trás. Essa questão do juro real precisa ser observada por este prisma: se você está olhando o juro para frente ou o juro para trás. O juro para frente já está caindo; o juro para trás não está caindo, ainda está subindo. A tendência disso é que com o tempo ele convirja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Ministro.

Vamos à rodada derradeira de oitiva dos nossos Parlamentares.

Primeiro falará a palavra à Deputada Rosangela Gomes. Em seguida, terão a palavra o Deputado Afonso Florence e o Senador Pedro Chaves.

Tem a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Senador Dário Berger, Sr. Ministro Dyogo de Oliveira, Deputado Marcus Pestana, Deputado Cacá Leão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na verdade, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

minha pergunta o Ministro Dyogo já respondeu. Eu peguei dados do *Focus - Relatório de Mercado* e da LDO e gostaria de saber se é certo esse crescimento de 2,5% em 2018, haja vista que, segundo o *Focus* e a LDO, em 2015, o crescimento foi de 4,56% negativos; em 2016, de 4,35% negativos; este ano já estamos com um crescimento de 0,5%; e a previsão para 2018 é de 2,5%.

Eu queria ter essa certeza, mas o senhor já respondeu que há riscos e disse que esses dados seriam possíveis com base na redução de despesas. Também citou a reforma da Previdência, sobre a qual faremos debate no momento oportuno e certo.

Apenas fazendo uma observação em relação a isso, será que não seria mais viável a suspensão da Desvinculação de Receitas da União — DRU? Mas, no momento oportuno e certo, nós faremos o debate sobre a reforma da Previdência.

Eram essas as minhas colocações. Se V.Exa. quiser falar sobre a questão da suspensão da DRU, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

Passo a palavra ao Deputado Federal Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Sr. Ministro Dyogo, Deputado Marcus Pestana, Deputado Cacá Leão, inicialmente quero justificar o meu atraso: eu estava na Comissão que analisa a Medida Provisória nº 775, de 2017.

Quando nós nos atrasamos ou saímos muito antes, provavelmente é por um motivo justificado. Então, se, porventura, eu cometi alguma indelicadeza com V.Exa. e houver alguma pergunta minha pendente, peço à assessoria, por gentileza, que forneça a resposta ao Presidente da Comissão, para que ele a faça circular entre meus colegas.

Certamente foi o que aconteceu com a Senadora Kátia, que se atrasou e teve que sair de maneira intempestiva. S.Exa. é uma Senadora assídua, pontual e com *performance* de mérito indiscutível.

Quero dizer também, Ministro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não é o primeiro e provavelmente não será o último, no que diz respeito a esses temas que estamos tratando aqui.

Quero dizer, Ministro, que, a despeito de haver uma tradição sociológica e econômica da autonomia do Estado em relação à política, a própria escolha de abordagem sobre superávit ou déficit fiscal é política.

Em 2014, Ministro — V.Exa. fez parte deste mérito —, no Governo da Presidenta Dilma, tivemos o menor desemprego da série histórica e o maior poder aquisitivo dos salários. É verdade que, naquela época, tínhamos déficit fiscal, mas hoje também o temos. E hoje, em boa medida, é possível se apontar que temos uma queda de arrecadação, uma queda de investimento público e uma queda de investimento privado, em decorrência da queda do investimento público, por uma diversidade de fatores, entre eles, a opção por fazermos uma política de teto de gastos. Aliás, duvido muito que ela perdure pelos 20 anos votados pelo Congresso Nacional, porque não há país que sobreviva a 20 anos de política de desinvestimento público.

Quero dizer que, infelizmente, o Governo comemora indicador de queda da inflação quando nós temos queda do poder aquisitivo da massa salarial e do nível de emprego. Nós temos queda da inflação porque os trabalhadores e as trabalhadoras não têm mais salário, não têm mais emprego. E os investidores não estão tendo crédito. Quem disse isso foi o Presidente da CNI, que defendeu a permanência do Presidente Temer, a despeito de todas as robustas provas contra ele.

Bom, é o Procurador-Geral da República quem vai falar sobre isso. O primeiro pedido de investigação enviado ao Congresso Nacional, segundo o Procurador-Geral, de forma muito contundente, é por prática de corrupção passiva. Virão outros pedidos de autorização ao Congresso para investigar o Presidente da República. Pelo que o Procurador anunciou e pelo que a imprensa anuncia, virão denúncias de obstrução da Justiça e uma série de outras práticas. Muito provavelmente, se o Governo conseguir rejeitar essa primeira, dificilmente rejeitará outras.

O Presidente da CNI disse que os indicadores econômicos estão estabilizados. É uma escolha política.

Ministro, eu queria registrar que, apesar de nós termos tido de fato — e nesse caso, Deputado Pestana, Deputado Cacá, há um matiz de distinção da minha leitura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em relação à observação feita pela Senadora — redução da taxa de juros do PRONAMP, do setor empresarial, de custeio de investimento, mas não tivemos redução da taxa de juros para o PRONAF este ano.

E quero registrar que, em 2011, eu tive a oportunidade de ser Ministro da Presidenta Dilma, o que me honra muito, e nós consideramos que a redução da taxa de juros do PRONAF Mais Alimentos, para a aquisição de equipamentos, permitiu modernização da frota, investimento no setor industrial de máquina agrícola e redução do custo da cesta básica pela maior oferta de investimentos. Quero dizer com isso, Ministro, que há elementos de política anticíclica que podem convir.

Antes de concluir minha intervenção, quero destacar aos Deputados Pestana e Cacá Leão, ao Presidente Dário Berger, ao Ministro Dyogo, três sugestões em relação à LDO.

Primeira: hoje, se um Deputado Federal ou uma bancada estadual se propuser a apresentar emenda impositiva para a saúde, se propuser a alocar recursos para rede de água e rede esgoto, na FUNASA isso entra como recurso alocado em saúde, mas no Ministério das Cidades, no Ministério da Integração, não. O objeto final, a ação final, a efetividade da política é a saúde; não é o fato de estar no Ministério da Saúde ou no Ministério das Cidades que estabelece se a ação é ou não de saúde.

Então, eu sugiro que estudemos a possibilidade de que tenhamos como parâmetro a efetividade da execução orçamentária. É claro que a legislação da saúde estipula onde pode ser alocado recurso, mas está entrando saneamento, banheiro, rede de esgoto, rede de água no Ministério da Saúde como saúde, nos outros não.

Segunda sugestão de reflexão para o Exmo. Deputado Relator da LDO: para algumas funcionais programáticas do Orçamento Federal, quando Parlamentares ou bancadas parlamentares alocam recursos nos Estados, necessariamente eles têm que entrar na administração direta, não podem ir para a administração indireta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só para concluir, Senador.

Algumas podem e outras não. Não há justificativa factível para que as funcionais programáticas sejam obrigatoriamente na administração direta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que acontece lá na ponta, na execução? O recurso vai para as Procuradorias-Gerais dos Estados e não para as Procuradorias autárquicas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Permita-me concluir, Presidente.

Nós perdemos celeridade na execução orçamentária.

Então, a segunda sugestão é que estudemos a possibilidade de que as dotações orçamentárias sejam alocadas nos órgãos da administração direta. Dessa forma, será possível levantar quais são esses impedimentos.

Terceira sugestão: em decorrência, lá atrás, de um escândalo que ficou famoso como "A Máfia das Ambulâncias", nós ficamos impedidos de alocar recursos para aquisição de ambulâncias. Se para todo escândalo que houver no País se decidir cortar investimento do Governo Federal, vai chegar um dia em que muitas rubricas estarão impedidas. Eu considero que a fiscalização, o controle e a transparência é que garantem a boa execução orçamentária e o combate à corrupção, e não o impedimento de alocação. Se observarmos, veremos que a maioria dos Municípios brasileiros carecem de ambulâncias.

Portanto, eu gostaria de sugerir que na LOA deste ano seja autorizada a inclusão de aquisição de ambulâncias nas emendas, sejam de bancada, sejam individuais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Sr. Presidente Dário Berger, Exmo. Ministro do Planejamento Dyogo de Oliveira, Deputados, Senadores, tenho duas perguntas bem rápidas sobre gestão fiscal e dívida pública, que passo a ler.

Todos nós sabemos que um dos objetivos elementares da política fiscal é o de impor disciplina ao endividamento. Noutras palavras, controlar a dívida pública, evitando a sua explosão.

Nós últimos vinte anos, observamos movimentos pendulares nessa seara. No final dos anos 90 e início dos anos 2000, houve grandes avanços à disciplina fiscal brasileira. Primeiro, com o Plano Real. Depois, com a gradativa consolidação das contas públicas, por meio da qual se buscou redesenhar e aprimorar o federalismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiscal. Finalmente, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que significou uma nova mentalidade para efeito da administração dos recursos públicos.

Todavia, recentemente, a gestão fiscal tem enfrentado muitos desafios, os quais culminaram nos persistentes déficits fiscais verificados desde 2014, os quais elevaram a dívida pública do Governo Federal de 53,1% para 67,7% do PIB.

Gostaria de saber de V.Exa. de que forma o Governo atual está contribuindo para o aprimoramento da gestão fiscal e de que forma está fazendo isso."

Nesse cenário de expansão da dívida, seria viável fixarmos um limite para o seu montante? Se for possível, por qual razão isso ainda não foi adotado?

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Dando continuidade à fase de perguntas, concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Cumprimento o Senador da República Dário Berger, catarinense, na pessoa de quem saúdo todos os Parlamentares.

Nobre Presidente desta Comissão, eu não poderia deixar de registrar um agradecimento em nome da bancada de Santa Catarina e, acredito, também em nome da bancada do Rio Grande do Sul, ao Presidente da República Michel Temer e ao Ministro Dyogo, por terem descontingenciado 50 milhões de reais em crédito suplementar para o Ministério da Integração a fim de ajudar os Municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que viveram as cheias dos últimos dias.

Há Municípios que efetivamente tiveram suas cidades comprometidas não só com a receita do comércio local, mas também com os seus recursos orçamentários, para recuperarem prédios públicos, como escolas e postos de saúde, pontes e, em especial, estradas do interior, pois nós temos um interior muito grande.

Então, agradeço a V.Exa., que também acolheu a bancada de Santa Catarina.

Como sou da área da saúde, eu não poderia ser indiferente e deixar de expressar aqui a minha preocupação em relação ao acompanhamento do orçamento da saúde, Ministro Dyogo. Nós temos agora a Emenda Constitucional nº 95, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016. Num primeiro momento, a saúde teve um acréscimo a partir da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2015, que previa uma ampliação de recursos para a saúde ao longo dos anos. Estamos tendo 15% da receita corrente líquida, mas sei que, na saúde, sempre temos de associar a melhoria da gestão com a oferta dos serviços.

Na área da saúde, houve um crescimento vegetativo violento dos insumos — materiais e medicamentos; na tabela do Sistema Único de Saúde, alguns procedimentos estão há 20 anos sem reajuste. Na semana passada, tivemos uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa. Ontem, estive no Tribunal de Contas de Santa Catarina discutindo um pouco a dificuldade das unidades hospitalares filantrópicas prestadoras de serviço, em função dessa baixa remuneração.

Com certeza, o Ministério da Saúde tem que agregar valor à gestão, melhorar sempre a gestão. E a bancada da saúde, com certeza, vai lutar por mais recursos para a saúde, porque nós precisamos garantir o que é mais precioso na vida das pessoas: o acesso às ações e aos serviços de saúde. Temos que cumprir o que está na nossa Constituição; otimizar, é claro, os recursos financeiros, de forma a garantir que nenhum usuário do SUS escute mais aquela frase: *"Eu não presto esse serviço para o SUS porque os valores que me são repassados são insuficientes".*

O Senador Dário foi Prefeito de duas cidades nossas, tanto do Município de São José quanto da capital do Estado, e sabe que é à porta das Prefeituras que os usuários batem. Os Municípios estão gastando, em média, 24%, os Estados, 14%. Nós precisamos, nos próximos anos, mesmo na vigência da emenda constitucional, atuar juntos para que possamos saber de onde poderemos alocar um pouco mais de recursos para a saúde e fazer frente a essas demandas crescentes.

O meu papel aqui, nesta Comissão, além do papel coletivo, é também apoiar os recursos da área da saúde, porque nós sabemos o quanto eles são importantes.

Então, seriam essas duas colocações.

E quero agradecer ao Ministro, especialmente, por seu Ministério ter atendido a demanda do Presidente da República, que nos recebeu. Pudemos aliviar um pouquinho o sofrimento dos Municípios catarinenses e gaúchos em função das últimas cheias.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Meus cumprimentos à Deputada Carmen Zanotto.

Como V.Exa. pôde perceber, Ministro, além de a Deputada Carmen Zanotto ser extremamente brilhante e atuante, S.Exa. também foi Secretária de Estado da Saúde, dentre outros cargos tão importantes e relevantes que já exerceu em Santa Catarina e também no Município de Lages. Ela é lageana e a única representante de Santa Catarina aqui na Comissão de Orçamento.

Então, Deputada Carmen, seja bem-vinda, assim como os demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas!

Ministro, eu queria fazer um comentário breve e objetivo a V.Exa. e aos demais membros que compõem esta Comissão.

Na verdade, nós estamos com a grande responsabilidade de construir uma peça orçamentária que represente os interessses dos brasileiros e das brasileiras. E há uma variável importante neste momento: vamos elaborar, pela primeira vez, a Lei Orçamentária, observando a nossa tradicional PEC dos Gastos. Esse é um grande desafio que nós temos pela frente, porque é um fato novo, é um dado importante que precisa ser observado. Evidentemente, de certa forma, nós não vamos poder inflar as nossas receitas, como era feito antigamente, em que se tornavam uma peça de ficção os orçamentos públicos — federal, estadual e municipal.

Diante disso, o que me preocupa é a execução orçamentária de 2016, que tenho em minhas mãos — até para fazer uma reflexão com V.Exa. e também com os Parlamentares que nos honram com suas presenças. Se nós a olharmos muito rapidamente, nós perceberemos imediatamente onde estão os maiores problemas que o Governo Federal deve enfrentar. Um deles é a Previdência Social, que, em 2016, custou cerca de 600 bilhões de reais aproximadamente. Isso representa, Senador Pedro Chaves, cerca de 23% de tudo o que foi pago.

Além disso, outro dado que me chama muita atenção na execução orçamentária são os juros que foram pagos: cerca de 500 bilhões — estou arredondando, mas é mais ou menos 483 bilhões de reais. Somando-se esses 500 bilhões de reais com os 600 bilhões de reais da Previdência Social, nós temos 1 trilhão e tantos bilhões de reais que estão indo para pagamento de juros e também para pagamento da Seguridade Social, especialmente a Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa é uma matemática que não fecha. Senadora Kátia Abreu, nós nem conseguimos mensurar exatamente o que isso pode significar ou o que isso representa. Mas esses dados nos trazem uma imagem real e verdadeira quando nós comparamos isso com outras despesas do Governo Federal, como saúde e educação. Na verdade, nós pagamos ou desembolsamos cerca de 500 bilhões de reais de juros quando, na verdade, nós desembolsamos para a educação e para a saúde, no ano de 2016, menos de 10% disso.

Eu pude perceber um número significativo de perguntas relacionadas a esse tema porque aqui estão os dois gargalos importantes e fundamentais. Ora, como um País como este pode sobreviver pagando 500 bilhões de reais de juros e investindo em saúde 70 bilhões, 80 bilhões, 90 bilhões de reais?

Portanto, essa é uma preocupação grande que eu tenho em relação a esse assunto. Por isso que a reforma da Previdência se faz necessária, primordial. Eu até diria que ela é vital para as contas públicas. Se essa é a reforma da Previdência ideal, eu não quero questionar isso neste momento. Eu só estou querendo dizer que alguma coisa nós temos que fazer sob pena de aumentarmos ainda mais o déficit.

Como nós resolveríamos esse problema? Se nós, num passe de mágica, conseguíssemos sair dessa retração, dessa recessão que o País enfrentou, para um crescimento econômico de 2%, 3%, 4%, 5%, 6%, 7%, 8% do PIB, evidentemente, nós aumentaríamos a arrecadação e diminuiríamos efetivamente esse déficit. Mas não é o que nós estamos prevendo ou imaginando para o curto prazo que estamos observando.

Portanto, eu queria deixar aqui essa reflexão — não é uma pergunta.

No Senado, já pude observar que vários Senadores falaram sobre isso. Eu mesmo usei da tribuna muitas vezes para relatar essa questão, uma vez que a taxa de juros permanece extremamente alta em nosso País. O nosso problema não é propriamente a nossa dívida, que é pequena, mas é o custo dela. Os Estados Unidos têm uma dívida muito superior à que a nossa. Mas, enquanto os Estados Unidos pagam 1% ou um pouquinho mais de 1% para rolagem da sua dívida, nós pagamos dez vezes mais do que isso, o que torna inviável nos utilizarmos do endividamento público para financiar obras de infraestrutura e outras, inclusive as de interesse social, que seriam relevantes e interessantes. Elas ficam proibitivas para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

País, porque a taxa de juros é muito grande. Nós não podemos cometer esse crime com a economia brasileira.

Por exemplo, o Japão tem uma dívida pública muito maior do que a nossa — não sei exatamente quanto, mas é muito maior —, só que o custo da dívida dele é menos de 1%. Se nós buscarmos as nossas origens, perceberemos que a taxa de juros de Portugal hoje, se eu não me engano, gira em torno de 1%. Eu não consigo entender por que temos de pagar esses juros exorbitantes ao longo de toda a nossa existência.

Fica, então, essa reflexão.

Ministro, V.Exa. ainda tem que responder a alguma pergunta?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Tenho que dar algumas respostas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Ministro, para responder aos nossos Parlamentares.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que o senhor coloca uma questão fundamental, que é a compreensão de quais são as maiores despesas e como estamos alocando o dinheiro do Estado brasileiro. Eu tenho insistido muito nisso. Sempre que venho à CMO, eu trago essa tabela e mostro quais são as despesas maiores e menores. E sempre tenho dito que eu tenho a impressão de que, se nos perguntarmos ao Congresso Nacional como seria a divisão desejável dos recursos, ele nos dirá que não é essa que está sendo realizada, porque é uma distribuição que está alocando 57% dos recursos para pagamento de aposentadorias e 2,5%, 3% para investimento. Portanto, está clara que essa não é a composição adequada das prioridades do País.

A questão que o senhor coloca sobre os juros já foi comentada várias vezes aqui nesta reunião, mas eu acho importante complementar, Presidente, que nós não estamos pagando 500 bilhões de juros. Na verdade, nós estamos tomando 500 bilhões emprestados para rolar 500 bilhões de juros. Isso porque, à medida que nós temos déficits primários, nós não geramos recursos nem para pagar as despesas correntes. Nós temos tomado cada vez mais empréstimos, e por isso a dívida vai crescendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu passo, então, às respostas sobre a questão da DRU. Na verdade, é preciso esclarecer que a DRU não se aplica sobre as contribuições previdenciárias. Portanto, alterá-la não alteraria a situação previdenciária em nada. A DRU incide sobre contribuições e impostos, mas não aumenta a nossa receita em lugar nenhum. Ela simplesmente permite o remanejamento de receitas de uma área para outra, o que permite, por exemplo, o financiamento da saúde e da educação, áreas que gastam além das receitas vinculadas. Logo, é preciso olhar isso com cuidado, porque nós não estamos tirando dinheiro do Orçamento. Estamos colocando as desvinculações das receitas, permitindo o financiamento de outras áreas.

O Deputado Afonso Florence trouxe três sugestões que me parecem bastante interessantes. Primeiro, quanto à questão da contabilização como despesa de saúde, eu só chamo a atenção, Deputado, que o dispositivo que prevê essa consideração de despesa — quando é na FUNASA, e não quando em outros Ministérios — tem a ver com a Lei Complementar nº 141, de 2012, e não com a LDO.

Mas eu acho válida a discussão para considerar a despesa pela natureza, e não pelo local ou pelo órgão que a faz. Eu acho que temos aqui um ponto interessante.

A outra questão é quanto ao fato de a dotação ser alocada na administração direta. Eu acho que podemos olhar isso. Quanto à dotação para ambulâncias, também me parece algo razoável, passados tantos anos depois que houve aquele problema. Acho, então, que são propostas interessantes.

O Senador Pedro Chaves comenta a questão de se criar o limite da dívida. Particularmente, eu não considero isso necessário neste momento, Senador, pelo seguinte: nós já temos várias disciplinas fiscais. Nós temos a disciplina básica, que é o próprio Orçamento, que já é uma disciplina fiscal que limita o gasto àquilo que está estabelecido no Orçamento; temos as metas fiscais, em que o Governo tem que fazer os contingenciamentos; e temos o limite constitucional do gasto. Portanto, nós já temos três disciplinas fiscais para dar conta disso. Agregar a isso mais um limite de dívida não acho necessário neste momento, pois talvez crie mais constrangimentos à gestão da política econômica do que propriamente traga resultados positivos em termos de desempenho econômico do País.

Com isso, Sr. Presidente, eu concluo. Não sei se ainda há mais perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ministro, peço só mais 1 minuto da atenção de V.Exa., pois vou passar a palavra ao Deputado Marcus Pestana, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para fazer algumas observações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sobre as sugestões do Deputado Afonso Florence — para que as amadureçamos em conjunto com a equipe do Ministério do Planejamento — S.Exa. tem razão em dizer que não é pelo organograma que se define a natureza da despesa e de seu retorno social.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - A questão é a seguinte: a Lei Complementar nº 141, de 2012, estabelece que se considera saneamento apenas nas cidades com menos de 20 mil habitantes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - E como a FUNASA é o órgão...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É porque a isso...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Permitam-me, só quero ajudar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Por exemplo, o Ministério da Integração Nacional, faz saneamento nas cidades até 20 mil habitantes, e isso não entra como saúde.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Vamos recolher essa questão, porque, do ponto de vista do mérito, V.Exa. tem razão. Na verdade, a definição do gasto em saúde — falo isso, porque fui Secretário de Saúde de Minas por 8 anos — é para controle de vetores, não é para qualquer obra de saneamento, que também tem uma repercussão imediata.

Com a mudança da lógica da vinculação percentual à receita corrente para o teto, eu acho que abre uma perspectiva para se estudar. Nós vamos estudar isso, pois é uma proposta interessante, mas temos que verificar o impacto fiscal disso. Mas, como o Orçamento mudou da lógica da vinculação à receita corrente líquida para o teto orçamentário, que leva em consideração a inflação, eu acho que é possível avançar.

Quanto à segunda questão, vamos ver os impedimentos legais e normativos, mas, efetivamente, o Deputado Afonso Florence também tem razão quanto a isso. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administração indireta é vocacionada para a execução, enquanto a administração direta coordena as políticas públicas, executa muito, mas geralmente as fundações, as autarquias foram criadas exatamente como braço executor dos sistemas setoriais.

Então é questão de mapear o quadro normal e legal, ver quais são os impedimentos que existem e se é possível avançar.

Por último, gostaria de dizer que, como Secretário de Saúde, percebi que há um enorme equívoco teórico, um preconceito ao se dizer que ambulância é transporte de doente e que, portanto, a cidade pequena tem que se desvencilhar do problema e transferi-lo para a cidade maior. Isso é um equívoco.

Eu não sei se os senhores e as senhoras sabem que o Brasil é o único País no mundo que tem o sistema de saúde municipalizado. Todos são regionalizados, exatamente pela questão da eficácia, eficiência, escopo e sustentabilidade econômica, o que traz repercussão direta na qualidade. Aqui não é assim. Só a Finlândia tentou o nosso sistema, mas recuou no meio do caminho.

Então, todos os sistemas são regionalizados, porque uma cidade de 5 mil, 10 mil habitantes não deve querer ter hospital, porque ele vai ser, por definição, ineficiente. Nesse caso, tem que haver, como componente da política pública, esses transportes. Há uma vinculação equivocada nesse conceito de utilização de ambulância, van, micro-ônibus. E não é só ambulância, não. Nós fizemos um sistema de transporte sanitário que ganhou um prêmio da Organização Pan-americana da Saúde na atenção secundária, na consulta especializada, porque o pequeno Município não gosta, não consegue levar o dermatologista, o psiquiatra, o cardiologista até lá. Os consórcios intermunicipais regionalizados são uma grande solução, mas tem que haver logística para o paciente sair do pequeno Município e ir para o grande Município. Então, é uma lacuna.

Quanto à resolução desse problema que ocorreu na Operação Sanguessuga — e eu já conversei com vários Ministros ao longo dos últimos anos —, é só termos um registro nacional de preços. A sanguessuga foi o desvio no varejo. Como se fazia a contratação no varejo, isso deu margem a maracutaias. Mas há instrumentos na administração pública, é só fazer um registro nacional de preços. E isso é um componente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No nosso marco teórico na saúde — a Deputada Carmen foi Secretária comigo e fez um excelente trabalho —, a questão da logística do suporte tecnológico de ferramentas informacionais e da logística de transporte é parte da política pública de saúde. E isso é uma lacuna. Os Municípios estão à míngua, a frota está deteriorada, e o Ministério só dá isso ao SAMU, o que é correto, ele tem que ter isso também. Mas V.Exas. não imaginam como os doentes estão sendo transportados no Brasil. Eu falo com tranquilidade — eu enfrentei esse preconceito, eu distribuí mais de 5 mil veículos nos meus 8 anos — e com convicção, porque isso é democratizar o acesso à saúde.

Então, vamos estudar isso com carinho. Mas há uma limitação, porque a LDO só pode atuar na ação. Nós não podemos criar uma atividade, uma funcional programática, quer dizer, nós temos que incluir isso no Orçamento.

Por último, Ministro e Presidente, nós vamos ter a oportunidade de aprofundar a discussão macroeconômica aqui, porque várias intervenções foram feitas. Eu vou me reservar para outro momento, mas quero só dizer o seguinte: o saldo comercial não é fruto de nenhuma política proativa, não, mas da queda da importação em função da recessão. É só ver o gráfico no material distribuído. Na página 32, vai se entender bem por que o saldo reapareceu: pela recessão, pela depressão econômica gerada por uma política equivocada.

E sobre resultados fiscais eu recomendo o seguinte... Não vou discutir com o Deputado Afonso Florence, não.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só estava pensando aqui, Ministro Dyogo, que, no Governo da Presidenta Dilma, a base defendia mais esse saldo do que agora.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É. Mas esse saldo comercial não ocorre por nenhuma política proativa e com visão estratégia, não. Foi a depressão econômica mesmo que derrubou as importações. É só ver o gráfico na página 32, o que eu recomendo.

E sobre os resultados fiscais — meu Deus! —, nós vamos esquecer a contabilidade criativa, as pedaladas e tudo o que ocorreu? Então, eu recomendo a todos uma literatura. Há gente mais competente que eu falando disso, inclusive um autor muito heterodoxo chamado Arno Augustin. Leiam a literatura dele.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Há reinscrição ou não, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não? Que pena! Então, eu vou continuar na próxima reunião esse debate com o Deputado Pestana. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço de maneira muito especial ao Deputado Marcus Pestana, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Agradeço sobretudo aos Parlamentares que aqui estiveram e debateram, para que nós pudéssemos concluir este trabalho em altíssimo nível. Muito obrigado.

Agradeço também ao Deputado Cacá Leão, Relator da Lei Orçamentária Anual.

Agradeço, de maneira superespecial, ao Ministro Dyogo de Oliveira. Agradeço ainda a toda a sua equipe técnica.

Acho que a audiência foi muito produtiva e esclarecedora. Estamos agora com a responsabilidade de dar continuidade aos nossos trabalhos. Agradeço o comparecimento de todos.

Antes de nos despedirmos do Ministro, peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam no plenário, para que possamos dar início à reunião deliberativa, que é importante, vital, fundamental para a continuidade dos trabalhos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE JUNHO DE 2017.

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Sampaio, Célio Silveira, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Kátia Abreu, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Alan Rick, Andre Moura, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Domingos Sávio, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Josi Nunes, Marcon, Misael Varella, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Victor Mendes; e **- Senadores suplentes**: Hélio José e José Medeiros. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Edio Lopes, Orlando Silva e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz e Benedito de Lira. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Afonso Florence, Evair Vieira de Melo, Leonardo Monteiro, Mauro Pereira, Raquel Muniz e Weliton Prado. **ABERTURA:** às dezessete horas e vinte e três minutos, do dia vinte e sete de junho de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em seguida, o Presidente passou para a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2016; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, realizada no dia 28 de março de 2017; 1ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, realizada no dia 11 de abril de 2017; 2ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, realizada no dia 02 de maio de 2017; e 3ª Reunião de Eleição da Mesa da CMO, realizada nos dias 09, 10 e 16 de maio de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE**. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 01 de fevereiro a 27 de junho de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **AVISOS**. O Presidente informou que designou os Relatores Setoriais das Áreas Temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, nos termos estabelecidos no *art. 16, inciso VII, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* tendo sido publicado na página da CMO, sendo os seguintes Relatores: **Área Temática I – Transporte:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO); **Área Temática II – Saúde:** Deputado Julio Lopes (PP/RJ); **Área Temática III – Educação e Cultura:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP); **Área Temática IV – Integração Nacional:** Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA); **Área Temática V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário:** Deputado Evandro Roman (PSD/PR); **Área Temática VI – Desenvolvimento Urbano:** Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA); **Área Temática VII – Turismo:** Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP); **Área Temática VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações:** Senador Jorge Viana (PT/AC); **Área Temática IX – Minas e Energia:** Deputado Vander Loubet (PT/MS); **Área Temática X – Esporte:** Senador Vicentinho Alves (PR/TO); **Área Temática XI – Meio Ambiente:** Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE); **Área Temática XII –**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fazenda e Planejamento: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO); **Área Temática XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE); **Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social:** Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO); **Área Temática XV – Defesa e Justiça:** Deputado Edio Lopes (PR/RR); e **Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores:** Deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ). Em seguida, o Presidente comunicou que designou o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), sendo consequentemente, o Coordenador do Comitê de Avaliação da Receita – CAR**.** E relembrou a designação do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA). Logo após, o Presidente avisou que o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), entregou o **Relatório Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.", e o mesmo foi publicado na página da CMO na internet. E, anunciou que o prazo para apresentação de emendas ao supracitado Relatório Preliminar seria no dia 28 de junho, até às 18 horas. E finalizando, o Presidente informou que, após a aprovação do **Relatório Preliminar com Emendas** ao **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018**, será aberto o prazo para apresentação de Emendas ao referido Projeto de Lei, no período de 30/06/2017 a 05 de julho de 2017. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) manifestou-se contrário ao cronograma de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. **ORDEM DO DIA:** O Presidente propôs ao Plenário que a eleição da Mesa da CMO para 2017 fosse por aclamação, para os cargos de Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes, de acordo com as seguintes indicações propostas pelas Lideranças Partidárias: Para Primeira Vice-Presidente: **Deputada Laura Carneiro** (PMDB/RJ); Para Segundo Vice-Presidente: **Senador Jorge Viana** (PT/AC); e Para Terceiro Vice-Presidente: **Deputado Marcon** (PT/RS). Em votação a Proposta de Eleição por aclamação foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente declarou eleitos e empossados para composição da Mesa da Comissão para 2017, a Primeira Vice-Presidente, **Deputada Laura Carneiro** (PMDB/RJ); o Segundo Vice-Presidente, **Senador Jorge Viana** (PT/AC); e o Terceiro Vice-Presidente, **Deputado Marcon** (PT/RS). Em sequência, o Presidente concedeu a palavra à 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) e ao 2º Vice-Presidente, Senador Jorge Viana (PT/AC), que teceram agradecimentos pela eleição. Às dezessete horas e quarenta e três minutos, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 29 de junho, quinta-feira, às 9h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E comunicou a realização de Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para o dia 28 de junho, às 14 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre o cronograma de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Por convocação do Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), os trabalhos foram reabertos no dia 28 de junho, às dezenove horas e quarenta e três minutos. PAUTA. Item 01- Apreciação do **Ofício Conjunto nº 1/2017/CONOF/CONORF,** de 21 de junho, que propõe a "Correção de erro material verificado no processamento de emenda apresentada ao Projeto de Lei Nº 18/2016-CN". *(Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017).* (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2017). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Em votação, a Errata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN.** (PLDO 2018). Autor: Deputado Marcus Pestana. O autor apresentou o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências." Relator: Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Marcus Pestana. Foram apresentadas 64 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com voto pela aprovação das emendas de nºs 06, 08, 09, 28, 39, 42, 44 e 53; pela aprovação parcial das emendas de nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64; e pela rejeição das demais. O Relator apresentou o Relatório Preliminar com Emendas. Discutiram a matéria os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), Danilo Forte (PSB/CE), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Bohn Gass (PT/RS), Rosangela Gomes (PRB/RJ), Domingos Sávio (PSDB/MG), Jorge Solla (PT/BA), Laudivio Carvalho (SD/MG), Hugo Leal (PSB/RJ), Professora Marcivania (PCdoB/AP) e o Senador Hélio José (PMDB/DF). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi **aprovado** com **Complementação de Voto** do Relator, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme o seguinte texto: **" COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO" "***Alterem-se o item 2.2.1.c e o Voto constante do Relatório Preliminar apresentado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que figurem da forma reproduzida nas páginas anexas a esta Complementação de Voto*." A seguir estão transcritas as alterações aprovadas: *"2.2.1. A apresentação de emenda para acréscimo de meta ou para inclusão de ação no Anexo de Prioridades e Metas deve observar os seguintes limites: a) ..... b) ..... c) até 3 (três) emendas por congressista."* ***"II – VOTO"*** *"Ao presente Relatório Preliminar, foram apresentadas 64 (sessenta e quatro) emendas. Não obstante o seu mérito, por uma questão de regimentalidade e de boa técnica legislativa e orçamentária, estamos votando pela aprovação das emendas nºs 1, 6, 8, 9, 11, 19, 24, 28, 39, 42, 44, 45, 47 e 53; pela aprovação parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 5, 7, 10, 12, 13, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64; e pela rejeição das demais."* Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, o Presidente informou o prazo para apresentação de Emendas ao referido Projeto de Lei: de 30/06/2017 a 05 de julho de 2017. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2017-CN.** Autor: Deputado Toninho Wandscheer. O autor apresentou o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito suplementar no valor de R$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Evandro Roman. Foram apresentadas 09 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 01 a 09. O Relator que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e uma horas e oito minutos do dia vinte e oito de junho de 2017. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 04 de julho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EM 27.06.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes e apreciação das matérias constantes da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas da 13ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2016, da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, realizada em 28 de março de 2017, e da 1ª, 2ª e 3ª Reuniões de Eleição da Mesa da CMO, realizadas nos dias 11 de abril, 2 de maio, e 9, 10 e 16 de maio de 2017, respectivamente, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Em votação as atas na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação as atas na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, bem como as designações de relatorias, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Sobre a Lei Orçamentária Anual de 2018, informo que, de acordo com o art. 16, inciso VII, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, foram designados os Relatores Setoriais das 16 Áreas Temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018, bem como o Relator da Receita.

Sobre a LDO — isso é muito importante —, comunico que o Relatório Preliminar ao PLN 1/17 (LDO 2018) está publicado na página da CMO na Internet e que o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar ocorrerá amanhã, dia 28 de junho, até às 18 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Penso não ser necessário, mas repetirei: o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar da LDO é amanhã. Ele vai do início do dia até às 18 horas. Esse é o dado mais importante que precisa ser observado.

A respeito da LDO 2018, informo que o prazo para apresentação de emendas ao projeto, não ao projeto preliminar, será do dia 30 de junho, sexta-feira, até o dia 5 de julho, próxima quarta-feira.

Essas são as informações.

V.Exa. me pediu a palavra, Deputado Bohn Gass?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, a minha preocupação é que, no material que nos foi apresentado pela assessoria, há outra informação.

Nós conversamos antes sobre isso. V.Exa. está informando que o relatório preliminar está divulgado. Pela Resolução nº 1, o prazo seria de até 3 dias, a apresentação de emendas seria em até 3 dias. V.Exa. está fixando um prazo menor do que 3 dias. V.Exa. está fixando até o final da tarde de amanhã para a apresentação das emendas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que nos informe em qual momento nós vamos proceder à votação desse relatório preliminar, para ficarmos coerentes com a Resolução nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esse é o nosso objetivo.

O calendário ficou apertadíssimo. V.Exas. sabem do esforço que nós fizemos e que, lamentavelmente, estamos correndo atrás do tempo. No entanto, a nossa expectativa e o nosso desejo — seria muito bom que isso acontecesse — é de votarmos o relatório preliminar no dia 29 de junho de 2017.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu fiz essa indagação exatamente porque o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, que trata dos temas referentes à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é muito claro quando estabelece o seguinte:

> *Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições (...).

Nesse ponto, Sr. Presidente, fica muito evidente que, se nós tivemos hoje, dia 27, acesso ao relatório parcial, vamos apresentar emendas ao relatório no dia 28, até amanhã. O relatório preliminar vai ser publicado com as emendas. Essa publicação do relatório é a que vai valer. Nós precisamos necessariamente — e está muito claro o Regimento — de 2 dias. Então, não será possível votar o relatório no dia 29. Trata-se de uma questão básica.

Eu sei que V.Exa. vai presidir esta sessão no cumprimento do Regimento. Mas aqui nós vamos ferir essa proposição inicial de votar o relatório preliminar no dia 29, porque ele não poderá ser votado nesse dia.

Eu queria registrar isso porque não concordaremos, de forma alguma, com a alteração dessa regra. O que nos rege aqui é o nosso documento básico, ou seja, a Resolução nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Mas, no final do art. 128 a que V.Exa. se referiu, está estabelecido que *"salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros".* Então, se V.Exa. persistir, eu vou colocar...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Nós precisamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos votar com a maioria dos membros no plenário.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso. Mas, para votar, nós não temos quórum suficiente. Nós precisamos de 16 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas isso é para a quinta-feira.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma observação aqui. Nessa sessão convocada para a quinta-feira, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos deixar para discutir essa questão na quinta-feira.

Eu quero fazer um pedido para V.Exa. de maneira muito especial. Eu estou aqui esperando informações sobre o andamento da sessão da Câmara dos Deputados, porque terei que encerrar a nossa reunião. Eu ainda tenho aqui uma pauta de votação para homologação do Presidente e dos Vice-Presidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu estou de pleno acordo com as homologações. Pelo que me consta, elas foram construídas por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Estou de pleno acordo. Só faço o registro de que ficarei na tese de não votarmos no dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ficaremos nessa tese. Só peço a V.Exa. que me permita dar continuidade aos nossos trabalhos e colocar em votação a eleição dos Vice-Presidentes que vão compor a Mesa Diretora da Comissão.

Os candidatos indicados para ocupar os cargos da Mesa da Comissão Mista de Orçamento são: para o cargo de 1º Vice-Presidente, a eminente e ilustre Deputada Laura Carneiro, do PMDB do Rio de Janeiro; para o cargo de 2º Vice-Presidente, nada mais, nada menos do que o meu querido colega que foi Governador e Prefeito, um dos mais brilhantes Parlamentares do Senado Federal, o experiente e ilustre Senador Jorge Viana, do PT do Acre; para o cargo de 3º Vice-Presidente, o Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição para os cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes da CMO por aclamação. *(Pausa.)*

Havendo concordância sobre a proposta, em votação a eleição por aclamação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Foi aprovada a eleição por aclamação.

Declaro eleita e empossada a Deputada Laura Carneiro, do PMDB do Rio de Janeiro, como 1ª Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento para 2017.

Declaro eleito e empossado o Senador Jorge Viana, do PT do Acre, como 2º Vice-Presidente da Comissão para 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Declaro eleito e empossado o Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul, como 3º Vice-Presidente da Comissão para 2017.

Eu queria dizer, rapidamente, que chegamos a um acordo, com a participação de todos os Deputados e todos os Senadores que compõem esta Comissão Mista de Orçamento.

Em relação ao Orçamento para 2018, informo que foram eleitos o Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, para Presidente; o Deputado Cacá Leão, do PP da Bahia, para Relator-Geral e o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB do Tocantins, para Relator da Receita.

As Áreas Temáticas estão assim compostas e preenchidas:

I - Transporte: Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia;

II - Saúde: Deputado Julio Lopes, do PP do Rio de Janeiro;

III - Educação e Cultura: Senador Davi Alcolumbre, do DEM do Amapá;

IV - Integração Nacional: Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia;

V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário: Deputado Evandro Roman, do PSD do Paraná;

VI - Desenvolvimento Urbano: Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão;

VII - Turismo: Deputado Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo;

VIII - Ciência e Tecnologia: novamente o ilustre Senador Jorge Viana, do PT do Acre;

IX - Minas e Energia: Deputado Vander Loubet, do PT de Mato Grosso do Sul;

X - Esporte: Senador Vicentinho Alves, do PR de Tocantins;

XI - Meio Ambiente: Deputado João Fernando Coutinho, do PSB de Pernambuco;

XII - Fazenda e Planejamento: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas do Tocantins;

XIII - Indústria, Comércio, Micro e Pequenas Empresas: Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe;

XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social: Deputado Nilton Capixaba, do PTB de Rondônia;

XV - Defesa e Justiça: Deputado Edio Lopes, do PR de Roraima; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores: Deputada Rosangela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro.

É essa a composição. Finalmente todas as relatorias setoriais estão compostas, todos estão empossados e todas as áreas temáticas estão preenchidas.

Concedo a palavra à 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente Dário Berger, nosso Relator Cacá Leão, eu queria apenas agradecer aos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras pelo voto e dizer a V.Exas. que é uma honra voltar a esta Comissão, da qual participei durante 12 anos. Volto na condição de 1ª Vice-Presidente, o que é uma honra.

Espero suas ordens, Sr. Presidente. Tenho certeza de que V.Exa. vai fazer com que esta Comissão volte a funcionar com a velocidade e com a eficácia necessárias. Estou absolutamente à sua disposição, aguardando as ordens de V.Exa.

Quero me congratular com os demais Vice-Presidentes. Quero agradecer ao PMDB e ao Líder Baleia Rossi pela indicação. E quero parabenizar o grupo de mulheres desta Comissão.

Eu sou de uma época, Sr. Presidente, em que era a única mulher aqui. Hoje vejo que somos mais de oito, o que me deixa muito feliz. Efetivamente, a bancada feminina se estende na Comissão, a mais importante do Congresso Nacional porque dita efetivamente onde serão utilizados os recursos no nosso País.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa. É uma honra tê-la como nossa 1ª Vice-Presidente. Vamos procurar fazer um trabalho conjunto. Preciso da sua competência, da sua experiência e da sua capacidade, bem como do conhecimento que V.Exa. transmite aos seus pares, seus colegas.

Nosso objetivo é construir uma logística que seja respeitosa e que possa dar celeridade ao processo, haja vista que nós temos inúmeras atribuições, sobretudo, os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Eu queria, Sr. Presidente, agradecer a indicação, que também vou tentar honrar, e agradecer a todos na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito de V.Exa. o encerramento da reunião, porque nós temos que voltar para o plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Estamos combinados, Deputado Bohn Gass? V.Exa. concorda em deixarmos para discutir na quinta-feira?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Tudo bem se encerrarmos agora.

Eu só quero dizer que o Deputado Dionilso Marcon pediu que V.Exa., como Presidente da Comissão, checasse com o Governo, para que não houvesse pagamentos díspares em relação às emendas parlamentares. Todos os Deputados são iguais. Pedimos que esse critério seja adotado em respeito a todos os Parlamentares.

Também peço que a sessão seja encerrada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Tendo em vista o adiantado da hora, declaro suspensa esta reunião extraordinária da CMO e convoco sua continuação para o dia 29 de junho, quinta-feira, às 9h30min, para apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu havia concordado com o encerramento da reunião e não com a sua suspensão. A pauta foi vencida, Sr. Presidente. É preciso encerrar a reunião.

Nós resolvemos bem sobre a convocação e sobre a distribuição das funções. Agora não se trata de suspensão, trata-se do encerramento da sessão para a qual nós fomos convocados hoje, Sr. Presidente. Senão, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A pauta não foi vencida. Há outro item que não foi deliberado.

Então, eu solicito...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Que ele seja recolocado na próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Solicito a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, Sr. Presidente. Nesse caso, eu não tenho como concordar. É o seguinte: nós vamos encerrar...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A pauta não foi vencida. Há uma errata a ser votada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, coloque esse ponto na próxima sessão.

Nós fomos convocados para uma sessão hoje. Vamos iniciar o procedimento de ficar suspendendo a reunião para continuá-la? No Senado e na Câmara, quando não são vencidas todas as pautas, as matérias são recolocadas na próxima sessão.

Eu solicito, de fato, que a sessão seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas essa questão não vai fazer diferença para nós, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, todos nós queremos trabalhar bem aqui e sabemos as presenças que foram dadas. Todo o mundo sabe o motivo pelo qual a reunião está sendo suspensa e não encerrada.

Temos um acordo e temos um roteiro a definir. Então, suspender vai exigir que trabalhemos para que haja presença e quórum nessa sessão. Nós queremos que haja presença e quórum na próxima sessão. Esse é o regramento que vai nos dar condições de fazer o que fizemos até agora, sob a sua coordenação.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Sr. Presidente, o Deputado Bohn Gass, no espírito de colaborar, está fazendo uma ponderação.

Eu quero ir direto à essência da preocupação de S.Exa. Ele está preocupado em não termos entendimento quanto ao calendário. É essa a essência do que ele está colocando. A reunião não está sendo marcada para amanhã, mas para depois de amanhã, dia 29. Se houver um entendimento sobre o calendário, pondero que o Deputado Bohn Gass aceite o encaminhamento do colega.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O cronograma está publicizado.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Dessa forma, manteríamos o quórum, porque estamos tendo um entendimento sobre o calendário.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço a palavra para auxiliar o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Há um cronograma publicizado, que responde ao mandamento constitucional e que foi definido num acordo entre o Presidente da Comissão e o Presidente do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero contestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós temos uma diretriz constitucional que determina que o Congresso deve votar a LDO até a primeira quinzena de julho. O calendário foi construído em cima disso.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, para contraditar.

Deputado Marcus Pestana, o regramento constitucional é muito claro. Todos nós sabemos como aconteceu em todos os anos: na maioria das vezes, a LDO não foi votada no primeiro semestre.

Além do mandamento constitucional, há o mandamento regimental que diz que, após apresentadas as emendas ao relatório preliminar, nós não podemos votar antes de 24 horas e 2 dias. E é nisso que o calendário descumpre o Regimento.

Portanto, a nossa Casa vai obedecer ao mandamento constitucional e regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, eu vou atender parcialmente o pleito de V.Exa. Em função do respeito que tenho pelo Rio Grande do Sul, nosso Estado vizinho, e, sobretudo, por V.Exa., eu vou convocar uma reunião de Líderes para amanhã, às 14 horas, para que nós possamos rediscutir o cronograma e, assim, buscar o entendimento. Perfeito? *(Pausa.)*

Então, está suspensa a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)

EM 28.06.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, declaro reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ordem do dia.

Item 1. Ofício Conjunto nº 1, de 2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal, cujo objetivo é propor a correção de erro material verificado no processamento da emenda apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2016 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

O Ofício Conjunto nº 1, de 2017, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A matéria está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria está em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a proposta de correção permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento para inclusão de matéria na pauta.

Sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta do relatório preliminar ao PLN 1/2017, que trata das Leis de Diretrizes Orçamentárias. Autor: Deputado Marcos Pestana.

Tem a palavra o autor para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dentro do cronograma proposto e do acordo conquistado, nós estamos pedindo a inclusão da matéria na pauta, para que possamos avançar e cumprir a nossa meta, que é atender ao mandamento constitucional e votar até meados de julho a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, peço o apoio dos Parlamentares para que façamos a deliberação sobre o relatório preliminar, que, na verdade, é uma regra do jogo. O jogo principal vai ser numa segunda etapa. Peço o apoio, então, para que possamos avançar no nosso calendário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade dos votos dos presentes.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam também como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 2. Relatório preliminar apresentado ao PLN 1/2017.

Está em discussão a apreciação do relatório preliminar, com as emendas apresentadas ao projeto de lei.

Mais uma vez, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana para apresentar o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, farei uma apresentação muito sumária, já que nós caminhamos para um acordo coordenado pelo nosso Presidente. Pelo fato de muitos já estarem com passagem comprada, eu gostaria de tornar a reunião mais objetiva.

Todos conheceram a proposta inicial do relatório preliminar. Houve várias emendas. Foram aproximadamente 64 emendas. Então vou descrever o que acolhi e o espírito que presidiu nessa decisão.

A LDO é um instrumento. Há um sistema de planejamento que inclui o PPA — Plano Plurianual, a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA — Lei Orçamentária Anual. Para que seja um efetivo e respeitado documento legal de execução de uma estratégia governamental, de um projeto nacional, é preciso que ele tenha consistência e seja bastante crível nos seus fundamentos, na receita projetada. É preciso mudar essa cultura.

Tivemos a aprovação da proposta da emenda à Constituição que impôs o teto de expansão do gasto público, diante de uma crise profunda, em que o centro da crise brasileira é a escassez e o estrangulamento fiscal. Diante disso, nós precisamos valorizar essa medida. Ela é uma questão fundamental não só para o processo operacional de execução orçamentária, mas também para a credibilidade da política econômica, para a confiança dos diversos atores relevantes na economia brasileira. Esse é o passo central.

Então o orçamento não é um saco sem fundo. O orçamento é a explicitação de prioridades num ambiente de extrema escassez, em que se ordenam políticas públicas e se dá o rumo que o gasto público vai seguir.

Qual foi a ideia quando se estabeleceram parâmetros mais restritivos? Foi a de ter uma função inclusive pedagógica para a própria Casa e uma sinalização para a sociedade. O mundo mudou. O Brasil está mergulhado em uma crise sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

proporções. Nós estamos brincando com fogo à beira do abismo. E o centro da crise determina o nível elevado de taxa de juros, de desemprego, a inibição...

Hoje tivemos uma reunião com a Receita Federal e constatamos que há uma contradição: a vingança do crescimento em cima do ajuste fiscal. Como não fazemos o ajuste fiscal, não há crescimento, e a falta de crescimento se vinga disso, debilitando a receita pública. Houve um recuo real, descontada a inflação, de 0,8% no período de janeiro a maio. Nós estamos com um buraco no orçamento do setor público e com um problema grave pelo lado da receita, pela dinâmica econômica.

Então nós temos um déficit pornográfico. O fato de explicitarmos, de darmos transparência não deve nos levar a uma postura de assimilação à crítica.

Houve um déficit de 170 bilhões de reais. Chegou-se a um déficit nominal de quase 10% do PIB por 2 anos seguidos. A Grécia, na pré-crise, estava com 6%. O fato de explicitar é positivo, por conta da credibilidade e da transparência, que evitam as maquiagens e a desmoralização da contabilidade pública, mas não podemos nos acomodar diante de um déficit projetado de 131 bilhões de reais.

Nós precisávamos ter superávit para estabilizar a situação, porque esse é um pacto geracional perverso. O que nós estamos deixando para os nossos filhos é um sistema previdenciário insustentável e uma dívida impagável. Então, nós temos que ter responsabilidade com o futuro. Por isso, foi feita a lógica do ajuste fiscal, o teto dos gastos públicos. Mas isso é uma parte do enredo. Tem que se trabalhar, porque se não fizermos a adequação estrutural, o teto vai pressionar o gasto público e vai explodir.

Por isso, eu coloquei parâmetros no projeto inicial, mas queria esclarecer as três mudanças e a questão da rejeição das emendas de texto, só para tranquilizar os Deputados. Para isso, eu queria pedir a atenção de todos os Parlamentares membros desta Comissão Mista de Orçamento.

Contra a minha convicção inicial, eu acolhi a emenda que pedia que as Comissões Mistas temáticas, assim como a própria CMO, também pudessem apresentar duas emendas. Eu entendo que as Comissões Mistas se superpõem à estrutura permanente das duas Casas. Não adianta cairmos num jogo de faz de conta e nos enganarmos. Basta ir ao Anexo de Prioridades e Metas e veremos que há obra cuja execução está projetada em 1%. Isso sinaliza para a sociedade que essa obra, em tese, vai levar 100 anos. Há obra estruturante que tem 5% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

execução. Isso está dizendo para a sociedade que essa obra, nesse ritmo, vai levar 20 anos.

Então, não adianta fazermos uma penca de falsas prioridades, porque estaremos enganando a sociedade e a nós mesmos. Nós temos que ter uma postura compatível, como Casa de ressonância da sociedade, com a atual restrição fiscal.

Então, em primeiro lugar, eu acolhi a emenda que possibilita duas emendas por Comissão Mista, apesar de ferir um pouco as minhas convicções. Essa foi a primeira mudança, porque isso não estava previsto. Agora cada uma das sete Comissões Mistas terá a possibilidade de oferecer duas emendas.

A segunda mudança, que eu acolhi, foi oriunda de uma demanda muito forte e também tinha uma lógica. Colocou-se que as emendas de execução obrigatória das bancadas tinham que se dar obrigatoriamente no cardápio daquelas que foram escolhidas nos últimos 3 anos.

Qual o sentido disso? As emendas de bancada originalmente têm uma concepção estruturante, ou seja, é para projetos estruturantes. Por exemplo, Juscelino Kubitschek lançava a Pedra Fundamental, visitava a obra e a inaugurava em 5 anos, conforme seu lema, que era “50 anos em 5”. Como estamos dando passos de tartaruga, tendo em vista a restrição fiscal, a lógica era a seguinte: se a bancada priorizou essas emendas nos últimos 3 anos, o justo era exatamente privilegiá-las, para dar continuidade e não patrocinar cemitério de obras.

No entanto, houve um apelo muito forte de muitos Deputados e várias emendas. Então, eu vou trocar o “obrigatoriamente” pelo “preferencialmente”, que, em termos de diploma legal, vale exatamente nada. Trata-se apenas de uma bússola moral, ética e técnica. Efetivamente, quando se diz “preferencialmente”, tem-se um indicativo de um conceito.

De início, eu havia proposto uma emenda por Comissão Permanente temática do Senado e da Câmara, duas emendas impositivas de bancada e uma emenda por Parlamentar. Houve várias emendas nesse sentido, inclusive querendo a possibilidade de apresentar cinco emendas. Mas nesse caso seria o jogo do faz de conta, porque vamos enganar a sociedade e a nós mesmos. Quem prioriza tudo não prioriza nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, atendendo às demandas, eu acolhi as emendas, que seriam: duas por Comissão, tanto as Permanentes das duas Casas como as Mistas; duas impositivas de bancada mais uma de realização discricionária; e duas por Parlamentar.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu não entendi muito bem a questão das emendas de bancada. V.Exa. poderia explicar melhor?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Como foi no último ano, seriam duas de execução obrigatória e mais uma de execução discricionária.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Mas não obrigatoriamente...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, isso será preferencialmente. A bancada tem soberania para decidir. Isso é só um repto técnico e moral, uma provocação conceitual para a bancada avaliar.

Por último, para tranquilizá-los, eu rejeitei todas as emendas de texto, não pelo mérito, mas porque não é o momento de apresentá-las. Então, eu solicito aos Pares reapresentarem suas emendas de texto ao Projeto da LDO no momento correto, que é o da discussão do texto, até o dia de 5 de julho.

Então, seriam esses os quatro esclarecimentos que eu acho que contemplam o espírito geral que esteve presente nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a S.Exa., o Deputado Marcus Pestana, Relator da LDO. Preliminarmente, já quero aqui fazer um registro da experiência de S.Exa., bem como da competência, da disposição ao diálogo e ao entendimento, e, sobretudo, da disposição ao trabalho.

Efetivamente, tivemos que acelerar o ritmo dos encaminhamentos e das discussões, para podermos honrar este Parlamento e, sobretudo, esta Comissão, fazendo todo o esforço possível e necessário para podermos aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias antes que o Orçamento, propriamente dito, seja remetido a esta Casa. Se fosse feito de forma diferente, todo esse nosso trabalho teria sido em vão, porque teria sido desperdiçado.

Então, eu acho que vale a pena esse sacrifício, vale a pena esse entendimento, vale a pena o reconhecimento da oposição e das bancadas das minorias, que entenderam este momento e concordaram em não obstruir a votação, para ganharmos tempo e, evidentemente, travarmos discussões posteriores, no momento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Deputado Vitor Valim havia se manifestado, mas me parece que o Relator já esclareceu a dúvida.

Portanto, está em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, agradeço por ter nos designado como Relator Setorial do Desenvolvimento Urbano.

Agradeço também à Deputada Laura Carneiro, que fez a defesa contundente dessa Relatoria. Na verdade, nós gostaríamos de estar fazendo a relatoria da área da saúde, mas, em função do Regimento e para entrarmos também no acordo que foi feito aqui, cedemos.

Agradeço ainda aos partidos de oposição por terem aceitado esse acordo em relação às relatorias setoriais designadas pela Mesa, já que estamos praticamente buscando atualizar todos os atos que deveríamos ter feito outrora.

Eu queria parabenizar o Deputado Marcus Pestana pela relatoria que foi feita. É lógico que nem sempre concordamos com tudo. Por isso, fizemos duas emendas ao seu relatório, que, pelas suas palavras, S.Exa. já as aceitou.

Não foi apenas o Deputado Hildo Rocha que apresentou proposta nesse sentido, até porque o item 2.2.4 — que obrigava as emendas de bancada serem aquelas que já constavam nos três últimos orçamentos anuais — praticamente faria com que o Maranhão não pudesse ser contemplado nas emendas de execução obrigatória, já que, nos últimos anos, colocamos todas as emendas obrigatórias para a conclusão da duplicação da BR-135, que é uma das principais rodovias do Estado do Maranhão. Portanto, obviamente estaríamos fora do Orçamento de 2018.

Portanto, agradeço a S.Exa. pela compreensão. Outros Estados também seriam prejudicados. Mas acredito que o Maranhão, talvez, seria o mais prejudicado, até porque entendemos a importância da duplicação da BR-135, que vai até a cidade de Miranda do Norte, para o desenvolvimento do nosso Estado.

Com relação à outra emenda que nós apresentamos, a Emenda nº 45, nós seríamos demasiadamente prejudicados. Em seu relatório, cada Congressista — ou seja, cada Deputado ou Senador — só poderia apresentar uma emenda à LDO, ao Anexo de Prioridades e Metas, que costumeiramente é feito pelos Parlamentares. Eu mesmo — que ajudei a aprovar o PPA, junto com os demais companheiros que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui estiveram em 2015, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras — tive a felicidade de ter cinco propostas minhas aprovadas no PPA de 2015/2019. Entre elas estão, por exemplo, as que dizem respeito aos aeroportos regionais do Maranhão e à adequação do Aeroporto de São Luís, que já teve uma parte feita, mas ainda não está totalmente concluída.

Também é de nossa autoria a proposta que possibilita a construção da Barragem do Rio Jundiaí, que vai beneficiar diversas cidades do Maranhão, como Matões do Norte, Miranda do Norte, São Mateus do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão, Cantanhede e Pirapemas.

Então, cinco propostas minhas foram aprovadas e, dentre elas, apenas uma já foi executada parcialmente. As outras foram vetadas pela Presidente Dilma, na época. Até hoje não sei a razão, porque não havia justificação para o veto. Então, queríamos continuar insistindo na execução delas, porque 2019 está chegando, senão todo aquele trabalho que eu fiz de articulação junto aos Senadores e Deputados para aprovar os benefícios para o Maranhão, vai embora, até porque eu não terei condições de apresentar proposta que viabilize o que fiz no passado. E há outros Deputados nessa situação.

Portanto, eu sugiro que a nossa proposta de três emendas por Congressista seja aprovada por S.Exa. Aqui consta apenas uma, mas S.Exa. disse agora que serão duas. No meu caso, eu terei que pedir para outro Deputado que apoie uma proposta minha, que já foi aprovada no PPA, uma vez que estou impedido, já que posso apresentar só duas emendas.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, agradeço a indicação de V.Exa. Faremos um relatório dentro daquilo que o povo brasileiro espera de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continuamos em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator Marcus Pestana. Minha fala é no sentido de dar uma maior agilidade ao nosso trabalho. Realmente o tempo é exíguo, e o momento é crítico.

As palavras do Relator foram profundamente bem colocadas no sentido de buscarmos, diante de uma crise que estamos vivendo, uma harmonia entre a principal peça e o principal fator inclusive de existência desta Comissão, que é o de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dar ao País um bom Orçamento e, ao mesmo tempo, fazer um bom acompanhamento e uma boa fiscalização da sua aplicação.

Como se trata apenas de um relatório preliminar, é importante que tenhamos a compreensão de que isso apenas inicia o processo. Agora é que advirão as emendas e os debates para um relatório mais definitivo.

Diante disso, até em nome da celeridade que precisamos ter, acho que poderíamos já aprovar por aclamação o relatório do Deputado Marcus Pestana, para aí, sim, dar início de fato à elaboração do relatório do Orçamento de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra à Deputada e Vice-Presidente desta Comissão, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria primeiro saudar o Deputado Marcus Pestana por ter ouvido os Deputados nesse curto período de tempo que teve para relatar as matérias. Desde a manhã de hoje, S.Exa. já ouvia cada um dos Deputados, no sentido de tentar construir um texto consensual entre nós.

Eu queria agradecer as modificações feitas que foram propostas por mim e pelo Deputado Domingos Sávio. Agora nós teríamos duas emendas por Parlamentar e não uma só.

Agradeço ainda pela inclusão das Comissões Mistas. Esse foi um pleito não só da Deputada Laura Carneiro, mas também do Deputado Domingos Sávio e da Deputada Soraya Santos, no sentido de atender à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Essa é uma Comissão importantíssima e merecia ter a possibilidade também de apresentar emendas para viabilizar os recursos no combate à violência.

Ainda quero dizer ao nosso Relator que, obviamente, esperávamos que fosse possível atender também à Procuradoria da Mulher, à Secretaria da Mulher e termos a possibilidade de apresentar três emendas por Comissão Permanente, em vez de duas, como foi determinado. Dessas três emendas, pelo menos uma poderia ser impositiva.

Infelizmente o Deputado, com razão, alegou a impossibilidade fiscal absoluta do nosso País neste momento e, portanto, a impossibilidade de aceitação da emenda apresentada para que cada Comissão tivesse minimamente uma emenda impositiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, quero agradecer e parabenizar o Relator, na certeza de que esta Comissão começa com o pé direito, num acordo geral. Agradeço também aos Líderes da oposição, que tiveram a sabedoria de entender a importância da votação desta matéria no tempo constitucional, auxiliando, portanto, no dia de hoje, a possibilidade de votação.

Obrigada, Sr. Presidente, pela honra de fazer parte deste grupo de pessoas que estão tentando construir esse Orçamento.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

Em seguida, falará a Deputada Rosangela Gomes e ao Deputado Domingos Sávio. Esses são os inscritos ainda. Com essas inscrições, talvez nós possamos encerrar a discussão para darmos continuidade à nossa reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Cumprimento o nobre Presidente, Senador Dário Berger, o Relator e a Vice-Presidenta da nossa Comissão e os demais colegas Senadores e Deputados.

Primeiro, eu queria registrar que não há nenhum acordo. O que houve foi um pedido, feito pelo nobre Presidente, para que, nessa questão da aprovação do relatório preliminar, nós não fizéssemos obstrução. Esse foi o pedido feito a nós. Então, não há acordo. É preciso ficar bem claro isso, porque senão parece que há acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É "acordo" no bom sentido — acordo não é conchavo —, e V.Exa. o aceitou.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, houve um pedido por parte do Presidente. Eu já fiz o registro na reunião passada de que nós queremos cumprir o Regimento Interno. E, nesse sentido, deveria haver um entendimento para a votação.

O nobre Presidente nos fez um apelo, conversou conosco sobre isso. Nós atendemos ao apelo que o Presidente nos fez de não obstruir a votação. Só quero deixar bem claro isso, porque senão ficam falando depois: *"Ah, construiu acordo, construiu acordo!"* Não há nada disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

S.Exa. fez apenas um pedido, ao qual atendemos com muito respeito, exatamente pelo entendimento aqui em função da votação do relatório preliminar da LDO. É apenas disso que estamos tratando.

Nós temos discordância clara. Ontem nós manifestamos isso na presença do Ministro do Planejamento. Quando veio trazer a ideia das diretrizes da LDO, ele apresentou que o Estado brasileiro tem condições, que estamos num ambiente econômico de recuperação da economia no País. Isso não existe.

Eu o questionei ontem. Não houve como afirmar onde essas questões factuais estariam de fato aparecendo, para que se pudesse gerar emprego, desenvolver a economia. Isso não está acontecendo. Esse é o debate que nós temos que fazer, e ele vai fazer parte do debate dos temas fiscais e econômicos do País. Esse é o debate que nós vamos fazer.

O Brasil está numa situação nada favorável nesse sentido, até porque, daqui a uns dias, nós vamos apreciar se o Presidente da República vai virar réu ou não por corrupção. É disso que nós estamos tratando.

Então, na verdade, nós atendemos ao pedido de não fazer obstrução, no dia de hoje, na votação do relatório preliminar. Eu quero deixar isso muito bem registrado,

Nós queremos cumprir a Constituição Federal e o Regimento Interno desta Casa e fazer o debate sobre as questões fiscais, econômicas e orçamentárias e o desenvolvimento do País. O Brasil precisa voltar a gerar emprego e não ter a pecha de um país onde o Presidente e os seus próximos estão envoltos em corrupção.

Sobre a questão que o Deputado Marcus Pestana expôs, nós apresentamos uma emenda no sentido de que cada Parlamentar não fique restrito — e V.Exa. já fez referência a isso — a apenas uma emenda à LDO. A nossa propositura era a de três emendas.

Veja bem, cada Parlamentar tem vínculos com mais áreas. Aqui nenhum Parlamentar é só da educação. Aqui nenhum Parlamentar é só da saúde. Aqui nenhum Parlamentar é só da agricultura. Aqui nenhum Parlamentar é só da mobilidade urbana. Há os setores que todos nós representamos aqui.

O Parlamentar dialoga com o conjunto de temas dos seus Estados e dos seus Municípios. Então, eu queria ponderar. Não sei se V.Exas. concordam. Eu acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que seria salutar que, por parte do nobre Relator, pudesse haver uma reconsideração.

Eu sei que ele já ponderou de uma emenda para duas emendas, mas eu ia insistir. Eu acredito que nós poderíamos construir o entendimento em torno de o Relator aceitar que pudessem ser três emendas por Parlamentar.

Quanto às emendas impositivas das bancadas, V.Exa. já acrescentou uma terceira não sendo impositiva, mas que tenha o caráter de um atendimento melhor das bancadas estaduais, já para a LOA. Mas, no tema específico, eu queria ponderar isso para os colegas. Se eu puder ter mais adesão de colegas aqui e se V.Exa., como Relator, incorporar a possibilidade das três sugestões para cada um, pela realidade parlamentar, pelos vínculos que cada um tem, eu gostaria de ser atendido.

Era essa a consideração que eu gostaria de fazer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. Ao final, conforme foi combinado com o Relator, ele vai, então, discorrer sobre as sugestões apresentadas pelos nobres Parlamentares.

Dando sequência à nossa lista de inscrição, concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Presidente, para ganharmos tempo, eu também apresentei a Emenda nº 51, que vai no mesmo viés das dos demais Deputados. Eu acho que a Casa está trabalhando em harmonia, com um bom entendimento. V.Exa., junto com o Deputado Marcus, está fazendo um trabalho de consenso.

Eu também queria fazer um apelo. Assim como o Deputado Nilton e o Deputado Bohn Gass, eu também fiz uma emenda no sentido de serem no mínimo cinco por Parlamentar. Se não puderem ser cinco, que sejam pelo menos três. Já que estamos aqui com bom senso, todo mundo cedendo alguma coisa, eu acho que o Deputado, que também não tem o objetivo de conflitar, e quer avançar, poderia acatar a nossa solicitação de serem, no mínimo, três indicações por Deputado. Eu mesma tenho na minha região, no Estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, vários setores para os quais quero fazer indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu queria também fazer um apelo. Eu abro mão da minha emenda, de cinco para três. E acredito que esse seja o consenso da maioria dos Deputados que estão aqui, de bom coração, desde o dia em que V.Exa. convocou esta Comissão, para que cheguemos a um entendimento, haja vista que nós perdemos muito tempo sem poder avançar no nosso trabalho e chegar a um consenso. Eu queria pedir ao Deputado Marcus que pudesse olhar nesse sentido, de forma positiva, para que saiamos daqui satisfeitos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Rosangela Gomes.

Eu quero fazer um apelo aos assessores, à imprensa, de certa forma, e a todos os interessados nos encaminhamentos desta Comissão para que, na medida do possível, possam se manter em silêncio, a fim de que haja um bom andamento dos nossos trabalhos, uma boa condução desta reunião.

Encontra-se inscrito, na sequência, o Deputado Domingos Sávio, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Cumprimento o prezado amigo Presidente, Senador Dário Berger; o meu querido amigo Deputado Marcus Pestana, já antecipando o meu reconhecimento pelo seu esforço — sei que hoje passou todo o dia procurando se desdobrar, porque nós temos inúmeras atividades na Casa, mas foi atencioso com todos nós; a prezada Deputada Laura Carneiro, que me deu a honra de ser parceiro na iniciativa de algumas emendas que foram acolhidas; e os demais colegas Parlamentares.

Eu quero, Presidente, registrar esse ambiente de busca do entendimento em favor do interesse nacional, o que realmente é algo próprio de um trabalho de alto nível nesta Comissão, guardadas as divergências, que são também naturais e saudáveis, de oposição, de base, o debate, as discordâncias. E, obviamente, ainda restam para o Plenário, e até para as votações que ainda teremos na sequência, todas as possibilidades do confronto democrático, que tem que existir mesmo, e que existe.

Mas acho que V.Exa. presidiu com maestria a reunião que tivemos na parte da tarde, em que buscou demonstrar que o entendimento em favor do País é uma das coisas que norteiam a discussão da LDO e do Orçamento. Sempre foi assim. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

já me posicionei aqui como oposição, sem abrir mão da minha condição de oposição, o que eu reconheço no papel dos demais colegas da Oposição. Aqui acaba de se manifestar o Deputado Bohn Gass, mas todos eles procuram defender as suas ideias, as suas teses, e obviamente o farão. No momento oportuno, teremos um aprofundamento desse debate, inclusive com as votações.

Mas hoje eu acho que é fundamental esse entendimento de que é importante que nós tenhamos a possibilidade até de apresentar as emendas. O Relator, inclusive, destacou que — acho que até na ansiedade de contribuir com a Lei de Diretrizes Orçamentárias — vários colegas já apresentaram emendas de textos, de programas, de ações, de metas, e ainda não é o momento. Mas nós precisamos iniciar esse momento. Esse é um momento rico do debate da LDO, que se dará a partir de hoje, a partir do momento que nós conseguirmos concluir a votação do relatório preliminar, o que dará as bases para, aí, sim, entrarmos no debate efetivo de quais serão as diretrizes, de como se estabelecerá uma Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Registro, com alegria, a sensibilidade do Relator de acrescentar o número de emendas. Acho que ele encontrou um ponto de equilíbrio. Para a minha felicidade e da Deputada Laura Carneiro, foi uma emenda de nossa coautoria, em que sugeríamos não uma, mas duas emendas por Parlamentar.

Eu comentava com outros colegas o seguinte: em que pese possa parecer muito pouco, na verdade, são duas emendas por Parlamentar do Congresso Nacional, dos 513 Deputados e dos 81 Senadores. Se multiplicamos 594 por 2, há potencialmente a possibilidade de mais de 1.100 emendas. Obviamente, não chegará a isso, nem seria humanamente possível analisar tudo isso. Mas isso traduz o seguinte: nós, que aqui na Comissão representamos as nossas bancadas, esgotado aquilo que cada um de nós pretende subscrever — eu mesmo já estou esgotado nas duas propostas pessoais —, teremos sempre a prerrogativa de pedir aos demais colegas do partido que subscrevam outras emendas que contemplem demandas justas, como bem lembrou aqui o Deputado Hildo, lá do Maranhão. Eu as tenho lá em Minas.

Eu aproveito, Presidente, para registrar, com muita alegria — e já assumi o compromisso de uma das minhas duas emendas —, que está aqui conosco o Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, Vereador Leandro Xingó, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Xingozinho, a quem cumprimento. Estão aqui também o Vice-Presidente, Vereador Adriano Martins, e o Vereador Luciano Lugão.

Coronel Fabriciano tem uma demanda que tem que ser relembrada e cobrada de maneira firme, que é a duplicação da BR-381 — o corredor da morte na região —, que liga Belo Horizonte ao Vale do Aço, até Governador Valadares. Nós temos que deixar claro que isso estará na LDO, definindo prioridade. E, depois, garantimos isso na Lei Orçamentária.

Da mesma forma, está aqui conosco o Vereador de Divinópolis César Tarzan. E uma das minhas emendas será no sentido de garantir que tenhamos recursos para a conclusão de obras de hospitais públicos. Lá em Divinópolis nós temos um hospital público, cuja obra se iniciou no Governo do PSDB e está 85% concluída e paga. Aliás, o Secretário era Marcus Pestana, quando começamos aquele projeto. Nós precisamos garantir recursos para terminar essa obra. É dinheiro público que está ali parado, e as pessoas estão precisando do hospital. No Brasil inteiro há várias obras assim. Nós precisamos garantir recursos para a conclusão do hospital público de Divinópolis, e a minha emenda será nesse sentido na LDO e, depois, obviamente, no Orçamento.

Então, eu acredito que estamos no caminho certo. Espero que possamos terminar os trabalhos deste dia, já desta noite, aprovando o relatório preliminar e, da semana que vem, aprovando o relatório final. Assim, daremos ao País a Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque o que todos nós queremos, independentemente de partido, é que este nosso País se desenvolva, que este nosso País possa encontrar o caminho certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa., Deputado Domingos Sávio.

Na sequência, concederei a palavra ao Deputado Jorge Solla.

Aproveito para agradecer mais uma vez ao Deputado Bohn Gass, que realmente atendeu a uma solicitação da Mesa e permitiu que nós votássemos hoje o relatório preliminar da LDO.

Eu realmente quero confirmar que não houve nenhum acordo, não houve conchavo, não houve absolutamente nada, a não ser um entendimento para que nós pudéssemos acelerar o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E eu quero agradecer a disposição da bancada da Oposição, aqui liderada pelo Deputado Bohn Gass, a quem mais uma vez agradeço.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Presidente, concordando com a orientação da liderança do Deputado Bohn Gass e a sua solicitação, nós estamos também no mesmo espírito de tentar contribuir para que hoje possamos viabilizar essa aprovação.

Eu gostaria de expor a preocupação que hoje, mais cedo, na Comissão de Seguridade Social e Família, eu trouxe ao Relator, em relação aos limites estabelecidos para os orçamentos especialmente da saúde e da educação, a partir do novo regime fiscal aprovado na PEC recentemente. O Relator já me respondeu que nós vamos tratar disso quando nos debruçarmos no texto da LDO propriamente dito. Não é isso, Relator?

A nossa preocupação é grande, porque o que está apontado hoje nos limites da correção apenas do IPCA vai criar uma situação extremamente difícil, não só para o Governo Federal, mas também para o conjunto das Unidades da Federação no âmbito do setor saúde.

Nós já estamos há 3 anos com um aperto muito grande, e muitos serviços, Presidente, não têm sido financiados. Não há nenhuma recuperação em diversos parâmetros, que precisam ser recompostos, no financiamento da saúde.

Então, eu queria me antecipar e solicitar o apoio do Presidente e do Relator para que possamos estabelecer na discussão da LDO algum momento em que esse assunto possa vir à tona para que possamos tentar construir alguma proposição nessa linha.

É claro que é grande a preocupação com o que o País está vivendo hoje, afinal nós estabelecemos diretrizes para uma peça orçamentária num momento em que a gravidade da situação da economia se aprofunda.

É bom lembrar que destruíram a indústria naval, destruíram as grandes empreiteiras — toda a cadeia de petróleo e gás foi extremamente afetada —, e, agora, a indústria da carne, com reflexos imediatos na pecuária. Tudo isso significa redução de receitas, significa obviamente comprometimento e dificuldade na execução orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós não podemos nos furtar à lembrança da grave situação que nós estamos vivendo e da falta de perspectiva imediata, quando nós temos um Presidente que é praticamente um ex-Presidente ainda não afastado. Nós não sabemos quanto tempo essa situação ainda vai prevalecer.

Eu até gostaria de ser otimista, de achar que isso vai ser rapidamente resolvido, mas, infelizmente, pode ser que nós tenhamos ainda que passar um período enfrentando essa crise, que tem reflexos diretos no funcionamento do Legislativo.

Era isso que eu queria registrar. Coloco-me à disposição para tentar viabilizar a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É muito importante a reflexão de V.Exa., sobretudo as sugestões, que julgo importantes, oportunas e até necessárias para que possamos aprimorar o nosso texto legal e construirmos uma peça que possa efetivamente levar em conta os interesses dos brasileiros e das brasileiras.

Agradeço a participação de V.Exa.

E, agora, dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos; o Deputado Marcus Pestana, do meu Estado de Minas Gerais; a Deputada Laura Carneiro; e os demais companheiros que fazem parte desta Comissão Mista de Orçamento.

Sr. Presidente, a primeira coisa que eu tenho a dizer é que continuo achando que duas emendas por Parlamentar é um número muito pequeno. Desde o início, eu já havia solicitado três. Nós sabemos que o Deputado Marcus Pestana é muito sensível às causas regionais e principalmente às causas municipais.

Eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que há uma necessidade muito grande na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eu estou aqui para defender a saúde e a segurança pública, mas nós temos ali um problema gravíssimo, que é o metrô, que não atende a Capital dos mineiros, não atende Contagem e não atende as outras cidades do entorno da Capital de Minas Gerais.

O metrô de Belo Horizonte, na verdade, é um trem de superfície, não é um metrô de verdade. E, nos horários de pico, nós sabemos a dificuldade daquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador que sai pela manhã para buscar o pão de cada dia e, no final do expediente, tem que voltar para casa num trem cheio, superlotado, apertado e desconfortável.

Então, é preciso que os prefeitos da Região Metropolitana entendam essa necessidade, entrem num acordo para que o metrô seja melhorado, mais bem dimensionado e mais bem utilizado.

Sabemos que aqui nós podemos buscar esses recursos e trabalhar efetivamente para devolver ao cidadão, ao estudante, ao pai de família, à mãe de família essa condição de retornar para casa.

A saúde nós sabemos que já está no CTI. A segurança pública em Minas Gerais é das piores do Brasil hoje, não pela ineficiência das forças policiais, mas pela falta de comprometimento do Governo do Estado.

Precisamos, sim, levar recursos, precisamos, sim, valorizar aquele que trabalha e que está na ponta. Na saúde não é diferente. Temos hospitais em Belo Horizonte fechando leitos.

Temos aqui a obrigação moral de representar o nosso povo, de representar os cidadãos do nosso Estado. É isso que estou fazendo na Comissão Mista de Orçamento.

Estou aqui para defender a saúde e a segurança e para pedir ao Governo Federal que olhe com mais carinho a questão do transporte coletivo na nossa Região Metropolitana.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado ao Sr. Presidente. E muito obrigado aos nobres colegas da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós é que agradecemos a participação de V.Exa. e o cumprimentamos pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Presidente, quero apenas corroborar as mensagens que já foram feitas e enaltecer as palavras dos colegas que me antecederam com relação a V.Exa., ao Deputado Marcus Pestana, Relator da LDO, e à minha querida Deputada Laura Carneiro, do meu Estado, que ocupa a Vice-Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apenas para reforçar, quero dizer que eu fui um dos autores, assim como outros que me antecederam, de uma emenda um pouco mais ampliada, que pedia cinco emendas à LDO. Eu acho que essa foi uma questão lógica.

Essa demanda veio — eu não tenho dúvida nenhuma, Senador Dário Berger — de vários setores. Essa é uma preocupação. E não há impertinência, pelo menos de minha parte, nem exagero, porque essa demanda já tem se repetido aqui em outras ocasiões na Comissão Mista de Orçamento. Não é a primeira vez que eu dela participo e me honra muito poder estar hoje novamente aqui representando o meu partido e, inclusive, a Liderança do PSB, mas nós queremos fazer um entendimento propício.

Eu vejo que essa demonstração, Deputado Marcus Pestana, de interesse dos Parlamentares e também de outros setores é porque nós estamos fazendo esse ajuste, que eu acho positivo. Quando as pessoas demonstram a intenção de apresentar essas modificações é porque, imagino, estamos indo no caminho correto. E qual é o caminho? É o de estabelecer um orçamento que seja o mais próximo da realidade possível. Eu acho que esse é o nosso objetivo.

E repito uma manifestação que já fiz nesta Comissão ainda em 2015, quando disse — e reforço — que está aqui a lei mais importante que nós votamos no Congresso Nacional. Esta é a lei mais importante. Se nós tivéssemos parâmetros, se nós estivéssemos obedecendo à liturgia que estabelece a Lei nº 4.730, a que estabelece o Orçamento, se nós estivéssemos respeitando a LDO, a PLOA, toda a liturgia que estabelece o Orçamento, talvez nós tivéssemos errado menos.

Não tenho medo de afirmar também que, se nós fôssemos muito mais prudentes e muito mais efetivos na aprovação, na fiscalização e no cumprimento do Orçamento, talvez nós não precisássemos de uma lei de responsabilidade fiscal e de uma lei de teto dos gastos. Cada vez que nós abrimos mão desse compromisso, da objetividade, principalmente, da discussão da Comissão de Orçamento, nós temos que tentar consertar isso de outras formas. Esse é o grande equívoco.

Se a Lei de Orçamento fosse respeitada, entendida pelas pessoas no seu nível de importância, nós não precisaríamos fazer sempre penduricalhos, se essa obediência fosse a ferro e fogo. E esse papel cabe a nós, ao Parlamento, com todo o respeito. É óbvio que governos já passaram — já tive a oportunidade de ser oposição e ser situação —, mas esta lei não é do Governo, não é do Executivo. Esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é a principal legislação do Parlamento. Nós precisamos retomar isso aqui. Aos poucos, a Lei Orçamentária tem obtido novamente a sua relevância.

Portanto, não acho que houve exagero quando fiz a sugestão dessa emenda, até porque isso demonstra que outros Parlamentares, outros setores do Executivo também estão preocupados.

Por isso, nós chegamos a esse ponto, Relator Marcus Pestana. Eu não tenho dúvida de que V.Exa., com a sensibilidade que lhe é peculiar, com os votos que recebeu lá em Caçador, no limite do distrito com Sapucaia, vai chegar a essa ampliação. Veja que o Partido dos Trabalhadores propôs até três. Eu já propus um pouco mais, porque sei que V.Exa. é bastante gentil e ponderado nessas matérias.

Só para reforçar, Presidente, quanto mais nós respeitarmos e entendermos a lógica do Orçamento, menos erros nós cometeremos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É muito importante a reflexão de V.Exa. Eu também carrego o objetivo de um dia, com transparência, equilíbrio e serenidade, elaborar uma peça orçamentária que seja exequível praticamente na sua totalidade. Olha só a segurança que isso proporcionaria a todos, a todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste.

Eu penso que nós podemos avançar. E acho que já avançamos muito. Eu fui prefeito durante alguns anos e lembro que no início, há 20 anos, nós tínhamos por filosofia inflar as receitas para inflar também os compromissos que gostaríamos de atender. É evidente que essa era uma peça de ficção, o que V.Exa. sabe melhor do que eu, e continua sendo uma peça de ficção, em menores proporções, é verdade, mas acho que nós podemos avançar substancialmente nesse passo, a ponto de um dia encontrarmos uma solução que possa ser razoavelmente executada. Aí, sim, verdadeiramente o papel desta Comissão de Orçamento terá sua relevância, terá sua importância extremamente reconhecida por todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Concederei agora a palavra ao Senador Hélio José e aí encerraremos as discussões.

V.Exa. também quer discutir? *(Pausa.)* Então, V.Exa. será a última.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Quero cumprimentar V.Exa., Senador Dário Berger, pelo trabalho, paciência e direção; a nossa querida Deputada Laura Carneiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

— eu me lembrei do seu pai, Deputada Laura, nosso Senador querido e eterno; o nosso querido Deputado Pestana e toda a Mesa.

Eu acho que nós avançamos, porque uma emenda por bancada era praticamente impossível. Eu sou o coordenador da bancada do Distrito Federal. Mesmo o Distrito Federal sendo pequeno — concordo um pouco com os Deputados que me antecederam —, são tantos problemas que nós temos que enfrentar que, agora subindo a quantidade para três, duas impositivas e uma "não impositiva", vamos dizer assim, entre aspas, pelo menos melhora a situação.

Eu também tinha feito emenda solicitando que a temática fosse cinco — ficaram, parece-me, duas. É isso que está sendo proposto? E individual estão ficando duas também? Seria possível subir para três a individual, para fazemos um acordo; eu estou pondo aqui cinco.

Eu quero só registrar a minha concordância, o meu apoio a esta Comissão, ao excepcional trabalho que está fazendo o nobre colega Senador Dário Berger. Tenho a honra de ser vizinho do Senador Dário Berger, Senador por Santa Catarina, do nosso querido PMDB.

Parabéns a toda a Comissão, aos nobres Deputados! Estamos juntos, Senador Dário. Parabéns! Acho que damos um passo largo para aprovar a LDO o mais rápido possível com esse avanço que fazemos hoje aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço as palavras generosas do querido e distinto amigo.

Estão encerradas as inscrições.

Concedo a palavra à Deputada Professora Marcivania, como última inscrita.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Cumprimento todos os colegas Deputados e Senadores presentes, em especial o Senador Dário Berger pela Presidência desta Comissão; o colega Deputado Marcus Pestana pela relatoria; a Deputada Laura Carneiro, minha colega da bancada feminina, pela Vice-Presidência da Comissão.

Quero dizer principalmente ao Relator que o Amapá é um Estado isolado geograficamente dos outros Estados brasileiros. Para se sair de lá ou chegar até lá, é só por via fluvial ou aérea. E o Amapá é carente em todos os sentidos. Em toda infraestrutura que se imaginar, o Amapá é carente. Aeroporto. Não temos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

construção está paralisada há um bom tempo. Agora parece que vão retomar as obras. Ou melhor, já as retomaram a passos de tartaruga. Porto. Não temos. Nós temos orla no Estado todo, e, se eu mostrar uma fotografia da nossa entrada no Estado, que é por Santana, meu Município, a pessoa realmente se sensibiliza, porque não existe no País um Estado que tenha aquela porta de entrada. Rodovias para chegar até o norte do Amapá ou até o sul do Amapá. Não temos nenhuma concluída. Para chegar até o norte, nós temos ainda estrada de chão; para chegar até o sul, totalmente estrada de chão. Na verdade, no Estado do Amapá, temos carência de tudo: rodovia, porto, aeroporto, infraestrutura.

Aqui eu queria me solidarizar com os demais Deputados e Senadores que pediram a inclusão de mais de uma emenda. Que pudéssemos acrescentar mais de uma, pelo menos duas, para tentar contemplar as demandas, que são enormes no Estado!

Eu estava vendo nessa proposta de relatório que temos a inclusão do Amapá, mas na Justiça Federal, e as necessidades mais emergentes mesmo do nosso Estado não constam aqui.

Eu queria pedir a sensibilidade do Relator. Apresentarei as emendas no prazo que nos foi dado e gostaria de contar com a sensibilidade do Relator, para que nós pudéssemos olhar para esses Estados que têm uma demanda maior de serviços e uma demanda maior de instrumentos públicos. Alguns Estados já estão em situação melhor. O Amapá, se comparado com os demais Estados, está numa situação bem desigual.

Emenda de bancada é a maior possibilidade orçamentária. No nosso Estado, estamos parcelando salário de servidor. Se dependerem mesmo de recursos do Governo ou dos Municípios, esses equipamentos públicos ou essas obras de infraestrutura tão necessárias ao Estado não irão acontecer. A maior possibilidade que nós temos de melhorar o nosso Estado é as emendas impositivas de bancada.

Então, eu queria deixar aqui esse pedido a V.Exas. para que olhassem o Norte do Brasil com muito carinho, porque nós estamos precisando e merecendo esse olhar carinhoso por parte do poder público, do Governo Federal e desta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É muito justa e legítima a reivindicação de V.Exa. Conte com esta Presidência para fazer os encaminhamentos possíveis e necessários.

Considerando não haver mais Parlamentares inscritos para a discussão, concedo agora a palavra ao eminente Relator Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu vou fazer uma apreciação telegráfica, porque a Deputada Laura Carneiro tem um jantar que começou às 8 horas e meia, e eu não quero criar nenhum problema na vida social da Deputada.

Eu tinha proposto, dentro do espírito restritivo do ajuste fiscal, do déficit escandaloso que nós temos, uma emenda individual. Os Deputados Hildo, Laudivio e Bohn Gass apresentaram três emendas à sugestão nossa.

Eu visualizei nos três a síntese, achei que se parecia com a virtude de estar no meio, definida por Aristóteles. Das propostas de uma e de três emendas, eu convergi para a proposta de duas, do Deputado Domingos Sávio e da Deputada Laura. O Rio de Janeiro, que encarna o espírito da responsabilidade fiscal, é mais liberal, já queria cinco. *(Risos.)*. Lá é a terra da abundância: em se plantando, tudo dá. Não há dificuldade, não há restrição fiscal nenhuma lá. Então, vamos combinar isto: vamos convergir. A Deputada Rosangela também propôs cinco. Assim, vamos usar a regra de Aristóteles e sair de um e de cinco para ter três. *(Palmas.)*

Eu estou complementando o voto. Temos que ter clareza. O Deputado Laudivio, por exemplo, falou do metrô de Belo Horizonte. Não adianta fazermos o jogo do faz de conta, nós já estamos desmoralizados.

Fui Secretário de Planejamento e Coordenação Geral em Minas Gerais na década de 90. Todo ano nós falávamos da BR-381, do metrô, do anel rodoviário. A população vê nossas entrevistas a cada ano, e a coisa não anda, não se realiza.

Então, ficaremos com três. Eu vou fazer uma complementação de voto para que acolhamos essa sugestão.

Quanto à Procuradoria da Mulher, seria muito justo, mas existe a Comissão temática da mulher — a Deputada Laura é uma guerreira pela causa dos direitos da mulher —, atendendo à bancada feminina, mas elas terão...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E bancada feminina. Sim, mas é porque a bancada e a Comissão Permanente da Mulher vão poder fazer as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

duas emendas. Se abríssemos para a Procuradoria da Mulher e para a Secretaria, teríamos que abrir para todas as Vice-Presidências e para todas as estruturas do Senado e da Câmara. Infelizmente, isso não se justifica.

Com a questão de três emendas impositivas — de Comissão, inclusive —, nós teríamos que achar espaço fiscal. Não existe almoço grátis! Lembremos, Senadores e Deputados, que nós teremos que achar um espaço fiscal caso caminhemos para uma reforma política que implique na criação de um fundo eleitoral. Isso já sobrecarrega essa questão da priorização. Por isso, as impositivas ficam com as bancadas regionais — duas impositivas.

O Senador Hélio José também falou que seria melhor haver mais obrigatórias, mas o Senador, com o prestígio que tem no Governo, sabe que certamente aquela que for de realização discricionária vai ser realizada. *(Risos.)* Eu não tenho nenhuma dúvida.

Aos Deputados Bohn Gass e Solla, eu garanto que sou totalmente contrário a esse Fla-Flu, a esse Atlético e Cruzeiro que se estabeleceu na política nacional — sou cruzeirense também. Esse ambiente de intolerância, de intransigência, de sectarismo nunca presidiu, desde o movimento estudantil, a minha postura. Então, vocês vão encontrar um espaço aberto. Ontem dialoguei com o Deputado Afonso Florence, que fez algumas sugestões muito pertinentes. Vamos caminhar na construção de um consenso.

O Deputado Domingos mencionou a questão dos hospitais. Temos seis hospitais regionais inconclusos, que datam da época em que eu era Secretário de Saúde. É impressionante o cavalinho de pau fiscal que o Brasil deu, porque tínhamos recursos, mas temos que fazer essa priorização.

O Deputado Solla tocou numa questão sobre a qual quero tranquilizar vocês, porque é o uso do cachimbo que faz a boca torta. As vinculações constitucionais sempre foram interpretadas de forma em que o piso vira teto. Não é isso, o espírito não é esse. Como estamos fazendo uma mudança de percentual da receita corrente líquida para a lógica da PEC do teto de expansão, há uma definição do piso, mas cada Governo, ao longo do tempo, vai fazer a priorização conforme a sua estratégia. O teto é global, tanto que, na transição do teto para os outros Poderes, há um mecanismo de compensação — o Executivo, por exemplo, tem orçamento maior. Trata-se da fixação de uma nova regra, que tem razão, que está fundamentada. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou discutir isso, senão a Deputada Laura me mata aqui. A vinculação de receita é procíclica, ou seja, quando a economia vai bem, eleva-se o gasto; quando entra em recessão, joga-se para baixo. Faz sentido ser uma expansão em outros termos.

O Deputado Hugo Leal já está parcialmente atendido. Então, podemos continuar dividindo Sapucaia entre Minas e Rio. É só o Rio Paraíba que nos divide.

A Deputada Professora Marcivania fala com muita correção que as áreas de fronteira, as áreas mais remotas merecem uma atenção especial, porque têm outra lógica.

Fica combinado que serão acolhidas três.

Agradeço a cooperação de todos para que chegássemos com êxito a essa etapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu gostaria de responder a manifestação do Relator dizendo que a proposta de emenda à LDO é só de meta. Não estamos falando de dinheiro, não estamos falando de recursos, não chegamos a essa fase.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por enquanto!

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não chegamos a essa fase. Fique tranquilo! Se há uma coisa que vou prezar, e muito, é a questão da responsabilidade fiscal, dos nossos limites de gastos. Por enquanto, estamos falando só de meta. Houve época, nesta Comissão, em que a meta era o valor atingido, não se sabia se a meta seria déficit ou superávit. Temos que falar, porque isso já aconteceu! Isso é fato, isso é história, e história não se pode apagar. Estamos discutindo, na LDO, a proposta, a distribuição e a diferenciação de meta. Não estamos acrescentando nenhum recurso, não. Pode ficar tranquilo.

O Rio de Janeiro aprendeu a lição. Espero que, nos próximos anos, ele se ajuste. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Está encerrada a discussão.

Antes de colocar em votação, quero registrar a minha grande alegria de chegar a esse ponto. Quero registrar também o trabalho eficaz, colaborativo, participativo e receptivo do nosso Relator, a quem, mais uma vez, agradeço. Tenho certeza de que vamos construir um excelente relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam o relatório preliminar permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Evidentemente, é com a complementação já feita. Nós não podemos deixar de considerar a complementação feita pelo nosso Relator.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam com estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço mais um minuto de atenção de V.Exas., se possível, lembrando a todos que o prazo para apresentação das emendas ao PLN 1/17, é do dia 30 de junho, sexta-feira, até o dia 5 de julho, quarta-feira. É bom relatar isso.

Concedo a palavra ao Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Quero cumprimentar o Sr. Presidente pela forma amistosa com que está coordenando esta Comissão.

Aproveito este momento para requerer extrapauta que seja colocado em votação o Projeto de Lei nº 3, de 2017, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito suplementar no valor de 49 milhões e 500 mil reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Esse é um projeto da bancada do Paraná. Estão aqui o nosso companheiro Rubens Bueno e o Relator Evandro Roman. Trata-se de uma realocação de recursos, inclusive para Campo Mourão. Isso já está acertado com o Governo, para não paralisarem as obras tão importantes da BR-163.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Roman, V.Exa. quer complementar?

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sim. Quero apenas complementar.

Primeiramente, quero lhe agradecer, Sr. Presidente. Entrei em contato com V.Exa., que prontamente me deu o retorno de que a relatoria viria para nós, que somos da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu só queria explicar para todos que a realocação foi discutida com o Ministério dos Transportes e que houve um entendimento com a Deputada Leandre — justiça seja feita — e com o Deputado Rubens Bueno. Foram retirados 36 milhões de reais da emenda de bancada destinada à construção do contorno rodoviário norte de Pato Branco, que não tinha projeto pronto para sair, 10 milhões de reais do projeto para construção do contorno rodoviário de Campo Mourão e 3,5 milhões de reais da construção de viaduto no Trevo Cataratas, que foi uma estrutura assumida pelo Governo do Estado. Trata-se de uma emenda de bancada do Estado. Houve entendimento entre todos esses Deputados, tanto que aqui está o Presidente da bancada, o Deputado Toninho Wandscheer, uma das pessoas que colaboraram.

Passo direto à leitura do voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só um minutinho, por gentileza, Deputado Evandro Roman. Eu preciso submeter esse projeto, essa questão extrapauta à deliberação do Plenário.

Quero dizer que se encontra sobre a mesa o Projeto de Lei nº 3, de 2017, da Presidência da República, que abre ao Orçamento da União, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, crédito no valor de 49 milhões e 500 mil reais, para reforço das dotações orçamentárias da lei vigente.

Como o Sr. Relator explicou e o parecer é pela aprovação, pergunto ao Plenário se há concordância a respeito da inclusão deste projeto na pauta.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu só queria uma explicação de sua parte, Sr. Presidente.

Nós estamos iniciando os trabalhos, esta é a primeira votação. Com certeza o resultado da votação será favorável, uma vez que esse é o entendimento da bancada do Estado, portanto não há por que ser contra. Eu só não entendi como já houve designação de Relator e em que momento isso ocorreu. Formalmente, como isso é feito? Vem o projeto, ele é lido, V.Exa. designa o Relator, o projeto entra na pauta de outra sessão e, se for aprovado, terá de ser igualmente submetido à sessão do Congresso. Isso é o que estabelece o Regimento. Eu só não entendi como já houve a designação do Relator, já que estamos começando os trabalhos agora. Eu vou votar favoravelmente a ele, mas só queria compreender isso, porque essa é a lógica do processo. Nós queremos dar o nosso posicionamento como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

favorável, para que haja compreensão. Acho que esse é o trâmite para haver essa combinação. Já que esta é a primeira sessão, peço uma explicação sobre como foi feito esse procedimento. De forma igual, isso terá de ser aprovado e submetido a uma sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bohn Gass, essa é a lógica, essa é a tramitação.

A designação do Relator se dá na administração da Comissão, e assim procedemos. O relatório foi concluído, há urgência com relação a esse assunto e há concordância do Governo. Não há nenhum óbice a esse respeito, por isso designei imediatamente o Relator. Esse é um projeto que interessa exclusivamente ao Estado do Paraná, e por isso mesmo concedi a relatoria ao Deputado Evandro Roman, que me solicita agora que inclua a matéria na pauta.

Nesse sentido, se não houver objeção do Plenário, eu permito que o Relator leia o parecer, e, se for o caso, que aprovemos o PLN 3/17.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro.

Eu concordo: estamos hoje numa votação inicial, este é o primeiro dia de votação, nós votamos o relatório preliminar, mas, pela construção feita — eu não tenho nenhum óbice à bancada do Paraná, obviamente —, acredito que essa é uma exceção para a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao eminente Relator, o Deputado Evandro Roman, para ler o seu parecer.

Se possível, gostaria que V.Exa. fizesse um resumo dele.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Eu vou direto ao voto, lembrando que essa é uma obra de 328 milhões, já foram aplicados 45 milhões e, agora, mais 49 milhões, para que a obra não pare.

Deputado Bohn Gass, obrigado pelo seu entendimento.

Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

"Voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2017 e do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019 — PPA 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2017 — LOA 2017 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, e com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição das Emendas nº 00001 a 00009.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo".

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o Projeto de Lei nº 3, de 2017-CN. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, coloco-o em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o PLN permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o PLN permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai ao Congresso Nacional.

Aqui quero render minhas homenagens ao Paraná, Estado vizinho de Santa Catarina. Aliás, ele separa o Rio Grande do Sul, ou melhor, une o Rio Grande do Sul a Santa Catarina.

Eu não poderia deixar de atender a uma questão de ordem do Estado do Paraná num projeto que não tem nenhuma controvérsia. Esse projeto é de interesse exclusivo do Estado do Paraná e é apenas um remanejamento orçamentário de verbas. Portanto, não vi ato ou fato que pudesse suscitar uma discussão e uma interpretação diferente. Se tivesse visto, evidentemente permitiria que fosse discutido em outra oportunidade.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Nós queremos agradecer ao Deputado Bohn Gass a compreensão e o entendimento. Queremos agradecer também ao Presidente Dário Berger a compreensão. S.Exa. acatou o nosso pedido e atendeu ao nosso Estado do Paraná, que, sem dúvida alguma, agradece muito. A nossa bancada fica agradecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós é que agradecemos a todos.

Mais uma vez, quero agradecer à bancada de oposição, sobretudo ao Deputado Bohn Gass, que atendeu à solicitação da Mesa de se buscar um entendimento para votar o relatório preliminar da LDO.

Eu até me posicionei, na reunião preliminar que nós fizemos hoje à tarde, afirmando que esse relatório preliminar é uma espécie de redundância. Sinceramente, não vejo eficácia ou essência no relatório preliminar.

Como nós estamos muito atrasados na discussão, na elaboração e na votação do projeto definitivo, evidentemente esse ato representa uma grandeza muito peculiar das oposições, a quem quero agradecer, em nome de V.Exa., Deputado Bohn Gass.

Quero agradecer também a presença de todos os que contribuíram de maneira exemplar. Quero agradecer ao Relator da LDO, o Deputado Marcus Pestana, um Deputado sensível, equilibrado e sereno, que aceitou inclusive as solicitações dos Deputados e dos Senadores. Agradeço também a presença de todos os demais que colaboraram para que nós chegássemos até aqui.

Encerro a nossa reunião de hoje, convocando a próxima para terça-feira, no horário regimental.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 04 DE JULHO DE 2017.

RETIFICADA CONFORME SOLICITADO NA DATA DA APROVAÇÃO EM 12.07.2017.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Hugo Leal, Hugo Motta, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Alan Rick, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Domingos Sávio, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Mandetta, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo e Victor Mendes; e **- Senadores suplentes**: Cidinho Santos e José Medeiros. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Carlos Sampaio, Evandro Roman, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Rosangela Gomes e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Jorge Viana e Kátia Abreu. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Raquel Muniz. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e três minutos, do dia quatro de julho de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou Questão de Ordem, que foi respondida pelo Presidente. Em seguida, o Presidente passou para a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27 de junho de 2017; e 1ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS**. O Presidente informou que designou relatores para as seguintes matérias: **Projeto de Lei nº 2/2017-CN**: Deputada Rosangela Gomes (PRB/RJ); **Projeto de Lei nº 4/2017-CN**: Senador Benedito de Lira (PP/AL); e **Projeto de Lei nº 8/2017-CN**: Deputado Delegado Francischini (SD/PR). Em seguida, o Presidente comunicou que designou o coordenador e os membros do **Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas - CAE,** nos termos estabelecido no *art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* sendo os seguintes: Coordenador: Deputado Bilac Pinto (PR/MG); Membros: Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Carmen Zanotto (PPS/SC) e Jaime Martins (PSD/MG). E, relembrou que o prazo para apresentação de Emendas ao **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018**, encontrava-se aberto e seria encerrado no dia seguinte, 05 de julho, quarta-feira, às 20 horas. **EXPEDIENTE**. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 27 de junho a 04 de julho de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. Em prosseguimento, o Presidente informou que o *quórum* para deliberação havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA:** Pauta. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 08/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito suplementar no valor de R$ 102.385.511,00 (cento e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e onze reais), para reforço de dotações constantes da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentária vigente". Relator: Deputado Delegado Francischini. Foi apresentada 01 emenda de Relator. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, com a emenda de Relator apresentada. O Relator apresentou o Relatório e Complementação de Voto. Discutiram a matéria os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Zé Carlos (PT/MA) e o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** com **Complementação de Voto**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme o seguinte texto: **" COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO"** *"Em consideração ao disposto no § 6º do art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO-2016), incluímos como anexo demonstrativo de utilização do superávit financeiro relativo à fonte 374 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais – Exercícios Anteriores."* O Deputado Zé Carlos (PT/MA) Manifestou-se sobre a presença dos parlamentares nas reuniões. Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente anunciou o Item 03. Apreciação das Sugestões de **Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências." **PLDO/2018.** Relatora: Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Foram apresentadas 75 sugestões de emendas. Voto: pela aprovação das 25 sugestões de emendas selecionadas. A Relatora comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO 75 sugestões de Emendas a serem apresentas ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN** e foram selecionadas 25 delas, a seguir relacionadas**: EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: 01.** Ementa: Moradia Digna Construção de Habitação de Interesse Social Urbana; Programa: 2049 Moradia Digna; Ação: 00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009); Produto: Volume contratado (unidade habitacional); Acréscimo de Meta: 300.000); e **02** – Ementa: 8 – Hídrica; Programa: 2084 Recursos Hídricos; Ação: 14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para oferta de Água; Produto: Obra executada (unidade); Acréscimo de Meta: 2.000. **EMENDAS AO TEXTO DA LEI**: **01** - Ementa: Alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia de deslocamento" no texto; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 17 Inciso XIV; Texto Proposto: XIV - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$ 700,00 (setecentos reais), por cada dia de deslocamento, incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. **02** - Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas à Defesa Nacional. **03** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica. **04** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e Programa Nuclear da Marinha (PNM). **05** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da END; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. os projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa). **06** – Ementa: Incluir, no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII – ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia; e VIII - ações em andamento, decorrentes de projetos que contribuem para a consecução de objetivos relacionados ao incremento da Base Industrial de Defesa, à segurança ou à defesa do país. **07** – Ementa: Incluir, no art. 52, um inciso, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII – concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas. **08** – Ementa: Alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia de deslocamento" no texto; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 17 Inciso XIV; Texto Proposto: XIV - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$ 700,00 (setecentos reais), por cada dia de deslocamento, incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. **09** – Ementa: Comando da Aeronáutica – Anexo III – Seção I – Obrigações Legais ou Constitucionais da União; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Seção I – Obrigações Constitucionais ou Legais da União: 65. Despesas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB (Art. 21, XII, letra "c" da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do Art. 18 da Lei Complementar nº 97/1.999 e Art. 8º da Lei nº 6.009/1.973). **10** – Ementa: Comando da Aeronáutica – Projeto FX-2 - Anexo III – Seção II – Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Seção II – Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2. Programa: 2058 / Ação:14TO.**11** – Ementa: Comando da Aeronáutica – Projeto KC-390 - Anexo III – Seção II – Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Seção II – Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton - Projeto KC-390. Programa: 2058 / Ação:14XJ; 2. Despesas com o Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton - Projeto KC-X. Programa: 2058 / Ação:123B. **12** – Ementa: Comando da Aeronáutica – SISCEAB - Anexo III – Seção II – Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Seção II – Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas do Programa Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Programa: 2058 / Ação: 20XV; 2. Despesas com Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, Programa: 2058 / Ação: 2913. **13** – Ementa: Exército Brasileiro – Dá nova redação ao anexo III, do Art 52; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Anexo III – Item 32; Texto Proposto: Alterar a redação no anexo III do PLDO 2018: 32. Benefícios aos servidores civis e militares, empregados e seus dependentes relativos ao auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e aos auxílios transporte, funeral e natalidade.**14** – Ementa: Exército Brasileiro – inserir no Anexo III – Aquisição de Blindados Guarani; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o item 64, do PLDO 2018: Aquisição de Blindados Guarani. **15** – Ementa: Exército Brasileiro – inserir no Anexo III – Auxílio-Moradia no Exterior; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o item 64, do PLDO 2018: Auxílio-Moradia no Exterior (Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e Lei nº 13.328 de 29 de julho de 2016). **16** – Ementa: Exército Brasileiro – inserir no Anexo III – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o item 64, do PLDO 2018: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.**17** - Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas à Defesa Nacional. **18** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica. **19** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e Programa Nuclear da Marinha (PNM). **20** – Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da END; Tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto Proposto: 65. os projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa). **21** – Ementa: Incluir, no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII – ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia; e VIII - ações em andamento, decorrentes de projetos que contribuem para a consecução de objetivos relacionados ao incremento da Base Industrial de Defesa, à segurança ou à defesa do país. **22** – Ementa: Incluir, no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII – concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas. **23** – Ementa: Execução Provisória do PLOA 2018; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 52 Inciso V; Texto Proposto: V – outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei. Em seguida, foi aberta a discussão e fizeram o uso da palavra os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA) e o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). Em votação, as 25 sugestões de emendas selecionadas, sendo 2 de Inclusão de Meta e 23 ao Texto da Lei, para serem apresentadas pela CMO ao **PLDO/2018,** foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao final da votação, a Deputada Laura Carneiro teceu agradecimentos aos parlamentares. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 01/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater os Cenários para o Desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, Saúde do Brasil em 2035. Autor: Deputado Hugo Leal. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de julho de 2017. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 04.07.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, e colegas Deputados, estivemos aqui antes, para a sessão convocada por V.Exa. para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14h30min. O Regimento, se não me falha a memória, no seu art. 134, é muito claro quando reza o número mínimo de Senadores e Deputados presentes para iniciar a sessão. Mas há o prazo de 30 minutos para iniciá-la.

Todas as sessões aqui, em todos os anos, obedeceram a esses 30 minutos. Se não começava nos 30 minutos, a sessão não se realizava. Excepcionalmente, no ano passado, foi feito um acordo de procedimento para se postergar o início da sessão por mais 30 minutos. Mas, quando iniciamos os trabalhos, eu fiz questão de, na reunião na sala de Líderes, registrar que não temos acordo para postergar o início por mais 30 minutos e que queremos cumprir o Regimento, que é muito claro:

> *Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa.*
>
> *Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no* caput*, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião,* ex officio*, ou por provocação de qualquer parlamentar.*

Está combinado esse artigo com o art. 29 do Regimento Comum, que diz:

> *Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.*
>
> *§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do* quórum*; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.*

Nós estávamos aqui aguardando essa primeira meia hora e estamos agora iniciando a sessão. O relógio está marcando 15h26min, mas já faz alguns minutos que V.Exa. a chamou.

Então, eu quero solicitar que seja encerrada a sessão, porque ela foi iniciada fora do prazo designado pelo Regimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Antes de responder ao Deputado Cohn Gás, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado Cohn Gás, antes que o Presidente responda, eu vou fazer um apelo. A culpa talvez seja minha. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um prazo, até amanhã, para a apresentação das nossas emendas, da Comissão. A Comissão Mista de Orçamento tem que apresentar duas emendas à LDO. Eu recebi a determinação de fazer o relatório há pouco tempo e o terminei nesse minuto. Só por isso o Presidente começou agora a sessão.

Então, a ideia hoje era começarmos votando as nossas emendas à LDO. Se não tivermos tempo nem houver sessão, não poderemos votar as emendas da Comissão. Pela primeira vez, teremos essa oportunidade... as duas emendas que a Comissão Mista de Orçamento apresentará à LDO.

É apenas um apelo, porque a culpa foi minha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu só quero acrescentar e justificar a V.Exa. que esse é um fato novo que aconteceu nesta Legislatura, neste início de trabalho, em que a Comissão Mista de Orçamento vai apresentar duas emendas. Se assim não fosse, poderíamos ter aberto antes. Eu estava aqui desde às 14 horas aguardando. Inclusive pedi para a assessoria que todos os Deputados e Senadores que chegassem aqui se dirigissem então até a sala de reunião para que pudéssemos continuar discutindo. Inclusive "catei a laço" a Relatora, implorei para que ela assumisse essa importante responsabilidade de relatar em tempo recorde — vamos dizer assim — as emendas, as sugestões de prioridade e as sugestões ao texto, o que prontamente a Deputada Laura Carneiro assumiu.

Eu queria aproveitar e fazer coro à Deputada para pedir a V.Exa. compreensão nesse sentido, porque não houve de minha parte nenhum lapso temporal em que eu não pudesse abrir a sessão, até porque havia quórum para isso. Talvez agora não tenhamos quórum ainda para votar, porque me parece que falta um ou dois Senadores, mas para abrir a sessão há. Então a falha foi minha, porque acabei me perdendo no tempo, e a coisa acabou não acontecendo.

Outra questão que eu queria dizer a V.Exa. é a seguinte: eu não sou especialista em Regimento — quero que V.Exas. me perdoem por isso —, mas o art. 134 exige presença mínima de um sexto — e nós já temos — para abrir a sessão, que seriam seis Deputados e dois Senadores. Então, estamos bem além disso.

Quanto ao art. 29, que V.Exa. menciona, ele se reporta à sessão do Congresso Nacional, cujo início deve se dar no prazo máximo de 30 minutos. Esse não é o nosso caso, porque aqui não é "sessão", mas "reunião". Portanto, estaríamos fora desses dois artigos que V.Exa. mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu não quero discutir o Regimento. Eu queria contar com a compreensão de todos, porque temos um projeto de suma importância para o Brasil, que é a suplementação orçamentária para a Polícia Federal retomar a emissão de passaportes. De fato, esse é um problema que atinge milhares e milhares de brasileiros todos os dias. Cerca de 8 mil pessoas retiravam o passaporte todos os dias. Como já estamos com 5, 6, 7, 8 dias, basta multiplicarmos isso por oito e chegaremos a quase 100 mil pessoas que estão à espera do passaporte.

Então, eu queria pedir a V.Exa. para iniciarmos a sessão, discutirmos essa matéria da subvenção à Polícia Federal para emissão do passaporte e, no decorrer do tempo, poderemos aprofundar as discussões com relação às sugestões de prioridade da LDO, tanto de texto quanto de emendas propriamente ditas.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, quero falar de dois aspectos então. O primeiro é sobre o Regimento no tocante ao prazo de meia hora.

O Regimento é claro. Aqui estamos numa reunião da Comissão, mas o que ele estabelece é para as sessões e para as reuniões. Não importa se chamamos isto aqui de “sessão” ou de “reunião” da CMO. O Regimento é claro para todas as nossas atividades aqui, a tal ponto que sempre foi cumprido assim. Se a regra não tivesse sido essa, as reuniões anteriores não teriam tido essa exigência.

Eu não vou polemizar sobre esse ponto, porque precisamos ter o acordo entre nós de que, em 30 minutos, não tendo quórum, cai a sessão. Caso haja quórum nesse prazo — e é disso que estou falando, não tenho nenhuma discordância quanto a isso, porque V.Exa. esteve aqui e houve uma reunião ao lado —, abre-se a sessão.

Veja a minha situação: eu estava aqui todo o tempo, aguardei a meia hora. Se não começou a sessão nesse prazo, não tenho nenhuma obrigação de ficar aqui, aliás, nenhum de nós tem. Passada a meia hora e tendo quórum, é preciso começar a sessão. Se assim não for, como ficamos? Eu vou ficar esperando ao bel prazer, por exemplo, de quem está presidindo? Não. Há um regramento.

Então, eu quero deixar isso como método de trabalho: se transcorreu meia hora e não há quórum, encerra-se a sessão; se há quórum, inicia-se a sessão. Se a sessão não é iniciada, eu considero que ela não vai acontecer mais. Se 10 minutos mais tarde ela inicia, eu já poderei ter saído, imaginando que ela não iria acontecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais. É para isso que há a meia hora, senão não faz sentido. Então, ter essa compreensão é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é sobre o PLN enviado pelo Governo em relação aos recursos para emissão dos passaportes. Eu fui à tribuna, cobrei também do Governo e solicitei à Mesa Diretora da Casa que ela tivesse envolvimento para pressionar o Governo, a fim de resolver o mais rápido possível essa situação que foi apontada semana passada. Sei que vários outros Parlamentares se manifestaram nesse sentido também.

Agora vejam bem, estaremos descumprindo o Regimento aqui para aceitar um lapso do Governo. Pela informação que tenho, a Polícia Federal teria se dirigido ao Governo seis vezes — seis vezes — para ter a suplementação orçamentária para a população brasileira não ficar sem a possibilidade de fazer o passaporte. Isto é o mínimo que o Governo devia fazer: garantir recursos para que a Polícia Federal pudesse ter estrutura para fazer o passaporte, mas ele não o fez.

Então, Sr. Presidente, o Governo enviou um PLN retirando dinheiro da educação para que se retomasse a emissão dos passaportes. Esse debate nós vamos fazer depois. Eu sei que V.Exa. também se manifestou a respeito disso, aliás, nós nos manifestamos contrariamente.

E agora o Governo tenta retirar recursos de outra área: a da ONU. Ele vai tirar dinheiro da representação do Brasil na ONU para colocar na Polícia Federal? E nós agora vamos dar o aval, porque o povo precisa — e nós concordamos com isso —, mas "furando" regimentos, conveniências e acordos feitos entre nós aqui.

Nesse sentido, eu tenho dificuldade realmente em estar de acordo com esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem, eu concordo com V.Exa. e assino embaixo do acordo a respeito do encaminhamento das sessões. Vou rigorosamente observar os 30 minutos. Como Presidente da Comissão, sou a pessoa mais interessada em abrir as reuniões no tempo em que têm que ser abertas, sob pena de evidentemente caírem. Nós também temos outros afazeres que são importantíssimos.

Então, quero fazer um apelo aos membros da Comissão para que compareçam no horário estabelecido, sob pena de eu aplicar o regulamento de que o Parlamentar que faltar mais de uma, duas ou três vezes — não sei quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exatamente — será substituído, porque senão não conseguiremos tocar os trabalhos. Farei isso até em respeito a todos aqueles que estão aqui sistematicamente todas as terças-feiras, às 14 horas e às 14h30min.

Bem, feito esse acordo com relação a esse procedimento, quero passar outra informação. Quero dizer que não estou aqui para acobertar incompetência do Governo. Estou preocupado, assim como V.Exa. também está, em atender os milhares de brasileiros que foram surpreendidos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na véspera das férias...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na véspera das férias, inclusive. Aliás, não quero nem falar em férias, porque me parece meio pejorativo. Mas há muitas pessoas que se programaram para uma viagem, inclusive para fazer negócios, cuidar da saúde e estudar também. Essas pessoas decidiram utilizar o mês de julho para viajar e aí foram surpreendidas com essa questão. Então eu mesmo me sensibilizei imediatamente a respeito desse assunto.

A minha vontade era ter votado isso na semana passada. Está aqui o Deputado Delegado Francischini, que é Delegado Federal, a quem designei como Relator, exatamente por estar diretamente ligado a essa matéria. Eu tinha a intenção de votar isso na semana passada, mas houve mais um lapso do Governo ao mandar a suplementação orçamentária subtraindo recursos da educação, o que foi corrigido imediatamente depois de conversarmos com o Ministro do Planejamento.

Então, para não me alongar a respeito desse assunto, eu queria voltar à nossa Ordem do Dia para colocar em apreciação a ata e, em seguida, o projeto de remanejamento de recursos para a Polícia Federal poder retomar a emissão de passaportes.

Então, está em apreciação a ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas da primeira reunião de audiência pública realizada no dia 27 de junho de 2017 e da primeira reunião extraordinária realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2017, por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, com todo o respeito, V.Exa. se sensibilizou com as pessoas que dependem do passaporte, assim como os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentares que estão aqui, mas me parece que a bancada do Governo não está sensibilizada, porque, se estivesse, estaria aqui dando presença. Não há quórum para deliberação. Portanto, acho que não podemos apreciar nada agora, enquanto não houver quórum.

Se o Governo tem interesse nisso, ele leva para o plenário. Lá atinge-se o quórum e aprova-se. O que não pode é o Governo não se preocupar, e apenas nós aqui, uma minoria, nos preocuparmos com isso e deixá-lo fazer as besteiras que está fazendo: primeiro, querendo tirar dinheiro da educação; depois, alterando isso. E agora os seus Parlamentares não vêm aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a participação do Deputado Zé Carlos. Nós ainda não entramos na discussão do projeto propriamente dito.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Estou apenas fazendo essa colocação previamente, para que haja tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Eu queria pedir a compreensão para avançarmos aqui. Evidentemente, no momento da discussão da matéria, se não tivermos quórum, não vou colocar em deliberação. Nesse caso, vou ter que achar, na forma do Regimento, como vamos avançar nessa questão.

As atas estão em votação, portanto, na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Informo que foram designados relatores para as seguintes matérias: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2017, a Deputada Rosangela Gomes; Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2017, o Senador Benedito de Lira; Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2017, o Deputado Delegado Francischini.

Informo ainda que designei os membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, a saber: Deputado Bilac Pinto, como Coordenador; e os Deputados Domingos Sávio, Laura Carneiro, Carmen Zanotto e Jaime Martins, como membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Este é um lembrete interessante e importante: lembro a todos os Srs. Parlamentares que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 1, de 2017, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, encontra-se aberto e será encerrado amanhã, dia 5 de julho, quarta-feira, às 20 horas.

Deputado Zé Carlos, agora já temos quórum. Estamos, portanto, com mais tranquilidade para seguir em frente.

Vamos então à Ordem do Dia.

Item 1. Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 8, de 2017, do Presidente da República que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito suplementar no valor de R$102.385.511,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Delegado Francischini.

O relatório é pela aprovação do projeto de lei.

Em atendimento à solicitação do Relator e do Presidente da CMO, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão encaminhou por meio do Ofício n° 54/2017-MP, de 30 de junho de 2017, a solicitação de troca dos cancelamentos propostos inicialmente das dotações orçamentárias. Refiro-me àquela a que se fez alusão aqui.

O Relator apresentou emenda, a fim de dar efetividade à solicitação recebida.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Portanto, concedo a palavra ao Relator, Deputado Delegado Francischini, para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, caros Deputados presentes, passo a ler o relatório:

"I. Relatório

O Presidente da República, no uso das atribuições (...) da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 220, de 2017, na origem, o Projeto de Lei nº 8, de 2017, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplementar no valor de R$102.385.511,00, para reforço das dotações constantes na Lei Orçamentária vigente.

O Projeto promove a suplementação da ação 2586 — Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros, no âmbito da unidade orçamentária Departamento de Polícia Federal (...)."

Sr. Presidente, aqui cabe um registro. A pedido de V.Exa., a quem agradeço a designação como Relator, nós permanecemos aqui, na quinta-feira, até o último horário. Depois de levarmos o problema até o Presidente da CMO, nós mostramos o desconforto não só meu, como Relator, mas de V.Exa. e de vários membros da Comissão naquele momento em relatar ou mesmo votar um projeto importante, como a recomposição do Orçamento, para atender à emissão de passaportes, se nós buscássemos recompô-lo através de retirada de 102 milhões de reais do Ministério da Educação, principalmente de fomento às ações de graduação, pós-graduação, capacitação e formação na educação básica.

Fiz isso como Relator, pois é nossa obrigação. Eu permaneci na sexta-feira em Brasília até o final do expediente. Somente às 18 horas, após contato com o próprio Ministro do Planejamento, Ministro Dyogo, recebemos ofício do Governo, com a proposta de modificação desta lei, permitindo que nós não retirássemos esses 102 milhões de reais dos projetos do Ministério da Educação. Foi-nos feita, portanto, uma proposta, que depois será corrigida pelo Ministério do Planejamento, quanto à contribuição destinada à Organização das Nações Unidas — ONU pelo Ministério das Relações Exteriores. Com certeza, isso é muito mais fácil.

A opinião pública brasileira nos cobra. Como V.Exa. bem colocou, Sr. Presidente, mais de cem mil pessoas não receberam nos últimos dias seus passaportes, mas a solução, neste momento importante da educação no nosso País, não é vestir um santo e desvestir outro. Com certeza, a atuação de V.Exa. junto ao Governo Federal foi importantíssima.

Neste momento, nós trazemos o voto final do Relator, Sr. Presidente. Não foram apresentadas emendas, somente emenda de Relator.

Passo à leitura do voto.

"III. Voto do Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito do Projeto, entendemos que as alterações propostas contribuem para o alcance dos objetivos do Plano Plurianual 2016-2019 e refletem necessidade de ajuste manifestada pelos órgãos.

Contudo, em concordância com a solicitação do Poder Executivo de alteração dos cancelamentos, especialmente para preservar os recursos da Educação, apresentamos a Emenda de Relator que segue em anexo, mantendo a troca das fontes. Assim, a suplementação é feita na fonte 374 — Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais — Exercícios Anteriores, visto que a programação suplementada é custeada com a arrecadação de taxas próprias, e os cancelamentos, neste caso, são de caráter meramente compensatório.

(...)"

Foi apresentado o relatório completo.

Eu faço mais uma correção, Sr. Presidente. Gostaria de fazer uma complementação de voto, anexando demonstrativo de superávit financeiro encaminhado há poucos instantes também pelo Governo, para deixar nosso relatório completamente adequado à Lei Orçamentária.

"Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8, de 2017, do Congresso Nacional, com a Emenda de Relator ora apresentada."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Relator.

Esse foi o relatório pela aprovação.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 8, de 2017.

Antes de conceder a palavra ao primeiro inscrito, que será do nosso Relator, o Deputado Cacá Leão, eu quero informar aos membros desta Comissão que tão logo tomei conhecimento da informação de que o Governo iria utilizar verba da educação para resolver o problema da emissão dos passaportes, entrei em contato, imediatamente, com o Ministro do Planejamento para deixar clara a minha posição. Penso que expressei o sentimento da ampla maioria se não da totalidade dos membros desta Comissão de que éramos totalmente contra aquela proposta inicial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

retirando então os recursos da educação para suplementar o Ministério da Justiça e a Polícia Federal.

Comuniquei ao Ministro Dyogo que o Governo teria que imediatamente encontrar com urgência outra fonte de recursos para que eu desse encaminhamento, naquela oportunidade, a esse projeto de lei. Na ocasião, o Ministro nos garantiu que encontraria outra fonte.

Contudo, no início da noite de quinta-feira, ele confirmou que os recursos da educação estavam preservados e que o aporte de 102 milhões de reais aproximadamente necessários para a normalização dos serviços de emissão de passaporte seriam alocados na fonte referente a convênios com organismos internacionais.

Não foi preciso enviar novo projeto, uma vez que nós acatamos as sugestões do Ministro. Em conversa que tivemos com o Relator, ele se comprometeu a fazer uma emenda ao próprio relatório, razão pela qual quero parabenizá-lo e agradecê-lo pela presteza.

Eu não estou aqui, neste momento, para defender governo de espécie alguma. Estou aqui para defender milhares de pessoas, como já falei, que se viram surpreendidas por essa falta de organização e de planejamento do Governo em subvencionar ou subsidiar a Polícia Federal com os recursos necessários para a emissão dos passaportes.

Dito isso, passo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Nobre Presidente Senador Dário Berger, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Francischini pelo relatório.

Na verdade, Senador Dário, V.Exa. já deu o tom da minha fala aqui. Pedi a palavra apenas para parabenizá-lo pela forma como reagiu de imediato à proposta do Governo, principalmente dando o tom dos trabalhos nesta Comissão daqui para frente.

Tenho certeza absoluta que é consenso neste colegiado, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, que não sejam retirados, de ordem nenhuma, recursos e orçamentos das áreas da educação, da saúde e da segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que a forma como V.Exa. conduziu esse processo nesses últimos dias foi brilhante. As minhas palavras são para parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, assim como parabenizo o Deputado Francischini pelo relatório. Sei da sua luta, sei do seu esforço para concluí-lo ainda na semana passada. V.Exa. saiu daqui, na sexta-feira, 9 horas da noite, esperando a conclusão do relatório. Isso demonstra realmente a responsabilidade deste colegiado com a matéria, principalmente de V.Exa., que foi sensível à manifestação dos brasileiros nesse período importante das férias escolares.

Portanto, parabéns ao Deputado Francischini e ao Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao nosso Relator-Geral do Orçamento, Deputado Cacá Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Cohn Gás.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu já fiz observação sobre esse ponto, que de fato mostra como o Governo age e qual é sua prioridade.

Primeiro, questiono o processo dos recursos que existiam dentro do Governo para se fazerem os passaportes. O turismo é uma grande fonte de renda. As pessoas ou viajam a lazer, ou para fazer pesquisas, ou para fazer negócios. São vários aspectos. A inviabilização da não emissão do passaporte é uma incompetência do Governo. É inaceitável.

Se houvesse falta de recursos... Conforme os dados dessa ação, parece-me que havia em torno de 145 milhões, e foram gastos 88 milhões. Então, havia ainda uma faixa para o Governo utilizar. Com os 57 milhões que restavam, o período não ficaria descoberto.

O que acontece é o seguinte: a pessoa se dirige a um posto, paga a sua taxa, e não é atendido; vai, portanto, ter de fazer uma segunda, uma terceira viagem. Às vezes, ela já tem uma programação pronta. Então, essa falta de planejamento por parte do Governo é catastrófica.

Em segundo lugar, ele queria tirar recursos da educação. Eu vi em quais áreas da educação ele ia fazer isso. Senador, seria do ensino básico. As crianças vão para a escola. Talvez uma delas ficasse fora da sala de aula porque o Governo foi incompetente em resolver esse problema. Para alguém fazer o passaporte, uma criança teria que ficar fora da sala de aula. Não, as pessoas têm que ter passaporte!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E as crianças têm que estar na sala de aula! Também se pensou retirar recursos de outra área da educação, conforme a rubrica, Senador. Seria da área de pesquisa e extensão, o que também é inaceitável.

Então, eu também quero parabenizar V.Exa. por ter se dirigido imediatamente ao Governo. V.Exa. teria todo o nosso apoio para não votar essa matéria até que o Governo recolocasse o valor no lugar originário.

Eu quero questionar quanto à ONU. O Brasil precisa ter relações importantes com organismos internacionais. Quando foi para a Noruega, o Presidente Temer levou uma resposta ruim àquele país. A Noruega deixou de passar recursos para o Brasil a fim de fazer a defesa contra as queimadas na Amazônia, porque não estamos investindo na sua preservação.

Se o Brasil deixa de remunerar um país ou um organismo internacional, como a ONU ou outro organismo semelhante, pode receber notícias ruins daqui a uns dias, em função de não pagar suas contas. Desse modo, pode haver prejuízos, o que pode prejudicar a imagem do Brasil.

É muito ruim ver um governo retirar recursos dessas áreas que nos colocam num determinado cenário. A globalização e as relações internacionais têm que ser preservadas. E parece que o Governo não tem interesse em preservar essas relações. Eu questiono o fato de a origem desses recursos para suprir a emissão dos passaportes vir da ONU. Não é possível que não haja outra área para que o Governo retire esses recursos!

Eu me pronunciei esses dias quanto à posição do Governo de querer criar um Ministério para a proteção do Secretário Moreira Franco. Vai criar um Ministério especial para que Moreira Franco possa fazer sua defesa contra as denúncias de corrupção que está sofrendo.

Quem sabe o Governo não economiza na área de infraestrutura para usar o dinheiro nessas áreas essenciais? Eu acho que é esse debate que precisamos fazer.

Quero alertar que sequer tivemos oportunidade de fazer emendas, porque, em questão de horas, terminou o prazo. O Regimento estabelece cinco dias. Portanto, houve furo do Regimento. Por insistência de V.Exa., no momento em que o Governo fez a alteração de onde seriam retirados os recursos para a emissão dos passaportes, o que aconteceu? Naquele momento, nós não tivemos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oportunidade de fazer emendas. Isso é problemático. Então, por uma questão de formalidade, faço esse registro, para melhor trabalharmos.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, falando sobre o pensamento do Governo em relação a esses temas. Como falei na tribuna há pouco, nós temos outro problema: o Bolsa Família, que vai ter reajuste zero. Esse é outro debate que vamos fazer depois, pois quero ficar dentro do meu tempo. Mas quero manifestar, em primeiro lugar, o não planejamento, a incompetência do Governo; e, em segundo lugar, a opção totalmente equivocada de querer tirar dinheiro da educação para resolver o problema dos passaportes, para as pessoas viajarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Cohn Gás.

Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, apenas quero parabenizar o Deputado Francischini.

Acho que essa foi uma preocupação de todos nós na semana passada. Graças a Deus, alteraram a utilização dos recursos da educação para a questão do passaporte. V.Exa., como sempre, está de parabéns.

Parabéns ao Presidente Dário, que imediatamente se manifestou em todas as redes sociais pela não utilização dos recursos da educação para esse fim. Tenho certeza de que nós, independente dos erros do Governo, estamos construindo a melhor solução possível para milhares de pessoas que precisam do seu passaporte, seja para situações emergenciais, seja para as férias das crianças, seja para suas atividades econômicas ou atividades acadêmicas.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar o nobre Relator e V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós agradecemos à Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Obrigado, Sr. Presidente.

Corroboro o que disse o Deputado Cohn Gás. É muito nítida a incompetência do Governo no seu planejamento orçamentário. S.Exa. não mencionou que o valor que o Governo arrecada por passaporte é duas vezes o que ele gasta com o passaporte. Portanto, somente o valor que se arrecada com o custo do passaporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seria suficiente para comprar material para fazer muito mais passaportes do que o próprio orçamento previu. Não resta dúvida alguma de que há incompetência.

Obviamente, V.Exa. está de parabéns! V.Exa. tem o mérito de estar disponível e colocar freios nas intenções do Governo. Nesta Casa, nós estamos sensibilizados e solidários com as pessoas que querem viajar, mas não podemos assumir a responsabilidade por aqueles do Governo que erraram e que não estão aqui para fazer o seu papel. Esta Casa tem ritos e normas que têm que ser cumpridos. Não podemos, por incompetência ou ausência do Governo, transgredir as normas para tentar minimizar o impacto.

O Governo tem que vir votar. Se não vier votar, temos que arranjar uma alternativa, que seria ir ao Plenário e, assim, fazer a votação lá, com o Governo trazendo seus Parlamentares para votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao nobre Relator.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, quero apenas me congratular com V.Exa. por essa iniciativa para a normalização da emissão de passaportes no Brasil.

Uma parte da sociedade brasileira foi altamente prejudicada não só no recebimento de novos passaportes, mas também na renovação. Sem dúvida alguma, isso contribui para aumentar o descrédito da sociedade em relação à administração pública, à gestão pública, que deve compatibilizar sua ação com um planejamento definido, para que o cidadão tenha a certeza de que, quando procurar um serviço público, vai encontrá-lo funcionando a todo vapor. Infelizmente, não foi isso o que aconteceu em relação à emissão de passaportes.

Por isso, eu votarei favoravelmente. Mas espero que este fato tão triste, que depõe contra a ação planejadora do Governo, não venha a acontecer no próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares, um dos Senadores mais atuantes que temos no Congresso Nacional, no Senado Federal, por quem eu tenho respeito e admiração.

Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Delegado Francischini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, só para encerrar, vou falar de maneira muito rápida, para podermos votar.

Vejo em V.Exa. e nesta Comissão a vontade de acertar e de fazer as coisas da maneira correta. Sou Delegado da Polícia Federal há muitos anos. Eu me recordo de que, nos últimos 10 anos, o problema do passaporte foi recorrente em todos os anos. A Polícia Federal teve que buscar o Governo inúmeras vezes. Só nesses últimos meses, avisaram várias vezes que iriam suspender o serviço de emissão de passaporte, o que causa um desgaste nacional e internacional gigantesco para o País.

Eu apresentei uma emenda à LDO, Sr. Presidente, para a qual gostaria do apoio de V.Exa. e do Relator, já que o recolhimento da taxa do passaporte é superavitário. Segundo levantamento da própria Polícia Federal, o valor é 40% maior do que o necessário para emitir o passaporte. Através dessa emenda que apresentei à LDO, espero que possamos proibir o contingenciamento das verbas do passaporte. Isso resolve o problema de maneira eficaz.

Nós não estamos destinando toda a verba arrecadada, mas aquilo que a Polícia Federal nos informou que é necessário para fazer a emissão dos passaportes durante o ano. Essa emenda resolveria o problema. No ano que vem, não estaríamos novamente aqui votando um projeto para evitar que os brasileiros ficassem sem passaporte da noite para o dia.

Era essa a minha colocação.

Agradeço a confiança de V.Exa. A sua intervenção foi fundamental. Sem ela, hoje nós estaríamos com um problema. Com certeza, não votaríamos este projeto aqui, se ainda estivéssemos falando de verbas da educação.

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu quem agradeço a V.Exa., que relatou a matéria em tempo recorde e que permaneceu aqui em Brasília, inclusive na sexta-feira, até de noite, para que hoje pudéssemos votar essa matéria.

V.Exas. sabem melhor do que eu que esta matéria tem um rito regimental de publicação. Se não fosse a presteza de V.Exa., com essa disposição, certamente nós não agilizaríamos o projeto para se votar nesta terça-feira.

Agradeço também a compreensão dos demais Parlamentares que compõem esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o parecer em votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para a verificação de quórum, V.Exa. precisa do apoiamento de mais três Deputados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Deputado. O tema discutido neste momento está acima das disputas políticas. Com certeza, V.Exa. é um dos Deputados mais coerentes em relação à questão do valor que se arrecada com os passaportes. Na porta da Polícia Federal, estiveram mais de cem mil brasileiros nos últimos dias. Acho que isso está acima de qualquer debate ideológico e político. Por isso, faço esse apelo a V.Exa.

Eu permaneci aqui na sexta-feira até às 21 horas, aguardando o Ministro a fazer alteração, porque não queria expor Senadores e Deputados ao constrangimento de ter que retirar verbas da educação — com o que não concordamos.

Então, faço novamente esse apelo, em nome dos brasileiros que aguardam o passaporte, não só em nome da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, levo em consideração o pedido do nobre Deputado Relator em relação à Polícia Federal, pela qual tenho grande estima. Trata-se de uma estima positiva, pois não devo nada à Polícia Federal. Em 33 anos de serviço público, tenho ficha limpíssima, sem um processo. A amizade é apenas por defender a instituição, pelo que representa para o País. Também em função do seu gesto de tentar realmente resolver de todas as formas, Sr. Presidente, eu concordo.

Apenas registro que não é disputa política. Se houve esse gesto e queremos aprovar a matéria, o Governo também precisa estar aqui. O Governo não pode cometer os seus equívocos — pode ser equívoco de qualquer um, até nosso — e não trazer a sua bancada para votar. Nós estamos aqui desde às 14 horas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alcançar o quórum. O Governo, que é o principal interessado neste momento, também deveria estar.

Eu não tenho nenhum receio, pois, se permanecer esse número, não vamos alcançar o quórum e esta sessão cairá. Milhares de famílias vão ser prejudicadas, e a responsabilidade sobre isso não cairá sobre a minha cabeça, mas a carapuça servirá na cabeça do Governo. Eles tinham que estar aqui!

Nós estamos cumprindo o nosso papel. Nós estamos aqui. Estão aqui o Presidente, os Deputados, o Relator. Leu-se o relatório e cumpriu-se o rito, mas não há Parlamentares do Governo para cumprir o rito processual da própria Câmara.

Em função desse apelo, eu retiro o meu pedido de verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa., Deputado Zé Carlos.

Na minha opinião, cabe total razão a V.Exa. Nós estamos aqui corrigindo um erro dramático, que atinge milhares e milhares de pessoas. É por isso que V.Exa. se sensibiliza. Nós estamos aqui com esse propósito, com essa finalidade. Por essa razão, volto a agradecer a V.Exa.

Submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto foi aprovado. Cumprimento o Relator da matéria, o Deputado Delegado Francischini. Mais uma vez, em tempo recorde, cumprimos a nossa obrigação. Agora cabe ao Presidente do Congresso Nacional marcar uma sessão do Congresso, para que se possa homologar — se é que se pode dizer isso — essa matéria tão importante, o que certamente deverá acontecer na próxima semana.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Há um monte de vetos. Primeiro temos que derrubar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim, mas vamos pedir inversão de pauta para, quem sabe, votarmos essa matéria, se assim vier distribuída. Nós contamos com o apoio de todos os Deputados e de todos os Senadores.

Vamos ao item 2 da pauta, que trata de sugestões de emendas à LDO de 2018 — PLN 1/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 2. Discussão e votação das duas emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista de Orçamentos ao Projeto de Lei nº 1/2017, conforme disposto no parecer preliminar.

Sras. e Srs. Parlamentares, foram recebidas 81 propostas de emendas.

Em discussão as propostas de emendas.

Essas emendas tiveram como Relatora a Deputada Laura Carneiro, a quem eu agradeço por assumir rapidamente essa importante responsabilidade.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, foram apresentadas 22 emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, das quais 16 são aquelas específicas para não contingenciamento; 4 são ressalvas no caso de não aprovação da LOA, todas na área de Defesa Nacional; além de 1 emenda do Deputado Pedro Chaves e 1 emenda do Senador Eduardo Lopes que incluem a expressão "diária por dia". Parece um pleonasmo, mas não é, porque, na verdade, a expressão "diária" é *lato sensu*: aquela diária não pode ultrapassar 700 reais por dia. As emendas são todas de texto e, portanto, estão todas acolhidas.

Sr. Presidente, o Deputado Cohn Gás tem uma sugestão de emenda, que não foi apresentada em tempo, mas fará parte do relatório, por acordo. Ela restabelece o texto da LDO no atual artigo 52, inciso V: *"outras despesas correntes de caráter inadiável"*. Então, volta o texto da LDO do ano passado, o que já é um pensamento do PSDB, do DEM, dos partidos da base e da Oposição. Trata-se de uma questão suprapartidária de afirmação do Poder Legislativo. Em relação a esta matéria, eu acolho a sugestão do Deputado Cohn Gás.

Ainda foram apresentadas 53 emendas no anexo de metas, sendo que 2 delas já existem e 51 são para inclusão de novas metas. Não foi nada difícil escolhê-las. V.Exas. vão entender o porquê.

Eu queria agradecer à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à Deputada Josi Nunes, ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, à Senadora Lúcia Vânia, ao Deputado Vicentinho, ao Senador Eduardo Lopes, ao Deputado Pedro Chaves, ao Deputado Vitor Valim e ao Deputado Hildo Rocha. Esses foram os Deputados e Senadores que apresentaram emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existiam emendas na área de Defesa Nacional, na área de educação. A maioria desses temas já existe na LDO. Na área de segurança pública, houve uma emenda que nós tentamos acolher, mas, na verdade, as três emendas apresentadas pelos Deputados Vitor Valim, Carlos Henrique Gaguim e Josi Nunes já são atribuição do Fundo Nacional de Segurança Pública. A emenda de fortalecimento das instituições de segurança pública, do Deputado Vitor Valim, já está no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI. Portanto, não seria tão necessária. Existem ainda várias emendas das áreas de saneamento básico e da saúde, mas, de alguma maneira, já foram aceitas na LDO.

Dessa forma, nós optamos por duas metas que julgamos prioritárias: primeiro, as nacionais e, segundo, as que atendem aos Municípios. Todas são questões absolutamente relevantes.

A Emenda 14VI, do Deputado Vitor Valim, é referente à implantação de infraestruturas hídricas para oferta de água. S.Exa. havia colocado uma meta de 184 projetos, mas nós vamos alterar para 2 mil projetos, o que atenderia todo o Brasil, enfim, todos os Estados.

A outra emenda a ser acolhida é de autoria do Deputado Hildo Rocha e se refere à moradia digna. A Senadora Lúcia Vânia apresenta uma emenda, mas apenas para o Cheque Moradia. A emenda do Deputado Hildo Rocha é mais ampla, porque diz: *"Subvenção econômica destinada à implantação de projetos de interesse social em áreas urbanas"*. Na verdade, é o Programa Minha Casa, Minha Vida. Só que nós aumentamos a meta para 300 mil unidades, em âmbito nacional.

Sr. Presidente, a ideia é nós aprovarmos a Emenda 14VI, de infraestruturas hídricas para oferta de água, e a Emenda 00CW, do Deputado Hildo Rocha, para o Minha Casa, Minha Vida. Eu sugiro a aprovação dessas duas emendas, tendo em vista a impossibilidade de aprovarmos todas. No fundo, nós queremos aprovar todas, mas não é possível.

Quero também parabenizar os Deputados que sugeriram emendas relacionadas à questão dos quilombolas, que é da maior importância. Eu tentei utilizar as nossas únicas duas emendas para questões que fossem relevantes para todos os Estados e para todos os Municípios do País.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Relatora Laura Carneiro.

Estão em discussão as duas emendas.

Com a palavra o Deputado Cohn Gás, o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu fiz a inscrição exatamente para justificar a emenda que trata da inclusão do art. 52, inciso V. Mas a nobre Relatora já fez o comentário. Eu não preciso fazer essa defesa, porque fui contemplado pela explicação da nobre Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A Relatora já fez uma defesa antecipada da proposta de V.Exa.

As emendas continuam em discussão.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente Senador Dário Berger, prezada Deputada Laura Carneiro, nossa 1ª Vice-Presidente e também Relatora, embora um pouco afônico, eu não poderia deixar de registrar aqui não só o meu voto favorável, mas também as minhas congratulações pela sensibilidade de V.Exa. É por isso que nós precisamos ter cada vez mais mulheres na política.

V.Exa., de maneira singela e direta, mas com grande sensibilidade e com grande espírito público, tocou em dois pontos cruciais para a vida do povo brasileiro. Sem dúvida, a sugestão de V.Exa. contempla todo o nosso País. Esse deve ser o sentimento de um Parlamentar na propositura de um orçamento para o Brasil.

A minha querida Minas Gerais tem uma carência enorme desses dois itens, inclusive em relação à oferta de água, embora sejamos considerados — de fato, somos — a caixa d'água do Brasil, da água pura, da água boa. Ali nascem grandes rios: o Rio Grande, que vai formar a grande Bacia do Paraná; o Rio São Francisco, rio da integração nacional; e tantos outros, como o Jequitinhonha. Mas ali também vemos áreas semidesérticas.

Há pouco tempo, visitei o norte, o noroeste e o nordeste de Minas. A realidade realmente corta o coração. Milhares e milhares de famílias já estão migrando para as áreas urbanas, sem uma condição digna de sobrevivência, tendo que abandonar suas raízes rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós precisamos de programas hídricos para o Brasil inteiro. Aliás, Deputada Laura Carneiro, eu acredito que uma das coisas que precisamos realizar no País é um estudo de um planejamento estratégico da água, um plano hídrico. Aqui estamos fazendo isso, com muita propriedade, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem repercussão direta no Orçamento de 2018. No Plano Plurianual de Ação Governamental — PPAG, nós temos a possibilidade de implementar algumas ações nesse sentido para uma gestão. No entanto, um plano estratégico para as águas é algo que tem que ser pensado com uma visão que extrapole bem as nossas gerações. Cada dia mais, nós estamos assistindo a uma seca que mata nascentes de córregos, de rios. A água vai desaparecendo e com ela desaparece a vida. Com essa emenda, V.Exa. foi extremamente feliz.

A segunda emenda, que também tem uma visão nacional, trata da questão da habitação. Eu creio que é muito oportuno fortalecermos o Programa Minha Casa, Minha Vida. Há poucos dias, pude sentir isso nos olhos de 400 famílias, em Lavras, onde eu ajudei a concluir os detalhes para liberação de um conjunto habitacional. Ressalto que o conjunto já vinha sendo construído há muito tempo e contou com o empenho de muitas lideranças, mas, às vezes, a burocracia atrapalha e as famílias ficam ansiosas para adentrarem suas casas.

Em parceria com o Prefeito José Cherem, conseguimos a conclusão de todas as etapas burocráticas. Vimos mais de 400 pessoas humildes terem a possibilidade de, pela primeira vez, pisar num pedacinho de chão construído e dizer: *"Isto aqui é o meu lar! Mais do que minha casa, este é o meu lar!"*

Parabéns pela iniciativa!

Eu acredito que esses momentos nos estimulam a estar aqui na Comissão Mista de Orçamentos para estabelecer o que estou vendo hoje: um espirito republicano, a fim de construirmos votações com consenso, sempre que possível. Aquilo que é de interesse nacional não tem natureza partidária de Oposição ou de Situação. Estar a favor do Brasil nos une a todos.

O nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, quero felicitar a Relatora Deputada Laura Carneiro pelo seu substancioso parecer. S.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demonstra pleno conhecimento da realidade brasileira. Há muitos anos, a Deputada não só participa do Plenário da Câmara dos Deputados, como Parlamentar eleita pela vontade do seu povo, mas também tem uma atuação marcante aqui. Prova disso é este relatório, que consubstancia, sem dúvida alguma, o pensamento generalizado desta Comissão.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para perguntar o seguinte: é até amanhã o prazo das emendas ao anexo de metas? São três por bancada, três por Parlamentar. Em relação aos textos, não há número definido. Eu posso apresentar quantas emendas forem necessárias para melhorar o texto da LDO. Só para confirmar, o prazo é até amanhã, às 18 horas, não é?

Parabéns, Deputada!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso. Confirmado.

O próximo inscrito é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente Senador Dário Berger, quero cumprimentar a Vice-Presidente Laura Carneiro, que relata as prioridades desta Comissão, para apresentá-las ao Deputado Marcus Pestana, Relator da LDO de 2018. Quero cumprimentar também o Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do nosso próximo Orçamento. Quero cumprimentar todos os Senadores, todas as Senadoras, os Deputados e as Deputadas que se encontram presentes.

Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela escolha da Deputada Laura Carneiro para relatar essa proposta, que é uma novidade para a Comissão. A Deputada mostrou aqui toda a sua determinação e mostrou que é uma mulher destemida. Foi apresentada essa missão na tarde de hoje e S.Exa. não fugiu da responsabilidade: fez o relatório rapidamente, demonstrando que já tem bastante conhecimento a respeito do Orçamento e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

S.Exa. fez uma escolha muito boa, não por ser uma emenda apresentada por mim, mas por ser consenso entre todos nós que há um déficit habitacional enorme em nosso País. O Maranhão tem um déficit de 500 mil unidades habitacionais, ou seja, isso atinge 500 mil famílias. Se multiplicarmos esse número por quatro, veremos que 2 milhões de maranhenses necessitam de uma moradia de qualidade.

No momento em que S.Exa. considera a habitação popular uma causa sua e uma causa da Comissão, assim como a questão do fornecimento da água de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualidade nas residências, S.Exa. está fazendo justiça àqueles que mais precisam do apoio do poder público. São os pobres que precisam do apoio do Governo para ter uma casa popular, uma casa que dê abrigo e segurança a essas famílias. Muitas dessas pessoas vivem de aluguel, moram embaixo de pontes, em casas de papelão, outros moram em palafitas e muitos moram de favor na casa de parentes.

Por meio da ação desta Comissão, nós estamos fortalecendo duas importantes políticas públicas que o Governo pode oferecer ao cidadão: oferta de água e habitação. Portanto, parabenizo V.Exa. e os demais membros desta Comissão.

Nós realmente estamos fazendo aquilo que a população sempre esperou de todos nós Parlamentares: estamos representando a sociedade e brigando pelos mais pobres, não pelos mais ricos.

Mais uma vez, parabenizo a Relatora dessa proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu cumprimento V.Exa. e agradeço a sua participação.

De fato, as duas emendas são essenciais, pois exercem um papel estratégico no desenvolvimento social do Brasil. Não há dúvida de que, embora políticas governamentais tenham diminuído substancialmente a triste realidade da moradia no Brasil, ainda temos um déficit habitacional muito grande. A moradia é vital para as famílias. Nada é mais importante para uma família do que ter um teto para criar seus filhos.

Há outra questão que poderíamos incluir na discussão. Eu sei que a emenda é mais ampla, mas hoje a questão da água é estratégica e poderia ser inserida naquele rol da logística do Brasil propriamente dita, na parte de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias. A energia é importante, mas não é tão importante quanto a água, que é um bem vital para a espécie humana.

Parabéns, Deputada Laura Carneiro! Agradeço a V.Exa. por assumir essa responsabilidade de forma tão ágil. Estamos felizes com o relatório de V.Exa.

Vou encerrar as discussões e submeter o relatório à votação.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, as emendas relatadas pela Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Muito obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Laura Carneiro. *(Pausa.)* Aliás, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, se V.Exa. me chamar de Senadora mais uma vez, eu vou me acostumar com a ideia. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É uma homenagem ao grande baiano Nelson Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso. Mais do que tudo, um grande baiano.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Presidente está profetizando. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está profetizando. Como dizem, a palavra tem poder.

Enfim, eu queria agradecer as manifestações. Como foi dito, houve o convite na última hora, Sr. Presidente, mas V.Exa. contará comigo todas as vezes em que precisar de mim para assuntos relevantes para esta Comissão e para o Brasil.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu quem agradeço.

O item 3 estava na pauta, mas foi retirado por um equívoco. Vou recolocá-lo. Trata-se de um requerimento de audiência, de autoria do Deputado Hugo Leal.

Para encaminhar a matéria, tem a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, na realidade, eu fiquei até surpreso, mas agora ficou esclarecido por que este requerimento havia sido retirado de pauta. Eu até achei que houvesse alguma questão estratégica nacional perigosa que ameaçasse o Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A audiência é extremamente singela, mas eu a considero extremamente importante. O objetivo é tratar de um documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, do próprio Ministério do Planejamento. O IPEA, outras instituições e dezenas de técnicos do setor público e do setor privado fizeram um desenho do País e criaram um cenário do Brasil em 2035.

Esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização trata de planos estratégicos, como o próprio Plano Plurianual. O trabalho que eles fizeram é uma publicação já lançada no meu Estado, o Rio de Janeiro, juntamente com a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR. É justo que possamos trazer aqui esses técnicos que fizeram esse trabalho, especialmente o Embaixador Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do IPEA, para termos uma visão do estudo produzido.

Trata-se de um estudo científico sobre as perspectivas para o Brasil em 2035, ainda com o olhar para 2100. Mesmo que possa ser tão distante, eu entendo que esta Comissão tem a oportunidade de debater novos cenários e não ficar apenas corrigindo cenários passados ou cenários de curto prazo.

Assim, Sr. Presidente, justifico o requerimento para a realização da audiência pública que tratará desse documento produzido pelo IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Entendo que isso poderia valorizar o trabalho que tem sido realizado por esta Comissão.

Peço aos nobres pares a autorização para que esta audiência pública seja realizada aqui na Comissão Mista de Orçamentos, a fim de discutirmos os cenários para o desenvolvimento do Brasil, em especial quanto a financiamentos de longo prazo.

Este era o singelo requerimento, que entendo ser de profunda importância não só para a situação atual, mas também para as perspectivas quanto ao futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Em discussão o requerimento de audiência pública proposto pelo Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto o requerimento à votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A audiência será marcada oportunamente, de acordo com os interesses de V.Exa. e dos membros que serão convidados.

Mais uma vez, agradeço a V.Exas. a compreensão e o entendimento, sobretudo ao Deputado Cohn Gás. Agradeço também ao Deputado Zé Carlos, que se sensibilizou com a matéria dos passaportes, que precisam ser emitidos pelo Ministério da Justiça, e com as emendas inerentes, com as quais inclusive V.Exa. contribuiu, pois uma das emendas acatadas foi de autoria de V.Exa.

Mais algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2017.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Weverton Rocha e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Alan Rick, Antônio Jácome, Beto Rosado, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Edmar Arruda, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Kaio Maniçoba, Mandetta, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Roberto Britto, Veneziano Vital do Rêgo e Victor Mendes; e **- Senador suplente**: Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Elmar Nascimento, Hugo Motta e Vitor Valim; e **– Senadores:** Acir Gurgacz e Kátia Abreu. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Izalci Lucas, Júlio Cesar, Laercio Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Raquel Muniz e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia doze de julho de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Logo após, o Deputado Izalci Lucas (PSDB/DF) manifestou-se contrário ao contingenciamento na Área de Ciência e Tecnologia e Comunicações. Em seguida, o Presidente passou para a apreciação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de julho de 2017, e o Deputado Bohn Gass (PT/RS) solicitou a sua leitura. A Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) fez a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** com retificação, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE**. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 04 a 12 de julho de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA**: – Requerimento de inversão de pauta, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar inicialmente o item 02 - **Relatório nº 1/2017,** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE,** ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN.** Autor: Deputado Bohn Gass. O autor apresentou o Requerimento**.** Em votação, o Requerimento foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. **–** Requerimento de retirada de pauta, nos termos do art. 235, inciso III, alínea d, item 7, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de retirar o item 01 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2017-CN.** Autor: Deputado Bohn Gass. O Requerimento foi **prejudicado**, em virtude da decisão anterior de manter a matéria na pauta. PAUTA. Item 01- Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento da União para 2017, em favor da empresa companhia Hidro Elétrica de São Francisco - Chesf, crédito suplementar no valor de R$ 164.686.056,00 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica." Relator: Senador Benedito de Lira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar a **Alteração nº 1 do Parecer Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 01/2017-CN,** PLDO 2018. Autor: Deputado Hildo Rocha. O autor apresentou o Requerimento**.** Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 02/2017-CN.** Autor: Deputado Hildo Rocha. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 05/2017-CN.** Autor: Deputado Victor Mendes. O autor apresentou o Requerimento**.** Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 06/2017-CN.** Autores: Senador Pedro Chaves e o Deputado Vander Loubet. O Senador Pedro Chaves apresentou o Requerimento**.** Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2017-CN.** Autor: Deputado Gonzaga Patriota. O autor apresentou o Requerimento**.** Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **–** Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 10/2017-CN.** Autor: Deputado Hildo Rocha. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 - Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório nº 1/2017,** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre o exame de admissibilidade das emendas, apresentadas ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN** (PLDO 2018) – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto (PR/MG)**.** Voto: pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1622.0001, 2925.0002, 3768.0002 e 3855.0002; e pela admissibilidade das demais emendas, observados os ajustes realizados pelo CAE. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação da **Alteração nº 1 do Parecer Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** PLDO 2018. Relator: Deputado Marcus Pestana. **ALTERAÇÃO Nº 1 -** Em decorrência da solicitação da Bancada do Maranhão objeto do Ofício nº 007/2017 – do Coordenador da Bancada Federal do Maranhão – Deputado Rubens Pereira Júnior, de 11 de julho de 2017, que solicita sejam atendidas emendas de execução obrigatória para o referido Estado, o Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2017-CN, PLDO 2018, aprovado nesta Comissão em 28/06/2017, passa a vigorar conforme alterações seguintes: "*Inclua-se o item 2.2.7 da Parte Especial: 2.2.7 Poderão ser elaboradas emendas de relator, para o anexo de metas e prioridades do substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2018 (PLDO 2018), contemplando obras de caráter estruturante, para suprimir lacunas na definição de emendas de bancada estadual, para manter o equilíbrio federativo e para promover o desenvolvimento econômico e social." O* Relator apresentou a Alteração. Não houve discussão. Em votação, a **Alteração nº 1** foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2017-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências". **(PLDO/2018).** Relator: Deputado Marcus Pestana. Foram apresentadas 2.650 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 2.650 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1622.0001, 2925.0002, 3768.0002 e 3855.0002; e ofereceu voto pela aprovação a 421 emendas, pela aprovação parcial a 592, e pela rejeição das demais 1.633 emendas. O Relator apresentou o **Relatório**, e as **Complementações de Voto 1 e 2**. A discussão foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aberta, e foi dado continuidade ao prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA), Célio Silveira (PSDB/GO), Maia Filho (PP/PI), Edio Lopes (PR/RR), Laercio Oliveira (SD/SE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Zé Carlos (PT/MA), Carmen Zanotto (PPS/SC), Rubens Bueno (PPS/PR), Cacá Leão (PP/BA) e Bilac Pinto (PR/MG), e os Senadores Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Benedito de Lira (PP/AL) e Hélio José (PMDB/DF). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 359 destaques. Em votação, **Relatório** e as **Complementações de Voto 1 e 2** foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques. Logo após, às 18h38min, o Presidente suspendeu os trabalhos para análise dos destaques. Às 20h58min, o Presidente reabriu a reunião e concedeu a palavra ao Relator da matéria, Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), que apresentou o seu voto aos destaques. Foi aberta a discussão e participaram os Deputados Zé Carlos (PT/MA), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Júlio Cesar (PSD/PI), Hildo Rocha (PMDB/MA), Edio Lopes (PR/RR), Victor Mendes (PSD/MA), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Laercio Oliveira (SD/SE), Weverton Rocha (PDT/MA), Bohn Gass (PT/RS), Alan Rick (PRB/AC), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Rubens Bueno (PPS/PR), Carmen Zanotto (PPS/SC), Gorete Pereira (PR/CE), Laudivio Carvalho (SD/MG), Rosangela Gomes (PRB/RJ), Gonzaga Patriota (PSB/PE), e os Senadores Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Hélio José (PMDB/DF) e Jorge Viana (PT/AC). Apreciação dos 359 destaques apresentados. 1- Destaques solicitados pelos autores para votação em separado em globo: 51, 83, 94, 95, 127,128, 132, 148, 164, 205 e 333. 2- Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado. Em votação, a proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.1 - Destaques com voto do Relator pela **aprovação:** 01, 02, 04, 09, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 30, 38, 39, 41, 43, 44, 53, 54, 62, 63, 66, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 104, 105, 106, 116, 117, 118, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 166, 167, 175, 176, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 193, 194, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 223, 224, 226, 227, 230, 237, 253, 254, 255, 256, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 342, 353, 354, 356 e 357. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.2 - Destaque com voto do Relator pela **aprovação parcial:** 03, 05, 06, 07, 60, 61, 115, 252, 293, 294, 344, 346, 347, 348 e 349. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **aprovadas parcialmente** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.3 - Destaques com voto do Relator pela **rejeição:** 08, 12, 13, 14, 18 a 28, 31 a 37, 40, 42, 45 a 50, 52, 55 a 59, 64, 65, 67 a 82, 84, 92, 93, 96 a 100, 102, 103, 107 a 114, 119 a 124, 130, 137 a 147, 149 a 163, 165, 168 a 174, 177 a 182, 186, 190, 191, 192, 195 a 200, 204, 210, 212, 215 a 222, 225, 228, 229, 232 a 236, 239 a 251, 257, 258, 260, 268 a 292, 295 a 332, 334 a 341, 343, 345, 350, 351, 352, 355, 358 e 359. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 3 - Destaques para votação em separado em globo. 3.1 – Destaques nºs 51, 83, 94, 95, 127,128, 132, 148, 164, 205 e 333. Destaque nº 51, do Deputado Bohn Gass (PT/RS), à emenda 2862.0018, do mesmo autor. Destaque nº 83, do Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), à emenda 3433.0004, do mesmo autor. Destaque nº 94, do Deputado Edio Lopes (PR/RR), à emenda 2370.0005, do mesmo autor. Destaque nº 95, do Deputado Edio Lopes (PR/RR), à emenda 2370.0010, do mesmo autor. Destaque nº 127, do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), à emenda 2942.0001, do mesmo autor. Destaque nº 128, do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), à emenda 2942.0002, do mesmo autor. Destaque nº 132, do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), à emenda 2246.0004, do mesmo autor. Destaque nº 148, da Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), à emenda 5020.0011, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Destaque nº 164, do Deputado Alan Rick (PRB/AC), à emenda 2690.0005, do Deputado César Halum (PRB/TO). Destaque nº 205, do Deputado Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rocha (PDT/MA), à emenda 7103.0005, da Bancada Estadual de Alagoas. (Autorizador Deputado Ronaldo Lessa). Destaque nº 333, do Deputado Laudivio Carvalho (SD/MG), à emenda 3701.0008, do mesmo autor. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação em bloco, as matérias objetos dos destaques foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4 – Destaques **prejudicados:** 231 e 238. Destaque nº 231, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), à emenda 3855.0002, da Deputada Pollyana Gama (PPS/SP). Destaque nº 238, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), à emenda 2925.0002, da Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC). Os destaques foram **prejudicados**. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 05/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente e de Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, crédito especial no valor de R$ 54.316.267,00 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Victor Mendes. Foram apresentadas 43 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas de nºs 01 a 43. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 02/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Saúde, crédito especial no valor de R$ 30.439.400,00 (trinta milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Rosangela Gomes. Foram apresentadas 137 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 05,14, 36, 41, 42, 43, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 135; e pela rejeição das demais emendas apresentadas. A Relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 06/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica". Relator: Deputado Mandetta. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Pedro Chaves (PSC/MS) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 7.720.000,00 (sete milhões e setecentos e vinte mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 10/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 305.047.057,00 (trezentos e cinco milhões, quarenta e sete mil e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Andre Moura. Foram apresentadas 19 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas de nºs 01 a 19. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS). Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de julho de 2017. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

EM 12.07.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só um minutinho, Deputado. Vou conceder a palavra a V.Exa. *(Pausa.)* Deputado Izalci Lucas, V.Exa. pede...

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Trata-se só de uma informação, Sr. Presidente, de um registro. Queria pedir a atenção dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Srs. Parlamentares, como é fácil perceber, nós estamos aqui com um número bastante significativo de pessoas, não só Parlamentares, como assessores e interessados. Evidentemente eu gostaria de manter a ordem e o silêncio, para que pudéssemos exercer a nossa atividade com toda a tranquilidade. Então, vou pedir aos interessados — podem ficar a postos, é claro — que não se manifestem a respeito das discussões que aqui vamos estabelecer, que mantenham silêncio para a normalidade dos trabalhos. E assim nós seguiremos de forma democrática, de forma tranquila, visto que temos um grande desafio pela frente. Não vai ser fácil chegarmos ao final da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas eu tenho muita confiança, muita fé na compreensão de todos, sobretudo dos nossos Deputados e nossos Senadores.

Também quero contar com a compreensão de vocês que estão acompanhando os nossos trabalhos. Caso contrário, vou pedir para que se retirem do recinto.

Para uma informação, eu concedo a palavra ao Deputado Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem pela manhã, tivemos, no Senado, uma reunião sobre ciência, tecnologia e inovação, em que estiveram presentes mais de 60 entidades. À tarde, através da Frente Parlamentar, fizemos uma reunião aqui na Câmara. Hoje de manhã, realizamos uma Comissão Geral no plenário da Câmara.

O assunto foi ciência, tecnologia, inovação e pesquisa. O nosso orçamento de hoje, como foi concebido, é equivalente ao de 2003 e foi contingenciado agora em 44%. Ele será a referência para o ano que vem.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos os Parlamentares, em especial ao Relator e a V.Exa. Estão conosco a Gianna, que é a Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria — CNI; o Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências — ABC; e o Ildeu Moreira, atualmente Vice-Presidente e o Presidente eleito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC.

Qual é a nossa preocupação, Sr. Presidente? Eu apresentei uma emenda que já aprovamos aqui, na LDO anterior, e que trata do não contingenciamento na área de ciência, tecnologia e inovação.

O Deputado Marcus Pestana, que é o nosso Relator, acabou de chegar.

Sr. Senador, eu gostaria até que as pessoas que citei pudessem dizer alguma coisa, mas sei que regimentalmente não podem fazê-lo. Então, eu estou fazendo um apelo.

Deputado Marcus Pestana, estou fazendo um pedido a V.Exa. e ao Presidente. Nós estamos aqui com 61 entidades da área de ciência, tecnologia e inovação. Realizamos uma Comissão Geral hoje de manhã e tivemos dois encontros ontem, no Senado e na Câmara, A reivindicação nossa e do segmento é no sentido do não contingenciamento, o que já aprovamos na LDO anterior. O nosso orçamento é igual ao de 2003, houve um contingenciamento de 44% nessa área.

Sr. Presidente, o setor não tem futuro! Ontem o Presidente do Instituto, o Dr. Ronaldo, quando estava tomando um café expresso, lembrou que o Brasil exporta burrice e importa inteligência. Nós não podemos continuar dessa forma. Nós precisamos investir em ciência e tecnologia.

Portanto, é esse o apelo que faço. Estão aqui conosco 61 entidades, e 3 delas estão aqui nos representando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a consideração e reforço o pedido ao Relator Marcus Pestana, que, inclusive, como foi Secretário de Saúde, tenho certeza de que sabe que a saúde sem pesquisa e inovação não significa absolutamente nada. Então, para o bem do Brasil, que seja aprovada essa emenda, Sr. Presidente!

Obrigado.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, o Deputado Gonzaga Patriota...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Srs. Deputados, deixem-me apenas dar continuidade aos nossos trabalhos. Já passo a palavra a V.Exas. Deixem-me, no mínimo, apreciar a ata da sessão anterior e dar sequência aos nossos trabalhos, sob pena de iniciarmos a discussão sem antes darmos início ao expediente.

Apreciação da ata.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É sobre a ata, Excelência?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É sobre a ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu queria estabelecer aqui um critério, que, se estabelecido, todos nós vamos cumprir e vamos agilizar os nossos trabalhos.

Regimentalmente os Parlamentares têm 5 minutos para discussão dos temas, das propostas, das emendas, etc., e têm, regimentalmente também, 3 minutos para encaminhamento. Então, eu vou conceder, ao longo das nossas reuniões, os tempos regimentais de 5 minutos e de 3 minutos. Quando faltarem 30 segundos para o término do tempo, vai haver um sinal sonoro alertando os Parlamentares que estão usando a palavra, para que possam concluir sua fala dentro dos 5 minutos. Caso não consigam concluir dentro dos 5 minutos, o tempo será prorrogado por mais 1 minuto impreterivelmente. Terminado o 1 minuto de tolerância, não vou mais abrir o microfone. Nós temos que estabelecer esse rito.

Com relação às discussões preliminares, às questões de ordem e às falas pela ordem, que é o que estamos discutindo agora, vamos estabelecer também um prazo máximo de 3 minutos, sob pena de não conseguirmos concluir o nosso trabalho de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Gonzaga Patriota, V.Exa. já havia me pedido a palavra. Mas, como o Deputado Bohn Gass levanta uma questão a respeito da ata propriamente dita, permita-me conceder a palavra primeiramente a S.Exa. Depois concederei a palavra a V.Exa. com muito prazer.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente Senador Dário Berger. Cumprimento V.Exa., o nobre Relator, os colegas Deputados e Senadores, as pessoas que estão nos acompanhando neste momento.

Antes de começar a falar, eu só peço para ter visibilidade em relação à Mesa, para, ao me dirigir à Mesa, poder visualizá-la, porque é mais salutar, digamos assim. *(Pausa.)* Obrigado.

Sr. Presidente, eu quero, nestes 3 minutos que me cabem, fazer a solicitação de leitura da ata. Nós estamos num processo de debate dessa peça orçamentária, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e viemos de sessões anteriores em que...

Com licença, por favor. *(Pausa.)* Isso! É sempre bom podermos nos enxergar, olhar no olho, ter o visual, poder falar. Obrigado pela compreensão.

Eu quero insistir, nobre Presidente, que tenhamos a leitura da ata. Já fizemos um debate nas sessões passadas, sobre o tema que o Governo está encarando como ajuste fiscal. Mas, pela primeira vez, vamos fazer uma Lei de Diretrizes Orçamentárias sob a égide da Emenda Constitucional nº 95.

Então, é importante termos, neste momento, a leitura dos argumentos que foram colocados na sessão anterior. Para isso, eu solicito que tenhamos a leitura da ata, para depois darmos sequência às outras atividades da Ordem do Dia.

Esse é o meu pedido, para o qual estou regimentalmente amparado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, Deputado, essa é uma situação meio inusitada. Como as letras são muito pequenas, eu não vou conseguir ler. Por isso, quero convidar algum membro da Comissão para que, espontaneamente, venha ler a ata. *(Pausa.)*

Há a Deputada Laura Carneiro que já se apresenta, como Vice-Presidente da Comissão. Senão, eu iria pedir para o próprio autor da solicitação fazer a leitura. *(Pausa.)* S.Exa. vai para uma reunião.

Então, vamos ler a ata. Certo, Senador Benedito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes da leitura da ata, vou permitir que o Deputado Weverton Rocha contribua. Mas peço que o faça rapidamente, por favor.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão a esta Comissão — e V.Exa., como Presidente, vai decidir.

Eu sou membro efetivo da Comissão e Líder da bancada do PDT. Queria lembrar que nós já vimos isso aqui, em outros anos e também em outras legislaturas. Numa altura desta do campeonato, se nós não tivermos aqui um acordo de procedimento, caso a Oposição entre em obstrução, sabemos que esta LDO não terá tempo de ser votada.

Então, eu queria lhe dar uma sugestão aqui, perante os membros do Governo: por que V.Exa. não chama os Líderes partidários para uma reunião lá no seu gabinete, para montarem um acordo de procedimentos e tentarem entrar num entendimento? Aí, se conseguirmos fazer isso, voltamos para cá e encaminhamos a discussão. Senão, é óbvio que nós não vamos conseguir votar a LDO.

É só uma sugestão. Caso contrário, vamos continuar, porque a noite é uma criança.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E nós somos seus brinquedos, não é isso? *(Riso.)* Mas vamos chegar lá, eu tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos à leitura da ata, Deputada.

É lido o seguinte:

Ata da Primeira Reunião Ordinária, da 3 ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 04 de julho de 2017.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: ***- Deputados titulares****: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nascimento, Hugo Leal, Hugo Motta, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; ***- Senadores titulares****: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves;* ***- Deputados suplentes****: Alan Rick, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Domingos Sávio, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Mandetta, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo e Victor Mendes; e* ***- Senadores suplentes****: Cidinho Santos e José Medeiros. Foi registrada a ausência dos membros titulares:* ***- Deputados****: Carlos Sampaio, Evandro Roman, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Rosangela Gomes e Weverton Rocha; e* ***- Senadores****: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Jorge Viana e Kátia Abreu. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Raquel Muniz.* ***ABERTURA****: às quinze horas e vinte e três minutos, do dia quatro de julho de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou Questão de Ordem, que foi respondida pelo Presidente. Em seguida, o Presidente passou para a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27 de junho de 2017; e 1ª Reunião*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Extraordinária, realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram aprovadas nas representações...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. É ridícula a leitura. Isso aí parece corrida de jóquei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Excelência, eu estou entendendo a leitura da Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu não estou entendendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A ata está disponível. V.Exas. acompanhem juntos. Eu leio rapidinho, mas é só para ouvirem. Eu vou ler mais alto.

Nunca ouviram narração de jogo de futebol? Ora, eu vou ser locutora! Vamos lá! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

É lido o seguinte:

*O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram aprovadas nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS**. O Presidente informou que designou relatores para as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 2/2017-CN: Deputada Rosangela Gomes (PRB/RJ); Projeto de Lei nº 4/2017-CN: Senador Benedito de Lira (PP/AL); e Projeto de Lei nº 8/2017-CN: Deputado Delegado Francischini (SD/PR). Em seguida, o Presidente comunicou que designou o coordenador e os membros do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas — CAE, nos termos estabelecido no art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, sendo os seguintes: Coordenador: Deputado Bilac Pinto (PR/MG); Membros: Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Carmen Zanotto (PPS/SC) e Jaime Martins*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PSD/MG). E, relembrou que o prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, encontrava-se aberto e seria encerrado no dia seguinte, 05 de julho, quarta-feira, às 20 horas. ***EXPEDIENTE.*** *O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 27 de junho a 04 de julho de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. Em prosseguimento, o Presidente informou que o quórum para deliberação havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional.* ***ORDEM DO DIA:*** *Pauta. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 08/2017-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito suplementar no valor de R$102.385.511,00 (cento e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e onze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Delegado Francischini. Foi apresentada 01 emenda de Relator. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, com a emenda de Relator apresentada. O Relator apresentou o Relatório e Complementação de Voto. Discutiram a matéria os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Zé Carlos (PT/MA) e o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório foi aprovado com Complementação de Voto, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme o seguinte texto:* ***"COMPLEMENTAÇAO DE VOTO"*** *"Em consideração ao disposto no § 6º do art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezembro de 2016 (LDO-2016), incluímos como anexo demonstrativo de utilização do superávit financeiro relativo à fonte 374 — Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais — Exercícios Anteriores." O Deputado Zé Carlos (PT/MA) manifestou-se sobre a presença dos parlamentares nas reuniões. Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente anunciou o tem 03. Apreciação das Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 1/2017-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências." PLDO/2018. Relatora: Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Foram apresentadas 75 sugestões de emendas. Voto: pela aprovação das 25 sugestões de emendas selecionadas. A Relatora comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO 75 sugestões de Emendas a serem apresentas ao Projeto de Lei nº 1/2017-CN e foram selecionadas 25 delas, a seguir relacionadas: ***EMENDAS DE INCLUSAO DE META: 01.*** *Ementa: Moradia Digna Construção de Habitação de Interesse Social Urbana no Estado do Maranhão; Programa: 2049 Moradia Digna; Ação: 00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei n° 11.977, de 2009); Produto: Volume contratado (unidade habitacional); Acréscimo de Meta: 300.000); e - Ementa: 8 - Hídrica; Programa: 2084 Recursos Hídricos; Ação: 14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para oferta de Agua; Produto: Obra executada (unidade); Acréscimo de Meta: 2.000.* ***EMENDAS AO TEXTO DA LEI: 01*** *- Ementa: Alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de deslocamento" no texto; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei - Artigo 17 Inciso XIV; Texto Proposto: XIV - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$700,00 (setecentos reais) por cada dia de deslocamento, incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. ***02*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas à Defesa Nacional.* ***03*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica.* ***04*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e Programa Nuclear da Marinha (PNM).* ***05*** *— Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da END; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. os projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).* ***06*** *- Ementa: Incluir, no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa; Tipo de Emenda: Aditiva;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Referência: Corpo da lei - Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII - ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia; e VIII - ações em andamento, decorrentes de projetos que contribuem para a consecução de objetivos relacionados ao incremento da Base Industrial de Defesa, à segurança ou à defesa do país. ***07*** *- Ementa: Incluir, no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei — Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII - concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas.* ***08*** *- Ementa: Alterar o inciso XIV do art. 17, incluindo a sentença "por cada dia de deslocamento" no texto; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei - Artigo 17 Inciso XIV; Texto Proposto: XIV - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$700,00 (setecentos reais), por cada dia de deslocamento, incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.* ***09*** *- Ementa: Comando da Aeronáutica - Anexo III - Seção 1 - Obrigações Legais ou Constitucionais da União; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Seção 1 - Obrigações Constitucionais ou Legais da União: 65. Despesas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro — SISCEAB (Art. 21, XII, letra "c" da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do Art. 18 da Lei Complementar nº 97/1.999 e Art. 8º da Lei nº 6.009/1.973).* ***10*** *- Ementa: Comando da Aeronáutica - Projeto FX-2 - Anexo III - Seção II - Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Seção II - Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2. Programa: 2058 / Ação: 14T0. ***11*** *- Ementa: Comando da Aeronáutica - Projeto KC-390 - Anexo III - Seção II - Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Seção II - Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton - Projeto KC-390. Programa: 2058/ Ação: 14XJ; 2. Despesas com o Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton - Projeto KC-X. Programa: 2058 / Ação: 123B.* ***12 -*** *Ementa: Comando da Aeronáutica — SISCEAB - Anexo III - Seção II - Demais Despesas Ressalvadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Seção II - Demais Despesas Ressalvadas: 1. Despesas do Programa Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, Programa: 2058 / Ação: 2OXV; 2. Despesas com Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, Programa: 2058 / Ação: 2913.* ***13*** *- Ementa: Exército Brasileiro - Dá nova redação ao anexo III, do Art. 52; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Anexo II - Item 32; Texto Proposto: Alterar a redação no anexo III do PLDO 2018: 32. Benefícios aos servidores civis e militares, empregados e seus dependentes relativos ao auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e aos auxílios transporte, funeral e natalidade.* ***14*** *- Ementa: Exército Brasileiro - inserir no Anexo III - Aquisição de Blindados Guarani; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o item 64, do PLDO 2018: Aquisição de Blindados Guarani.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

15 *- Ementa: Exército Brasileiro - inserir no Anexo III - Auxílio-Moradia no Exterior; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o Item 64, do PLDO 2018: Auxílio-Moradia no Exterior (Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e Lei nº 13.328 de 29 de julho de 2016).* ***16*** *- Ementa: Exército Brasileiro - inserir no Anexo III - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: Adicione-se ao anexo III, após o Item 64, do PLDO 2018: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON.* ***17*** *- Ementa: incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à Defesa Nacional; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas à Defesa Nacional.* ***18*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, tem excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica.* ***19*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e Programa Nuclear da Marinha (PNM).* ***20*** *- Ementa: Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes da END; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 64; Texto Proposto: 65. os projetos estratégicos decorrentes das*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessidades impostas pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa). ***21*** *- Ementa: Incluir, no art. 52, dois incisos, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo Ministério da Defesa; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII - ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia; e VIII - ações em andamento, decorrentes de projetos que contribuem para a consecução de objetivos relacionados ao incremento da Base Industrial de Defesa, à segurança ou à defesa do país.* ***22*** *- Ementa: Incluir, no art. 52, um inciso, para o atendimento de concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 52 Inciso VI; Texto Proposto: VII - concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas.* ***23*** *- Ementa: Execução Provisória do PLOA 2018; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei - Artigo 52 Inciso V; Texto Proposto: V - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei. Em seguida, foi aberta a discussão e fizeram o uso da palavra os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (PMDB/MA) e o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). Em votação, as 25 sugestões de emendas selecionadas, sendo 2 de Inclusão de Meta e 23 ao Texto da Lei, para serem apresentadas pela CMO ao PLDO/2018, foram aprovadas nas representações da*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao final da votação, a Deputada Laura Carneiro teceu agradecimentos aos Parlamentares. Item 02. Apreciação do Requerimento nº 01/2017-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater os Cenários para o Desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, Saúde do Brasil em 2035. Autor: Deputado Hugo Leal. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ***ENCERRAMENTO:*** *concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de julho de 2017. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Dário Berger. Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está lida a ata. Há alguma retificação a fazer? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está aprovada a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está aprovada?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu quero discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não. Discutir, não. V.Exa. tem alguma retificação a fazer na ata? Ou V.Exa. faz agora a retificação ou tem, inclusive, a possibilidade de, após fazê-la, remetê-la à Secretaria para a devida retificação. Mas não se pode discutir a ata, não. Não cabe discussão da ata. Cabe retificação da ata. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou lhe conceder 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu fiz o debate na sessão passada, mostrando discordância radical em relação ao tema do ajuste fiscal e, inclusive, àquilo que o Ministro falou — porque, na sessão anterior, o Ministro esteve conosco aqui.

Eu fiz referência à nossa contrariedade sobre o tema relacionado ao funcionalismo público. O que o Ministro está colocando? Que só haverá substituição nos casos de saída de servidor, e não no caso da necessidade de ampliação. Isso foi colocado, e nós fizemos esse debate.

Os servidores das categorias que estão hoje aqui, a exemplo dos que fizeram concurso, não terão nenhuma possibilidade de ser contratados se essa regra viger.

Eu fiz o debate, mas isso não está devidamente registrado na ata. E, para mim, na ata precisa estar fielmente registrado o debate que efetivamente foi feito, Sr. Presidente. Então, quero insistir na tese de que a ata incorpore esse elemento, porque nós vamos discutir, para o próximo período, como vai ser a estrutura do Estado brasileiro.

Eu dei um exemplo em relação às categorias fundamentais de setores que fazem políticas públicas, ou de fiscalização ou de controle, que são fundamentais. E dei outro exemplo inclusive, em relação à questão sanitária do País. Se nós tivermos um desaparelhamento e um sucateamento da estrutura do Estado brasileiro, nós vamos sofrer mais retaliações, como o Brasil está sofrendo em relação às carnes, por exemplo, dos Estados Unidos, porque nós não temos uma vigilância, que é serviço público e precisa ser garantido.

Então eu queria que esse tema estivesse registrado, porque foi o debate que nós fizemos, e as atas precisam ser fidedignas ao debate feito na reunião.

Era esse o tema que eu queria aproveitar para lembrar, em relação à retificação na ata, pelo conteúdo. A ata precisa demonstrar o conteúdo do debate que foi realizado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Determino à Secretaria da Mesa que transcreva na íntegra o posicionamento de S.Exa.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, farei apenas um registro muito rápido.

A emenda que nós aprovamos na semana passada, do Deputado Hildo Rocha, que, portanto, passou a ser da Comissão, não será apenas para o Maranhão, mas para o Brasil inteiro. Entretanto, na ata não ficou considerado que ela é nacional. É por isso que há necessidade de retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em votação a ata na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está em votação a ata na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Vamos ao expediente.

Vou primeiro concluir esta parte inicial. Depois nós entraremos, então, nas discussões e no debate propriamente dito.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Antes de nós entrarmos na Ordem do Dia, informo que se encontra sobre a mesa requerimento de inversão de pauta de autoria do Deputado Bohn Gass:

> *Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão de apreciação de pauta nº 2, de 2017, no sentido de ser apreciado inicialmente o item 2 na Ordem do Dia da segunda reunião desta Comissão, realizada em 12 de julho de 2017.*

Uma explicação a V.Exas.: consta da pauta, na Ordem do Dia, o item 1, que é o Projeto de Lei nº 4, de 2017, de autoria da Presidência da República, cujo Relator é o distinto e eminente Senador Benedito de Lira, que se encontra com o relatório pronto. A solicitação é para inverter essa pauta, de modo que o Senador Benedito de Lira não profira neste momento o seu relatório.

Acho que está bem entendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou colocar em votação o requerimento do Deputado Bohn Gass.

V.Exa. vai fazer a defesa? V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, nós estamos pedindo a inversão de pauta para fazer o que o Regimento nos permite, que é o famoso e conhecido processo de obstrução.

Nós, hoje à tarde, temos aqui vários pontos: os PLNs que estão em pauta e também a LDO.

A LDO, como nós já dissemos, está sendo organizada com diretrizes que levarão o Brasil a uma situação catastrófica. Eu vou dar um exemplo concreto, nobre Senador. A sua Santa Catarina, o Paraná e o País inteiro têm um grande trabalho de cooperativismo — hoje de manhã nós tivemos, na Comissão de Agricultura, um debate e tratamos do tema. Pasmem: o Governo Temer, no Plano Safra, retirou o aporte de recursos do crédito rural para as cooperativas, nobres Deputados. E qual foi o argumento que o Governo usou para justificar a retirada de recursos das nossas cooperativas da produção de Santa Catarina, do seu Estado, nobre Senador? O de que os recursos estão congelados.

Então, estamos aqui a debater a Lei de Diretrizes do Orçamento. Queremos fazer este debate, e é legítimo que nós façamos obstrução exatamente para colocar para a sociedade brasileira que, com esse procedimento, sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, nós vamos ter hoje o corte de recursos para os agricultores, para as cooperativas, e eles vão precisar...

Sr. Presidente, está difícil. Peço a V.Exa. que interrompa o meu tempo.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente.

É importante que eu coloque este argumento, porque ele mexe com a produção no País. Nós estamos aqui discutindo Orçamento. De onde vem o dinheiro? Dos tributos, da circulação da mercadoria, da produção deste País. E as cooperativas vão deixar de produzir. Por quê? Porque elas precisam pegar o dinheiro captado no mercado com juro mais elevado. Obviamente, quem vai perder são os associados, os produtores, os agricultores.

A mesma coisa acontece com o congelamento do Bolsa Família. O Governo Federal anunciou que iria reajustar o Bolsa Família acima da inflação. Nem a inflação ele recuperou! Nem a inflação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para concluir, Presidente, quero dizer que ficou congelado o recurso. Portanto, nós estamos fazendo a defesa da alteração do processo, a fim de que possamos fazer o debate necessário nesta Comissão hoje à tarde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O debate está previsto. Inclusive, é o item 2 da pauta a apreciação do Relatório nº 1 do Comitê de Admissibilidade das Emendas.

Sinceramente, eu não vejo razão para a inversão de pauta, uma vez que o relatório do Senador Benedito de Lira é rápido, é objetivo, está pronto.

Eu submeto à apreciação da Câmara dos Deputados o requerimento de inversão de pauta do Deputado Bohn Gass.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Então, não vai ao Senado.

Vamos à Ordem do Dia.

Item 1. Projeto de Lei nº 4, de 2017...

Ah! há outros requerimentos. Há vários outros requerimentos.

Senador Benedito, peço a sua paciência, porque o tema, realmente, é relevante.

O requerimento subsequente do Deputado Bohn Gass fica prejudicado, uma vez que nós vamos dar sequência à pauta original conforme proposta a V.Exas.

Antes da Ordem do Dia, vou conceder a palavra ao Deputado Gonzaga...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, Presidente! Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, apresento apenas um requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, nos termos do art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno.

Trata-se do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2017. Eu pediria a V.Exa. a inclusão desta matéria.

E ainda, dentro dos 40 segundos que me restam, reitero o que o Líder do PDT disse. Estou há mais de 30 anos nesta Casa e nunca vi votar-se nada no Plenário, principalmente nesta Comissão de Orçamento, sem aquelas reuniões de Líderes. Eu queria fazer minhas as palavras do Líder do PDT e pedir a V.Exa. que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não hoje, mas nas próximas reuniões, nós pudéssemos, antes de vir aqui, ter aquela reuniãozinha trancada, para ver o que entra, o que não entra, para não perderemos tanto tempo aqui, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a sugestão de V.Exa.

Na verdade, nós já fizemos quase uma dezena de reuniões de Líderes. Inclusive, ontem nós fizemos uma reunião de Líderes que definiu toda a estratégia para a reunião de hoje. Portanto, não vi necessidade de nós fazermos hoje, novamente, Deputado Patriota, outra reunião, haja vista que nós já tínhamos deliberado e discutido amplamente esta situação.

Portanto, agradeço a sugestão de V.Exa. no sentido de contribuir, de dar celeridade ao processo, que é o meu objetivo e o meu interesse também. E não vai faltar oportunidade para nós reunirmos as Lideranças e todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que, evidentemente, busquemos um entendimento na tramitação das matérias de interesse desta Comissão. Eu agradeço a V.Exa.

Está atendida a solicitação de V.Exa.

Vamos, então à Ordem do Dia propriamente dita.

Ordem do Dia.

Item 1. Projeto de Lei nº 4, de 2017, do Presidente da República, que abre ao Orçamento de Investimento da União para 2017, em favor da empresa Companhia Hidro Elétrica de São Francisco — CHESF, crédito suplementar no valor de R$ 164.686.056,00, para os fins que especifica. O Relator é o eminente Senador Benedito de Lira. O voto é pela aprovação do projeto de lei. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Portanto, V.Exa., Senador Benedito de Lira, está com a palavra.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, conforme já enumerou V.Exa. na ementa, “o crédito suplementar destina-se aos seguintes órgãos e unidades orçamentárias, para o atendimento das ações discriminadas no projeto de lei:

a) 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento na Região Nordeste;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) 2D61 - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste;

e c) 2D63 - Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste.

Ainda, de acordo com a Exposição de Motivos nº 130/2017/Medida Provisória, as fontes de financiamento para dar suporte à execução do crédito decorrerão de Geração Própria da empresa Estatal.

Cabe salientar que a Exposição de Motivos enfatiza que a abertura do crédito possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional da empresa. O referido crédito corresponde ao valor mínimo necessário..."

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Senador, desculpe-me...

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - "... para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos..."

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Senador, desculpe-me.

Presidente, eu gostaria...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - "... no plano estratégico da empresa para 2017."

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Senador, desculpe-me interrompê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Senador, só 1 minutinho, por favor.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu queria poder acompanhar a leitura do relatório, mas o Plenário está insustentável. Ninguém consegue ouvir nada! Eu gostaria de acompanhar os trabalhos. Há um orador falando sobre o relatório, e nós não conseguimos entender o que ele está dizendo, para poder acompanhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A voz aguda de V.Exa. já contribuiu substancialmente para serenar os ânimos do Plenário.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - O tom grave de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O tom grave de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado pelo socorro, Senador Benedito de Lira.

Então, eu vou voltar a insistir: nós precisamos de ordem na Casa, de silêncio, para apreciarmos a matéria, discutirmos. Caso contrário, eu terei que, infelizmente, pedir para evacuar a Comissão, embora não esteja nem nunca tenha estado nas minhas perspectivas fazer com que isso aconteça.

Por favor, vamos ouvir o Relator da matéria, Senador Benedito de Lira, que está relatando o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2017.

Muito obrigado a todos.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Continuando, Sr. Presidente.

"Cabe salientar que a Exposição de Motivos enfatiza que a abertura do crédito possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional da empresa. O referido crédito corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos no plano estratégico da empresa para 2017.

Por fim, conforme salientou o Ministro do Planejamento na exposição de motivos, a abertura do referido crédito não afetará o equilíbrio da meta global de resultados primários para 2017, visto que as empresas do Grupo Eletrobrás, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.418, de 26 de dezembro de 2016, não são considerados no cálculo das metas ficais.

Não foram apresentadas emendas no prazo estabelecido.

É o relatório.

Análise.

Conforme o disposto no inciso I do § 1º do art. 166 da Constituição Federal, compete a esta CMO examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei de créditos adicionais submetidos pelo Poder Executivo.

Examinando o projeto, constatamos que a proposição legislativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, notadamente os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, do Plano Plurianual e da Lei nº 4.320, de 1964."

Feito o relatório, Sr. Presidente, passo ao voto.

"Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2017, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer do Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do Senador Benedito de Lira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns ao Senador Benedito de Lira! Agradeço a V.Exa. a paciência e peço desculpas pela interrupção da leitura do seu relatório em função do barulho que se estabeleceu. Ao final, concluímos com pleno êxito.

Senador Pedro Chaves...

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Questão de ordem.

Há um requerimento sobre a mesa da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 6, de 2017, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de 2 milhões e 700 mil reais, de autoria do Deputado Mandetta.

Gostaria de saber se pode incluí-lo em pauta, o PLS 06.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Pedro Chaves...

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Senador Pedro Chaves, meu distinto e querido amigo, encontram-se sobre a mesa vários requerimentos, entre os quais este a que V.Exa. se referiu.

Eu vou submeter à apreciação todos esses requerimentos, antes de entrar no item 02 da pauta, que é propriamente o relatório do Comitê de Admissibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas. O ideal seria que nós colocássemos em votação em bloco, mas, como não há essa possibilidade, vamos apreciar um a um.

Requerimento de inclusão de matéria na pauta.

Há sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Hildo Rocha, com base no art. 214, do Regimento Interno do Senado Federal, para inclusão na pauta da Ordem do Dia desta reunião, no sentido de apreciar a Alteração nº 1 do parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

O autor tem a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós apresentamos esta proposição para que o Relator da LDO possa incluir a proposta da bancada do Maranhão no anexo de prioridades e metas.

Os Senadores do Maranhão não foram localizados a tempo para assinar a ata. Depois que foram localizados para que pudessem assinar a ata, já não houve mais possibilidade de entregá-la ao Relator, o Deputado Marcus Pestana.

Em função disso, nós apresentamos esta proposição, que eu espero que seja aceita, porque é a proposta da bancada do Maranhão. O Maranhão perdeu o prazo, e então nós fizemos esta proposição para que o Estado seja atendido.

É a proposta dos diques da Baixada e, além disso, do ITA — Instituto Tecnológico de Aeronáutica, no Maranhão, assim como de recursos para equipamentos destinados aos pequenos agricultores familiares do Maranhão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já está incluído no relatório complementar, Deputado. Quando eu recebi, houve um problema de oficialização da seleção das 3 emendas. Tão logo houve consenso entre as bancadas do Maranhão no Senado e na Câmara, foi incorporada ao texto e resolvida esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Hildo Rocha, vamos votar então o requerimento de V.Exa.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foi aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu só quero lembrar aos ilustres membros desta Comissão que nós vamos aprovar todos os requerimentos e, após, submeteremos à apreciação a Ordem do Dia, com a pauta já propriamente estabelecida.

O próximo requerimento também é de autoria do Deputado Hildo Rocha, que requer, nos termos do art. 214 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Projeto de Lei nº 02, de 2017-CN, na Ordem do Dia da reunião desta Comissão, realizada no dia 12 de julho de 2017.

Eu não sei se V.Exa. quer encaminhar a matéria. *(Pausa.)* Acho que não, porque é a mesma coisa.

Submeto o requerimento, então, à apreciação dos membros desta Comissão na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o requerimento à apreciação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, sobre a mesa está um requerimento do Deputado Victor Mendes em relação ao Projeto de Lei nº 5, de 2017-CN também com o objetivo de inclui-lo na Ordem do Dia.

Consulto o Deputado se gostaria de encaminhar a matéria.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, pela sensibilidade da matéria, eu gostaria de fazê-lo rapidamente, só para o conhecimento dos colegas Deputados e Deputadas, Senadoras e Senadores.

Estamos pedindo a inclusão na pauta deste PLN, porque ele abre crédito no Orçamento para os Ministérios da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Ministério da Educação, esse crédito é para pagamento de contribuição à Associação Universitária Ibero-Americana de Pós-Graduação, no âmbito da Universidade Federal de Itajubá.

No Ministério da Saúde, esse crédito é para o pagamento de cota necessária para a admissão do Brasil como participante da Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer.

No Ministério do Meio Ambiente, o crédito é para apoio a diversos projetos voltados à proteção, conservação e recuperação das condições ambientais que garantam a melhoria de oferta e do acesso de água de qualidade para o consumo humano.

Então, este PLN é de grande sensibilidade e de grande importância para as políticas públicas do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e, principalmente, do Ministério do Meio Ambiente. Por isso, pedimos sua inclusão na Ordem do Dia pela importância dessa matéria e pela celeridade que ela requer.

Agradeço o apoio de todos os colegas, porque eu acredito que já haja um acordo nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Submeto o requerimento à apreciação da representação da Câmara dos Deputados a inclusão do PLN 5/17, na Ordem do Dia.

Os Deputados e Deputadas que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto o requerimento à apreciação da representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos em seguida ao requerimento do Deputado Mandetta, cujo objetivo é a inclusão do Projeto de Lei nº 06, de 2017-CN, na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao autor do requerimento para o seu encaminhamento.

O SR. DEPUTADO VANDER LOUBET - Eu gostaria de subscrever este requerimento do Deputado Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Seu pedido será atendido, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Subscrevem o requerimento de inclusão da matéria na Ordem do Dia o Senador Pedro Chaves e o Deputado Vander Loubet.

Submeto o requerimento à apreciação da representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o requerimento à apreciação da representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao penúltimo requerimento. Nos mesmos termos, requerimento do Deputado Gonzaga Patriota em relação ao Projeto de Lei nº 07, de 2017-CN.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há outro requerimento do Deputado Hildo Rocha, que solicita inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 10, de 2017-CN.

Não querendo o autor se manifestar, submeto o requerimento à votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com a inclusão do requerimento na pauta da Ordem do Dia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será incluído na Ordem do Dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 2. Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE nº 1, de 2017, do Sr. Bilac Pinto, (PLN 1/17), sobre exame de admissibilidade das emendas ao anexo de metas do PLN 1/17 — Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto.

Voto: Propõe, dentre as emendas apresentadas ao PLDO 2018, que sejam consideradas inadmitidas as de nºs 16220001, 29250002, 3768002, 38550002, apresentadas respectivamente pelos Deputados Pauderney Avelino, Carmen Zanotto, Tenente Lúcio e Pollyana Gama, todos para a ação nº 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade. As demais emendas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes realizados pelo CAE.

O coordenador, o Deputado Bilac Pinto, está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Ilustre Senador Dário Berger, é um prazer estar aqui novamente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fazendo apenas um preâmbulo a respeito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1, de 2017 para 2018.

O relatório trouxe aqui alguns itens que são fundamentais. Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas aos projetos de lei orçamentários anual de diretrizes orçamentárias do plano plurianual.

Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O relatório é mais extenso. V.Exa., Sr. Presidente, teve a liberdade de proferir também a conclusão do meu relatório e expôs o voto, no qual rejeitamos algumas emendas no PLDO para 2018, que foram inadmitidas. As emendas coletivas foram consideradas admitidas, observados os ajustes realizados pelo CAE.

Este é o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos passar à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Alteração nº 1 ao parecer preliminar PLDO para 2018.

Relator da matéria: Deputado Marcus Pestana.

Em decorrência da solicitação da bancada do Maranhão...

Deputado Marcus Pestana, quero consultar V.Exa. Vou repetir aqui, porque...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu me atrapalhei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, V.Exa. não se atrapalhou. Pelo contrário, V.Exa. está se dividindo em dois, três, quatro, cinco, seis, sete, quantos forem necessários, para que nós possamos levar à frente a nossa reunião.

A Alteração nº 1, Sr. Relator, trata da complementação da solicitação da bancada do Maranhão, que seria um parecer preliminar ao PLDO para 2018.

Passo a palavra a V.Exa., Deputado Marcus Pestana, para que fale sobre a inclusão dessa alteração.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, representantes da sociedade civil que aqui acompanham esta reunião, a complementação de voto não só incorpora a decisão da bancada do Maranhão, mas também introduz algumas correções no relatório preliminar, que são correções de erros formais.

Por exemplo, no quadro que consta o relatório sobre as emendas aprovadas, apresentadas, aprovadas parcialmente e rejeitadas, havia um erro aritmético, porque os dados não foram colocados no Excel. Então, há desde questões formais corrigidas, como também correções introduzidas a partir do diálogo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estabelecemos ontem numa reunião de coordenadores da bancada, com Senadores e Deputados, que trouxeram sugestões de uma série de aprimoramentos.

Então, esse é um parecer preliminar que permite fazer essas alterações, no caso introduzindo as emendas da bancada do Maranhão e também questões relativas ao diálogo que tivemos, não só com Deputados e Senadores, mas também com integrantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no sentido de arredondar o texto, atendendo questões de expressão contábil e gerencial, de despesa alimentícia, de refeição, a forma de expressão no sistema de controle; questão de viagens, a responsabilização do Ministro de Estado ou autoridade equivalente, enfim; questões relativas à compensação orçamentária entre Câmara, Senado e TCU; questões relativas ao CAUC, conforme sugestões do Senador Lira. Aprimoramos o texto no sentido de contribuirmos com os Municípios brasileiros na conquista de recursos importantes. Há também a questão da transparência na apuração dos resultados primário e nominal. Há o aprimoramento da transparência no Sistema S, que é um tema caro, particularmente ao nosso Senador Ataídes. Há um artigo específico aprimorando os mecanismos de controle e transparência no Sistema S. Há a questão do acesso à informação.

Enfim, há uma série de aprimoramentos, de ajustes formais, como a correção do número de emendas aprovadas, rejeitadas e apresentadas, como essas sugestões que surgiram no diálogo com Senadores e Deputados. Num segundo momento, nós vamos discutir. Ainda não é o momento de tratar da divergência. Aqui é o campo da convergência.

Então, trata-se só de um adendo à complementação de voto no relatório preliminar. Depois nós teremos uma oportunidade, e eu farei uma justificativa mais substanciosa dos fundamentos que levaram à construção do relatório e do texto que alterou o projeto original do Executivo em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Seria isso o que eu teria a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mais uma vez, agradeço V.Exa.

Está em discussão a Alteração nº 1 do Parecer Preliminar do PLDO para 2018. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos ao item 3 da nossa pauta.

Item 3. Projeto de Lei (CN) nº 1, de 2017, do Presidente da República, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Relator: Deputado Marcus Pestana.

Preliminarmente, quero cumprimentar o eminente Relator pela presteza, pela dedicação, pela capacidade de trabalho e pelo tempo que disponibilizou para que chegássemos a este momento, para a apreciação desta matéria.

O voto do Deputado Marcus Pestana é pela aprovação do projeto de lei e das emendas a ele apresentadas, conforme proposta de parecer em anexo, nos termos do substitutivo. Ao projeto, foram apresentadas nada mais, nada menos do que 2.650 emendas. Portanto, não foi pouco trabalho.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não vou aborrecê-los com uma leitura enfadonha e desinteressante. Se for exigência de alguém, eu o farei, com o maior prazer, mas acho muito mais interessante fazermos uma discussão qualitativa sobre os fundamentos que levaram à construção do relatório e da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O primeiro ponto que eu queria deixar muito claro e que tenho que compartilhar com Senadores, com Deputados, com a imprensa aqui presente, com líderes e representantes da sociedade civil, com todos aqueles que nos acompanham pelos mecanismos de comunicação do Congresso Nacional é que a cultura orçamentária e o comprometimento com a responsabilidade são, ainda hoje, frouxos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós avançamos muito com a estabilização da economia, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com todo o progresso institucional posterior a esses marcos legais normativos. Mas a cultura do Brasil é diferente, por exemplo, da cultura do Congresso americano e da sociedade americana, em que há uma rigidez absoluta na construção do orçamento. Há um comitê de receita que estima a receita e, a partir daí, dispõe sobre as despesas. A projeção da receita é blindada. Aqui no Brasil, geralmente nós dispomos sobre as despesas e depois vamos arrumar as receitas, nem sempre existentes.

Eu queria compartilhar com os senhores e com as senhoras o entendimento de que nós vivemos uma situação dramática. Sem carregar nas tintas, eu queria realçar que vivemos um grave, um gravíssimo estrangulamento fiscal. O Rio de Janeiro é só a ponta do *iceberg* do que pode acontecer no Brasil se não tivermos responsabilidade fiscal. Os números são gravíssimos!

Nem todos são obrigados a saber isto. Eu sou economista e professor de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora e sei que cada corporação — advogados, economistas, etc. — protege-se com um linguajar hermético e completamente hostil a quem não é do ramo. Mas qualquer trabalhador, qualquer dona de casa, qualquer família, ao organizar o seu orçamento familiar, consegue entender a linguagem orçamentária do setor público. Qualquer pessoa, qualquer cidadão sabe que não pode gastar indefinidamente mais do que tem.

Diante de um desajuste crônico, permanente, a primeira alternativa é se desfazer de ativos. Segundo a clássica metáfora dos economistas, vende-se a geladeira para se comprar comida. A pessoa tem uma geladeira só. Do patrimônio ela se desfaz até um limite.

Qualquer pessoa sabe que o orçamento, seja familiar, seja público, seja empresarial, não é um saco sem fundo. Trata-se de uso alternativo de recursos limitados. Isso é evidente. Uma família pode até falar isto: *"Eu quero viajar para a Europa todo ano. Eu quero trocar meu carro todo ano. Eu quero colocar minhas crianças na melhor escola"*. Mas nem sempre isso é possível, pela limitação orçamentária.

Para não me alongar muito, eu queria apresentar um dado. A primeira alternativa é se desfazer de ativos para cobrir o rombo. A segunda — é o que o cidadão faz — é pedir dinheiro emprestado à família. Depois, faz crediário e fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cheio de carnês. Depois, vai ao banco. Depois, vai ao agiota. As famílias estão altamente endividadas no Brasil, como os pequenos e médios empresários, como os governos.

Por que o Rio de Janeiro passa por essa dificuldade, atrasando salários de abril e maio e o 13º salário do ano passado? Porque não tem capacidade de endividamento. O Governo Federal só não chegou a um ponto de estrangulamento total porque tem capacidade de se financiar no mercado lançando títulos. O Governo tem capacidade de expansão da dívida pública.

É preciso que fique claro que déficit público produz dívida e que dívida produz um pacto geracional perverso. O que nós estamos fazendo com as novas gerações, com os nossos filhos, com os nossos netos, é criminoso, é perverso, porque estamos deixando um sistema previdenciário insustentável e uma dívida impagável.

Para encerrar esse ponto dos fundamentos, eu digo aos senhores e às senhoras que o Brasil viveu uma situação excepcional negativamente na qual o déficit nominal, que inclui todas as despesas, inclusive as financeiras, foi de 9%, 10% do PIB. Esta LDO projeta, para o ano que vem, um déficit nominal, que inclui todas as despesas operacionais do Governo e as financeiras, de 6% do PIB. Isso vira endividamento. O déficit primário não inclui as despesas financeiras. O déficit nominal inclui todas as despesas.

Com isso, nós estamos dizendo à sociedade que o Brasil vai se endividar mais ainda, vai incrementar a dívida em 6% do PIB. É uma herança. Nós estamos trocando gasto presente por dívida futura.

Ninguém é obrigado a entender isto se não for do ramo, mas vou dar um parâmetro simples de se compreender. A Comunidade Europeia, ao construir a Zona do Euro, no Tratado de Maastricht, fixou 3% de déficit nominal do PIB como o limite máximo aceitável, a partir do qual os países sofreriam sanções, penalizações. Grécia, Portugal e Espanha, antes da crise, estavam com 6%, 7%, em vez de 3%.

No Brasil, nós tivemos 9% de déficit nominal e estamos dizendo, na LDO, que teremos 6%, mas parece que está tudo normal. Nós ainda não temos consciência da gravidade da situação que o Rio de Janeiro prenuncia.

Passando ao segundo plano, quais são as novidades? E está aqui o nosso Deputado Cacá Leão, que vai relatar o Orçamento. Em que marco se dá a votação da LDO como orientadora da consolidação do Orçamento de 2018? É o primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento que será feito dentro do Novo Regime Fiscal, que prevê um teto de expansão do gasto público.

O mundo mudou. O Congresso Nacional, reagindo a essa mudança de cenário, aprovou uma legislação. A partir disso, nós temos outro cenário, outro ambiente. Embora a compreensão subjetiva não esteja nesse nível, o Congresso tomou uma atitude e, por proposta do Executivo, aprovou o limite de expansão do gasto público.

Por outro lado, o cenário é de radicalização do estrangulamento fiscal. Os Deputados e os Senadores são antenas da sociedade. Todos os Deputados têm contatos nos mais diversos segmentos da administração pública federal. Todos os Deputados e Senadores sabem o que está ocorrendo. Despesas fundamentais estão sendo sacrificadas. Não se assustem! A receita está caindo. De janeiro a maio, computando-se a inflação, houve uma queda real de 0,8%. Em vez de crescer, a receita está caindo, em termos reais.

A receita está caindo e há uma paralisia da economia. Havia uma retomada, mas a crise política não está auxiliando a retomada da economia. Nós temos que dar conta de superar, no mais curto prazo, essa incerteza. Mas o cenário é de muita restrição.

Há um terceiro ponto que eu gostaria de frisar, porque tenho vício de professor de academia. Quando se tem metodologia e princípios claros, tudo fica fácil de resolver. Como dizia um amigo Vereador, quando se tenta matar uma formiga com um martelo — seria ir ao varejo —, sofre-se muito. É diferente do que ocorre quando se ergue uma metodologia.

Qual foi a metodologia que inspirou os Deputados e os Senadores a entenderem a rejeição de muitas emendas? Primeiro, encarar a realidade como ela é: há grave crise fiscal. Segundo, não corroborar essa coisa do “me engana que eu gosto”, do mundo do faz de conta. Terceiro, não desmoralizar a LDO e o Orçamento como instrumentos efetivos de planejamento.

O Congresso americano só aprova uma nova despesa se criar um imposto ou se a substituir por uma despesa programada. E o orçamento pode então ser inclusive impositivo. Se existe uma boa projeção blindada de receita, nós poderemos chegar até ao orçamento impositivo. Mas, como nós temos uma elasticidade muito grande quanto à compreensão dos limites orçamentários, isso não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conceitualmente, acho que houve uma distorção da LDO ao longo do tempo. A LDO não se presta para fixação de metas, prioridades e não trata de dinheiro, de alocação de recursos. O momento de fazer isso é o do Orçamento. Nós estamos confortáveis nesse sentido, porque o Relator Cacá Leão é da Bahia e descobriram uma mina de ouro na Bahia, de que vão jorrar recursos abundantes para se atender a todas as demandas.

Brincadeiras à parte, a situação é gravíssima. Mas a questão não é a LDO. Eu vi a preocupação dos Deputados e Senadores de emendarem a LDO. Do meu ponto de vista, a LDO tinha que erguer diretrizes apenas. Orçamento é expressão de um conflito distributivo. Os recursos são limitados, há centenas de programas e atividades que concorrem com aqueles recursos, e há necessidade de se priorizar. A arte de construir e executar orçamento é a arte de priorizar.

Lembro que existe um cacoete. O uso do cachimbo faz a boca torta. Nós temos um anexo de metas e de prioridades. Não acho que seria cabível. A LDO deveria só erguer parâmetros, diretrizes, para que o Executivo, aí sim, fizesse a proposta, e o Relator e a CMO construíssem o Orçamento, propiciando que o dinheiro fique disponível. Na LDO, nós não estamos desempatando conflito distributivo.

No quarto plano, eu queria falar sobre os mitos que existem. Eu hoje dei uma entrevista à *Rádio Câmara* e até radicalizei o meu discurso. Dois Deputados tinham falado antes de mim. Falaram sobre agentes comunitários, sobre ciência e tecnologia. Isto ainda não ficou claro: o teto não considera a ação, a política pública, o órgão, o Ministério, o teto é global, por Poder. O Poder Judiciário tem um teto, o Poder Legislativo tem um teto, o Poder Executivo tem um teto. Não há teto setorial.

Eu discuti várias vezes na Comissão e no plenário a questão da PEC do Teto. Eu dizia sempre, inclusive dialogando com os Deputados da Oposição, que piso não é teto. A prova disso é que os únicos pisos que eu incrementei na LDO, aceitando emendas, foi o da educação e o da saúde, que são pisos constitucionais. Na época da discussão da PEC do Teto se falava assim: *"Vai-se congelar o gasto da saúde*, *vai-se congelar o teto da educação".* Não é verdade. Piso não é teto. O que eu fiz então? Na fixação do piso, aceitando a argumentação racional, ponderada de alguns Deputados, quanto a uma das emendas, eu tive uma abertura de espírito completa do Senador Humberto Costa, do PT, incorporando o crescimento demográfico no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

piso da saúde e no da educação, para que o gasto *per capita*, nesses dois setores prioritários, não caísse. Foi considerado o realizado anteriormente, a inflação, o percentual de crescimento demográfico, para investimento *per capita*. É bom falar de prioridade, o difícil é executar. Para que ela não seja retórica, ela tem que se transformar em gestos, em atos concretos e factíveis. Não se pode vender lote na lua.

O teto, portanto, não é global. Muita gente considerou, por meio de emendas e falas, no plenário, na *Rádio Câmara*, na *TV Câmara*, que há um teto setorial.

Em segundo lugar, eu já esclareci que LDO não lida propriamente com a hierarquização das metas, os recursos. Isso se dá na peça orçamentária.

Um terceiro e último mito é o de que juros são despesas arbitrariamente fixadas. Eu acho isto contraditório. Existem pessoas que fazem um discurso veemente, alegam que é preciso reduzir a despesa com os juros da dívida. Juro é preço, é o valor cobrado por quem empresta ao Governo, já que o Governo tem um rombo, um buraco a ser financiado. Os economistas chamam isso de necessidade de financiamento do setor público. É preciso captar recursos. Vende títulos, endivida-se e, dependendo das circunstâncias, capta recursos a uma determinada taxa de juros. Quanto maior for a dívida, maior será o prêmio que os financiadores exigem, menores serão os prazos, porque o risco é maior.

Então, há contradição no discurso de determinado segmento, que, às vezes, é muito veemente. Se querem derrubar a despesa relativa a juros, têm que fazer o ajuste fiscal. A maneira de não fazer a dívida crescer é combater o déficit. Do contrário, a dívida vai crescer explosivamente. O Brasil está tendendo a ter uma dívida bruta de 80% do PIB, o que, para as condições de um país emergente, é muito grave.

Qual foi o método, então, traduzido no relatório? Falarei de um princípio fundamental, para que os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras entendam. Vejam que, em relação às despesas, 82% são obrigatórias e 18% são discricionárias. Nesse quadro está embutido um déficit, endividamento. A margem de manobra, portanto, no caso de qualquer Governo, é muito curta. Então, o meu princípio fundamental no relatório foi não engessar a execução orçamentária, já que o déficit é pornográfico, é um déficit gravíssimo, e a rigidez é absurda, é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para entenderem a rejeição de várias emendas, esclareço que eu não admiti nenhuma emenda que fizesse indexação de despesas pontuais, setoriais ou de orçamento de órgãos. Eu não acolhi nenhuma emenda que estabelecesse pisos que não fossem os pisos constitucionais. Houve propostas generosas, meritórias. Eu já fui Secretário de Saúde, já fui Chefe de Gabinete no Ministério das Comunicações, Vice-Ministro do Meio Ambiente, eu não sou insensível, mas não podemos amarrar na LDO a construção do Orçamento, não podemos estrangular o Governo. A margem de manobra já é muito curta, e nós estamos chegamos ao limite.

O próximo Governo, o Governo eleito em 2018, pode ter uma situação quase ingovernável de estrangulamento, e aí nós vamos entrar nas despesas obrigatórias. Nós vamos ter que rever direitos, legislações e princípios constitucionais que são consolidados historicamente, como o piso da educação e da saúde.

Também não acolhi nenhuma emenda que protegesse setores, ações ou programas de contingenciamento. Foram 670 emendas propondo proteção. Isso não quer dizer que não se está considerando prioritária aquela despesa.

Conversei longamente com o Presidente da EMBRAPA, que é uma ilha de excelência no setor público brasileiro, responsável pelo sucesso, em grande parte, do nosso agronegócio. É óbvio que a EMBRAPA é prioritária.

As Forças Armadas me fizeram uma série de reivindicações. A Deputada Laura Carneiro propôs uma emenda, com a bancada feminina, que preservava ações de promoção da igualdade de gênero e de combate à violência contra a mulher, solicitando que o investimento não fosse menor do que o do ano passado. Todas são meritórias, todas são meritórias. Houve emenda da SUFRAMA, havia 670 emendas.

Mas eu tenho para mim o seguinte: nós somos formados na tradição ibérica, latina, por isso há a nossa tradição de ter essa voracidade legiferante. Queremos normatizar até como o cidadão tem que dobrar a esquina. A cultura anglo-saxã é baseada nos costumes, na vida, a vida precede a lei. Por exemplo, Deputados com muito mérito...

A respeito do sistema de vigilância sobre o espaço aéreo brasileiro: alguém tem dúvida de que isso é estratégico, que não pode faltar? Trata-se de uma coisa que funciona 7 dias por semana, 24 horas por dia e que nos protege! Mas não podemos, nos instrumentos legais, amarrar isso de tal forma. A vida vai se impor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhum Governo é insano. Se estamos contingenciando despesas fundamentais, discricionárias — essa é uma manifestação do que eu já falei aqui —, é porque o buraco é enorme, nós nos metemos numa arapuca fiscal para ninguém colocar defeito.

Vou mostrar um quadro da abertura que tivemos, como Relator, porque o meu papel é tentar agregar alguma metodologia técnica, mas, ao mesmo tempo, ser tradutor da média do pensamento, não se trata de uma coisa unilateral do Relator.

Nós tivemos 2.646 emendas, 421 foram aprovadas integralmente, 592 foram aprovadas parcialmente e, pela rejeição, houve 1.063 emendas. Então, de 2.646 emendas, 1.063 emendas, menos da metade, não foram acolhidas totalmente ou parcialmente. E há questões que Deputados e Senadores têm que entender porque havia uma regra a respeito das emendas individuais. Não é uma coisa discricionária do Relator, há uma regra do jogo para as mais votadas, as mais prestigiadas. E aí, para fortalecer a questão da EMBRAPA, colocamos em primeiro lugar a ciência e tecnologia no agronegócio, foi feita essa hierarquização.

Para terminar, eu não vou ler o relatório, ele está disponível, mas eu creio que o relatório oferece à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Plenário do Congresso Nacional um projeto coerente e consistente com o atual quadro fiscal brasileiro.

Nós vamos discutir depois os destaques, que é uma prerrogativa legítima de cada Senador e Deputado, mas este é o meu relatório. E eu estou aberto depois a discutir para que possamos agregar, aprimorar, num segundo momento, através dos destaques, e incrementar o relatório. Mas eu estou convicto, do ponto de vista da consistência, de não fazer concessões para a demagogia e para o populismo. Eu conversei muito.

Uma das grandes perversidades é a questão do mercado de trabalho da juventude. Nossa taxa de desemprego já abraça 14 milhões de brasileiros. Quando levamos em conta a juventude, o índice de 14% de desemprego sobe para 28%! Eu mesmo estou com uma filha desempregada, eu sei o que é isso, mas nós não podemos vender ilusão. As pessoas que prestaram concurso fizeram um enorme esforço pessoal, tiveram o mérito de passar em concurso. A PEC diz que, enquanto os Poderes estiverem desenquadrados, só é possível a reposição de quadros quando um servidor se aposentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero esclarecer algo. O Brasil não deu conta de resolver o problema previdenciário criando um fundo de previdência capitalizado, como PREVI, FUNCEF, PETROS, CENTRUS, em que o aposentado transita da circunstância de ativo para inativo, sai da despesa da empresa ou do Tesouro e vai ser remunerado pelo fundo. No caso, como o nosso sistema não é de capitalização, é de repartição simples, em que a geração atual de quem está trabalhando paga os benefícios de quem já se aposentou, quando o aposentado vai para a circunstância de inativo, ele não gera, mesmo tendo a reposição, alívio à economia, alívio fiscal.

Então, a PEC é clara. E eu queria dizer que recebi comissões do Tribunal de Contas da União — TCU e de outros órgãos. São pessoas que estão com a expectativa, porque fizeram um enorme esforço pessoal para passar nos concursos. Mas a Lei de Diretrizes Orçamentária — LDO é uma lei ordinária, não é nem uma lei complementar, é uma lei ordinária, e não pode contraditar a Constituição, que é a lei acima de tudo. E a lei dispõe que, enquanto os Poderes estiverem desenquadrados do teto, não é possível outra coisa, expansão de quadros, além da reposição. O único Poder que vai poder ainda expandir, mas acho até improvável, é o Executivo, que é o único que está enquadrado.

Infelizmente, é uma notícia trágica. Eu falei aqui sobre o pacto geracional perverso que nós estamos fazendo com as novas gerações. Nós não temos o direito de fazer isso. E, por isso, em vez da gastança demagógica e populista, nós temos que promover um sério e consistente ajuste fiscal.

Esse é o meu voto. Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos entrar na discussão do relatório do Deputado Marcus Pestana.

Vou designar o Robson para promover as inscrições.

O primeiro inscrito chama-se Senador Ataídes Oliveira. Antes de lhe conceder a palavra, quero alertar todos os Senadores e todas as Senadoras, Deputados e Deputadas de que, em seguida, nós vamos apreciar os destaques. Nós já temos 350 e tantos destaques. Eu relato isso e alerto para essa questão, Deputado Marcus Pestana, porque é uma questão para qual nós vamos ter que encontrar um entendimento.

Então, para que os senhores e as senhoras já possam ir pensando sobre quais os encaminhamentos nós poderemos traçar com relação a esse assunto, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, quando chegarmos à hora, possamos suspender a sessão, fazer, como bem solicitou o Deputado Gonzaga Patriota, uma reunião de Líderes, para ver qual o encaminhamento nós daremos para esses 350 destaques, que poderão chegar a 400. Se formos votar destaque por destaque, nós vamos, certamente, votar e terminar essa votação, talvez, só no próximo ano. Realmente são muitos destaques, são justos, são legítimos, mas nós temos que encontrar um denominador comum a respeito disso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Para reforçar a linha de raciocínio do nosso Presidente, eu faria uma questão de ordem, pedindo a colaboração no sentido de nós discutirmos as matérias daqueles que irão trazer as matérias destacadas no momento dos destaques, porque senão nós vamos nos alongar. Para quem quiser discutir os fundamentos do relatório, eu acho que é o momento, mas para quem quiser discutir matérias destacadas, sugiro deixar para o momento seguinte, senão nós não vamos finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, já surgiu uma bela ideia.

Então, vamos ao esclarecimento do Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Essa inscrição que fiz agora, então, fica inválida, e deveremos aguardar um novo momento de inscrição, já que eu pretendo discutir de forma pontual, Sr. Presidente. Seria assim?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A ideia agora é discutir a matéria, discutir o relatório.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A fala do Relator vai em outro sentido: haveria agora uma discussão mais genérica sobre a peça que ele acaba de apresentar e, num segundo momento, haveria a discussão, aí sim, das emendas destacadas de forma pontual.

Em sendo assim, eu pergunto se a inscrição que fiz agora permanece ou se deveremos nos inscrever num segundo momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Permanece.

Consulto inclusive os demais membros se a inscrição feita agora serve para agora e serve também para a discussão dos destaques. Há concordância com relação a esse tema?

Pede-me a palavra para esclarecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pela exposição do Deputado Marcus Pestana, se essa inscrição permanecer nessa listagem, nós não vamos administrar o nosso tempo para sabermos se nós iremos debater o conteúdo do texto, apresentado pelo Deputado Marcus Pestana, ou teremos a inscrição para debater o destaque que apresentamos. Pelo que o Deputado Pestana está colocando, de nós apresentarmos o debate do nosso Estado, não é nessa listagem, não é agora. Como será o procedimento? Nós teremos que fazer outra inscrição?

Quantos Parlamentares apresentaram destaques?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - São 354 emendas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Há vários destaques que não nos interessa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós vamos permanecer aqui até...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A minha proposta é o seguinte: são 354. É humanamente impossível esgotar essa votação ponto a ponto. O que eu estou propondo? Se ninguém quiser discutir os fundamentos globais, gerais, passaríamos para os destaques.

(Não identificado) - Eu gostaria.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E aí faríamos uma preliminar entre os Líderes, os representantes na CMO, de critérios, de como poderíamos racionalizar a discussão das 346. Nós abriríamos um tempo preliminar de método para ver se conseguimos construir um consenso, para ir afunilando, e, dessas 354, chegar a... Há questões mais estratégicas. Há questões ideológicas.

Por exemplo, um tema que apaixona o Senador Ataídes Oliveira é a questão do Sistema S. Há questões de ideologia de gênero. A paixão é boa. Política se faz com o coração quente e com a cabeça fria.

(Não identificado) - Ou fígado gelado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Há questões, como a questão de gênero. Há questões do agente comunitário — e está aqui o nosso Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários.

Seria bom se nós pudéssemos selecionar uns 10 temas mais temáticos e chegar a um consenso de como lidar com as emendas para ir racionalizando. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora eu acho que, no primeiro momento, seria uma discussão geral sobre os fundamentos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - E a complementação do voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, Excelências, vou encaminhar.

Primeiro, temos que votar o relatório. Então, nós vamos discutir agora o relatório. Depois de aprovado o relatório, sem prejuízo dos destaques, nós partiremos para a apreciação dos destaques. A ordem de inscrição pode ser para discutir e apreciar o relatório e pode ser a mesma para a apreciação dos destaques. Isso dependerá de V.Exas.

De minha parte, eu não tenho problema nenhum de, na hora de apreciar os destaques, fazer uma nova lista de inscrição. Para mim, que estou dirigindo os trabalhos, isso é o que menos importa. Mas essa hipótese de discutirmos os destaques antes de votarmos definitivamente o relatório não é possível.

Portanto, nós vamos discuti-lo agora.

A lista de inscrição está aqui. Se for do interesse de V.Exas., nós repetiremos essa inscrição. Eu acho até melhor que, no momento oportuno, nós façamos uma inscrição novamente para discutir os destaques, porque certamente nem todos os Parlamentares que desejam discutir o relatório vão também desejar discutir os destaques. Então, seria mais interessante fazer uma nova lista de inscrição.

Portanto, pela ordem, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero só falar sobre uma questão de método, senão vai ficar uma bagunça.

O ideal seria que houvesse duas listas: uma lista para quem vai discutir a LDO ou, vamos dizer assim, globalmente e uma lista para quem vai discutir os destaques. Por exemplo, eu e o Deputado Hildo Rocha vamos discutir os destaques, não precisamos discutir o texto. O Deputado Pedro, ao contrário, quer discutir o texto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Em síntese, isso foi o que eu falei.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos, que tinha me pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Depois eu concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares e a V.Exa. Em seguida, encerraremos essas preliminares e vamos à lista de inscrição propriamente dita.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu queria manter na lista a minha inscrição, porque, na realidade, a minha fala neste momento é apenas para corroborar com a proposta do Deputado Marcus Pestana — que V.Exa. também aqui já citou. A proposta é que, por ordem, nós discutamos primeiro o orçamento como um todo, a essência dele, e o aprovemos. Depois, passaríamos para a análise dos destaques e, assim, nós ganharíamos todos os termos.

Então, já que V.Exa. determinou esse rito, muito bem, eu queria apenas manter a minha inscrição na hora dos destaques, conforme já está registrado aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Será mantida a inscrição de V.Exa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, acredito que, pelo relato que foi feito do Deputado Marcus Pestana, com um parecer substancioso, extremamente técnico, esse relatório não vai merecer grandes reparos ou sequer pequenos reparos da maioria desta Comissão.

Por isso, a minha inscrição — com os elogios devidos ao Relator — é no sentido da discussão, do debate em torno dos destaques. Isso é o que me interessa neste momento. Reconheço, entretanto, o trabalho voluntarioso e importante do nosso Deputado Marcus Pestana, que deu um banho de entendimento, de esclarecimento a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu queria só que o Relator me ouvisse. Na realidade, eu não vou nem ficar para a outra discussão, porque estou sendo chamado para discutir a Medida Provisória nº 778, mas eu queria fazer um registro com um depoimento aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há muito eu frequento esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Quero elogiar o trabalho do Deputado Marcus Pestana, porque me parece que esse é o trabalho na LDO.

Nós temos um Orçamento rígido para a Nação. Mas, como V.Exa. exprimiu muito bem, para ter o entendimento desta Comissão e da sociedade, a PEC do teto não limita o setorial, ela limita o global. E esta Casa vai ter uma oportunidade, no limite global, de discutir as prioridades.

Antes nós não discutíamos as prioridades, antes nós jogávamos para o financiamento, de qualquer maneira, do Orçamento. Agora, não. Vai ser "x" para a educação. Aí nós imaginamos que, como foi no ano passado, nós não vamos poder aumentar. Vamos, sim, desde que se tire de outra área e se coloque na educação.

Então, o Deputado Marcus Pestana está de parabéns, e muito mais porque é professor da área e dá um esclarecimento importante.

Eu vou pedir permissão para poder editar a fala de V.Exa. e fazer neste Brasil uma campanha de educação sobre LDO. Eu acho que nós confundimos muito LDO com Orçamento.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quero cumprimentar o Deputado Pedro Fernandes e subscrever também as palavras de S.Exa. com relação ao nosso Relator. Já vou conceder a palavra a V.Exa. e depois ao Senador Benedito de Lira.

Desde o primeiro momento, pude perceber a capacidade de trabalho do Deputado Marcus Pestana, o seu envolvimento sadio, respeitoso, receptivo. Sobretudo, quero ressaltar a capacidade e a competência de um professor, de um economista que realmente nos deu uma aula. Então eu quero me associar a V.Exa., Deputado Pedro Fernandes, e cumprimentá-lo e cumprimentar também o Relator da LDO.

Vou conceder a palavra ao Senador Benedito de Lira.

Senador Benedito de Lira, nós vamos iniciar em seguida a discussão. Então, se não for um tema de encaminhamento, nós podemos, de repente, utilizar o nosso tempo, que será 5 minutos mais 1 minuto de tolerância, para que possamos expressar a nossa posição com relação ao relatório do Deputado Marcus Pestana, nosso Deputado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Eu queria dar uma sugestão, até porque isso é regimental.

Eu queria cumprimentar o Deputado Marcus Pestana.

Feita a leitura do relatório, vamos discuti-lo e aprová-lo, ressalvados os destaques. Vamos aproveitar o momento para discutir. Quem desejar discutir discute. V.Exa. o submete à apreciação do Plenário.

Aprovado o relatório da LDO, ressalvam-se os destaques, e vamos tratar deles, para evitar isto: A e B ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa., que é um *gentleman*, um Senador dos encaminhamentos perfeitos. Aliás, devo a V.Exa., como protagonista principal, o grande entendimento para designação das relatorias setoriais.

Eu queria fazer esta referência a V.Exa. Em todas as intervenções que V.Exa. está presente, é para contribuir, para somar, para colaborar, sobretudo com este seu amigo que não tem, muito de longe, a capacidade e a experiência de V.Exa.

Vou conceder a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, em seguida ao Deputado. Depois nós vamos seguir a relação de inscritos.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero só fazer um pedido a V.Exa., Sr. Presidente.

No momento em que eu for convidado para debater o relatório, eu gostaria que V.Exa. permitisse dirigir-me até essa cadeira na mesa. Evidentemente, eu não quero a cadeira de V.Exa., como fizeram ontem no nosso Senado Federal. *(Risos.)*

Eu já olhei para o nosso Relator, e conversamos a respeito do tema. Eu quero ter a oportunidade, Sr. Presidente, de olhar para os nossos pares, todos os membros desta Comissão, e falar sobre este assunto interessante, o Sistema S.

O Relator colocou que é uma questão de paixão. Não, infelizmente não é uma paixão. Eu diria que é uma questão de responsabilidade e em cumprimento às atribuições que me confere como Senador da República.

Então, eu peço a V.Exa. que, se possível, no momento adequado, eu possa me dirigir até a mesa para falar com os nossos companheiros.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com prazer recepciono V.Exa. na cadeira à minha esquerda. V.Exa. pode já se dirigir, e, em seguida, passarei a palavra a V.Exa.

Eu prometi a palavra ao Deputado Célio Silveira.

O SR. DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Como membro do mesmo partido do nosso Relator Marcus Pestana, não poderia deixar de cumprimentá-lo pelo excelente relatório que fez. É um relatório pé no chão, sem populismo, sem demagogia. Acho que ele vai ser muito útil ao nosso País.

Parabenizo o meu companheiro Deputado Marcus Pestana. Espero que ele continue fazendo esse grande trabalho em prol do Brasil.

Eu também quero cumprimentar V.Exa. pela maneira elegante com que conduz os trabalhos nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Senador, Sr. Presidente, pela ordem, só para o nosso entendimento: já está começando a funcionar a ordem de inscrições? O Senador Ataídes Oliveira é o primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos, então, aos oradores inscritos?

Vamos discutir o relatório, agora é a discussão do relatório. Inclusive, houve a concordância, quando eu me manifestei, do Senador Antonio Carlos Valadares, que é um *expert* nesta matéria também, além de tantas outras do Senado Federal.

Vamos à lista de inscrição. O primeiro orador inscrito é o Senador Ataídes Oliveira. Em seguida, falarão o Deputado Hildo Rocha, o Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Maia Filho, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Deputado Edio Lopes e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Depois temos mais uma lista com uns oito Parlamentares ainda inscritos. O nosso querido Senador Hélio José é o próximo inscrito.

Está com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Venho já me considerando um vencido para tratar deste tema Sistema S e as empresas e entidades que o compõem: SESI, SENAI, SESC e demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria trazer aqui hoje nesta tarde aos nossos pares uma reflexão sobre este tema.

O Sistema S foi criado na década de 40, precisamente em 1942, para qualificar a mão de obra do trabalhador e levar lazer e saúde a ele. Para isso, por meio do art. 149 da Constituição, foram criadas, então, as contribuições sociais, hoje consideradas pacificamente pelo Supremo Tribunal Federal como tributos.

Pois bem, baseado em uma auditoria feita pelo TCU, em 2011, eu escrevi um livro que denominei *A Caixa Preta do Sistema S*, que está aqui. Esse Sistema S, Sr. Presidente, que fugiu totalmente do seu objetivo, foi para o mercado financeiro, comercial e mobiliário e deixou, infelizmente, de cumprir as suas atribuições que eram e que são, melhor dizendo, qualificar a mão de obra do trabalhador.

Prova disso é que as gratuidades do Sistema S... Eu queria passar essa informação aos nossos colegas por meio do livro e de um Acórdão do Tribunal nº 2.527, de 2012, em que o SEBRAE, durante 4 anos, pegando a média de gratuidade às nossas médias, pequenas e microempresas, não ultrapassou os 5% de gratuidade, ou seja, cobra por tudo que se presta praticamente.

Trago informação também a V.Exas. sobre um documento que eu recebi recentemente da CGU, da transparência. As arrecadações do Sistema S, de 2016, somaram 32 bilhões e 163 milhões de reais, sendo que só de contribuições sociais foram 21 bilhões de reais. Já que não há gratuidade e que não é usado este dinheiro para qualificar a mão de obra, evidentemente que tem outra função, que é o mercado imobiliário e o financeiro. Ou seja, hoje há 19 bilhões de reais aplicados no mercado.

Eu estou falando muito rápido, Sr. Presidente, porque o tempo é curto, e eu quero cumpri-lo. Então hoje o sistema tem 19 milhões de reais no mercado financeiro.

O que muito me surpreende, Sr. Presidente, meus queridos pares, é que o Relator, do meu partido, que admiro muito e quem tem um saber jurídico e fiscal enorme, simplesmente virou as costas para as nossas duas emendas, especialmente a emenda em que peço, sob a égide da lei, que essas receitas do Sistema S — ratifico que já foram pacificadas como tributos — componham ou pelo menos tramitem pela receita da União. É aqui que eu quero chamar atenção dos meus queridos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este Congresso Nacional está cometendo um crime extraordinário. Senador Valadares, um dia este Congresso vai ter que pagar por isso. Como é que 21 bilhões de reais — é o quinto orçamento da União de impostos — não passam pelas receitas da União? Olha a irresponsabilidade, salvo melhor juízo dos colegas, deste Congresso Nacional. Eu sei que eu estou vencido.

Eu entrei com destaque e peço inclusive ao nosso Relator que aceite o Destaque nº 46 e que também faça essa votação em separado.

A Legislação é muito clara. Isso é tributo, se é assim, só quem pode arrecadar é a Receita Federal, através da Lei nº 11.457, de 2007.

Meus queridos pares, eu não estou querendo absolutamente nada de mais. Eu só quero, meus queridos pares, que V.Exas. façam uma boa reflexão sobre esse tema. Nós estamos falando aqui de 21 bilhões de reais gastos sem transparência, sem controle nenhum. Eu gostaria que V.Exas. pensassem nisso.

Eu sou Relator da receita, da LOA, e no meu relatório, Sr. Presidente, eu já quero adiantar que, em momento algum, eu não abrirei mão de colocar na LOA essas receitas do Sistema S. Estou fazendo isso para proteger o Sistema S, porque o que o Congresso fez com a PETROBRAS, ao blindá-la, fez que com que chegasse aonde chegou essa nossa grande empresa. Se o Congresso blindar o Sistema S, como está fazendo há longa data, este Sistema vai acabar, e haverá muita gente na cadeia.

Eu queria deixar, então, Sr. Presidente, a V.Exa., ao Relator e aos demais colegas, a reflexão sobre esse tema. O livro *Caixa Preta do Sistema S* mostra tudo. Se quiserem, procurem-me que eu o apresentarei a V.Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Pedro Fernandes, uma vez que o Deputado Hildo Rocha inscreveu-se apenas para os destaques, e ainda assim ele não se encontra presente. O Deputado Pedro Fernandes já falou.

Então, vamos ao próximo inscrito, Deputado Maia Filho. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, apenas comunico que o Deputado Hildo Rocha está falando na Comissão de Constituição e Justiça, é por isso que ele não está aqui, neste momento, mas virá discutir os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Maia Filho.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, a situação que queremos discutir sobre o relatório do eminente Deputado Marcus Pestana é bastante simplória. Na sua complementação de voto, eu gostaria que V.Exa., Deputado Pestana, pudesse absorver o nosso pedido.

Vejamos, na sessão 1 do anexo VII, fica o entendimento de que as emendas impositivas de bancada já seriam obrigatoriamente atendidas através da LDO. Mas o que acontece na realidade, não somente no Estado do Piauí, mas na maioria das bancadas, é que até o dia 20 de outubro algumas situações podem ser modificadas.

Eu vi que, em algum Estado, se não me falha a memória, há dúvida sobre alocar o recurso para uma determinada BR que ainda não tenha projeto. Quem tem experiência de engenharia, de projetos de BR sabe que pode haver uma situação em que o projeto não seja concluído a tempo e que o recurso seja perdido.

Então, a nossa solicitação é bastante simples. Eu conto com bom senso de V.Exa. de que em vez do termo “obrigatório”, conste o termo “preferencial”, para que até a apresentação das emendas, as bancadas possam modificar suas prioridades de emenda de bancada impositiva.

Quanto à questão dos destaques, como foi acordado com o Presidente Dário Berger, este momento não se destinaria a discutir os destaques. Eu queria apenas entender. Realmente, o Relator colocou sobre o Orçamento deixar de ser uma peça fictícia para ser uma peça real, comparando com orçamento americano, em que, para se colocar uma nova despesa, tem que se apresentar um novo imposto. Entendemos que algumas situações são prioritárias e certamente nós iremos defendê-las. Como V.Exa. disse aqui, nós defendemos com a cabeça fria e com o coração quente.

Quero falar aqui, *en passant*, neste momento, da revitalização de um rio bastante importante do Piauí, o Rio Guaribas, que está na cidade de Picos.

Gostaria que V.Exa., no entendimento de que destaque poderemos aprovar, desse atenção a esse pedido que realmente vem do coração, esse pedido do voto complementar quanto às emendas impositivas de bancada. Pelo aceno que V.Exa. faz, eu entendo que esse é um assunto já consensual e que V.Exa. vai atender ao nosso pedido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - As duas estão destacadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - As emendas estão destacadas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tanto a do Rio Guaíbas...

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Rio Guaíbas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E essa também tem um destaque, não é?

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Não, esse é um pedido que eu faço...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas isso foi destacado? Havia emenda nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Não, não foi. É um pedido que eu faço. Peço a V.Exa. que o coloque no voto complementar que irá fazer.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Maia Filho.

Tem a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, eu já tive ocasião de me manifestar a respeito da profundidade do relatório do Deputado Federal Marcus Pestana sobre a LDO. Ele se deteve na matéria com muita propriedade, estudou todas as metas e possíveis alterações através de emendas parlamentares, sempre em obediência a um critério técnico, longe de suas preferências pessoais ou atendimento a interesses meramente eleitoreiros ou demagógicos, a que ele próprio se referiu. Então, essa é uma peça que merece o nosso apoio.

Gostaria apenas, quanto à discussão seguinte, sobre os destaques, que alguns critérios fossem definidos, já que 350 destaques foram apresentados. Eu poderia sugerir desde logo, levando em conta prioridades do Governo Federal, emendas que não signifiquem aumento de receita, logicamente. Vamos considerar como exemplo o projeto sobre o Rio São Francisco, um projeto magnânimo, um projeto de enorme dimensão econômica e social, que foi iniciado no Governo do Presidente Lula e continua no Governo atual. Toda emenda que se referisse a projetos prioritários, como esse referente ao São Francisco, desde que não houvesse aumento de despesa, seria apreciada com carinho. Ressalto que emenda individual foi rejeitada, mas emenda de bancada do mesmo teor foi aprovada por V.Exa. Então, poderia ser aberta essa perspectiva, essa possibilidade de prestigiar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar que apresentou emenda praticamente com o mesmo teor e o mesmo objetivo de emenda de bancada, e não teve a proposta aceita por V.Exa.

Quanto ao mais, meus parabéns! V.Exa. deu uma grande aula. Tomara que todos os futuros Relatores tenham a sapiência, a sabedoria de V.Exa. Digo isso com base não só no que foi constatado em seu relatório, mas também, principalmente, na escolha do nobre Presidente desta Comissão, que agiu com muito critério ao indicar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Senador Valadares.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, meu ilustre Relator Marcus Pestana, eu começo por dizer do meu otimismo em estarmos adentrando em uma nova era no tratamento do Orçamento da República.

Por décadas, houve aqui meras peças de ficção, em relação tanto à LDO quanto ao Orçamento. Eu me lembro, Sr. Presidente, quando aqui cheguei, há 12 anos, de minha primeira intervenção no Orçamento, por meio de emendas. Antes, eu fui, todo faceiro, como dizem os gaúchos, conversar com determinado Prefeito no meu Estado, fui oferecer-lhe uma emenda, e ele disse: *"Deputado, eu não quero, porque é perda de tempo. Vocês botam esse negócio lá, a gente faz todo um floreado aqui, e na hora não sai. E tanto o senhor quanto eu vamos ficar em maus lençóis".*

O nosso Relator dá uma demonstração de que os ventos mudam no rumo positivo. Talvez o grande marco para este momento tenha sido a emenda constitucional que determinou a impositividade das emendas individuais. Eu fui o Relator dessa matéria nesta Casa. Ali eu acho que está o grande ponto de partida para que possamos ter um Orçamento real.

Sr. Presidente, eu elogio o ilustre Relator, reconheço sua competência. S.Exa. nos deu aqui uma aula de Orçamento e, mais precisamente, de Lei de Diretrizes Orçamentárias, mesclando tudo isso com frases de espirituosidade e de refinado humor, o que colaborou muito para a aceitação, que deverá ser quase unânime, do seu relatório.

Todavia, Deputado Marcus Pestana, V.Exa. determina a não aceitação de qualquer emenda ao Anexo III. Com a devida vênia de V.Exa., eu questiono essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

definição de V.Exa. Se antes nós tínhamos um Orçamento inteiramente alheio à realidade, neste momento não podemos querer determinar que o Orçamento seja imexível — termo usado pelo então Ministro Magri. Lembre-se V.Exa. das lendárias tábuas de Moisés. Aqueles textos foram escritos em pedras já para simbolizar que seriam permanentes, *ad aeternum*.

Se, de um lado, nós queremos que o Orçamento tenha um rumo, tenha um fundamento muito próximo da realidade, de outro, Sr. Presidente, seria razoável que entendêssemos que esse mesmo parâmetro não pode ser inflexível, como quer o nosso ilustre Relator.

Na discussão das emendas dos Destaques nºs 94 e 95 — eu já me considero inscrito —, nós trataremos mais profundamente da questão de forma pontual, trazendo as razões pelas quais nós acreditamos que esses dois destaques não podem ser ignorados no relatório final do Deputado Marcus Pestana.

Dito isso, manifesto meus agradecimentos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Alerto V.Exas. de que o Relator está anotando todos os questionamentos feitos. Ao final das manifestações de todos os Parlamentares que quiserem utilizar a palavra para discutir o projeto, ele fará a réplica. Certamente, se houver necessidade, nós permitiremos a tréplica, para que tudo possa ser elucidado da melhor maneira possível.

Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente Dário, cumprimento V.Exa.

Respeitosamente, também quero cumprimentar o Prof. Marcus Pestana, meu colega Deputado na Câmara, uma pessoa extremamente qualificada. Quero cumprimentá-lo por este momento e pelo relatório que ele apresentou.

Eu gostaria de fazer uma consulta a S.Exa. Antes, Presidente, digo que encaminhei um destaque à Mesa. No momento apropriado, eu o discutirei. O Senador Ataídes Oliveira, que, infelizmente, não está aqui, fala do Sistema S com responsabilidade, segundo ele. Quero dizer a V.Exa. que eu falo do Sistema S com paixão. Para todos os argumentos que ele usou, eu tenho o contra-argumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tenho todas as respostas que ele pediu. Quando for defender o destaque, eu o farei. Pedirei a V.Exa., do mesmo modo, que ocupe a cadeira. Eu quero falar olhando para os meus pares, porque também vou tentar convencê-los da rejeição dos destaques que ele disse que vai apresentar.

Eu não quero apresentar agora um contraponto ao Senador Ataídes. É um colega. Seria desrespeitoso, ele não está presente. Eu esperarei sua presença aqui para fazermos um debate mais qualificado.

Eu queria me dirigir ao Relator, ao Deputado Marcus Pestana, com referência ao art. 122. Eu preciso da atenção dele, porque ele vai ter que analisar o questionamento que vou fazer. O meu colega Deputado Rubens Bueno está conversando com ele.

No relatório, Deputado Marcus Pestana, no art. 122, V.Exa. faz referência ao § 1º e depois vai para o § 2º. Acrescenta lá o texto, de acordo com o pensamento de V.Exa., do qual eu comungo totalmente.

Depois, na complementação de voto, que recebi há pouco, V.Exa., no § 1º, faz modificação e abre cinco incisos. Eu gostaria de conversar com V.Exa. Eu deveria ter ido aí antes conversar com V.Exa. e argumentar sobre isso.

Posso ouvir depois a análise de V.Exa. com referência a esses pontos. O meu destaque vai exatamente de encontro a esses incisos que V.Exa. inseriu. Eu proponho, no meu destaque, a retirada desses incisos, para que o relatório fique do jeito que estava. Se fosse isso, eu nem apresentaria destaque, porque a peça, em nossa opinião, está muito bem escrita.

Eu sou do Sistema S. Como já disse, sou apaixonado pelo Sistema S. Eu dirijo o SESC e o SENAC no meu Estado de Sergipe. Sou Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio. Por entender que esses requisitos não estão compatíveis com o que realizamos hoje, encaminhei esse destaque. Eu farei o debate com referência especialmente ao Sistema S, contando com a presença do Senador Ataídes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, professor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu não vou entrar na discussão de mérito, mas quero só esclarecer que essa tentativa de agregar mecanismos de transparência foi uma tentativa de construir um consenso com aqueles que pensam como o Senador Ataídes. Foi uma tentativa de um passo para evitar um conflito, mas com um mecanismo só, sem alterar a dinâmica financeira e orçamentária e prevendo mecanismo de orçamento. Foi uma tentativa de construir algo para evitar que prolongássemos a discussão sobre isso, já que as contribuições parafiscais têm caráter, conforme dizia o Ministro Bresser, de espaço público não estatal.

Vamos amadurecer o assunto. Eu não tenho nenhum dogmatismo em relação a isso.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Com muito respeito, eu lhe agradeço, Sr. Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente Dário, eu gostaria de elogiar o Deputado Marcus Pestana pelo relatório, pela construção e pela boa vontade que demonstrou quanto ao acolhimento. Agradeço-lhe, em especial, por ter acolhido emenda específica do meu Estado, relativa a hospital universitário, o único do Estado cuja obra já está em andamento.

Sei que V.Exa., Deputado, adotou determinado critério de não acolhimento de emenda que tratasse de algum tipo de não contingenciamento de alguma área. Dentro do conjunto, no entanto, há uma que apresentei, e eu não poderia deixar de falar sobre ela.

Esta Casa votou o Plano Nacional de Educação. Assumiu o compromisso público, por 10 anos, de alcançar várias metas para o País. Os nossos resultados na área da educação estão longe do ideal. Nós estamos entre os países com os piores resultados no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior. A primeira meta aprovada por esta Casa foi a de se chegar, no caso da educação, a 10% do PIB. A segunda: a definição de Custo Aluno Qualidade.

Foi por isso que apresentei uma emenda reafirmando a importância do Plano Nacional e do critério para definirmos o que é uma escola de qualidade, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podemos chamar de escola e o que não passa de um depósito de crianças, o quanto isso custa e em quanto tempo o Brasil vai chegar a um modelo ideal.

Nós sabemos da situação financeira, do contingenciamento. Isso não é novidade para nós.

Eu também quero atenção, Deputado Laercio.

Eu repito no meu texto a questão do Custo Aluno Qualidade. O que tem que haver numa escola? Nós não queremos dizer que toda escola tem que ter piscina e refeitório, mas ela tem que ter sala de aula decente, tem que ter biblioteca. Isso é o Custo Aluno Qualidade, e a complementação da União é importante.

Vou ter oportunidade de discutir as emendas. Fiz destaque de algumas emendas que não foram aceitas. Há uma específica, do Deputado Efraim, que tinha sido aceita no relatório inicial, e agora apareceu como rejeitada. Eu vou procurar a Mesa para tirarmos essa dúvida.

Eu queria fazer uma provocação a V.Exa. e a todos nós. O TCU e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal estão hoje numa situação que é perigosa para o País. Há concurso público realizado, mas não há como chamar nenhum dos concursados. No TCU, por exemplo, já há 120 vagas e mais 68 pedidos de aposentadoria. Como é que nós vamos lidar com essa situação concreta? Existem situações semelhantes na saúde, na educação. Isso vai inviabilizar o funcionamento de muitos órgãos.

Eu acho que o País precisa fazer um esforço, talvez enxugar a sua máquina, diminuir o número de cargos comissionados, mas nós temos que fazer uma opção. Qual é a lógica do serviço público? Atender à sociedade. Nós temos que priorizar os cargos de carreira e garantir que a sociedade, o cidadão seja atendido.

Eu sei que as emendas vão ser destacadas. Eu sei que V.Exa., Deputado, já foi gestor e sabe deste enorme desafio: lidar com a limitação orçamentária. Mas como os órgãos vão funcionar se pessoas estão se aposentando, cargos estão ficando vagos, por não se ter como colocar novos servidores para garantir o funcionamento dessas instituições?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente Dário, primeiro quero fazer uma referência também ao nosso Relator, o Deputado Marcus Pestana, pela forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aberta com que S.Exa. tem feito o debate com cada um dos Parlamentares, pela forma com que se está debruçando sobre o tema. Acho que ele tem feito um esforço grande. Por mais que S.Exa. concorde com a lógica do Governo, do ponto de vista fiscalista, nós temos essa diferença. E é sobre isso que eu quero falar. Mas eu preciso, respeitosamente, falar sobre o esforço que S.Exa. tem feito para tratar desse tema.

Quanto ao conteúdo, eu diria que esta LDO traz um vício do conceito fiscalista. Conforme experiências do mundo inteiro, toda vez que o governo quer ser austero faz o discurso de que só gasta o que arrecada e diz que tem de realizar reformas. No Brasil, agora, infelizmente, foi feita a reforma trabalhista, e o Governo diz: *"Não, não houve retirada de direitos dos trabalhadores".* Eu queria que os que falam isso pegassem um trabalho intermitente, fossem contratados temporariamente. Se se juntar a reforma trabalhista com a reforma previdenciária, conforme as condições que estão sendo apresentadas aqui, nenhum trabalhador vai chegar aos 40 anos de contribuição. Ou ele não se aposenta, ou vai se aposentar mal.

Sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, este é o primeiro Orçamento que nós estamos fazendo. Não estamos contra essa lógica.

Esse é o primeiro registro que nós precisamos fazer.

Essa LDO traz nos seus princípios, nas suas orientações, uma fragilização, uma precarização do serviço público. No momento em que ela coloca que o servidor só será resposto quando sair, ela fragiliza o serviço público. Essa noção nós não podemos aceitar.

Sobre o Mais Médicos, por exemplo, se nós não colocássemos mais médicos do ponto de vista quantitativo, o serviço da saúde seria prejudicado. Se nós não colocarmos mais fiscais para fazer uma inspeção sanitária correta, as carnes do Brasil vão ter problemas no exterior. Se nós não colocarmos mais professores, nós não vamos ter os nossos alunos estudantes em sala de aula. Então, essa ideia de diminuir servidores no serviço público ou nos órgãos de fiscalização é exatamente contra uma lógica de desenvolvimento inclusivo no País. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias não aquece a economia no País. Eu começo por um dado básico para desenvolvermos a economia de qualquer atividade econômica de um País: o consumo. Como é que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gera um consumo poderoso na Nação brasileira se as pessoas não têm salário bom? O que aparece na LDO sobre salário? Ninguém falou aqui. Os salários estão congelados. O reajuste de salário é menor do que o de outras épocas. Este é um problema: o povo sem salário reajustado acima de inflação. A lei diz que é para acompanhar o IPCA. O salário deste ano já é menor do que em outras situações. Então, o que acontece? As pessoas não compram, o comércio não vende, a indústria não produz, o que gera desemprego. Isso não aquece a atividade econômica. Então, essa Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de fragilizar o serviço público, também desaquece a economia.

Terceiro ponto: eu quero dizer neste último minuto que me resta, nobre Relator, que essa Lei de Diretrizes prejudica os pobres deste País. Quem é que precisa do Estado brasileiro? Para que existe o Estado? O Estado é exatamente para garantir que as pessoas tenham equilíbrio, qualidade dos serviços. Quem tem dinheiro vai pagar o seu plano de saúde privado, mas o povo tem ter o SUS. Quem tem dinheiro pode pagar o seu plano de previdência, mas nós temos que ter uma previdência pública. Quem tem dinheiro pode pagar escola particular para o filho, mas o povo precisa da escola.

Na verdade, essa ideia fiscalista do Governo prejudica os pobres deste País. E o exemplo mais concreto, eu encerro com esta frase, para dar o símbolo do Governo, é exatamente o reajuste zero para o Bolsa Família.

Então, estou citando números aqui e dados exatamente para evidenciar que essa lógica não é uma lógica boa, e nós discordamos dela. Por isso, nós fizemos essa manifestação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Bohn Gass.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, sabe V.Exa. que já fiz alguns comentários a respeito do relatório do Deputado Pestana. Mas eu queria cumprimentá-lo e ao mesmo tempo fazer aqui algumas observações sobre a manifestação do eminente Senador Ataídes com relação ao Sistema S. Eu não sei como é que ele faz essa série de críticas ao Sistema. Eu vou dar aqui poucos detalhes para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas prestem bem atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Sistema S, Presidente, é formado por um conjunto de ações de empresas privadas. Vou ler aqui uma decisão do Supremo Tribunal Federal para que os Srs. Parlamentares fiquem absolutamente atentos, o que disse o Supremo Tribunal Federal, no momento em que apreciou o Recurso Extraordinário nº 789.874, do Distrito Federal, com repercussão geral. A unanimidade deixou claro que: *"Os serviços sociais autônomos (...) vinculados a entidades patronais de grau superior (...) ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a Administração Pública (...)".*

Mais embaixo diz que a proposta de integrar a arrecadação do Sistema S ao Orçamento Fiscal da União — o que deseja o Senador Ataídes — poderá implicar retenção de recurso do Sistema S, o que representará um desvio dos objetivos que nortearam a instituição legal de contribuições compulsórias. Diz ainda que a remessa, mesmo que de parcela da contribuição arrecadada, para o Orçamento Fiscal da União, além de violar — além de violar — o mencionado art. 240, esbarra nos estreitos e taxativos limites do art. 165 da Constituição Federal, que rejeita a inclusão de receitas estranhas aos dois orçamentos.

Pois bem, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção do eminente Relator, que, no seu parecer preliminar, não toma conhecimento dessa proposta. Ela não tem absolutamente nenhum sentido. Eu não sou empresário, não sou funcionário do Sistema, nunca participei de nada, apenas defendo uma instituição que cuida das pessoas no meu País.

Vejamos aqui, Sr. Presidente, o atendimento anual: 12 milhões de pessoas em educação profissional básica e continuada — eu disse ontem que o Sistema S era o braço direito do Governo, ajudando nas diversas políticas sociais; 49 milhões em serviço de saúde e seguridade, vacina e atendimento de saúde para pessoas de baixa renda; 90 milhões em merenda e refeições escolares; 90 milhões em ações de cultura e lazer; 2,3 milhões de empresas atendidas.

Sr. Presidente, além do mais, ele fala em caixa-preta. Há uma indisposição com relação ao Sistema S. Lamento profundamente que o Senador não esteja na sala. E aqui nós não podemos aceitar indisposição de quem quer que seja. Nós estamos aqui decidindo o Orçamento da União e fazendo com que a Lei de Diretrizes Orçamentárias possa ser discutida e votada na sessão de hoje, para que o Congresso possa apreciá-la na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pois bem, Sr. Presidente, o que diz aqui? As entidades sempre se pautaram pela transparência, têm contas auditadas pelo TCU e pela CGU, histórico de idoneidade comprovada, agem com correção quanto a apontamento dos órgãos de controle. Ora, se este Sistema fosse um sistema...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu volto a insistir com o Plenário e com os interessados nesta sessão para que se mantenham em silêncio pelo bom andamento dos trabalhos.

Peço desculpas a V.Exa., Senador Benedito de Lira. Vou repor o seu tempo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Então, eminente Relator Marcus Pestana, a V.Exa., que tem responsabilidade no que está fazendo e já demonstrou isso com o seu parecer, com conhecimento técnico — V.Exa. não está fazendo politicagem, e sim a política de interesse nacional —, eu queria fazer um apelo, para que não percamos tempo em discutir matéria que não tem absolutamente nenhuma importância para o significado desta reunião e deste Orçamento: que V.Exa., depois de apreciar esse número crescente de destaques a determinadas emendas que já foram rejeitas pelo seu parecer, de plano não traga esse destaque para cá, porque não tem absolutamente nenhuma fundamentação. É apenas para atender ao desejo pessoal do eminente Senador Ataídes!

Quando o Senador Ataídes disse ontem que tinha aquele livro *Caixa-Preta do Sistema S*, eu perguntei quem era o autor. Ele disse: *"Sou eu".* Confesso que não quero ler esse livro, porque na verdade é uma coisa pessoal, não é republicana. E, sendo uma coisa pessoal, nós não estamos aqui para discutir nem votar isso.

Pelas razões que já apresentamos, digo que o Sistema S na verdade atende as pessoas carentes e pobres deste País, com mão de obra qualificada, com educação, com ensino básico, com atendimento às pequenas empresas, com atendimento em saúde. Milhares e milhares, milhões de pessoas ficam até altas horas da noite fazendo serão para de madrugada pegar uma ficha para ter um atendimento médico. O Sistema faz atendimento médico para mais de 90 milhões de pessoas/ano na saúde pública, o que é uma ação do Governo — mas eles tangenciaram os seus recursos para essas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, nobre Relator, ao encerrar essas observações, eu queria formular mais uma vez um apelo a V.Exa.: é um destaque desnecessário, que V.Exa. de plano o rejeite!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa., Senador Benedito de Lira, e o cumprimento. Foi muito mais do que uma discussão sobre o projeto, foi um verdadeiro pronunciamento.

Concedo a palavra agora à Deputada Laura Carneiro.

Em seguida ouviremos o Deputado Zé Carlos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e, em especial, o Relator Marcus Pestana, que não só tem feito um belo trabalho neste momento difícil de crise que vivemos, mas também atendido, na medida do possível, a todos os Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, de plano, informo que eu tenho uma reunião importante sobre a Ação da Cidadania, um órgão que todo mundo conhece como a ONG do Betinho, da campanha *Natal sem Fome*. Tenho uma reunião importante sobre esse tema na Casa Civil. Então, eu vou, desde já, retirar os Destaques nºs 36, 39 e 41. Então, pode considerar esses destaques retirados.

Eu queria agradecer ao nobre Relator os acolhimentos, em nome da bancada do Rio de Janeiro. Também devem falar a Deputada Rosangela Gomes e o Deputado Hugo Leal.

O nobre Relator aprovou, no complemento do seu relatório, a estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, com a emenda da bancada, fortalecendo os hospitais do Estado do Rio de Janeiro, sejam eles federais ou estaduais.

Ainda, a favor da bancada do Rio de Janeiro, o Relator aprovou a construção de uma ligação entre a Linha Vermelha e a Via Ligth, que também era uma proposta da bancada da maior importância para o circuito viário do nosso Estado, tendo em vista que as outras metas nós já alcançamos. Aprovou — essa é de minha autoria — a implantação de uma nova série do Instituto Nacional de Cardiologia, que é um instituto, embora nacional, estabelecido no Rio de Janeiro e que funciona num ex-hotel, numa área muito valorizada. Em vez de o instituto funcionar lá, poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

funcionar muito melhor, criando muito mais leitos, se estivesse em outra área que possibilitasse a ampliação do atendimento.

Além disso, Sr. Presidente, o nobre Relator aprovou uma emenda importantíssima de qualificação, certificação e produção associada ao turismo. Na verdade, essa emenda, Sr. Presidente, é para garantir, no ano que vem, a realização do carnaval, daquele espetáculo, o maior espetáculo da terra, que é o carnaval que acontece no Rio de Janeiro.

Então, são os agradecimentos ao nobre Relator.

Eu queria, por outro lado, me solidarizar com a questão levantada pelo Senador Benedito de Lira, dizendo que, da mesma maneira, estarei a favor do Destaque nº 358, que retoma a questão do Sistema S. Eu acho que todos nós sabemos da importância do sistema na qualificação de profissionais, na questão social. Portanto, não há muito o que discutir. Se essa caixa-preta existe, é bom que se faça lá uma CPI e se discuta a caixa-preta. Nós estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, que tem que avançar, para que esse sistema não termine.

Sr. Presidente, nós combinamos, na primeira reunião de Líderes... Nobre Relator, acho que isso é muito importante para todos os Deputados. Se V.Exa. puder me ouvir...

Nós combinamos na primeira reunião que fizemos, ainda nem tínhamos as relatorias, quando V.Exa. foi indicado, que uma emenda que seria de V.Exa. e não de um dos Deputados seria a obrigatoriedade, mesmo que proporcional, do pagamento das emendas impositivas no próximo ano até o mês de julho, tendo em vista a questão eleitoral. Esse foi um acordo feito e, é importante que conste, não está na complementação, mas é importante que conste do texto a obrigatoriedade de pagamento das emendas impositivas, sejam elas das bancadas, sejam elas dos Srs. Deputados, no ano que vem, ou seja, mesmo que proporcionalmente, entregar, pelo menos, a metade até julho, em função do período eleitoral.

Sr. Presidente, eu queria levantar, em nome da bancada feminina, alguns destaques que apresentei, o Destaque nº 40, que diz respeito exatamente à questão do enfrentamento da violência contra a mulher. Esta não é uma emenda de autoria desta Deputada Laura Carneiro, mas da bancada feminina. Na verdade, eu só a destaquei, mas é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para V.Exa. entender, a emenda é muito simples, embora seja uma emenda de texto, apenas inclui a promoção à igualdade de gênero e a questão do enfrentamento da violência contra a mulher como ação específica. Não fala de valores. Enfim, é uma emenda muito simples, é o Destaque nº 40.

O Destaque nº 42, Sr. Presidente, fala ainda da questão das mulheres, de garantir minimamente as políticas de promoção de igualdade e enfrentamento da violência, que o valor gasto no ano que vem nunca seja inferior ao valor gasto em 2015. E o valor gasto de 2015 — eu lhe dei ontem os números — foi de 104 milhões de reais apenas para todo o Brasil. Nada que seja tão grave.

Óbvio, os destaques que todos nós apresentamos, ou muito de nós, já citados pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, tratam da questão dos profissionais concursados, especialmente no Tribunal de Contas da União — TCU e nos Tribunais de Justiça. Na verdade, ninguém quer abrir novas vagas. O objetivo, Relator, é apenas manter as vagas não apenas as que abriram este ano, mas também as do ano passado, que até hoje não foram utilizadas. Então, na verdade, a tentativa, enfim — aí estão vários representantes dos concursados —, é para que esse concurso não suma. Na medida em que não se consegue contratar os concursados com as vagas abertas no ano passado e com as vagas abertas este ano, vai-se impedir que esse concurso vingue. Se não pode fazer mais concursos, por meio de concurso não há nenhuma chance de entrar alguém, então, para que fizeram o concurso, sabendo que os instrumentos de Justiça, as instituições judiciárias e, no caso, o Tribunal de Contas, precisam da inclusão de profissionais, tendo em vista cada vez mais a necessidade de fiscalização dos orçamentos e das execuções financeiras, como faz o TCU, e da questão judiciária, como é o caso dos Tribunais de Justiça?

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda apresentamos, ainda na questão da mulher... Eu já sei que V.Exa. quer que eu cale a boca, mas não dá para calar porque eu vou embora. E ainda há 54 segundos!

Ainda apresentamos, no Destaque nº 155, a tentativa de tirar do contingenciamento a questão que diz respeito à violência contra a mulher. Eu sei que talvez essa eu não consiga, em função das 600 e tantas.

Sr. Presidente, há ainda as emendas apresentadas pela Comissão de Defesa da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria dizer, fechando a minha explanação, que eu me sinto absolutamente congratulada, na medida em que tivemos a coragem, como disse alguém, mas que não lembro quem foi, de votar, pela primeira vez, uma LDO que não é de mentira, nem é uma ficção; é uma LDO que efetivamente quer transformar, alterar e produzir as metas possíveis e necessárias.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É porque o tempo volta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É alguma coisa contra mim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O tempo é automático.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É automático?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dá 1 minuto e, aí, para.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, entendi! Não era automático antigamente. Gostei disso.

Mesmo não podendo aprovar todas as emendas — e é natural, nós entendemos —, V.Exa. fez o possível. Eu já retiro minha inscrição quanto à questão dos destaques, Sr. Presidente. Vou à reunião sobre a Ação da Cidadania e volto para complementar a votação.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu cumprimento V.Exa.

Observei que V.Exa., na condição de Vice-Presidente da Comissão Mista, teve um tempinho extra, mas são tantas proposições que 5 minutos mais 1 minuto de tolerância não foram suficientes.

Solicitando a compreensão de todos os Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, pedi a palavra somente para avisar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já está terminando, e a votação nominal começa daqui a pouco no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem lembrado. É preocupante essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos continuar a nossa reunião concedendo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, primeiro eu queria pedir a V.Exa. que solicitasse um pouco mais de silêncio neste ambiente porque fica difícil, temos que falar muito alto.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou pedir, mais uma vez, silêncio. *(Pausa.)*

Que tranquilidade! Isso é bom para os nossos ouvidos.

Deputado Zé Carlos, V.Exa. tem a palavra. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Isso é bom para as nossas gargantas também, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Eu quero, inicialmente, me irmanar com todos os Deputados que fizeram referência à condução impecável que V.Exa. tem tido desde as nossas nomeações, desde os acordos. Parabenizo-o por isso, porque é algo muito importante.

Quero também parabenizar o Deputado Marcus Pestana por toda a explanação, e isso não é à toa. O Deputado Marcus Pestana, com toda a sua capacidade na área e ainda na condição de professor, fez uma explanação muito bela do Orçamento.

Mas eu queria apresentar minhas emendas. Colaborando com o pedido do Deputado Marcus, já fiz o resumo das emendas que eu queria defender aqui, Sr. Presidente, e enxuguei em cinco emendas.

V.Exa. disse muito bem que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias que nós estamos aprovando funciona como uma caixinha. Quando aprovarmos uma lei orçamentária, se não houver essa caixinha, não haverá onde botar dinheiro. E é nesse sentido, Sr. Presidente e Sr. Relator, que eu resumi essas emendas. Peço a este Plenário, aos Parlamentares, nobres Deputados e Senadores, que aprovem essas emendas no sentido de termos condições de lá na frente lutar por esses recursos.

Essas emendas se resumem apenas em cinco destaques e em dois blocos.

O primeiro é o bloco da agricultura familiar. Para todos nós, é unânime a ideia do fortalecimento, da importância da agricultura familiar brasileira. Ela é fundamental para o crescimento econômico do País. Não há nenhuma dúvida com relação a isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desde aqueles que defendem o agronegócio até aqueles que, como nós, defendem o homem do campo, a agricultura familiar. Daí o Destaque nº 185, a uma emenda de minha autoria, que trata da educação no campo.

Nesse mesmo sentido da agricultura familiar vai também o Destaque nº 183, também a uma emenda de minha autoria, que é para a promoção e o fortalecimento da agricultura familiar, associado ao Destaque nº 203, à emenda de autoria do Deputado Padre João, que também trata da mesma situação.

Há este bloco de três destaques e, depois, mais um bloco de dois destaques. Trago o Destaque nº 184, Deputado Marcus Pestana, de minha autoria também, que trata da criação de áreas para o assentamento da reforma. Apresentei esta caixinha para discussão, porque eu tenho certeza de que o Governo Temer não vai deixar de apoiar, dentro daquilo que o orçamento permitir, este projeto tão belo de regularização de áreas, para evitar os litígios no campo.

Nesse mesmo sentido de proteção das nossas áreas também vai o Destaque nº 194, a uma emenda de autoria do Deputado João Daniel, para o reconhecimento das áreas dos territórios quilombolas.

Portanto, Sr. Presidente e nobre Deputado Marcus Pestana, já atendi ao clamor e reduzi bastante, com esses cinco destaques.

Queria pedir vênia a todos os Deputados e Senadores que estão aqui, a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Relator, o nobre Deputado Marcus Pestana. É necessário que V.Exas. nos apoiem nestas emendas, nestes destaques.

Registro ainda que defendo o Destaque nº 5, referente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pelo simples fato de que este destaque é apenas para garantir a nomeação das vagas já existentes, não há acréscimo de recurso. Se isso não for aceito, não vão poder ser contratados esses jovens que foram aprovados e estão esperando para substituir aqueles que já se aposentaram. Aí, Sr. Presidente, vai-se perder todo o investimento feito no concurso público, será dinheiro jogado fora, e haverá uma quantidade de jovens desestimulados por conta de nós não conseguirmos aqui deixar a possibilidade de, lá na frente, conseguir recurso para essa contratação, de modo que a máquina do Governo funcione adequadamente.

Eram essas minhas as minhas considerações e os meus pleitos. Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobre Deputado Marcus Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Mais uma vez solicito o silêncio dos interessados em participar deste encontro, desta sessão, desta reunião. Eu penso que aqui não é ambiente para conversa. Se os senhores vêm assistir é uma coisa; mas se vêm conversar, desculpem-me, não é esta a finalidade do ambiente.

Vou pedir a compreensão mais uma vez de todos. Não é possível eu ter que interromper a todo o momento, a toda a intervenção, a todo o pronunciamento, a toda a manifestação dos Parlamentares aqui presentes, para que haja o silêncio necessário, compatível com o bom andamento dos trabalhos.

Peço mais uma vez respeito. Não é meu costume fazer isso, mas para tudo há um limite. Os senhores têm todo o direito de estar aqui, eu mesmo faço questão de valorizar os aspectos democráticos e legítimos, mas, por favor, não é para ficar conversando e criando dificuldade para a condução dos nossos trabalhos. Conto com a compreensão de todos.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente, Senador Dário Berger, que tanto orgulha o nosso Estado de Santa Catarina, por estar aqui neste Parlamento, em especial presidindo a Comissão Mista, e por sua paciência com os encaminhamentos e até com os ruídos que dificultam o trabalho.

Também quero parabenizar o nobre Relator. O Deputado Marcus Pestana é economista, porém, muito mais do que economista, é um homem da saúde. Pela sua sensibilidade como gestor de saúde, ele também trouxe para esta peça orçamentária muitas demandas da saúde, em virtude do conjunto de necessidades que nós temos.

Deputado Pestana, V.Exa. que sempre ouve minhas críticas, eu posso dizer que os homens da área econômica esquecem que custeio na saúde é investimento. Nós temos grandes exceções, e V.Exa. é um desses homens que conseguem trabalhar com os números sem deixar de olhar a importância desses números para a vida das pessoas.

Sr. Presidente e nobre Relator, eu quero falar de alguns destaques, em especial do Destaque nº 237, a uma emenda de minha autoria. O Senador conhece bem essa demanda, que é a questão da BR-282, em especial o trecho de Palhoça a Joaçaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por que fizemos esse destaque? Porque estamos perdendo inúmeras vidas nesse trecho e precisamos efetivamente garantir uma terceira faixa, garantir as melhorias nesse trecho. Trata-se de uma emenda de meta.

Portanto, quero pedir ao nobre Relator, com sua sensibilidade, que discutamos em separado esse ponto, a fim de acolher na medida do possível — eu acredito que será possível — este texto.

Nós também temos o Destaque nº 173, que é um destaque de Comissão. Precisamos inserir na LDO os recursos para os vencimentos dos agentes comunitários de saúde.

Quero aqui fazer coro com os Parlamentares que defendem o Sistema S. Eu fui professora do Sistema S e conheço a importância dele na formação em nosso País.

O Destaque nº 5 é com relação à questão do Tribunal de Contas da União e dos concursados. Precisamos lembrar que quanto mais fortalecemos o controle externo melhor será a gestão dos recursos públicos. O Tribunal de Contas teve e tem um papel fundamental, inclusive no acompanhamento das questões de saúde com o tempo de espera, em especial dos pacientes oncológicos.

A Deputada Laura já falou aqui de vários destaques que nós temos com relação às políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Eu tenho quatro destaques nesse sentido.

Nós também temos um destaque à emenda do Deputado Edio Lopes com relação ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos. Precisamos, juntos, buscar os encaminhamentos.

Deixe-me checar se essa emenda é de meta, nobre Deputado. *(Pausa.)* Não é de meta. A emenda é de texto, nobre Relator. Precisamos fortalecer também esse programa, que é desenvolvido muito bem pela Marinha Brasileira.

Sr. Presidente, eu compreendo que agora nós estamos sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que dispõe sobre os limites orçamentários. Mas, dentro do conjunto das demandas, tenho certeza de que haverá sensibilidade do nobre Relator com o coletivo dos Parlamentares desta Casa.

Eu quero destacar o acolhimento das emendas da Comissão de Seguridade Social e Família, que traz em especial um olhar para os atendimentos de média e alta complexidade, assim como para a atenção básica, e também das emendas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bancada do meu Estado, Santa Catarina. Foram três emendas, duas delas impositivas. Uma delas novamente foi para o custeio da média e da alta complexidade.

Um grupo grande de bancadas está tendo esse olhar para fazer com que possamos minimizar os efeitos da Emenda Constitucional 95 para o setor de saúde, porque o custo da saúde é diferenciado, não acompanha os índices nacionais, uma vez que o preço de materiais e medicamentos sempre sobe muito mais do que a correção da inflação.

Obrigada, nobre Relator. Tenho certeza de que, com sua sensibilidade, avançaremos nesses destaques e nas emendas apresentadas.

Mais uma vez, nobre Senador Dário, obrigada por ser catarinense e por estar presidindo esta Comissão tão especial e tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa., a única catarinense que está comigo nesta augusta Comissão.

V.Exa. merece de minha parte todo o apreço pelo trabalho que desenvolve em Santa Catarina, especialmente na área da saúde, por ter sido Secretária de Estado de Saúde. V.Exa. é uma legítima representante de Santa Catarina comigo aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Concedo a palavra agora ao Senador Hélio José.

O SENADOR HÉLIO JOSÉ - Quero cumprimentar o nosso nobre Presidente, o Senador Dário Berger, e o nosso Relator, o Deputado Marcus Pestana.

Peço um pouco mais de tempo, porque eu tenho que falar aqui pela bancada do Distrito Federal e pelos meus destaques. Vou começar falando em nome da bancada do Distrito Federal.

Nobre Deputado Marcus Pestana, nós não podemos crucificar a área pública federal, os servidores e a máquina pública por motivos que não são atinentes ao global da máquina pública.

Eu gostaria que, depois, V.Exa. me respondesse se está prevista a auditoria da dívida pública no final da LDO e como vamos fazer essa auditoria, porque sei que países como o Equador, quando fizeram auditoria da dívida pública, constataram que de 10% a 30% eram considerados gordura que poderia ser queimada.

Então, não podemos crucificar a bancada do DF e ver como legítima essa questão do TCU. Os Destaques nºs 3 e 4, referentes ao TCU, não ferem a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constitucional nº 95, de 2016, visto que não criam despesa nem tratam de distorções orçamentárias, matérias que serão apreciadas na LOA.

Hoje, no TCU há 120 vagas e quase 100 pedidos de aposentadorias. Até dezembro muitas vacâncias ocorrerão em decorrência de aposentadorias. Os aprovados em concurso são ao todo 160 candidatos, ou seja, até dezembro haverá condições para o TCU nomear todos.

O TCU é um órgão auxiliar do Legislativo no controle externo dos gastos públicos e tem maior relevância nesse período pelo qual o País atravessa. Pelo fato de o TCU ter sede em Brasília, a nossa bancada do Distrito Federal como um todo é totalmente solidária ao seu pleito. Por isso, gostaríamos que esse destaque fosse visto por V.Exa.

Além disso, a bancada no Distrito Federal vê como legítimo o Destaque nº 5, referente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — TJDFT. Esse tribunal tem compromisso com a gestão responsável do Orçamento Público e total respeito à Emenda Constitucional 95, que é norma suprema do ordenamento jurídico.

A emenda apresentada luta contra uma barreira burocrática que restringe nomeações de cargos vagos em 2015 e em 2016, que constam da totalidade de cargos vagos no Tribunal.

A queda dessas barreiras não gera impacto financeiro significativo. O Tribunal de Contas, sob o comando do nobre Presidente, que é uma pessoa extraordinária — neste momento está se recuperando de uma operação no joelho —, poderá realocar recursos que já tem para suprir as suas necessidades, de acordo com a Emenda Constitucional 95.

Portanto, toda a bancada do DF, os oito Deputados Federais e os três Senadores da República — eu sou o único que está na CMO —, recomenda esses dois destaques do TCU e do TJDFT.

Além disso, meu nobre Deputado Marcus Pestana, ainda da bancada do Distrito Federal é a emenda do nobre Senador Cristovam Buarque. O Deputado Rubens Bueno, que está aqui comigo, também deixou claro isso. Trata-se do Destaque nº 93, que dispõe sobre as leis de complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria que V.Exa., Deputado Marcus Pestana, considerasse esse destaque, de autoria da nossa bancada, com a colaboração do Senador Cristovam Buarque.

Tendo tratado dos destaques de bancada, agora vou abordar os meus destaques individuais.

Na condição de Senador da República, além de reforçar os destaques referentes ao TJDFT e ao TCU, apresento o Destaque nº 176, nobre Deputado Marcus Pestana, que trata de uma importante região do Distrito Federal chamada Itapoã, Paranoá, onde foram construídas unidades do Minha Casa, Minha Vida para 15 mil famílias, aumentando sobremaneira a população daquela região. No entanto, a duplicação da pista não foi feita, aumentando significativamente o número de acidentes e o número de mortes no trajeto até aquela cidade. Então, nós precisamos da duplicação urgente daquela pista.

Por favor, mais um tempo. *(Pausa.)* Obrigado, nobre Senador Dário Berger, meu vizinho querido e grande Presidente.

Eu gostaria que V.Exa. levasse em consideração o Destaque nº 176, de meta, uma vez que a emenda trata da preservação da vida, com a construção da duplicação de importante trecho de via no entroncamento entre Brasília e Entorno.

O Destaque nº 175, de meta, trata da emenda para construção do Centro de Comando e Controle da Polícia Militar do Distrito Federal e aquisição de *software* e *hardware* para a modernização do parque telemático, com vistas à instalação da solução de cidade segura pela nossa gloriosa Polícia Militar. Por serem esses equipamentos muito caros e muito relevantes para o Distrito Federal, seria muito importante que esse destaque fosse acatado.

O nobre Deputado Rosso e a nossa bancada do DF veem como necessário o Destaque nº 252, cuja emenda trata dos concursados da Câmara dos Deputados, Deputado Marcus Pestana. Esse Destaque nº 252 pretende impedir que o concurso destinado a suprir o quadro de pessoal da Câmara dos Deputados perca a validade e não permita a contratação de candidatos aprovados.

Obrigado, meu nobre Presidente, pela tolerância. Aqui falei em nome da bancada e em meu nome, como Senador da República.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa., cumprimentando-o pela defesa dos interesses do Distrito Federal. V.Exa. falou muito bem pela bancada, apresentando as peculiaridades que precisam ser enfrentadas, embora tenhamos dificuldades econômicas e financeiras extraordinárias.

Agora, vou conceder a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, primeiramente eu quero agradecer ao Relator e a V.Exa. o acolhimento da emenda que trata da construção do contorno rodoviário de Campo Mourão, no entroncamento das BR-487, PR-558, BR-158 e PR-272.

Na verdade, é a conclusão da obra. Quando fui Prefeito — eu era Deputado e tive que renunciar ao mandato —, fizemos a primeira etapa. Essa foi a segunda etapa. Por que isso? Porque está havendo a duplicação da rodovia — está quase pronta — de Campo Mourão a Maringá. A Boiadeira, que é a BR-487, está quase pronta e muitas obras estão acontecendo naquela região.

Esclareço a quem não conhece que, por exemplo, para ir de Brasília a Foz do Iguaçu ou se vai por Curitiba, por um trajeto que é maior, ou se vai por Campo Mourão. Então, é muito importante esse contorno rodoviário ou anel viário. A obra já começou, o projeto está na sua segunda etapa. Por isso, quero agradecer pelo acolhimento dessa emenda.

Sr. Presidente, eu tenho aqui os destaques apresentados. O Destaque nº 94, do Deputado Edio Lopes, trata da operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Ontem, na nossa reunião, o Deputado Edio Lopes apresentou destaque à emenda, e estou aqui me somando a seu pedido.

Além do que falou o Senador Hélio Lopes, as emendas do Senador Cristovam Buarque...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - É Hélio José.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Desculpe-me, Senador Hélio José. Eu estou com o nome do Deputado Edio Lopes na cabeça e acabei me confundindo.

Nós estamos apoiando também o Destaque nº 93, além do que o Senador acabou de falar aqui a respeito da educação, que é, inclusive, proposta nacional.

Apresento também destaque de emenda referente ao pagamento do SUS. O que é isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, sobre o SUS? Eu estou falando aqui com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma autoridade, o Deputado Marcus Pestana, que foi Secretário de Saúde de Minas Gerais e conhece o assunto. O que é isso? É a Prefeitura fazer um contrato com uma OSCIP, contratar médicos, e o valor dessas contratações, que não têm nada a ver com a Prefeitura, vão pesar, inclusive, naquilo que nós chamamos de controle, ou seja, na Lei de Responsabilidade Fiscal a qual o Prefeito deve seguir. Se é uma OSCIP, e o indivíduo não é contratado pela Prefeitura, não é concursado pela Prefeitura, não é de carreira da Prefeitura, não há razão de contabilizar esse custo na conta da Prefeitura, para somar como se funcionário fosse, quando não o é.

O Destaque nº 212 refere-se a uma emenda que foi fruto de uma proposta dos Prefeitos da região de Campo Mourão, entre os quais a Prefeita Angela, de Farol, que é também Presidente da COMCAM, e o Prefeito Miliossi, de Barbosa Ferraz, que fizeram essa reivindicação em nome dos Prefeitos brasileiros. Daí a importância de pedir o atendimento dessa demanda.

O Destaque nº 227 é relativo à emenda do Deputado Marcos Abrão, que trata de regularização fundiária, área em que ele atua, na área de habitação, uma vez que já foi Secretário do Estado de Goiás.

A Deputada Luzia Ferreira, de Minas Gerais, apresentou emenda que visa permitir criar ações no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em serviços de proteção social. Então, apresento o Destaque nº 224 em relação a essa emenda.

O Destaque nº 230 refere-se à emenda da Deputada Pollyana Gama, que há pouco fez um pronunciamento no Grande Expediente, no plenário — nós estávamos lá. E ela está pedindo aqui apoio a um monitoramento inteligente, sistema de controle e policiamento ostensivo nas rodovias, em prol da segurança pública. Então, eu estou aqui apresentando o Destaque nº 230.

O Destaque nº 236 refere-se à emenda da Deputada Eliziane Gama, do Maranhão, que solicita retirar do contingenciamento os recursos destinados ao Programa 2085 — Redução do impacto social do álcool e outras drogas.

Dito isso, eu quero agradecer a V.Exas. e também à Deputada Carmen Zanotto, que usou a palavra.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, Sr. Relator, precisamos dar prosseguimento ao nosso trabalho aqui, para votarmos o quanto antes a LDO e já entremos na apreciação do Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Peço desculpas ao Senador Hélio José pela confusão com seu nome.

Estou aqui em nome da bancada do Paraná, especialmente da nossa região, e da bancada do PPS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a participação do Deputado Rubens Bueno.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, a questão de ordem é no seguinte sentido: as inscrições acabaram se fundindo e a discussão do texto acabou entrando também na questão da discussão dos destaques. Além disso, a Ordem do Dia no Senado está prestes a ser iniciada, o que inviabiliza qualquer tipo de votação aqui, nesta Comissão. Então, a questão de ordem que faço, a título de sugestão, é de que votemos o texto principal da LDO, apresentado pelo Deputado Marcus Pestana, preservados os destaques, e continuaremos, em seguida, a discussão dos temas, dos destaques e das sugestões, para que os nossos trabalhos não sejam prejudicados pelo início da Ordem do Dia no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - De minha parte, está acatada a sugestão.

Consulto V.Exas. se acatam também a sugestão do nosso Relator-Geral do Orçamento.

Com a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, o Deputado Cacá Leão foi perfeito nessa sua colocação. Mas eu queria fazer só uma pergunta: os destaques seriam votados quando? Ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Hoje ainda, Deputado.

Encontram-se ainda inscritos o Deputado Bilac Pinto, a Deputada Gorete Pereira, o Deputado Orlando Silva, a Deputada Rosangela Gomes e, evidentemente, o Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Bem, eu só queria fazer um pedido. Nós podemos discutir o projeto e os destaques. O que estamos percebendo é que estamos discutindo os destaques, e não o projeto, e aí acabamos discutindo o mesmo assunto duas vezes, tanto no relatório, quanto no projeto. Evidentemente, V.Exas. têm a palavra para discutir, têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o tempo necessário para isso. Mas, para ganhar tempo, pelo adiantado da hora, nós poderíamos votar o relatório principal.

Depois, eu pretendo suspender a reunião por 5 minutos ou 10 minutos, de acordo com a aquiescência de V.Exas., para tratarmos especificamente dos destaques, para discutirmos o tipo de encaminhamento que nós vamos dar a esses quase 400 destaques. Precisamos de uma ampla reflexão sobre o encaminhamento dos destaques. Por isso, eu peço a compreensão de V.Exas.

Com a palavra o Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, e saudar aqui, também, o Deputado Marcus Pestana, que é um economista, tem um preparo enorme e está fazendo um trabalho extraordinário como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Cumprimento também o Deputado Cacá Leão, nosso Relator-Geral do PLDO.

Eu faço aqui apenas, Senador, uma questão de ordem. A colocação do ilustre Deputado Cacá Leão é para que nós possamos encerrar agora a fase de discussão e votarmos depois.

Então, eu não vou atrapalhar e, de pronto, acato a sugestão do Deputado Cacá Leão. Posteriormente, quando nós formos entrar nos destaques, eu gostaria de me manifestar também a respeito de um destaque que considero essencial, sobre o Sistema S.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa. Fosse eu o Relator, considerando o encaminhamento que V.Exa. deu, eu olharia ainda com mais carinho para aprovar, evidentemente, a sugestão de V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Para contribuir com os trabalhos, vou abrir mão da minha fala. Irei falar durante a apresentação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Deputada.

Está encerrada, então, a discussão da matéria.

Portanto, está encerrado também o prazo para apresentação de destaque.

Pergunto ao Relator se gostaria de usar a palavra. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra V.Exa., Relator.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quero só esclarecer: todos os destaques estão ressalvados, mas eu, de pronto, estou incorporando, na complementação de votos, o pedido da Deputada Laura Carneiro de que as emendas não sejam contingenciadas no ano eleitoral, que sejam pagas, ainda que proporcionalmente ao período de 6 meses — então, há obrigação de se pagar; um ajuste de texto que foi colocado aqui na questão do adendo do Sistema S; e a sugestão do Deputado Maia de que deixemos em aberto, como algo preferencial, aquelas emendas de bancada que foram selecionadas, mas que não haja vedação... Já foram selecionadas duas emendas de execução obrigatória. Mas ele argumentou muito bem que questões de projeto, de etapas preliminares, podem inviabilizar uma obra. E a bancada queimou o recurso e vai perder o recurso. Eu acho razoável essa argumentação. Então, a bancada, embora tenha apontado duas prioridades para a execução obrigatória, e não discricionária, poderia, na peça orçamentária, corrigir. Nós estaremos incorporando isso já na complementação de voto. Essas foram sugestões que brotaram aqui ao longo da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Vamos votar então? *(Pausa.)* Então vamos votar. Foram apresentados 359 destaques. Vamos passar, então, para a votação do relatório com a complementação de voto.

V.Exa. quer se manifestar, Deputado?

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Antes da votação, eu gostaria de um esclarecimento do Relator. Na consulta que fiz, V.Exa. disse que...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Fizemos aquela correção do inciso II.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Do § 1º, aqueles cinco incisos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não todos, só o inciso II.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - O inciso II e o inciso III?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O inciso II.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Só o inciso II. Está bom.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É o que cria problemas operacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, se V.Exa. ficou satisfeito...

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só quero verificar algo com o ilustre Relator. Tanto eu quanto o Senador Benedito de Lira discutimos a questão de uma melhoria do rigor da verificação do CAUC para os pequenos Municípios brasileiros.

Nós vimos a redação que V.Exa. produziu, Sr. Relator. Tenho todo o respeito pelo seu relatório, o qual reconheço como um dos melhores que já vi nesta Casa, mas V.Exa. não traz nenhuma inovação. V.Exa. repete apenas a obrigatoriedade do repasse ao ente federado no caso das emendas individuais. Isso já está na Constituição, no art. 166, e não precisaríamos trazê-lo para o seio da LDO. Então, não avançamos nada. Talvez, se permanecer o texto que está aqui... Desculpe-me a ousadia, mas seria mais conveniente que nós o retirássemos para evitar que burocratas da Esplanada comecem a fazer confusão entre um texto e outro das legislações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos votar!

Minha preocupação é que está para iniciar a sessão deliberativa do Senado, aí nós acabaremos prejudicados. Como há entendimento, vamos passar à votação do relatório com a complementação de voto e adendo, ressalvados os destaques.

Portanto, encontra-se em votação o PLN 1/17.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado com o complemento de votos, ressalvados os destaques.

Em seguida, consta da pauta apreciação e votação dos destaques, como eu mencionei. Então, peço licença a V.Exas. para suspender a nossa reunião por 10 minutos, se houver acordo.

Ouço com muito prazer a sugestão do Relator, o Deputado Marcus Pestana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Os Senadores vão ter que se retirar agora para irem à Ordem do Dia? Ou vamos avançar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ainda não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria levar em consideração que há 358 destaques. No meu entendimento, 5 estão prejudicados, porque são substitutivos, no sentido de retorno ao projeto original do Executivo. Então, os destaques já diminuíram para 353. Desses 353 destaques, 87 são de metas e 266 de texto.

Considerando-se a economia processual, eu entendo que o anexo de metas nem deveria constar da LDO, conceitualmente. Eu acho que é uma distorção na construção da LDO. Isso é assunto para o Orçamento, quando tem dinheiro na mesa para ser distribuído. Meta sem dinheiro é poesia. Eu adoro poesia como arte, mas não como execução orçamentária e política pública.

Tendo em vista o quadro inicial com as emendas de Comissão, já existem mais de 160 prioridades e metas. Eu tenho uma visão clara de que, primeiro, não deveriam constar; e, segundo, se é prioridade, quem prioriza tudo não prioriza nada.

Mas eu queria propor que, se for necessário fazer uma discussão fechada — eu vejo um problema conceitual em diluirmos o conceito de prioridade —, acatássemos, em globo, todas as emendas de meta. É claro que ficou uma bíblia de prioridades. Mas, se isso não incomoda a Comissão, não vai ser este Relator que vai se firmar numa ortodoxia inútil.

Aí, restariam 266 emendas de texto. Algumas delas são mais conceituais.

Deputado Edio, eu queria esclarecer que adotei a redação que foi oferecida pelo Senador Lira. Eu a acolhi e imaginei que contemplava a sua preocupação. O Sistema S está destacado, a questão dos agentes comunitários está destacada.

Nós teríamos que mapear quais emendas de texto os Deputados presentes fazem questão de destacar — o destaque de quem não está aqui já é prejudicado. Por exemplo, o destaque do Deputado Maia Filho nós já incorporamos, bem como todas as emendas de metas. O Senador Antonio Carlos também colocou a questão de haver emenda de bancada acolhida e emenda individual com texto diferenciado, o que já foi corrigido no relatório. A questão das metas, que V.Exa. sugeriu, também já seria resolvida. O Deputado Edio Lopes fez sugestões quanto ao Anexo III.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não adianta amarrarmos o Orçamento. Eu sou amicíssimo do Ministro Raul Jungmann e teria toda a motivação para defender as ações de defesa e o controle aéreo, mas não é esse o ponto. Essas questões vão se impor pela discussão com o Congresso Nacional e com a sociedade e pela noção de priorização.

O problema é que nós temos "escolhas de Sofia" a fazer — não sei se todos viram o filme *A Escolha de Sofia*, em que uma mãe judia tem que escolher no campo nazista qual dos dois filhos vai sobreviver. O Orçamento é assim; quando nós estamos numa crise fiscal profunda, temos várias "escolhas de Sofia" a serem feitas. Mas essa é uma questão a se avaliar. Acho que deveríamos mapear do que é que os Deputados presentes fazem questão.

O Deputado Laercio fez uma brilhante defesa do Sistema S, assim como o Senador Lira.

A Deputada Professora Dorinha fala de metas que foram adotadas, mas propõe alguma proteção de contingenciamento — isso eu acho que minaria todo o fundamento do relatório.

Quanto à questão dos concursos, nós temos um limite constitucional para todos os Poderes. Uma coisa é o plano de cargos e salários, o quadro aberto; outra coisa é disponibilidade orçamentário-financeira. Todos os Poderes estão desajustados. Portanto, não vão poder repor seus quadros. É o que está disposto na Constituição.

Eu estou vendo que o Presidente está precisando suspender a reunião em função da Ordem do Dia do Senado. Então, eu vou interromper a minha fala e retomá-la em um momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu queria fazer alguns comunicados.

O primeiro seria relativo à suspensão da nossa reunião por alguns minutos, o que eu gostaria que fosse de comum acordo com V.Exas. Realmente, a Ordem do Dia abriu no Senado Federal, e já há votação nominal.

O outro comunicado é que o Presidente Eunício, assim que abriu a Ordem do Dia, informou aos Senadores e à população em geral que ele pretende entrar em contato com o Presidente da Câmara com o objetivo de convocar uma sessão do Congresso Nacional para amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não está confirmado, mas, pelas informações que recebi agora, se nós conseguirmos aprovar os destaques aqui, estaremos aptos a entregar o projeto ao Congresso Nacional, o qual estará apto a convocar, então, uma sessão para amanhã à noite, e não para segunda-feira, como originalmente estava estabelecido.

O Deputado Marcus Pestana quer fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Para ganharmos tempo, eu queria sugerir que, durante este intervalo, os Deputados e Senadores aproveitassem para trazer aquelas emendas que fazem questão de discutir, mas que não ferem os fundamentos de proteção, contingenciamento e indexação, ao nosso Secretário-Geral. Assim, já mapearíamos as emendas e entraríamos na discussão delas. Os Senadores podem pedir a seus assessores que tragam as emendas. Os Deputados podem trazê-las pessoalmente ou através de assessoria, à sala de reunião da Presidência.

(Não identificado) - Mesmo com a Ordem do Dia instalada lá no Senado vai ser possível votarmos aqui?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, a votação ocorrerá depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos suspender por 30 minutos e retornar às 20 horas? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Que horas termina a Ordem do Dia?

(Não identificado) - Às 20h30min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Hildo, em função da relevância da matéria que estamos apreciando aqui na Comissão de Orçamento, eu posso solicitar ao Senador Eunício Oliveira que, na medida do possível e do necessário, agilize a Ordem do Dia daquela Casa, para que possamos voltar a nos reunir e continuar votando. É o que vou fazer.

Então, a minha sugestão é que se suspenda a sessão por 1 hora. Pode ser? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, 1 hora.

A reunião será aqui, na sala de reunião da Presidência da Comissão, e nós estaremos lá aguardando os assessores, os Parlamentares e todos aqueles que têm interesse nos seus respectivos destaques. Então, está suspensa a nossa reunião.

(A reunião é suspensa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Marcus Pestana, para expressar o seu entendimento com relação aos destaques.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, foram 54 destaques, dentro da metodologia que nós aprovamos antes da interrupção, solicitados para serem reavaliados.

Então, eu vou, telegraficamente e sem ocupá-los em demasia, dizer do meu parecer.

Destaques nºs 127 e 128, do Deputado Weverton Rocha, pela rejeição, que abrem a possibilidade de obras com transferências voluntárias. A ideia tem relação com Câmaras de Vereadores, obras, infraestrutura — gasto com atividade-meio, não finalística —, transferência. Depois o Deputado pode defender sua posição.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - O parecer é pela rejeição?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, o parecer acerca dos Destaques nºs 127 e 128 é pela rejeição.

Quanto ao Destaque nº 95, do Deputado Edio, voto pela rejeição, para manter a coerência com a minha visão, com os fundamentos do relatório. Todas as emendas de Anexo III, independentemente da avaliação de mérito... No caso, o Deputado Edio propõe que se ressalve de contingenciamento o projeto do submarino, que é um projeto estratégico das nossas Forças Armadas. O parecer é pela rejeição não por causa da avaliação do mérito da despesa, mas porque nós não temos a possibilidade de engessar a execução orçamentária. O espaço de manobra e as despesas discricionárias — eu volto a dizer — representam apenas 18% dos gastos primários. Se criarmos um excesso de regras, indexando, criando pisos, criando rigidez, criando obrigatoriedade, salvando de contingenciamento, podemos inviabilizar a gestão orçamentária.

O Destaque nº 205, do Deputado Weverton Rocha, também é referente ao Anexo III, ao FCA.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - O FCA é o Fundo da Criança e do Adolescente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não há coisa mais meritória que o Fundo da Criança e do Adolescente — ninguém duvida disso. É uma atividade essencial, é uma questão de princípio, de método e de diretriz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Destaque nº 143, do Deputado Rubens Bueno, que é referente ao Anexo III e trata da aquisição de blindados Guarani, é o mesmo caso.

O Destaque nº 339 — Anexo III —, do Deputado Laudivio, também trata da aquisição de blindados Guarani, o que demonstra o prestígio que as nossas Forças Armadas têm aqui.

O Destaque nº 94, do Deputado Edio Lopes, trata de uma despesa essencial, que é com o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O parecer é pela rejeição, porque esse destaque também é referente ao Anexo III, ressalvando, obrigatoriamente, qualquer tipo de contingenciamento.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Então, o parecer acerca do Destaque nº 205 — aquele que trata do Fundo da Criança e do Adolescente — também vai ser pela rejeição?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, não pelo mérito, mas pela natureza da despesa e pela avaliação.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Só estou anotando, porque vamos pedir que isso seja apreciado em separado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O parecer ao Destaque nº 145 — Anexo III —, da Deputada Bruna Furlan, também em relação ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, é pela rejeição.

Esse é o mesmo caso do Destaque nº 160 — Anexo III —, do Senador Fernando Collor, que também trata do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Quero que fique claro que eu prezo muito a minha vida e ando muito de avião. Então, faço votos de que não seja feito nenhum contingenciamento que prejudique...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - V.Exa. quer que nós derrubemos isso aqui, não é, Relator? Aí V.Exa. fica bem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, não. Eu estou convicto de que não devemos fazer esse tipo de engessamento.

O Destaque nº 168 — Anexo III —, do Deputado José Medeiros, também trata do espaço aéreo.

Há uma emenda da bancada do Distrito Federal no sentido de dobrar a participação do Governo Federal no FUNDEB. O Senador Cristovam Buarque tem uma luta histórica pela educação, mas isso teria um impacto fiscal muito grande. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emenda é meritória — eu acho que o desafio nº 1 é a educação de qualidade —, mas, seguindo-se o critério traçado, ela também foi rejeitada.

O Destaque nº 212, do Deputado Rubens Bueno, é uma redação que outros apresentaram também e que me parece inadequada, porque acarretaria uma interferência na execução orçamentária dos entes que conveniam com o Governo Federal, apontando a priorização dos recursos transferidos para pagamentos de débitos, com contratos com as OSCIPs e organizações sociais.

O Destaque nº 51 — Anexo III —, do Deputado Bohn Gass, ressalva de contingenciamento o Programa Mais Médicos, o qual pressupõe contrato de trabalho, acordo internacional. É uma despesa essencial, de assistência à saúde primária da população. Eu fui Secretário de Saúde durante 8 anos e teria todos os motivos para não rejeitar esse destaque, mas trata-se de uma questão de consistência do relatório.

Quanto ao Destaque nº 55, do Deputado Bohn Gass, que trata da questão da delegação, a possibilidade de delegação do Presidente da República aos Ministros nos casos de créditos especiais — arts. 46 e 47 — foi parcialmente atendida já no relatório preliminar.

O destaque do Deputado Nelson Pellegrino — Anexo III — é referente à prestação jurisdicional trabalhista, ao custeio da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho está completamente desenquadrada no teto. O objetivo era preservar a Justiça do Trabalho de qualquer tipo de contingenciamento.

Também é pela rejeição o parecer acerca do Destaque nº 148, da Deputada Bruna Furlan, Anexo III, sobre o SISFRON, que é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, uma questão estratégica para a segurança nacional — ninguém está questionando isso.

Esse é o mesmo caso do destaque da Deputada Bruna Furlan sobre as ações das Forças Armadas, preservando o contingenciamento — Anexo III —, cujo parecer também é pela rejeição.

Quanto aos Destaques nºs 3, 4 e 5, do Senador Hélio José, sobre o TCU, o Tribunal de Justiça e a própria Câmara dos Deputados, eu resolvi aceitar acolhê-los. *(Palmas.)* Na verdade, isto é até certo ponto inócuo, uma vez que os Poderes estão desenquadrados e vão ter que provar o enquadramento no relatório do ano anterior, em janeiro. Se esses três organismos estiverem desenquadrados, eles não poderão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ter expansão de quadro, não por causa da LDO, mas por causa da emenda constitucional. No entanto, eu, indicativamente, para não criar nenhum óbice preliminar, acolhi as emendas da bancada do Distrito Federal, aqui vocalizadas pelo Senador Hélio José.

O Destaque nº 252, do Senador Hélio José, é genérico sobre os concursos. Então, nós acolhemos só as específicas para o TCU, para o Tribunal de Justiça e para a Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

O Destaque nº 169, do Senador José Medeiros, Anexo III, é referente à compra dos caças do Projeto FX-2 para a Aeronáutica, também uma questão estratégica. Isso mostra o prestígio que têm as Forças Armadas aqui na Comissão Mista de Orçamento, mas, pelo mesmo princípio, foi rejeitado.

O Destaque nº 172, do Senador José Medeiros, Anexo III, relativo ao SISFRON, também foi rejeitado.

Os Destaques nºs 45, 46 e 130, do Senador Ataídes Oliveira, referentes ao Sistema S, eu rejeitei, pelos motivos expressos na discussão aqui já feita.

O Destaque nº 64 é do Deputado Danilo Forte, meu grande amigo, mas prevê uma coisa que colide com a Lei nº 4.320, de 1964. Na execução de convênios, depois de feita e homologada pelo órgão concedente a licitação, poderia haver uma antecipação de 50% dos recursos para a execução da obra, antes da execução da obra. Eu acho isso temerário. Nós temos tido tantos problemas com execução de convênios, com controle *a posteriori*, que me parece que, se os recursos fossem antecipados, não haveria medição.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas essa antecipação é de Poder para Poder?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, não. Trata-se de conveniados, de transferências voluntárias para Municípios.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas não há razão para se fazer isso antes da obra. Eu concordo que, se o princípio fosse o de que a primeira liberação teria que ser de pelo menos 50% para então avançar, isso evitaria a burocracia da Caixa Econômica. Aí, estaria tudo bem: apresentar-se-ia a medição de 50% da obra, e o desembolso seria necessariamente de 50%. Mas antecipar 50% me parece inadequado, e há um óbice legal, a Lei nº 4.320.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Destaque nº 65, do Deputado Danilo Forte, também foi rejeitado, como o do Deputado Rubens Bueno, porque interfere na execução, dando um comando e ferindo, inclusive, a autonomia dos Municípios, priorizando o pagamento de dívidas com OS.

Quanto ao Destaque nº 343, do Deputado Laudivio Carvalho, também voto pela rejeição, no mesmo sentido.

Quanto ao Destaque nº 40, da Deputada Laura Carneiro, nós fizemos uma afirmação de prioridade para as políticas de combate à discriminação à mulher e para as políticas de combate à violência contra a mulher, mas a Deputada propõe uma explicitação detalhada no Orçamento. Só que se trata de ações transversais, que dizem respeito a direitos humanos, saúde, educação. Então, há certa inviabilidade operacional.

Também da Deputada Laura Carneiro, Vice-Presidente desta Comissão, há o Destaque nº 42 e o Destaque nº 155, fixando um piso de referência rígido para as políticas voltadas para a mulher. Portanto, voto pela rejeição desses destaques, por dizerem respeito ao Anexo III, que é livre de contingenciamento.

É da Deputada Laura Carneiro também o destaque relativo à preservação de receitas de convênios e doações.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - *(Ininteligível.)* Mas isso estava na LDO.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Antes estava na LDO — V.Exa. tem razão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O único que V.Exa. acolheu...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que é coletivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Esse já foi acolhido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. já falou?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já, já está incorporado.

Destaques de nºs 107 a 123, todos da Senadora Lúcia Vânia.

Anexo III, para a EMBRAPA, rejeitado.

Destaque nº 108, da Senadora Lúcia Vânia. Imposição de que haja recurso nas ações que ela propõe. Rejeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destaque nº 109, da Senadora Lúcia Vânia, Anexo III, para a área da saúde. A saúde já é protegida pelo piso constitucional. Então, até certo ponto, ela já está blindada para contingenciamento, e eu acresci recursos, 0,7%, pelo crescimento demográfico.

Destaque nº 110, da Senadora Lúcia Vânia. Rejeitado. Anexo III, Lei Kandir, compensação por exportação. Nós estamos obrigados, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a votar até dezembro uma lei complementar criando a normatização, em se tratando da compensação, da Lei Kandir. Desta forma, o Congresso, no momento próprio, vai se pronunciar sobre este assunto. Não é na LDO que vamos resolver, mas sim na votação da lei complementar, que o Supremo nos deu até dezembro para aprovar. O Senado já está trabalhando nesta questão, porque se trata de um assunto federativo.

Portanto, rejeitados os Destaques de nºs 111, 119, 120, 121, todos sobre a Lei Kandir, o Destaque nº 122 (Anexo III), da Senadora Lúcia Vânia, para a EMBRAPA, e o Destaque nº 123 (Anexo III), da Senadora Lúcia Vânia, para a área da saúde.

O Deputado Raimundo, que é meu grande amigo, ficou bravo, com a transposição da... Eu fui Secretário de Saúde por 8 anos, ele sabe, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários. Eu teria todos os motivos, mas, volto a dizer, trata-se de uma questão de consistência.

O Destaque nº 206, da Deputada Rosangela Gomes, prevê uma explicitação ou uma clareza maior na apresentação da questão da amortização. Há muita confusão em se tratando de rolagem, amortização, juros nominais e juros reais. Há uma discrepância entre a expressão orçamentária dos juros, que são juros reais, e os juros nominais no sistema do Banco Central. Portanto, o Destaque nº 206, de autoria da Deputada Rosangela Gomes, foi acolhido, aprovado.

Destaque nº 97, do Deputado Edio Lopes, diz respeito a passagens aéreas.

A LDO veio omissa quanto ao uso passagens em classe executiva. Houve uma pressão da mídia. O Presidente da República deu uma entrevista, admitindo recuar. O Ministro do Planejamento dirigiu ofício ao Presidente, propondo que fosse mantida a proibição, genérica e total, ao uso de classe executiva. Eu sou muito austero, sempre fui, mas acho que é uma visão tacanha não enfrentarmos isso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mandar um Ministro para a China, para a Rússia, para o Japão, para a Austrália, ou um Deputado, qualquer pessoa...

A questão é a avaliação do mérito ou da importância da viagem: se é trem da alegria ou festa, ou se é para a negociação de um empréstimo e tal.

Então, eu chamei a mim uma coisa que não estava recomendada e criei várias categorias: pessoas com deficiência, pessoas acima de 65 anos. Aí, perguntaram-me por que 65, já que o Estatuto do Idoso fala em 60 anos, mas nós subimos o sarrafo na reforma da Previdência. Como fui da Comissão da Reforma da Previdência, eu não queria levar na testa este argumento.

Então, está excepcionalizado em se tratando de pessoas acima de 65 anos, nos casos de viagens acima de 8 horas e no caso dos chefes de poder. Acho que isso está bem contemplado, está razoável. O Ministro, ou equivalente, terá apenas que atestar a importância da viagem.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - V.Exa. poderia dar a relação das autoridades alcançadas por essa...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Os Presidente de poder: Senado, Supremo, Tribunais Superiores; e congêneres: Procuradoria-Geral da República, Defensoria-Geral da República. Só os titulares, os Presidentes. Mas outras categorias, por exemplo, os comandantes militares, são contempladas. A maior parte dos comandantes tem mais de 65 anos ou suporta uma viagem de 8 horas em classe econômica. Eu acho um absurdo. Isso praticamente criaria um impedimento apenas na América Latina.

Portanto, eu acho altamente razoável a formulação e resolvi assumir o risco, porque a recomendação do Executivo era cercear qualquer tipo de viagem executiva.

Eu fui negociar um empréstimo no Japão quando era Secretário de Planejamento e levei 3 dias para entrar no fuso por causa do *jet lag*.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nos Estados Unidos também são só 7 horas, não é?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, um decreto da Presidente Dilma fixou 8 horas. No caso de Miami são 8 horas.

O destaque do Deputado Hiran Gonçalves, da Comissão de Seguridade, quanto à questão dos agentes, já foi acolhido parcialmente. Vai estar explicitado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem que ter uma rubrica específica dando transparência à reserva para remuneração. Eu só não incorporei, como não incorporei nenhuma indexação e fixação de despesa, a questão do aumento, mas vai está explicitada a reserva orçamentária para o pagamento de agentes.

No caso da bancada do Ceará, há um problema operacional muito detalhado que conflita um pouco com o texto da portaria atual. A emenda é extensa e é um assunto típico para portaria sobre execução de convênios e liberações, com cujo teor eu concordo, mas ela está em conflito. A última portaria que regula este assunto já avançou mais. Portanto, por dificuldades de natureza operacional, que não é um assunto próprio para uma LDO, eu me permiti rejeitar.

Agora, o Destaque nº 132, do nosso grande Senador Antonio Carlos Valadares, apoiado com ênfase pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos e secundado pelos Deputados Júlio e Gonzaga Patriota. Não é fácil enfrentar um *lobby* desses. O Nordeste sabe expressar com força seus interesses e o faz muito bem. A Deputada Gorete apoiou também.

É o voto do Relator. Nada impede que, na sequência, uma ou outra dessas 54 ações, aquelas que não foram acolhidas, seja submetida à discussão e a voto, mas eu pelo mesmo critério... A integração nacional é um projeto que a transposição faz numa região pobre, teria todos os argumentos, como o caça da Aeronáutica, como o submarino da Marinha, como o Fundo da Criança e do Adolescente. Mas não é esta a questão, não é uma avaliação do mérito da despesa.

Então, rejeitado, sujeito à apreciação.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Relator, requeremos que se vote em separado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim. O Presidente vai acertar com V.Exas. um processo racional para não irmos até às 4 horas da manhã.

O Destaque nº 133, do Deputado Antonio Carlos Valadares, permite despesas administrativas na execução de emendas. Como já é praxe, está se reafirmando, foi acolhido e aprovado o Destaque nº 133.

O Destaque nº 283, do Deputado Laudivio Carvalho, foi rejeitado. Não é possível fazer contrapartida com reserva de contingência. A reserva de contingência destina-se a eventos não planejados: acidentes climáticos, catástrofes. Trata-se de algum tipo de evento não esperado. A contrapartida, não. Quando se convenia, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se assumindo... A própria Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe, no seu art. 25, a dispensa de contrapartida. O uso da reserva de contingência também se enquadraria nisso.

O Destaque nº 286, também do Deputado Laudivio Carvalho, colide com o art. 25, ao delegar ao Ministro, ao chefe do órgão que convenia, a possibilidade de diminuir, aumentar ou dispensar. Então, como entra em conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei de *status* jurídico superior à LDO, que é uma lei ordinária, como a Lei de Responsabilidade é uma lei complementar, prevalece o entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, rejeitado o destaque.

No caso dos Destaques de nºs 346, 347, 348 e 349, que dizem respeito à diretriz de que as políticas públicas têm que combater as desigualdades, nós não entramos no mérito. Nós acolhemos essas emendas parcialmente, com ajuste de texto, para não trazer para a LDO uma discussão ideológica sobre o conceito de gênero e tal. Portanto, nós estamos acatando e vamos simplesmente indicar que as políticas públicas têm que ter como viés principal o combate às desigualdades.

Era o que eu tinha a relatar. Esta é a opinião monocrática do Relator.

Eu queria, de pronto, fazer um agradecimento à Consultoria Técnica de excepcional qualidade que temos na Câmara e no Senado. Nós ficamos trabalhando na sexta-feira das 9 horas da manhã até às 10 horas da noite para estarmos em condições de cumprir nossa tarefa. Agradeço, portanto, à Consultoria Técnica.

Este é o parecer monocrático do Relator, com o apoio da excelente Consultoria Técnica. Mas a Comissão tem soberania para, num processo que eu espero seja racional, com economia processual maximizada, fazer a votação do relatório.

Sr. Presidente, seriam estas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou conceder a palavra a todos, indistintamente. Mas, primeiro, preciso colocar em discussão o parecer do Relator quanto à apreciação dos destaques.

Eu consulto a V.Exas. se reabrimos as inscrições ou se mantemos as anteriores. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Relator, eu vou fazer uma pergunta. Assim, eu economizo tempo. Nem vou fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Eu estou na frente, Sr. Presidente. Também quero fazer uma pergunta ao Relator.

(Não identificado) - Eu também quero.

(Não identificado) - Eu abro mão, para o colega fazer a pergunta, mas também quero perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só um minuto. Vamos organizar. Vamos ter que abrir a lista de inscrição novamente, Deputado Hildo, porque nem todos estão presentes. O Senador Ataídes, por exemplo, era o primeiro inscrito, mas não está aqui.

Eu consulto a V.Exas. se vamos fazer novas inscrições, ou se vamos manter a lista de inscrição.

(Não identificado) - Vamos manter.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, então vamos mantê-la.

Agora passo a conceder a palavra, pela ordem ou para questão de ordem, por 3 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que me tem insistentemente solicitado.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, o critério deve ser tão somente o de equilibrar as votações. Comecemos pela Câmara dos Deputados e, de forma alternada, ouvimos os Senadores. Logicamente, a Câmara dos Deputados tem muito mais destaques e naturalmente vai ter uma vantagem, uma vantagem legítima.

Estou fazendo este pedido porque preciso viajar. Como sou do Senado, gostaria que, quando chegasse a nossa vez, o Deputado Raimundo Gomes de Matos fizesse a defesa da emenda.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Justamente neste sentido, nós temos uma emenda...

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Quando chegasse a minha vez, eu gostaria que ele fizesse a defesa do destaque.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente. Vamos encaminhar desta forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Seguindo a relação de inscritos, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, Sr. Presidente. Antes disso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos seguir a lista. Foi o combinado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, faço uma sugestão. Eu imagino que nós não vamos votar nominalmente a maioria dos destaques. Se V.Exa. concordar, talvez o ideal seja votar os destaques absolutamente... Todos os Deputados da bancada do Nordeste consensualizaram um destaque para ser votado nominalmente, mesmo sem verificação de quórum. O PDT também consensualizou votar apenas dois destaques.

Enfim, eu não vou colocar nenhum dos meus em votação individual. Talvez se pudéssemos saber quais são os destaques que eventualmente... Sugiro isso para ver se é possível montar uma votação, senão...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Senador Ataídes, por exemplo, estava inscrito, e não está presente. Ele disse: *"Eu já estou derrotado"*, e eu acho que não.

A Deputada Laura já está dispensando a discussão.

Podemos concentrar a votação. Acho que deveríamos discutir e votar só aqueles que eu não consegui convencer ou...

Essa era a minha pergunta.

(Não identificado) - Concordamos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Então, individualmente, vamos ter a garantia de discuti-los e votá-los?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O que nós temos que fazer, pelo que eu posso imaginar, é primeiro votar em bloco, digamos, o parecer do Relator, antes de individualizarmos. Votamos em bloco o parecer do Relator, ressalvados, pela manifestação de V.Exas., os destaques que porventura não tiverem sido contemplados e aqueles cujo parecer do Relator V.Exas. não tiverem acatado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Perfeito? *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Alguma dúvida quanto a este encaminhamento?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Está correto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Tendo em vista a impossibilidade de votação no Senado e, por outro lado, o fato de que já votamos o texto... Como já está votado o texto, nós agora teríamos que votar os destaques. Como nós não podemos votar porque o Senado está funcionando, minha sugestão é que façamos o seguinte: todos têm os seus destaques na mão, não têm? Então, começamos a retirá-los. Eu vou começar pelo meu. Assim, fica mais fácil. Retirando, vão sobrar três ou quatro destaques. Se todos retirarem, resolve-se o problema.

Portanto, Sr. Presidente, eu retiro os Destaques de nºs 35, 37, 40, 155. Os Destaques de nºs 157 e 158 estão aprovados, portanto estão prejudicados. Foram aprovados com a emenda do Senador.

(Não identificado) - É uma sugestão. Sr. Presidente, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero fazer uma nova sugestão. Vamos seguir a lista de inscrição. Evidentemente, o Senador ou o Deputado que já se sente contemplado nem precisa utilizar a palavra. Aquela emenda que se quer efetivamente que seja colocada novamente em destaque, nós vamos colocar, para receber novamente um parecer do Relator. Depois nós vamos votar. Se vamos aprovar ou se vamos rejeitar, fica estabelecido este encaminhamento.

Então, seguimos a ordem de inscrição.

Com a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Só para colaborar com a sua sugestão, acredito que os destaques que foram contemplados, de maneira global, já deveriam ser considerados, por todos nós que estamos presentes, retirados, porque ficaria exatamente a sua proposição, e o encaminhamento seria mais rápido. Não precisa declarar que está retirando, não. Já fica declarado, não é, Deputada Laura?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Era só essa a sugestão a V.Exa., para agilizar a sua proposta, que é muito boa, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, sou Coordenador da bancada do Nordeste e quero fazer um apelo ao Relator: Deputado Marcus Pestana, essa transposição é problema de vida.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse assunto já está separado para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esgotados todos os entendimentos, vou seguir a lista de inscrição. Agora são 3 minutos, com uma pequena tolerância, se for necessário.

O primeiro inscrito é o Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)* Ausente.

O segundo inscrito é o Deputado Hildo Rocha, que tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Dário Berger.

Deputado Marcus Pestana, agradeço a V.Exa. por ter aprovado as nossas três emendas que beneficiam o Maranhão, mas quero tocar em um assunto importante, que é a emenda do Deputado Weverton Rocha.

V.Exa. rejeita a proposta do Deputado Weverton Rocha, e quero fazer a defesa dela. Já fui Vereador e Presidente de Câmara de Vereadores e sei que o orçamento delas é muito limitado, até porque a própria Constituição assim estabelece.

Obviamente, no Brasil são 5.570 Municípios, mas 5 mil Municípios não têm condições de fazer investimentos. Custeio até que têm, mas investimentos não. Então, entendo que a importância da Câmara de Vereadores é grande, porque ela fiscaliza o Executivo Municipal.

De nada adianta mandarmos dinheiro para a educação no campo e para a saúde, Deputado Zé Carlos, se não houver o fiscal lá, que é o Vereador, e se ele não tiver condições de trabalhar. Então, essa proposta do Deputado Weverton Rocha é boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. poderia, inclusive, colocar no texto que seriam priorizadas apenas emendas Parlamentares para a construção de prédio de Câmaras, para a reforma de prédio de Câmaras, porque julgo que isso seja muito importante.

Quero apenas tratar desse assunto e pedir a V.Exa. que reveja essa posição, porque tenho certeza de que isso não vai aumentar a despesa da União, nem vai, de forma nenhuma, inviabilizar a administração da Prefeitura, muito pelo contrário: vai melhorar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Deputado Hildo Rocha, entendo que a minha missão finalizou. Agora esses assuntos estão entregues à soberania do Plenário.

Eu tenho uma convicção, uma visão de prioridade. Nós temos muitos gastos finalísticos na educação, na segurança, na saúde, e há Câmaras que têm orçamentos já amarrados e defendidos. Além do mais há soluções de prédios públicos que podem ser utilizados. Mas não quero participar da discussão.

Sr. Presidente, na verdade, acredito que tínhamos que fazer uma chamada por emenda. Deveríamos ser mais objetivos e passar a lista de emendas. Por exemplo, estou entendendo que o Senador Ataídes Oliveira não quer insistir, porque ele não está presente. A Deputada Laura Carneiro já abriu mão das cinco dela. Então, em vez de o diálogo ficar aberto aqui e sem amarração, poderíamos chamar destaque por destaque. Não quero nem participar da discussão, já externei a minha posição. Agora é uma discussão do Plenário.

Vou tentar não falar mais, só se for pedido algum esclarecimento, mas aproveito para dizer que cometi um erro de uma emenda da auditoria da dívida pública que ficou perdida em meio a tanto papel e peço que isso seja observado. Eu dei parecer pela rejeição, porque essa é uma das lendas urbanas que imperam. A composição da dívida é totalmente transparente.

Quando se entra no *site* do Banco Central, sabe-se quais são as dívidas contratuais com o Banco Mundial, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o banco japonês, sabe-se que tipo de título o Tesouro lançou. Então, não há nenhuma caixa-preta na dívida pública. Isso é um mito, é uma lenda urbana. Eu propus a rejeição, mas há pessoas que não concordam.

Volto a dizer, juro é um preço do dinheiro que é emprestado para o Governo. A Constituinte incorreu no mesmo erro, que é tentar tabelar juro. Juro é um fato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se dá no mercado, não é como uma despesa, por exemplo, igual à compra de tantos ônibus para o transporte escolar e se colocar isso no orçamento. Com relação a juros, não é assim. Por isso, é diferente a questão da dinâmica da dívida. No entanto, quero colocar o Destaque nº 164, que propõe auditoria e que, por esses motivos, rejeitei.

Pretendo não falar mais. A minha sugestão é que leiamos destaque por destaque, apontemos e vejamos se queremos ou não discuti-lo. Já temos dois casos aqui da questão do Sistema S, mas o Senador Ataídes Oliveira não está presente, e o da Deputada Laura Carneiro, que já abriu mão. Isso se não houver ninguém que queira insistir na votação, como foi o caso do Deputado Hildo Rocha, ao apoiar a emenda do Deputado Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço silêncio! Até engrenarmos os trabalhos, vou pedir silêncio também aos Parlamentares.

Quero só fazer um esclarecimento, porque talvez possa ainda existir um mal-entendido. Esta fase é única e exclusivamente para a identificação da emenda que os Parlamentares membros desta Comissão querem destacar. Então, não precisa nem fazer justificativa, que será após, é claro que para pedir apoio, para a aprovação, etc. Agora, para agilizar os trabalhos, seria interessante o Parlamentar inscrito identificar o destaque, nós vamos identificá-lo aqui e depois votamos em globo, ressalvados os destaques.

Nós precisamos de um novo parecer do Relator ao destaque. Se o Relator mantiver o seu parecer contrário, e nós desejamos aprová-lo, vamos ter que aprová-lo com o parecer contrário do Relator. Então, gostaria que ficasse bem entendida essa primeira fase, para ganhar tempo: é só identificar as emendas, os destaques, de preferência com o número que está naquela relação de trezentos e cinquenta e tantos, que já foi reduzida para 54. É aquela relação original que efetivamente já foi reduzida.

Vou conceder a palavra agora ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Vamos ser rápidos, conforme V.Exa. recomendou. Nós temos interesse no 133 e no 83. A defesa vai ser feita pelo Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - V.Exa. se refere ao 132. O 133 foi acolhido. É aquele das despesas administrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Desculpe-me, é o 132 e o 83, sobre a transposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu também quero subscrever esse destaque. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, o Deputado Edio Lopes vai solicitar a inclusão para discussão e votação do Destaque nº 95, já que a nossa Líder do PR, a Deputada Gorete Pereira, está incumbida de fazer a defesa e de solicitar a votação do Destaque nº 94.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito! Agora engrenamos.

Tem a palavra o Deputado Victor Mendes.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, agradeço pela sua paciência.

Na verdade, trata-se apenas de um esclarecimento ao Relator.

Eu tenho em mãos o resumo dos destaques apresentados, no qual consta a aprovação e rejeição das emendas. Não ficou claro se a emenda que apresentei ao Relator foi aprovada ou não. Eu tenho outro documento aqui dizendo que ela foi aprovada. Então, surgiu a dúvida em relação a esse meu destaque. Trata-se do Destaque nº 260. Ele não está no quadro de resumos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual é o conteúdo?

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - O conteúdo é uma emenda que eu fiz em relação ao repasse de custeio, na Ação Programática nº 4.525, durante o período de eleição, uma vez que esse período e essa rubrica, que é praticamente dos Deputados, de emenda impositiva, na Ação Programática nº 4.525, é de continuidade.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi acolhida. Eu peço à assessoria para checar se houve algum problema na transposição da decisão para o texto. Foi acolhida, apesar de haver recomendação do TCU e outras decisões, mas a lei pode arbitrar, como V.Exa. certamente me convenceu. Portanto, foi acolhida. Apenas é preciso checar. Peço à assessoria que o faça.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Essa emenda vai permitir aos Parlamentares, no ano que vem, quando chegar o período vedado, ajudar seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Municípios na área de saúde, na ação continuada, na atenção básica e na Média e Alta Complexidade — MAC.

A recomendação do TCU foi para obras que ainda iriam acontecer e que entram no período vedado. Isso aqui é uma ação de continuidade. Agradeço a V.Exa. e me dou por satisfeito. Já está esclarecido. Não é preciso mais voltar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só vamos pedir aos nossos "universitários" que chequem para verificar se realmente foi contemplado.

Seguindo a nossa lista de inscrição, vou conceder a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Alan Rick para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Sr. Presidente, só quero perguntar ao ilustre Relator, o Deputado Marcus Pestana, se foi acolhido ou não o nosso Destaque nº 164, que trata da auditoria da dívida pública.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Foi rejeitado?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Alan, V.Exa. está inscrito em seguida.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu queria, na verdade, só a atenção do Relator.

Deputado Marcus Pestana, em relação aos destaques apresentados, eles foram acolhidos, mas nós temos um problema. Eu queria fazer um apelo em relação àquela emenda do Deputado Efraim que tinha sido dada como aprovada. Nós votamos o texto. Eu não apresentei destaque de mudança, porque tinha sido acolhida na redação inicial, mas agora faço o apelo no sentido de que, se houver alguma oportunidade de um novo texto, que V.Exa. o acolhesse.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual é o conteúdo?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, o Deputado Efraim faz um destaque no sentido de que, quando houver um PLN ou alguma alteração que trate da questão de pessoal e seus benefícios, seja tratado de maneira específica. V.Exa. tinha acolhido. Eu conversei com os consultores, que disseram que não haveria problema. O nosso problema é formal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque o texto foi votado, V.Exa. já o tinha acolhido, e nesse outro texto o rejeitou, mas eu não tinha como apresentar um destaque, porque já tinha sido atendido.

Havia um erro de digitação, que V.Exa. também já tinha autorizado, que é uma determinada construção, mas que saiu com o número 1, o que é impossível. Na verdade, teria que se colocar um percentual de meta, 10%, 20%, mas também já tinha sido votado o texto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O.k.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu vou passar a V.Exa. os números...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós temos que considerar uma correção de texto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É correção de texto.

Eu não tinha como apresentar destaque, porque estava atendido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Há um volume tão grande de demandas que, às vezes, perdemos a informação, mas eu me recordo bem do acolhimento desse dispositivo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Depois, eu me comprometo a passá-lo detalhadamente, para V.Exa. ver se é possível.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, cheque depois com o nosso Consultor Graciano.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Está certo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Estando satisfeita a Deputada Professora Dorinha, passamos a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sem registro, Sr. Presidente, só quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ótimo! Obrigado também a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao nosso Relator e à Mesa que incluíssem na discussão os Destaques nºs 127 e 128, que tratam do mesmo assunto.

Agradeço ao Deputado Hildo Rocha, que já se adiantou e fez a defesa da matéria. No momento da discussão do destaque, nós aprofundamos no mérito.

Quanto ao Destaque nº 205, nós fazemos total questão que todos os membros da Comissão participem, escutem e tratem do assunto, porque não estamos falando aqui de qualquer assunto. É um fundo que já existe, o recurso está lá, e nós não podemos imaginar que, principalmente num País como o nosso, ainda nesta Legislatura, quando tivemos discussões terríveis e muito duras com a maioria dos colegas Deputados, quando tratamos da redução da maioridade penal, quando discutimos políticas públicas para a nossa juventude, sejam contingenciados recursos que já existem, repito, destinados exclusivamente à criança e ao adolescente neste País. Isso é no mínimo um absurdo.

Esse recurso não é do Estado, não é da Prefeitura, é da União. Está lá no Ministério da Justiça, na Secretaria de Direitos Humanos. É um fundo legítimo. Mais do que nunca, é uma política pública necessária. Portanto, eu não posso ter aqui o olhar fazendário nem o olhar econômico. Eu fui eleito para representar o povo. Então, temos que ter o olhar também da nossa sociedade. Se esse fundo não for utilizado, é outra coisa, mas é importante que haja condições para utilizá-lo, a fim de avançar nas políticas para as crianças e adolescentes.

Eu quero encerrar dando um exemplo. Para se pedir, primeiro tem que se dar o exemplo do que está pedindo. Todo ano, Sr. Presidente, eu destino recursos aos conselhos tutelares para aquisição de *kits*. Peço às pessoas que ainda não pararam para observar essa ação que parem um pouquinho e vejam como é importante para um Município que os conselheiros tenham as mínimas condições para fazer essa política de proteção às nossas crianças vulneráveis. Para que V.Exas. possam ter uma ideia, com 100 mil reais é possível comprar um carro, um computador, um *freezer*, um armário, ou seja, o mínimo de condições para que esses conselheiros, lá nos Municípios, possam trabalhar no dia a dia. São muitos casos.

Hoje, há no Brasil milhares de Municípios que ainda estão precisando de um *kit* desses, e esse fundo poderia financiá-lo, mas nós o estamos contingenciando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concluiu, Deputado? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu agradeço ao Deputado Weverton Rocha.

Volto a insistir que esta é a fase de identificação do... Depois, V.Exas. terão oportunidade novamente de discutir a matéria.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, é o 51 e o 55. Vou ser rigoroso e atender ao seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Excelente. Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

A Deputada Laura Carneiro já abriu mão.

Passo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Sr. Presidente Senador Dário Berger, Ilmo. Sr. Relator Deputado Marcus Pestana, gostaria de requerer à Mesa que votemos em separado o Destaque nº 164, que trata exatamente da dívida pública federal.

Informo a quem nos acompanha pela *TV Câmara* e aos nossos pares que esse é um debate que a população brasileira cobra dos Parlamentares, uma vez que, quando falamos em reformas, em déficit da Previdência do País, que está em crise, em virtude de as contas não fecharem, e quando avaliamos a emissão de títulos da dívida pública, que deveria ser apenas um instrumento para que as contas fechassem, concluímos que nós estamos emitindo títulos e mais títulos, e essa conta nunca fecha. Em 2006, ela estava em 1 trilhão 230 bilhões de reais. Este ano, Sr. Presidente, a dívida pública brasileira vai fechar em 3 trilhões 650 bilhões de reais. E o interessante é que essa dívida não para de crescer; não há amortização.

Na verdade, é preciso debater o tema, é preciso fazer uma auditoria da dívida pública. O Equador fez isso e reduziu em 70% sua dívida pública. A Grécia estava fazendo, quando o FMI alocou uma série de recursos no país. Ou seja, quem faz essa auditoria reduz a sua dívida.

Então, eu creio que é importantíssimo que os demais Deputados aprovem esse destaque, até para darmos uma resposta à sociedade, que quer saber qual é realmente o déficit e como ele é amortizado. Por que essa dívida nunca decresce? Quarenta e três por cento do nosso Orçamento são para pagar juros. Com os *swaps* cambiais o Banco Central perde dinheiro. Se o dólar sobe, o Banco Central perde dinheiro. Então, o povo brasileiro precisa de uma resposta. O nosso sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

financeiro hoje é feito cada vez mais para implementar recursos para os bancos e aumentar a nossa dívida pública.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse feita essa votação em separado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - De acordo. Agradeço ao Deputado Alan Rick.

O próximo inscrito é o Deputado José Carlos, que não se encontra.

O próximo inscrito é o Senador Benedito de Lira, que não se encontra.

O próximo inscrito é o Deputado Célio Silveira, que não se encontra.

O próximo inscrito é o Deputado Raimundo Gomes de Matos, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, os nossos destaques foram feitos juntamente com o Senador Valadares. Trata-se do Destaque nº 132 e do Destaque nº 83, no tocante à CODEVASF, no que se refere à transposição de águas do Rio São Francisco.

Estou lado a lado aqui com o Deputado Júlio Cesar, coordenador da bancada; com o Deputado Gonzaga Patriota, de Pernambuco; e com a Deputada Gorete, também representante do Ceará, para nós debatermos e, quiçá, aprovarmos esses destaques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O próximo orador inscrito é o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger; Sr. Relator, Deputado Marcus Pestana, eu continuo ouvindo a sua recusa à proposta que nós fizemos com relação à redação do dispositivo que trata dos recursos transferidos pelo SUS aos Municípios.

Eu fui Prefeito. Modestamente, eu tenho um pouco de experiência. Não é possível que não haja o mínimo de prática ao se pegar recurso do SUS, que é dinheiro da União, destiná-lo aos Municípios, que o transfere para uma OSCIP que presta o serviço, e depois quere debitar essa despesa com pessoal do Município. Isso tem implicações com a Lei de Responsabilidade Fiscal! Esse é um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - As despesas de contrato global com OSCIP não entram no cálculo do percentual de despesa com pessoal.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não é essa a interpretação que eu tenho ouvido dos Prefeitos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Lá no Paraná, eles estão sendo mais realistas que o rei, porque não entra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Onde há essa informação, para que eu possa, pelo menos, responder a eles? Eu falei aqui em nome dos Prefeitos do Paraná!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sei.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Essa é a preocupação!

Ora, se um volume de recursos, que não são poucos, vai para o Município, e a OSCIP presta os serviços, como isso vai... Esse é um problema sério!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas trata-se de duas coisas. Uma coisa é direcionamento dos recursos prioritariamente para pagar dívidas. Parece-me que se está interferindo...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não é para pagar dívida, não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas a emenda diz isso. A emenda de V.Exa. e do Deputado Danilo Forte direciona recursos prioritariamente para pagar dívidas.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não era esse o objetivo. O objetivo é o que eu disse aqui hoje. Eu expressei isso aqui.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu sei, mas a redação da emenda...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Pois é, então isso teria que ter sido dito a mim, quando fui recorrer depois, naquela reunião.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Que tivessem dito isso a mim. Eu expressei publicamente o que eu estava pensando sobre isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sei.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A outra coisa, Sr. Presidente e Sr. Relator, é que — e não é o primeiro ano que falo sobre isso; já faz anos que eu estou batendo na mesma tecla — não é possível que uma entidade peça um recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 50 mil ou 60 mil reais a um Parlamentar para fazer a reforma de um refeitório, e ele tenha que solicitar 250 mil reais! Não é possível que uma escola peça um recurso de 40 mil reais para a reforma de um banheiro, e eu tenha que solicitar 250 mil reais! Eu sou obrigado a pedir 250 mil reais!

Isso não tem lógica! Isso não tem lógica! Nós estamos incentivando a que haja superfaturamento! É um absurdo, do ponto de vista do gasto do dinheiro público, da lisura na licitação, o modo como se encaminha isso!

Senador, eu bato nessa tecla já faz alguns anos, e não obtenho resposta. Nenhum técnico vai me convencer do contrário, porque já fui Prefeito de uma cidade, estou no quarto mandato de Deputado Federal e fui duas vezes eleito Deputado Estadual.

Uma entidade pede recursos de 50 mil reais para reformar um banheiro, manda o pedido para cá, mas eu tenho que solicitar, para essa reforma, 250 mil reais. Quer dizer, nós estamos aqui, com as nossas decisões, com as nossas diretrizes, incentivando o superfaturamento.

Por isso eu peço aqui, mais uma vez, que nós...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas há um destaque? Eu concordo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou falando isso há mil anos. Eu estou repetindo aqui hoje, porque eu estou lembrando...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu sei. Mas há um destaque? Eu o acolho.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou lembrando ao assessor, por mais 1 ano, que isso aqui tem que ser debatido e tem que ser... O problema não é haver ou não um destaque. Isso eu faço agora. O problema é que isso tem que ser resolvido. O problema não é o fato de não haver destaque. Essa é mais uma desculpa. Não vamos fazer porque não há destaque.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, não. É porque, nesta etapa, só podemos...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas eu apresento o destaque.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Há alguma forma de ainda se apresentar um destaque? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Rubens Bueno, eu entendo perfeitamente a defesa que V.Exa. faz referente ao assunto, e talvez ninguém mais do que eu entenda bem desse assunto, uma vez que eu fui Prefeito 16 anos consecutivos.

Eu entendo que a União deve ser parceira dos Estados e dos Municípios, não para despesas de 20 mil reais, de 30 mil reais, de 40 mil reais, porque isso seria quase que uma obrigação intrínseca do próprio Município, do próprio Estado.

Evidentemente que, como nós estamos numa crise federativa, sobretudo econômica, quaisquer 30 mil, 40 mil ou 50 mil reais são muito bem-vindos para os Municípios, principalmente para os Municípios pequenos.

Eu acho esse tema extremamente importante e relevante, porque, à medida que nós fixamos o valor mínimo em 250 mil reais para as emendas, esse tipo de atendimento, evidentemente, fica prejudicado.

Então, quero me solidarizar com V.Exa. a respeito desse assunto, que surgiu, infelizmente, de forma intempestiva, porque acho que era um assunto que deveria prosperar nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A assessoria me informa que isso pode ser corrigido, amanhã, no plenário. Eu concordo. Se tivesse chegado a mim, eu teria concordado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É porque é tanta coisa ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou nesta Comissão e sou membro titular da outra aqui ao lado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu também.

Com a argumentação do Deputado Rubens Bueno, se essa questão tivesse sido apresentada, eu concordaria plenamente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Permita-me esclarecer, Sr. Presidente. Serei rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa é uma decisão que não é nossa, é uma decisão do Ministério do Planejamento. Mas nós não podemos estar subordinados a isso. Se esta Casa e os parlamentos no mundo foram criados em razão do orçamento, nós é que temos que estabelecer as diretrizes de sua elaboração, e não o Ministério.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A sugestão, então, é apresentar uma emenda de plenário, amanhã, na reunião do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E eu peço apoio...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, eu vou acolhê-la e, como Relator, apoiá-la.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, acho que ficou bem encaminhado.

Vamos em frente, rapidamente.

Deputada Carmen Zanotto, V.Exa. quer destacar também ou já estão destacados?

Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, quero só deixar registrada a emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, o Destaque nº 173, com acolhimento parcial pelo nobre Deputado Marcus Pestana e que trata dos recursos destinados ao pagamento de vencimentos dos agentes comunitários de saúde que estão saindo do piso da atenção básica e estão sendo, então, contemplados, a partir desta emenda da Comissão, parcialmente.

No mais, os destaques que eu tinha feito com relação às políticas para as mulheres já foram contemplados em parte. Então, eu não tenho nenhum destaque a mais para fazer individualmente. Faço apenas esse registro.

Amanhã, estarei no plenário defendendo essa proposta do Deputado Rubens Bueno, porque o que ele diz é verdadeiro, em especial quando se trata de reforma de uma unidade de saúde ou da sala de aula de uma escola.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu vou destacar, como já informado aqui pelo Deputado Edio Lopes, a Emenda nº 94 e quero agradecer ao Relator também por acatar todas as emendas. Portanto, destaco a Emenda nº 94.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Senador Hélio José não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa noite!

Quero agradecer ao nobre Relator Marcus Pestana, Parlamentar do meu Estado, Minas Gerais, porque aprovou sete das nossas emendas. Muito obrigado, Sr. Relator.

Eu gostaria da votação em separado da Emenda nº 333, que trata de recursos de reserva de contingência que comporte o valor das contrapartidas necessárias, Sr. Presidente. Houve uma rejeição, de início, do Deputado Marcus Pestana, mas essa Emenda nº 333, a que estou me referindo, pretende autorizar a comprovação das contrapartidas devidas pelos Municípios nos convênios com o Governo Federal através da existência de reserva de contingência prevista em suas leis orçamentárias.

Essa medida vai facilitar muito o dia a dia das Prefeituras, que, como hoje acontece, tentam fazer modificações em suas leis orçamentárias a cada convênio realizado com a União.

A Consultoria de Orçamento da Casa já fechou questão e mostrou que é inconstitucional, mas entendo que o Plenário é soberano. Se não fosse assim, não existiriam emendas impositivas no Orçamento, Sr. Presidente.

Eu coloco a questão em discussão nesta Comissão.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela ordem, tem a palavra a Deputada Laura Carneiro. Já estamos terminando, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, eu falo depois que terminarmos, sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos tentar concluir a nossa lista.

O Deputado Bilac Pinto certamente não vai querer usar da palavra.

A Deputada Gorete Pereira acabou de falar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, não, não. É que V.Exa. estava na relação.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - *(Ininteligível)* e agradeci ao Relator pelo acatamento das minhas emendas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Deputado Orlando Silva não se encontra presente.

Tem a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente Senador Dário Berger e Sr. Relator Deputado Marcus Pestana, eu só tenho a agradecer. Não irei destacar nenhuma das minhas emendas porque eu tive a grata satisfação de ter todas elas acolhidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

O próximo é o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, quero só agradecer o entendimento que tivemos em relação a essa votação em separado e fazer um apelo a todas as Sras. e Srs. Deputados e Senadores da Comissão, para que aprovemos esse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já vou conceder a palavra a V.Exa. para a questão de ordem.

O Deputado Relator-Geral do Orçamento abre mão da palavra.

O próximo seria o Senador José Medeiros.

Assim concluímos a nossa lista de inscrição.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão de procedimento. Eu tentei conversar com o nosso Secretário, que tem alguma dificuldade com a sugestão, mas eu tenho certeza de que V.Exa. vai ouvir a voz do Plenário, que é sempre a voz mais inteligente desta Casa.

A sugestão é simples. A maioria dos destaques apresentados, afora três, são referentes a temas consensuais na Comissão, pelo que se percebeu. São destaques referentes, por exemplo, às Forças Armadas, a crianças e adolescentes, à transposição de águas do Rio São Francisco, ao espaço aéreo, aos caças, ao Programa Mais Médicos. Esses destaques não são, digamos, referentes a questões de avaliação política desta Casa. Tratam de questões pragmáticas. Em outras palavras, faríamos a votação de um bloco de questões pragmáticas. Depois desse bloco, que nós votaríamos de uma só vez, passaríamos à Emenda nº 55, do Deputado Bohn Gass, que trata especificamente de uma questão relativa a quem assina o decreto; ao destaque do nobre Deputado Alan, que eu vou apoiar, mas acho que não é uma questão consensual, porque trata especificamente da auditoria da dívida pública; e à Emenda nº 333, do Deputado Laudivio, a última apresentada e que também é uma questão que não é, digamos, pragmática, é mais uma questão política. Nós votaríamos um blocão das pragmáticas e depois essas três. Significaria que só faríamos quatro votações, Sr. Presidente.

São 22h10min. Amanhã devemos estar às 10 horas em plenário.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Passou para 16 horas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, passou para as 16 horas, mas estão esperando para ver o que acontece aqui hoje, para saber se conseguiremos votar. Se conseguirmos votar, a sessão volta para as 10 horas. Esta Casa é assim. Vamos logo para o português claro. Se conseguirmos votar logo, Presidente — e essas quatro votações seriam rápidas —, poderemos avançar.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Apoiado! Nem utilizaríamos mais a palavra na votação do blocão e já avançaríamos logo para as outras votações e resolveríamos a questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só há um pequeno detalhe. Eu estou muito empenhado em conceder a palavra para mais alguns Senadores ou Deputados. E, como ainda está ocorrendo a Ordem do Dia no Senado Federal, solicitei a minha assessoria que comunicasse que nós estamos aqui em período de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

votação e solicitasse que, se a sessão do Senado Federal for se estender, eles a suspendam por alguns minutos, para que possamos fazer a votação.

De qualquer sorte, a informação que me chega é que eles estão em fase de conclusão, de maneira que concederei ainda a palavra ao Deputado Edio Lopes e ao Deputado Alan Rick. Depois e aguardaremos o fim da Ordem do Dia no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado Edio, posso dar uma sugestão?

Sr. Presidente, V.Exa. podia fechar a discussão e dar início aos encaminhamentos do blocão, aos encaminhamentos dos Deputados Alan, Bohn e Laudivio — cada um deles falaria. A Ordem do Dia no Senado vai terminar em 5 minutos. V.Exa. encerra a discussão, e depois nós só votamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos à discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Enquanto não entramos no processo de discussão e votação, Sr. Presidente, quero uma vez mais chamar a atenção do nosso refratário Relator para a questão do Destaque nº 97.

Sr. Relator, V.Exa. elencou uma série de autoridades que terão direito de voar em primeira classe. Todavia, um decreto presidencial, o Decreto nº 70.274, de 1972, disciplina a hierarquia das autoridades. Veja a situação que nós estamos construindo aqui: nós poderemos ter no mesmo voo o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Chefe da Procuradoria-Geral da República e o Defensor-Geral da República viajando na primeira classe e um Ministro ou um Comandante das Forças Armadas, que, conforme a hierarquia das autoridades da República, estão acima daquelas três autoridades, viajando na segunda classe.

Então a minha fala, Sr. Relator — creio que muita tarefa que lhe foi dada nestes últimos dias —, é no sentido de que nós observemos essa regra, para que não cometamos uma quebra de protocolo, uma quebra de hierarquia, que a própria República não admite e, por isso, disciplinou a questão.

Eu pediria a V.Exa. que incluísse no texto essas autoridades que já relatei, por uma questão hierárquica, já disciplinada pela própria República.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de conceder a palavra ao Deputado Alan Rick, passarei a palavra ao nosso Relator, para que S.Exa. já possa responder ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em relação a essa ponderação, cheguei realmente a uma quebra. Eu não sou especialista nisso — sou especialista em orçamento. Cerimonial e hierarquia não são o meu forte. Consultei a assessoria e realmente há um conflito. TCU, Defensoria e Ministério Público não são Poderes, mas, na prática, acabaram se transformando em Poderes. Hoje, principalmente, isso está em voga. Está até superdilatado o espaço institucional, particularmente o do Ministério Público.

Então, diante dessa checagem que fiz da questão, nós vamos acolher a observação. *(Palmas.)* Não sou tão refratário assim!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Temos que reconhecer que este Relator é de Minas Gerais, não é verdade? Não tenham dúvida, é de Minas Gerais. Chegamos à conclusão de que ele realmente é de Minas Gerais. *(Risos.)*

Quero informar a V.Exas. que se encerrou a Ordem do Dia do Senado Federal. Estamos aptos e prontos para votar.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Sr. Presidente, quero apenas fundamentar o voto dos nossos nobres pares. Vou ser bem sucinto.

Nós aprendemos em Economia, de forma bastante técnica, que a dívida pública é uma forma de o Estado complementar o seu financiamento. Em princípio, não há nada de errado em o Município, o Estado, o País se endividarem, porque o que está em jogo, acima de tudo, é o atendimento do interesse público. Se o Estado não arrecada o suficiente, em princípio ele poderia se endividar para o ingresso de recursos, a fim de financiar todo o conjunto de obrigações e deveres que tem com a sociedade. Teoricamente, a dívida é assim: para complementar os recursos necessários para que o Estado cumpra as suas obrigações, o Estado emite esses títulos.

Mas onde começa o problema, Sr. Presidente? O problema começa quando nós começamos a auditar a dívida e não encontramos uma contrapartida real. Que dívida é essa, que não para de crescer, que finaliza neste ano em 3 trilhões e 650 bilhões de reais e que leva quase metade do Orçamento da União? Qual é a contrapartida dessa dívida? Onde é aplicado esse dinheiro? Esse é o problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois de várias investigações no Brasil, tanto no âmbito federal quanto nos âmbitos estadual e municipal, houve a CPI da Dívida Pública — V.Exas. se lembram disso. Vários países sul-americanos, latino-americanos e europeus também lidam com esse problema. Nós entendemos que hoje há um sistema da dívida pública. Que sistema é esse? É a utilização desse instrumento, que deveria servir para complementar os recursos em benefício de todos, como um veículo para praticamente — vou usar este termo — desviar recursos públicos em direção ao sistema financeiro. Esse é o esquema que nós identificamos. E onde quer que investiguemos, vamos encontrar isso.

E quem, normalmente, são os beneficiados por esse sistema? Em 2014, por exemplo, os juros da dívida passaram de 251 bilhões de reais para 334 bilhões reais no Brasil. Nós sabemos quem compra esses títulos da dívida, porque a compra direta é feita por meio dos leilões do Banco Central.

O processo é o seguinte: o Tesouro Nacional lança os títulos da dívida, e o Banco Central os vende. Como o Banco Central vende? Ele anuncia no leilão, e só podem participar desse leilão 12 instituições, chamadas *dealers*, que são as maiores instituições financeiras do mundo. Por que há interesse? Por que os juros brasileiros são muito atrativos.

Sr. Presidente, o que acontece é que a nossa dívida hoje está nesse patamar, e não vemos a contrapartida. Por isso, peço aos nossos pares que votemos favoravelmente a essa matéria, porque estaremos fazendo um bem ao Brasil e dando uma satisfação ao povo brasileiro, à opinião pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já acabou a Ordem do Dia no Senado. Vamos votar?

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A Ordem do Dia não se encerrou? Essa era uma informação falsa? *(Riso.)* Mas aqui já estão os Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Benedito de Lira.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, continua aberta a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho, com certa inveja dessa entonação mágica, poderosa e, sobretudo, convincente de S.Exa.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, e eu diria que tenho inveja do número de votos que V.Exa. recebeu em seu Estado. A verdade é essa. *(Risos.)*

Sr. Presidente, não vou tomar muito tempo. Está na hora de nós votarmos — aliás, já passou da hora. Precisamos fazer isso rapidamente. Apenas quero defender a minha ideia em relação ao Destaque nº 333, que a Deputada Laura Carneiro tão bem compreendeu.

Quem foi Prefeito sabe muito bem das dificuldades dos Municípios. Nós sabemos das dificuldades do Estado e da União. Mas é preciso, sim, que nós nos debrucemos em cima do Destaque nº 333, para que possa haver a autorização da comprovação das contrapartidas pelos Municípios dos convênios com o Governo Federal.

Esta é a minha defesa aqui, Sr. Presidente. Amanhã estarei lá no plenário para, em pé, fazê-la novamente.

Deputada Laura, Sr. Presidente, Srs. colegas, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ótimo.

Agora recebi a informação oficial de que estamos prontos para votar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Falta o Deputado Bohn Gass?

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, quero só fazer uma reclamação à sua Comissão: a base do Governo está tirando toda a nossa tarefa como Oposição, porque vocês atrapalharam e demoraram demais nessas discussões de hoje. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu queria fazer a defesa do ponto anterior, mas, já que neste momento voltamos a poder realizar a votação, eu farei isso na hora em que ela for encaminhada. Pelo que eu entendi, a sugestão da Deputada Laura é de se votar isso em bloco.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Então, pronto! Vamos prosseguir, Presidente!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Antes eu só havia feito o registro, conforme V.Exa. pediu. Eu ainda não fiz a defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Um ponto do destaque é o que a Deputada Laura já solicitou para que seja colocado em bloco. Em 2 anos, o Programa Mais Médicos já conta com a participação de 18.240 médicos em 4.058 Municípios do Brasil. Recentemente, o Ministério da Saúde lançou mais uma oferta, de 2.394 médicos. O Programa Mais Médicos tem convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS e com outras instituições do exterior. Se esse Programa estiver em andamento e houver interrupção ou um contingenciamento, ele terá um grande prejuízo. Realmente, destaco essa questão. Pelo que entendi da construção que estava sendo feita, nós votaríamos em bloco favoravelmente a esse ponto. Por isso, quero só referendar o motivo pelo qual estamos votando isso.

O segundo ponto, colegas, é a valorização do Parlamento, questão na qual vou insistir. Todos nós, Deputados e Senadores, trabalhamos muito no orçamento que vamos votar aqui e queremos que o Executivo o respeite, conforme a relação republicana entre Poderes. Só gostaria que prestassem atenção para um detalhe, a fim de que possamos construir também a aprovação em torno desse ponto.

O que diz o art. 48, nobre Senador Dário Berger? Que o Presidente da República poderá delegar ao Ministro de Estado do Planejamento a competência para a realização de alterações orçamentárias, ou seja, o Ministro poderá fazer uma alteração orçamentária por meio de uma portaria. O Ministro vai poder fazer alteração num orçamento aprovado por esta Casa. Num caso desses, há uma relação do Parlamento com o chefe maior do Executivo. Isso não pode ser decidido por meio de uma portaria de um Ministro. Neste caso, em que se trata de uma alteração num orçamento que nós construímos, isso tem que se dar por meio de decreto do Presidente, o que permite a esta Casa fazer um decreto de alteração, se assim ela desejar.

Então, na verdade, eu queria chamar a atenção dos colegas para o aspecto da responsabilidade do Presidente sobre o tema orçamentário, pela importância que este tem, e para o elemento do respeito para com esta instituição. Eu queria que nós, digamos assim, valorizássemos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Queria só fazer um esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto às questões do Anexo III — o Programa Mais Médicos, os caças, a transposição e tudo o mais —, eu já expus minha posição. Não vou argumentar. Trata-se de uma opção da Comissão.

Quanto à questão da auditoria da dívida, eu acho que é uma ideia frágil do ponto de vista econômico, mas não faz mal a ninguém que se preveja isso.

Na questão que o Deputado Laudivio levantou, há um conflito com o ordenamento legal, mas, se for o caso, isso vai ser objeto de veto. Só esclareço que eu já acolhi parcialmente, suprimindo a delegação para créditos especiais.

E eu queria deixar claro que quem introduziu esse conceito e essa prática foi o Governo do PT. A delegação não é uma inovação; foi exatamente no Governo Dilma que foi introduzido isso na LDO.

Então, eu acho que essa proibição iria criar uma extrema burocratização. Há a responsabilização dos Ministros, e não há espaço para criação e ampliação de gasto novo — para isso, é preciso mandar crédito especial. E o projeto original previa inclusive a delegação aos Ministros da competência relativa ao crédito especial. Eu restringi isso, tirando o art. 46 e o art. 47.

Eu queria ponderar que eu acho que o texto está adequado. Operacionalmente, não há problema quanto ao que foi colocado sobre o Mais Médicos, mas eu acho que nós não deveríamos estender tanto a proibição de delegação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso veio do Governo, mas só lembro que à época esses argumentos foram usados por parte da Oposição para a criticar a decisão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu não estava aqui, senão teria estado ao lado do Governo Dilma, como várias vezes estive, a exemplo da Medida Provisória do Acesso à Biodiversidade. O PT orientou contrariamente a ela, que era uma medida provisória do Governo Dilma, e eu a defendi.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, eu estava inscrito, mas tive que sair para ir votar, para concluir a votação lá. Eu gostaria só de colocar o ponto de vista final da bancada aqui. Eu mesmo tinha pedido à Mesa a inversão da ordem da minha fala para ir ao plenário do Senado, porque estavam precisando de um voto lá para terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação à emenda do Senador Cristovam, que na verdade é da bancada do Distrito Federal — Emenda nº 71080012, que trata do FUNDEB —, eu gostaria de insistir nela, devido à importância desses 20% de aportes efetuados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Essa emenda foi objeto do Destaque nº 93 e propõe a adição do art. 4º-A, cujo parágrafo único diz:

"Art. 4º-A.

.....

Parágrafo único. O valor correspondente à aplicação do percentual a que se refere o caput será acrescido do eventual aumento líquido da previsão da receita primária da União no âmbito do Congresso Nacional, apurado após dedução do montante a ser repartido com Estados, Distrito Federal e Municípios."

Sr. Relator, primeiramente, eu gostaria de cumprimentá-lo e de agradecer-lhe. Brasília está muito feliz com V.Exa.

Eu, como representante e coordenador da bancada, não posso deixar de defender uma emenda dessa importância para a educação. Vamos deixar essa decisão a juízo do Plenário, sem nenhum tipo de insistência, mas falando da importância da emenda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Senador Hélio José.

Concedo a palavra agora, com muito prazer, ao Senador Jorge Viana.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Queria cumprimentar os colegas que dirigem a Comissão. Sei que o trabalho é muito difícil para quem preside, para quem é relator. Na condição de membro e 2º Vice-Presidente desta Comissão, quero também prestar minha solidariedade, independentemente das opiniões divergentes. Eu também estava realizando uma tarefa terrível, mas agora me somo mais uma vez aos colegas.

Eu só queria dizer que, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, nós apresentamos emendas que, embora rejeitadas, foram destacadas num bloco. Algumas delas tratam do KC-390, que atende à Aeronáutica. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tivemos também um destaque importante para a Marinha — o próprio Relator já colocou. A emenda foi rejeitada, mas está destacada.

Eu queria fazer aqui um apelo relacionado a um tema que é do interesse do Deputado Alan Rick e de muitos outros. Nós temos 16 mil quilômetros de fronteiras. Acabamos de ter uma audiência com o Comandante do Exército, o General Villas Bôas, e lamentavelmente a emenda que trata da implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira — SISFRON foi rejeitada e não foi destacada.

O apelo que eu faço aqui é para que ela possa ser destacada no blocão, a fim de que possamos apreciá-la no momento adequado. Essa emenda é da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e nós precisamos dela, porque trata do programa mais importante de combate ao tráfico de armas e de drogas nas fronteiras, além de ser a base da ação do Exército em todo o País.

Como eu deparei com esta situação e entendo que nós precisamos encontrar uma maneira de apreciarmos este destaque no blocão e tratarmos dele na hora de o levarmos em conta. Trata-se do Destaque nº 148. Eu estou pedindo que seja incluído este destaque no blocão. A Deputada Laura ficou mais preocupada ainda, porque sabe da importância deste projeto.

Sr. Presidente, peço ao Relator que, na hora possível, façamos o debate para ver como podemos tratar estes temas, fundamentais para o funcionamento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, vou fazer uma última intervenção. Já gastei meu latim abundantemente, mas trata-se de uma questão de consistência, reafirmando pela última vez, para ficar registrado nas notas taquigráficas, que nós temos um orçamento com 131 bilhões de déficit primário. Deputado, a maneira de a dívida não crescer é fazer superávit primário, amortizar e não deixar crescer os serviços de juros. É assim que não se deixa a dívida crescer.

Nós temos 131 bilhões de déficit primário, 6% do PIB de déficit nominal, o que é um escândalo, é um déficit pornográfico. Ninguém deve dormir tranquilo. Este orçamento, gravemente deficitário, é engessado: apenas 18% das despesas primárias são discricionárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, ao incluir todo esse bloco, eu não vou argumentar contrariamente, eu não concordo, mas vou me render à soberania da Comissão. Mas, só para deixar claro, o que estamos fazendo é tornar obrigatória, livre de contingenciamento, uma série de ações, ou seja, os 18% — eu não tenho os números, não fiz o cálculo — de discricionariedade na execução orçamentária vão ser reduzidos para 13% ou 14%, sei lá para quanto.

Quanto à questão da delegação, eu acho problemática. Já falei sobre a auditoria da dívida. Conflita com a legislação que dispõe sobre orçamento usar reserva de contingência para a contrapartida. Mas não vou argumentar mais.

Já vou dar o meu boa-noite, e a Comissão delibera como achar melhor, segundo os seus parâmetros. Eu só estou fazendo questão de falar sobre isso porque o Senador Jorge, que estava atarefado com as questões do Senado, que viveu um dia importante aprovando o nome da nova Procuradora-Geral da República, não estava aqui. Lembro, no entanto, que novas questões estão sendo trazidas e várias outras foram deixadas para trás. Eu rejeitei tudo do Anexo III. Desta forma, cada uma que nós venhamos a incluir, nós podemos acabar cometendo uma injustiça com outras que foram deixadas para trás. Mas, como eu não fui suficientemente convincente, vamos para a votação.

Este é o meu parecer. Eu não vou rever, mas me rendo à visão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não é verdade que V.Exa. não foi convincente, Deputado. Aliás, V.Exa. foi extremamente convincente, e diversos Parlamentares desta Comissão reconheceram no relatório de V.Exa. muito mais do que um relatório. Reconheceram de fato uma aula, um Relator diferenciado, a quem eu queria prestar nossas homenagens. Acontece que o Parlamento é assim: nós nunca conseguimos, na plenitude, a aprovação. Isso é o Parlamento. O Parlamento existe para discutir, para subtrair, para ampliar, para negociar. Nesse caso, é preferível votarmos um projeto negociado a gerarmos um conflito.

Gostaria de fazer esta justificativa porque sou testemunha da presteza e do atendimento de V.Exa., que relata muito bem as suas preocupações. Por isso, não concorda, mas se curva à soberania da Comissão, a quem eu agradeço.

Vamos fazer o encaminhamento da votação.

Vou propor a V.Exas. duas votações, que acontecerão em dois blocos: o “bloquinho”, intitulado pelo Senador Jorge Viana como blocão. Na verdade, S.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gostaria que eu incluísse no "bloquinho" e não no blocão. Vamos votar primeiro o "blocão", depois votamos o destaque em separado que suscitou esta ampla discussão que acabamos travando aqui.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, a título de ajuda, quero fazer o registro em relação ao que o Relator disse, num olhar mais atento sobre a alteração na propositura que eu fiz do Destaque nº 48. Pelo argumento apresentado pelo Relator e pela alteração parcial feita, com um olhar mais atento, eu retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Excelente! Eu acho que há consenso. Não há mais nenhum problema.

Coloco em votação o blocão, os destaques em globo, conforme parecer do Relator, ressalvados os destaques em separado, que nós discutimos amplamente, que seriam votados em seguida, com a nomenclatura de "bloquinho".

Coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Faço o mesmo na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Partimos agora para a votação dos destaques em separado. Segundo a nossa assessoria, são os Destaques de nºs 51, 94, 95, 83, 127, 128, 132, 205, 164, 333, 148, por fim e derradeiramente, por solicitação do Senador Jorge Viana. Aqui, nós contemplamos todos os destaques que foram separados.

Portanto, submeto à votação, em globo, na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O destaque referente ao Programa Mais Médicos está incluído no "bloquinho". Trata-se do Destaque nº 51.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, peço uma informação: o Destaque nº 93, referente ao FUNDEB, foi incluído em qual bloco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em votação o "bloquinho", se é que eu posso chamar assim, na representação da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação, da mesma forma, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados. *(Palmas.)*

Quero agradecer a todos os Parlamentares membros desta Comissão, mas quero alertar que nós não concluímos os nossos trabalhos. Nós aprovamos, no início da nossa reunião, requerimentos para submeter à votação alguns PLNs. Consulto a V.Exas. se podemos colocá-los em votação.

Havendo concordância, submeteremos à votação os PLNs conforme foram objetivamente requeridos.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O Destaque nº 93, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Senador Hélio José, este destaque foi rejeitado no primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi votado e rejeitado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - V.Exa. é o nosso mestre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos à apreciação do PLN 5/17, cujo Relator é o Deputado Victor Mendes, que insistentemente inquiriu esta Comissão para que votássemos este projeto. Trata-se do Projeto de Lei nº 5, de 2017, do Congresso Nacional. O Relator é o Deputado Victor Mendes, e o voto é pela aprovação do projeto.

O Relator está com a palavra. Consulto a S.Exa. se pode resumidamente ir direto ao voto.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, antes de declarar o meu voto, gostaria de render minhas homenagens a V.Exa., pela elegância na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Por favor, ainda não encerramos os nossos trabalhos. O Deputado Victor Mendes está com a palavra, relatando o Projeto de Lei nº 5, de 2017.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Sr. Presidente, quero apenas ressaltar a elegância de V.Exa. e do nosso Relator nas tratativas. Eu fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impressionado. É meu primeiro ano nesta Comissão, e V.Exa. foi de uma elegância e paciência incríveis. Parabéns!

Quanto ao relatório do PLN 5/17, vou diretamente ao voto:

"III. VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Sr. Presidente, este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Projeto de Lei nº 5, de 2017.

Passamos à apreciação do Projeto de Lei nº 2, de 2017, cuja Relatora é a Deputada Rosangela Gomes.

Deputada, se V.Exa. puder fazer um relatório sucinto, será interessante.

Com prazer, passo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Com certeza, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei nº 2...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aguarde um minutinho, Deputada Rosangela.

Eu volto a insistir, pedindo silêncio para que a Relatora, a Deputada Rosangela Gomes, possa fazer a leitura do seu parecer.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, peço a aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2017, do Congresso Nacional, sem quaisquer ajustes técnicos, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O parecer da Relatora Rosângela é pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Consulto aos Parlamentares desta Comissão se concordam ou se querem discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o parecer da Relatora Rosangela Gomes permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns a V.Exa., Deputada Rosangela Gomes!

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - V.Exa. vai ler mais algum PLN? Depois eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Eu poderia relatar *ad hoc* o PLN 6?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já vou passar a palavra a V.Exa., Deputado.

Submeto à discussão o Projeto de Lei nº 6, de 2017, do Congresso Nacional, cujo Relator é o Deputado Mandetta. O entendimento é que o Senador Pedro Chaves faça a leitura e a defesa do parecer. O parecer é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas.

Tem a palavra o Relator *ad hoc*, o Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - "Voto do Relator. A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.414, de 10/1/2017) a ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/2017).

Para comprovar o cumprimento do art. 46 da LDO de 2017, a Assessoria Parlamentar do Ministério Público do Trabalho encaminhou a esta Relatoria Parecer de Mérito do Conselho Nacional do Ministério Público, de 23 de maio de 2017, favorável à concessão do crédito em análise, constante do Anteprojeto da Lei nº 1.00420/2017-81.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 6, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer do Senador Pedro Chaves.

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, Senador Pedro Chaves.

Em deliberação o Projeto de Lei nº 7, de 2017, também do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, o crédito suplementar no valor de 7 milhões e 720 mil reais.

Estes números acabam nos traindo um pouco, Deputado Gonzaga Patriota.

O Relator é o Deputado Gonzaga Patriota. O voto é pela aprovação.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Estão faltando, Sr. Presidente. Eu achei que foi bom: 7 bilhões. *(Risos.)*

Pediria permissão aos eminentes colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores, para ler apenas o voto.

"Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 7, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer do Deputado Gonzaga Patriota. Aliás, este é um nome forte. Prazer em conhecê-lo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque este é um nome realmente forte. Não é por acaso que V.Exa. está aqui, não só pelo nome, mas também pelas ações.

Submeto à discussão o parecer do Relator, o Deputado Gonzaga Patriota.

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Último e derradeiro, para atender aos interesses do Líder Hildo Rocha, que fará a leitura do projeto como Relator *ad hoc*, e ao projeto de lei de autoria da Presidência da República que abre créditos orçamentários em favor de diversos órgãos do Executivo, no valor de 305 milhões de reais.

O Relator é o Deputado Andre Moura. Neste caso, *ad hoc*, relata o projeto o Deputado Hildo Rocha. O voto é pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 19 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2017, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a esta proposta, que é o Projeto de Lei nº 10, de 2017, foram apresentadas 19 emendas. Nós votamos pela rejeição de todas as emendas, as Emendas de nºs 1 a 19, e somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2017, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass, para discutir. Certo, Deputado?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu não quero discutir, Sr. Presidente. Eu só quero saber os prazos deste projeto. Gostaria que V.Exa. nos informasse da entrada e dos prazos do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou me socorrer aos nossos assessores. A única alteração que foi feita aqui, Deputado Bohn Gass, é que foi reduzido apenas o prazo para a apresentação de emendas. No máximo, ele seguiu os prazos regimentais pertinentes à matéria.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sobre isso, quero deixar registrado, como fiz da outra vez, para que nós, nesses aspectos, tenhamos o cumprimento rigoroso do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu concordo com V.Exa. e lhe atribuo total e ampla razão. Quero fazer um apelo à Liderança do Governo e ao Governo para que se organizem, que façam um planejamento, que não mandem em cima da hora, no fim de semana, e que não fiquem me ligando insistentemente, para que submeta à votação projetos de lei de interesse do Governo. Eu também, atendendo a um lembrete do Deputado Bohn Gass, não vou ceder a estas, vamos dizer, inconsequências e à falta de planejamento do Governo para suprimir prazos e dar explicações, ainda como Presidente da Comissão, por um erro e por uma iniciativa de certa forma até incompetente do Governo. Isso não mais acontecerá. Os senhores serão testemunhas disso.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação o parecer lido pelo Deputado Hildo Rocha.

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Este era o último e derradeiro projeto. Lembro às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados e às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que está marcada e confirmada para amanhã, às 16 horas, sessão do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.142948/2017-60

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim e por último, agradeço à nossa assessoria; ao Relator da LDO, o Deputado Marcus Pestana; à Mesa Diretora dos Trabalhos, sobretudo à nossa Vice-Presidente, a Deputada Laura Carneiro. Agradeço ao Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, que ainda se encontra presente. Quero agradecer, em especial e indistintamente, a todos os membros desta Comissão que participaram ativamente para que chegássemos a bom termo na decisão que culminou com a aprovação da LDO. Feitos estes agradecimentos, agradeço a compreensão daqueles que se interessaram em assistir à nossa reunião.

Declaro encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DFD6111A001DB284.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.